

CULTURA, ANCESTRALIDADE E TRADIÇÕES RURAIS E URBANAS NAS VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Marcelo Ribeiro Vasconcelos
Márcia Patrícia Barboza de Souza
(Org.)



**CULTURA, ANCESTRALIDADE E
TRADIÇÕES RURAIS E URBANAS
NAS VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA**



**Secretaria de Estado de Educação
de Minas Gerais - SEE/MG**

Igor de Alvarenga Oliveira
Icassatti Rojas
Secretário de Estado de Educação

Fernanda de Siqueira Neves
Secretária de Estado Adjunta de Educação

Ana Costa Rego
Chefe de Gabinete

Kellen Silva Senra
*Subsecretária de Desenvolvimento
da Educação Básica*

Rosely Lúcia de Lima
Superintendente de Políticas Pedagógicas

Fabiana Benchetrit dos Santos
*Diretoria de Modalidades de Ensino e
Temáticas Especiais*

Rosália Aparecida Martins Diniz
*Coordenação de Temáticas Especiais e
Transversalidade Curricular*

Mara Letícia Carvalho de Souza Martins
Haline Cristina Ferreira Santos
Anne Caroline Ferreira Vaz
*Núcleo Gestor do Programa de Iniciação
Científica na Educação Básica (ICEB)*

**Universidade Estadual de
Montes Claros - Unimontes**

Wagner de Paulo Santiago
Reitor

Dalton Caldeira Rocha
Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello
Pró-Reitora de Ensino

Rogério Othon Teixeira Alves
Pró-Reitor de Extensão

Maria das Dores Magalhães Veloso
Pró-Reitora de Pesquisa

Marlon Cristian Toledo Pereira
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Cláudia Luciana Tolentino Santos
*Pró-Reitora de Planejamento, Gestão
e Finanças*

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Editora Chefe

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Ivana Ferrante Rebello
Leandro Luciano Silva Ravnjak
Luiz Henrique Carvalho Penido
Maria da Penha Brandim de Lima
Patrícia Takaki Neves
Tânia Marta Maia Fialho
Vanessa de Andrade Royo

Marcelo Ribeiro Vasconcelos
Márcia Patrícia Barboza de Souza
(Org.)

Mara Letícia Carvalho de Souza Martins
Coordenadora da Coleção ICEB

CULTURA, ANCESTRALIDADE E TRADIÇÕES RURAIS E URBANAS NAS VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA



Montes Claros, 2025



EXPEDIENTE

Projeto gráfico e diagramação

Laura Silveira Fahel

Revisão linguística

Ana Cláudia Dias Rufino

Impressão

Gráfica RB Flexo

Equipe Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Luana Pereira Santos

Simone Rosiane Corrêa Araújo

João Pedro Viveiros Ribeiro

Victor Hugo Alves Almeida

Andressa Suelen Gonçalves Figueiredo

Jônatas Lino Rodrigues

Maria Gabriela de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cultura, ancestralidade e tradições rurais e urbanas nas vivências de estudantes da educação básica [livro eletrônico] / organização Marcelo Ribeiro Vasconcelos, Márcia Patrícia Barboza de Souza; coordenação Mara Letícia Carvalho de Souza Martins. -- 1. ed. -- Montes Claros, MG: Fadenor, 2025. -- (Coleção ICEB ; 2) PDF

Vários autores.

ISBN 978-65-83446-01-5

1. Ancestralidade 2. Diversidade cultural 3. Estudantes - Escritos 4. Minas Gerais (Estado) - Aspectos culturais 5. Relatos I. Vasconcelos, Marcelo Ribeiro. II. Souza, Márcia Patrícia Barboza de. III. Martins, Mara Letícia Carvalho de Souza. IV. Série.

24-240713

CDD-372.623

Índices para catálogo sistemático:

1. Textos: Produção: Educação 372.623

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

©Editora Unimontes

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

Montes Claros - Minas Gerais - Brasil, CEP 39401-089 - Caixa Postal 126.

www.editora.unimontes.br | editora@unimontes.br

Filiada à



VOLUMES DA COLEÇÃO ICEB

Volume 1: Africanidades confluentes na Educação Básica

Volume 2: Cultura, ancestralidade, tradições rurais e urbanas nas vivências de estudantes da Educação Básica

Volume 3: História e memória: o que as cidades têm a dizer sobre nós

Volume 4: As Minas são muitas: memória, patrimônio e cultura

Volume 5: Educação financeira, economias locais e mercado de trabalho: experiências da Educação Básica para a transformação social

Volume 6: Política e cidadania: vozes, experiências e reflexões das juventudes da Educação Básica mineira

Volume 7: Catalisando pesquisas em direitos humanos e juventudes sob olhares de estudantes da Educação Básica

Volume 8: Um convite para o diálogo: olhares de estudantes-pesquisadores sobre a diversidade

Volume 9: Vamos falar sobre saúde? Um olhar a partir de estudantes-pesquisadores da Educação Básica

Volume 10: Ciência e tecnologia da escola para a vida: caminhos da inovação e criatividade na Educação

Volume 11: Da escola para a vida: ciência e tecnologia em prol das comunidades e da sustentabilidade

Volume 12: Educação ambiental e mudança social: o enfrentamento à degradação do meio ambiente nas comunidades escolares de Minas Gerais

Volume 13: Gotas de mudança: um compromisso das escolas mineiras com o futuro hídrico

Volume 14: Raízes do futuro: experiências de sustentabilidade, conservação e tradição na Educação Básica

Volume 15: Caminhos para a sustentabilidade: experiências na Educação Básica em gestão de resíduos, reciclagem e inovação ambiental

Os textos que compõem os livros desta coleção derivam de ações pedagógicas e de atividades de pesquisas realizadas por estudantes e professores orientadores e tutores de escolas estaduais vinculados ao Programa de Iniciação Científica na Educação Básica do Estado de Minas Gerais. Seu conteúdo foi escrito de forma colaborativa entre os participantes, apresentando os resultados das atividades desenvolvidas sem refletir o ponto de vista do Estado de Minas, dos estudantes, dos professores envolvidos ou da Editora Unimontes, respeitadas as premissas para o desenvolvimento de pesquisas científicas. A reprodução é permitida para fins didáticos e informativos, com a devida indicação de autoria, sendo vedada qualquer utilização comercial ou com fins lucrativos.

PREFÁCIO

“A curiosidade é a primeira condição para a construção do conhecimento” (Fochi, 2021)¹. Com esse princípio em mente, ensinar torna-se um ato de empatia e inspiração, exigindo do professor a capacidade de despertar nos estudantes o prazer pela descoberta e o desenvolvimento do pensamento crítico e do questionamento ativo.

A melhor maneira de alcançar esses objetivos é através do *ensino por investigação*, uma metodologia que coloca os alunos como protagonistas de sua própria aprendizagem, aplicando métodos e práticas semelhantes às que os cientistas utilizam em suas pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento. É exatamente essa a proposta desta coleção: fomentar a curiosidade e abrir caminhos para uma educação baseada na pesquisa e na descoberta, divulgando atividades de pesquisas desenvolvidas por estudantes da Educação Básica de Minas Gerais.

Em *Ensino de Ciência por investigação*, Ana Maria P. de Carvalho (2013)² apresenta quatro etapas principais para o ensino investigativo: i) a delimitação de um problema para o início da construção do conhecimento; ii) a passagem da ação manipulativa para a ação intelectual na resolução do problema; iii) a tomada de consciência e iv) a construção de explicações. Nesse contexto,

1 FOCHI, P. S. A curiosidade, a intenção e a mão: o ethos lúdico do bebê. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 8, n. 68, p. 111-118, 2021.

2 CARVALHO, A. M. P. *Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

o papel do professor é promover a interação dos alunos com os fenômenos, fatos e informações, permitindo que eles investiguem e levantem hipóteses, testando-as, e consigam concluir a investigação, chegando a constatações significativas que os levem a compreender, de forma aprofundada, o tema escolhido. Essa abordagem tira os alunos da passividade das aulas tradicionais e os coloca em busca de solucionar problemas, com auxílio do professor, ou dos professores, quando a abordagem adotada for interdisciplinar.

No ensino por investigação, o professor propõe e discute questões, ajudando seus estudantes no planejamento da pesquisa e na busca de evidências, bem como na elaboração de conexões entre estas e as explicações teóricas plausíveis, por meio de discussões. Para isso, os professores costumam elaborar sequências didáticas, que são atividades articuladas e ordenadas sobre um tema de interesse, ou vários, com a participação ativa dos alunos. Para ter sucesso, essa abordagem de ensino deve ter a participação ativa de todos os envolvidos, incluindo a escola e a família, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos, entendendo suas dúvidas e utilizando conteúdos dinâmicos e interativos relacionados ao cotidiano.

O Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, tem como objetivo intensificar o estudo e a reflexão sobre os Temas Contemporâneos Transversais, por meio da aplicação de metodologias científicas, possibilitando aos estudantes identificar e propor soluções para os problemas do seu contexto social, incentivando, apoiando, valorizando e dando visibilidade à produção e compartilhamento de conhecimentos e saberes, a partir da aplicação de metodologias que são empregadas na pesquisa científica. O ICEB busca levar para as escolas públicas uma experiência com a Iniciação Científica que já é desenvolvida nas universidades e centros de pesquisa do Brasil e do mundo, promovendo, dessa maneira, a formação científica de estudantes que ainda se encontram no Ensino Fundamental e Médio, desenvolvendo aptidões que eles poderão aplicar em diversas esferas da vida, incentivando, inclusive, a formação em nível superior.

Esta coleção de livros do ICEB é o exemplo do sucesso do Programa, que demonstra como o ensino por investigação pode trazer

vários resultados de extrema relevância para os estudantes, como o desenvolvimento de competências e habilidades de reflexão, resolução de problemas e construção de conhecimento; desenvolvimento de autonomia, senso crítico, questionamentos; desenvolvimento de responsabilidade, respeito às diferentes visões de mundo e cooperação. Além disso, nos livros, fica claro que o aluno aprende sobre ciência e como fazer ciência em todas as suas áreas. Com certeza, para os professores envolvidos, o Programa resultou em reflexões críticas sobre a sua própria prática pedagógica, estimulando o seu aprimoramento, proporcionando, ademais, novas experiências que estimulam sua continuidade com dedicação na docência, apesar dos desafios que se apresentam na atualidade.

O ICEB, aplicando o ensino investigativo em sala de aula, certamente atinge o resultado esperado e essencial do ensino para estudantes e professores, que é o de formar cidadãos informados e críticos, por meio do diálogo e da exposição de ideias entre toda a comunidade escolar, com impacto positivo para toda a sociedade, no que se refere ao desenvolvimento do respeito pelo pensamento divergente.

Esta coleção de livros reúne relatos de experiências bem-sucedidas que promovem a formação de indivíduos mais questionadores, reflexivos e com capacidade de enfrentamento de problemas do cotidiano. Estudantes, professores e toda a comunidade escolar envolvida nesses projetos tornam-se, por meio do ICEB, mais aptos a confrontar informações imprecisas amplamente difundidas e, ainda, se tornam agentes multiplicadores de conhecimento — construtores de uma sociedade brasileira mais consciente da importância do saber científico e dos saberes locais na tomada de decisões em diversas esferas da vida em sociedade.

Vida longa a programas como o ICEB, que valorizam o pensamento crítico e a construção de conhecimento em prol de uma sociedade mais justa e humana.

Viviane Alves Gouveia

ICB/UFMG



APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO ICEB

Esta coleção reúne um conjunto de 15 livros organizados a partir dos relatos de experiência produzidos no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica, conhecido como ICEB, uma iniciativa da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), que, desde 2017, integra a pesquisa científica no cotidiano escolar da educação básica.

O ICEB estimula a investigação científica nas escolas estaduais de Minas Gerais, envolvendo estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, sob a orientação de professores, formando Núcleos de Pesquisa. Esses núcleos exploram um dos dois eixos temáticos do programa: “Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora” (NUPEAAS) e “Territórios de Iniciação Científica” (TIC). O primeiro se constitui de espaços de fomento à educação para as relações étnico-raciais, abordando a história, cultura, produção científica e trajetória dos povos tradicionais, africanos e afro-brasileiros; o segundo, por sua vez, se relaciona a temas de interesse local e regional, correlacionados às diferentes áreas do conhecimento.

Ainda, os Núcleos de Pesquisa contam com o suporte e supervisão de professores tutores, professores efetivos da rede pública estadual

com formação *Stricto Sensu* que acompanham o desenvolvimento dos projetos, principalmente no aspecto da pesquisa e metodologia científica, oferecendo apoio aos professores orientadores, na condução e estruturação das pesquisas. De maneira indireta, os núcleos de pesquisa também contam com o apoio de professores curadores, também professores efetivos com formação *Stricto Sensu* que são responsáveis por organizar cursos de formação para os professores orientadores, assim como analisar os projetos sob o ponto de vista dos cuidados ao cumprimento das resoluções de Ética e Segurança em Pesquisa, indicando sugestões de melhorias e aprimoramento das pesquisas.

Nessa perspectiva, o ICEB busca oferecer um ambiente estimulante para que estudantes e professores possam explorar questões relevantes em seus territórios, criando possibilidades para que eles possam ser protagonistas na investigação e na busca de respostas em um processo crítico-reflexivo de (re)construção de conhecimento. Além de contribuir para o aprendizado acadêmico, o programa promove a valorização da ciência como ferramenta de transformação social, incentivando a inclusão de temas como diversidade cultural, sustentabilidade, direitos humanos e inovação. Assim, o programa fortalece a formação integral dos estudantes, preparando-os para serem cidadãos críticos e ativos, capazes de tomar decisões informadas e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A coleção que ora apresentamos é composta por trabalhos desenvolvidos entre outubro de 2021 e dezembro de 2022, resultado de pesquisas conduzidas por estudantes e professores das 47 Superintendências Regionais de Ensino da SEE/MG. Cada volume explora e fomenta a curiosidade científica, a consciência social e ambiental, e a valorização cultural, oferecendo aos leitores uma rica diversidade de temas relevantes para a formação crítica e cidadã.

Os livros abrangem uma vasta gama de temáticas transversais, que vão desde a valorização das africanidades e a luta contra o racismo até a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. A coleção se inicia com o livro *Africanidades confluentes na Educação Básica*, apresentando a



história afro-brasileira no território mineiro, por meio de relatos científicos que abordam as suas culturas, identidades, resistências, memórias e tradições no processo de formação e identidade do povo brasileiro. Este volume é seguido por *Cultura, Ancestralidade, tradições rurais e urbanas nas vivências de estudantes da Educação Básica*, o qual promove uma imersão nas diversas manifestações culturais, religiosas, artísticas e comunitárias de raízes africanas e quilombolas no Brasil. Ambos os livros destacam a importância da preservação da memória, da identidade e da cultura como formas de resistência e valorização das heranças de nossos ancestrais.

Ainda na perspectiva de valorização da nossa história e identidade, os livros *História e memória: o que as cidades têm a dizer sobre nós* e *As Minas são muitas: memória, patrimônio e cultura* nos convidam a refletir sobre o legado histórico e as produções artísticas que moldam nossas comunidades em diversas localidades de Minas Gerais, destacando a importância da memória, da história e da preservação cultural. Ao mesmo tempo, eles trazem um convite à reflexão sobre como a história local, contada por seus próprios atores, pode enriquecer nossa compreensão crítica sobre o passado e nosso senso de pertencimento, bem como orientar políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural e ao desenvolvimento social.

Na sequência, temas relevantes, como a pobreza, a desigualdade social, os direitos humanos, a diversidade, e a inclusão também são abordados nesta coleção. Em *Educação financeira, economias locais e mercado de trabalho: experiências da Educação Básica para a transformação social*, reúne-se uma série de relatos que exploram as interseções entre educação, mercado de trabalho e desenvolvimento econômico em diferentes contextos de diversas localidades de Minas Gerais, convidando o leitor a uma compreensão prática de conceitos como educação financeira, empreendedorismo e sustentabilidade, oferecendo um panorama dos desafios e potencialidades enfrentados por diferentes regiões mineiras. Enquanto isso, o livro seguinte, *Política e cidadania: vozes, experiências e reflexões das juventudes da Educação Básica mineira*, nos proporciona um conjunto diversificado de experiências vivenciadas por estudantes mineiros da

educação básica voltados para a formação crítica, a cidadania e o direito à cidade, enfatizando o direito de todos ao acesso à cultura, ao lazer e a uma educação integral e de qualidade.

O exemplar *Catalisando pesquisas em direitos humanos e juventudes sob olhares de estudantes da Educação Básica* aborda relatos de experiência relacionados à educação em direitos humanos, ao engajamento social e aos impactos sociais da pandemia de Covid-19 na juventude, oportunizando uma visão ampla dos desafios enfrentados pelas juventudes e da importância de capacitá-las para serem protagonistas de suas próprias histórias e para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Ainda nessa vertente, a obra *Um convite para o diálogo: olhares de estudantes-pesquisadores sobre a diversidade*, nos oferece uma reflexão sobre como a educação pode ser um espaço de inclusão, empoderamento, respeito à diversidade e transformação social, abordando questões fundamentais que impactam diretamente a vida dos estudantes da educação básica e suas comunidades.

Continuando o percurso pela coleção, apresentamos obras que se destacam por abordar temas relacionados à ciência, à tecnologia, à saúde, ao meio ambiente e nossa responsabilidade socioambiental para com o desenvolvimento de nossa sociedade. O volume *Vamos falar de saúde? Um olhar a partir de pesquisadores estudantes da educação básica* reúne uma coleção de relatos que debatem os impactos da pandemia de Covid-19, os saberes científicos e tradicionais no cuidado com a saúde, bem como reflexões importantes sobre saúde mental e pública no ambiente escolar.

Os próximos dois livros são dedicados à ciência e à tecnologia, destacando a importância dessas áreas para o progresso da nossa sociedade e a atuação dos nossos estudantes pesquisadores como inovadores, adaptando-se diante dos desafios do mundo contemporâneo. Assim, o livro *Ciência e tecnologia da escola para a vida: caminhos da inovação e criatividade na Educação* é focado em relatos de experiências nas áreas das tecnologias digitais de informação e comunicação, gamificação e cultura maker. Nele encontramos trabalhos que discutem sobre os impactos educacionais

permeados por plataformas digitais, modelagem matemática e programação, sobre a gamificação como ferramenta pedagógica para o ensino-aprendizagem, sensibilização ambiental e para a redução da evasão escolar e sobre a inserção da cultura maker nas escolas, com criação de Fab Labs, biomateriais e uso da robótica. Já o volume *Da escola para a vida: ciência e tecnologia em prol das comunidades e da sustentabilidade* destaca trabalhos que relacionam ciência, tecnologia, sociedade e ambiente, apresentando relatos inovadores desenvolvidos pelos estudantes que buscam aproximar o conhecimento acadêmico-científico à vida cotidiana da sociedade, buscando contribuir para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social. Além disso, essas pesquisas se debruçam sobre a relação entre a ciência e dilemas éticos e sociais do nosso tempo e iniciativas que buscam investigar e melhorar as experiências de aprendizagem nas escolas, reforçando a importância da iniciação científica na trajetória estudantil.

A coleção avança para os últimos quatro livros, que apresentam relatos de experiência da educação básica versados na temática de meio ambiente e sustentabilidade socioambiental, destacando iniciativas para a preservação e melhoria da qualidade de vida nos ecossistemas.

O volume *Educação ambiental e mudança social: o enfrentamento à degradação do meio ambiente nas comunidades escolares de Minas Gerais* é focado em registros de experiências em ações de sensibilização e preservação ambiental, envolvendo uma variedade de temas relacionados à sustentabilidade e à biologia da conservação, como a Educação Ambiental, a implementação de hortas comunitárias, agricultura sustentável, a preservação e recuperação de áreas degradadas, a mineração responsável, a gestão dos recursos hídricos e os efeitos das atividades humanas no meio ambiente. A obra *Gotas de mudança: um compromisso das escolas mineiras com o futuro hídrico* reúne uma coleção de pesquisas relacionadas a soluções sustentáveis para resolver problemas de consumo e abastecimento de água potável, além de abordar a democratização da energia fotovoltaica e a educação ambiental como formas de preservação dos recursos naturais.

Em *Raízes do futuro: experiências de sustentabilidade, conservação e tradição na Educação Básica*, os relatos exploram experiências sustentáveis de valorização da biodiversidade local de comunidades mineiras e a conexão entre os saberes tradicionais e científicos, oferecendo-nos um rico conhecimento sobre o uso de plantas, a conservação da fauna e flora e a responsabilidade socioambiental. O exemplar é seguido por *Caminhos para a sustentabilidade: experiências na Educação Básica em gestão de resíduos, reciclagem e inovação ambiental*, que aborda uma coletânea estimulante de iniciativas de estudantes da educação básica para gestão de resíduos, reciclagem e inovação na construção de biodigestores para utilização de energias renováveis e o desenvolvimento de jogos e gincanas educativas, visando sensibilizar as comunidades escolares sobre o impacto dos resíduos no meio ambiente.

Assim, finalizamos a apresentação de nossa coleção, que aborda temas relevantes para a formação integral do ser humano, incentivando a reflexão sobre questões contemporâneas e históricas que permeiam nossa sociedade. Cada volume aqui exposto foi cuidadosamente organizado para não apenas apresentar o conhecimento científico de forma acessível, mas também mostrar esse saber contextualizado em realidades diversas, a partir dos olhares dos estudantes da educação básica mineira, proporcionando-nos um panorama crítico do mundo contemporâneo e refletindo a diversidade e a riqueza dos conhecimentos produzidos nas escolas estaduais de Minas Gerais. Esperamos que os trabalhos divulgados possam inspirar você, leitor, a atuar ativamente para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

Boa leitura!

Mara Letícia Carvalho de Souza Martins

Coordenadora da Coleção ICEB





APRESENTAÇÃO DO VOLUME 2

A coletânea “Cultura, Ancestralidade e Tradições Rurais e Urbanas nas Vivências de Estudantes da Educação Básica” é o segundo volume de uma coleção que reúne os trabalhos finalizados durante o programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) de 2022 e 2023. Este volume, em particular, contém uma série de relatos de experiências elaborados por alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais, sob a orientação de professores da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). Nesse processo, os estudantes são os protagonistas da pesquisa, enquanto os professores desempenham o papel de orientadores, organizando as práticas e permitindo a construção do conhecimento por parte dos alunos.

A maioria dos trabalhos deste volume está vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). Esse programa é crucial para a articulação da Iniciação Científica e a promoção da igualdade racial na Educação Básica. Por meio de programas educacionais, como o NUPEAAS, a SEE-MG oferece aos estudantes a oportunidade de aprofundar o conhecimento em questões raciais, desenvolver habilidades de pesquisa e participar de projetos que visam prevenir o racismo. Os professores são incentivados a motivar os estudantes a participarem dessas

iniciativas, fomentando o protagonismo juvenil e o desenvolvimento de habilidades inerentes ao mundo da ciência e da pesquisa científica.

A coletânea abrange relatos de diversas escolas estaduais, com o objetivo de explorar e valorizar as ricas tradições culturais presentes em diferentes contextos brasileiros. Esta iniciativa destaca a importância da alfabetização científica para jovens da educação básica, proporcionando-lhes ferramentas para compreender e preservar o patrimônio cultural e histórico. A alfabetização científica é fundamental para que os alunos desenvolvam habilidades críticas e analíticas, permitindo que investiguem e compreendam as manifestações culturais ao seu redor e, assim, se tornem cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade.

O ICEB procurou, ao longo de suas três edições, estabelecer respostas para questões sobre como estimular adolescentes e jovens a buscarem conhecimentos orientados pela lógica e pelas práticas científicas. Mas de que forma pode-se produzir ciência nas escolas de Educação Básica? Como aproximar a pesquisa científica de estudantes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio? Essas perguntas podem ser respondidas a partir das leituras dos 21 relatos que compõem este volume. Apoiados pelo programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), educadores transformaram os ambientes escolares em núcleos de pesquisa, apresentando aos estudantes um novo papel como pesquisadores.

Os relatos desta coletânea abrangem uma variedade de temas que ilustram a diversidade cultural da região. A primeira seção do presente volume traz os quatro trabalhos que buscaram analisar as festas e as celebrações religiosas de Minas Gerais. O primeiro trabalho desta seção trata de um estudo sobre a Congada em São Sebastião do Paraíso, elaborado pela Escola Estadual Comendadora Ana Cândida de Figueiredo, que examina essa celebração afro-brasileira e a sua importância para a identidade e a resistência da comunidade negra local. Em seguida, encontramos uma investigação sobre as cavalhadas no Brejo do Amparo, conduzida pela Escola Estadual Olegário Maciel, que explora como essas festividades ajudam a construir e reforçar a identidade dos moradores locais. A Escola

Estadual Chiquinha Soares traz uma análise do reinado de Bom Despacho, uma festa que mistura tradições religiosas e culturais africanas e europeias, ressaltando a riqueza e a diversidade dessa manifestação. Fechando a seção, a Escola Estadual José Gorutuba explora as manifestações culturais típicas da cidade de Janaúba, com ênfase nos ritmos de danças e gêneros musicais de matrizes africanas como a Dança do Pote e a Folia de Reis.

A segunda seção da presente coletânea, “Artes, Linguagens e Práticas Ancestrais”, apresenta seis trabalhos que trazem a questão da ancestralidade a partir de artes, danças e narrativas tradicionais. Abrindo o segundo bloco de relatos, a Escola Estadual Professor Inácio Castilho analisa as obras dos artistas Pierre Verger, Carybé, Heitor dos Prazeres e Clara Nunes como manifestações da cultura afro-brasileira, explorando como a arte serve como um meio de resistência e preservação da identidade cultural afrodescendente. Já a Escola Estadual Miguel Gontijo contribui para o tema com a análise do dialeto Tabatinga, existente no bairro Ana Rosa, no município de Bom Despacho/MG. A linguagem, desenvolvida por africanos escravizados, se tornou elemento de formação da identidade cultural dos moradores da cidade. No terceiro relato da seção, a Escola Estadual Odete Valadares analisa duas narrativas mitológicas da divindade feminina Nanã Buruquê ou Zumbarandá, pertencente às culturas africanas iorubá e bantu, explorando como essas narrativas contribuem para a construção de um senso de pertencimento e alteridade. No campo das práticas educativas, a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo explora os métodos e as práticas africanistas, com foco na filosofia ubuntu e as suas aplicações pedagógicas e científicas no contexto escolar, pensando a capoeira angola e a música de matriz africana como metodologia de pesquisa historiográfica. O quinto relato da seção, produzido pelo núcleo de pesquisa da Escola Estadual Manoel Machado Franco, também reflete sobre a capoeira e a sua prática no contexto escolar. Fechando o bloco, o relato de experiência “Respeite o legado, reinvente o futuro”, da Escola Estadual Barão do Rio Branco, discute o multiculturalismo, examinando como ele contribui para a formação de

estudantes críticos a partir de uma orientação questionadora acerca das origens eurocêntricas dos saberes estabelecidos.

Na terceira seção do volume, concentram-se os estudos sobre as comunidades e as tradições quilombolas de Minas Gerais. A Escola Estadual Faustino Pacheco abre o bloco a partir da discussão sobre a importância da preservação da memória das comunidades quilombolas, do município de Januária, atendidas pela escola, ressaltando suas tradições culturais e práticas de resistência. A Escola Estadual Professor Jason de Moraes também aborda a educação escolar quilombola, enfatizando a importância do conhecimento para a compreensão e a aceitação das identidades culturais quilombolas. A Escola Estadual Bom Jesus da Aguada Nova explora a história da comunidade quilombola Córrego do Narciso do Meio, destacando como a memória coletiva fortalece a identidade e o senso de pertencimento. O relato “Sou Quilombola: Resgatando Tradições”, da Escola Estadual Professor Batistinha, também discute a educação quilombola como forma de resistência e preservação cultural, enfatizando a importância da escola no resgate de tradições quilombolas, como a Capoeira, a Dança de São Gonçalo, a Folia de Reis das Pastorinhas, a Dança das Lavadeiras e a Dança das Peneiras. Por fim, a Escola Estadual Antônio Linhares Guerra parte da figura histórica de Zumbi dos Palmares para discutir sobre a formação da identidade quilombola nas comunidades do Morro de Santo Antônio e do Capoeirão, e sobre as barreiras simbólicas e históricas que dificultam a construção de tal identidade em Itabira/MG.

A última seção do volume, intitulada “Memória, identidade e comunidade”, reúne pesquisas que tomam a memória e a territorialidade como elementos para a construção de identidades, e sentimentos de pertencimento e de comunidade. A Escola Estadual Professor Pinheiro Campos discute a importância da memória no combate ao racismo nas escolas, destacando a história da luta antirracista na cidade de Oliveira/MG e a percepção atual dos moradores sobre tal questão. O relato “Cultura e identidade boavistense” trata da preservação das memórias e das tradições comunitárias no Distrito de São Sebastião da Boa Vista, município de Chapada do Norte/MG, observando o importante papel desempenhado pela Festa de

São Sebastião e pela Folia de Reis em tais esforços. Já a Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre oferece uma análise histórica sobre a escravidão e a diáspora no arraial de São José do Tijuco - atual cidade de Ituiutaba/MG - durante o século XIX, explorando suas implicações culturais e sociais. O relato de experiências “Sankofa: uma proposta de educação para as relações raciais” trata da pesquisa de campo elaborada pela Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho nas comunidades São Benedito em Juiz de Fora/MG e na comunidade quilombola Colônia do Paiol em Bias Fortes/MG. A partir de uma perspectiva comparada, buscou-se observar os impactos da educação sobre as percepções e o imaginário sobre África. Em “Os vestígios culturais da escravidão em Felício dos Santos/MG: redescobrimo o ‘Cemitério dos Cativos’”, a Escola Estadual Felício dos Santos explora o passado da escravidão na região através de entrevistas da população e visitas ao “Cemitério dos Cativos”. Por fim, a Escola Estadual Visconde de Arantes resgata a história cultural e identitária de Andrelândia/MG, destacando o seu passado ligado à presença indígena e negra na região.

Esta coletânea, portanto, não só celebra a diversidade e a riqueza cultural do Brasil, mas também sublinha a importância da alfabetização científica como ferramenta fundamental para que os jovens compreendam e valorizem suas próprias histórias e tradições. Ao promover o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural, contribuimos para a formação de cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios do futuro com um profundo respeito por suas raízes.

Esperamos que as leituras aqui apresentadas possam incentivar outros estudantes e professores a transformarem seus olhares, vislumbrando nas pequenas observações do dia a dia grandes objetos de pesquisa.

Marcelo Ribeiro Vasconcelos
Márcia Patrícia Barboza de Souza
Organizadores

SUMÁRIO

PARTE 1

FESTAS E CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS

28 Cultura e territorialidades negras: a Congada em São Sebastião do Paraíso

Escola Estadual Comendadora Ana Cândida de Figueiredo – SRE São Sebastião do Paraíso

38 Narrativas brejinas: a construção da identidade dos moradores da comunidade do Brejo do Amparo a partir dos festejos de Cavallhada

Escola Estadual Olegário Maciel – SRE Januária

50 Reinado de Bom Despacho: tradição, fé e cultura

Escola Estadual Chiquinha Soares – SRE Pará de Minas

60 Um estudo sobre as manifestações culturais gorutubanas com aplicação dos ritmos de danças e gêneros musicais de matrizes africanas no espaço escolar

Escola Estadual José Gorutuba – SRE Janaúba

PARTE 2

ARTES, LINGUAGENS E PRÁTICAS ANCESTRAIS

70 Arte e manifestações culturais afro-brasileiras

Escola Estadual Professor Inácio Castilho – SRE Uberlândia

86 Dicionário da Tabatinga: uma perspectiva histórica de cultura, memória e marcas da ancestralidade de Bom Despacho

Escola Estadual Miguel Gontijo – SRE Pará de Minas

98 Memória, pertencimento e alteridade: o que aprendemos sobre nossos lugares com as histórias de Zumbarandá ou Nanã Buruquê.

Escola Estadual Odete Valadares – SRE Pouso Alegre

112 Métodos e práticas africanistas: a filosofia ubuntu e suas experiências pedagógicas e científicas

Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo – SRE Uberlândia

126 Percepção da prática da capoeira, como expressão da cultura afro-brasileira, na Escola Estadual Manoel Machado Franco, instituição submetida ao cumprimento da Lei 10.639 de 2003

Escola Estadual Manoel Machado Franco – SRE Caratinga

138 Respeite o legado, reinvente o futuro: o multiculturalismo como um estudo da formação identitária e resgate cultural do que cerceia nossa “brasilidade”, raízes e essências

Escola Estadual Barão do Rio Branco – SRE Itajubá

PARTE 3

TRADIÇÕES QUILOMBOLAS: CULTURA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

-
- 154 A importância da preservação da memória das comunidades quilombolas januarenses: Bom Jantar, Gameleira, Lapão, Pau D'óleo, Riachinho e Tábua**
Escola Estadual Faustino Pacheco – SRE Januária
-
- 164 CultIDENTIDADE: educação escolar quilombola, conhecendo para entender e aceitar**
Escola Estadual Professor Jason de Moraes – SRE Araçuaí
-
- 176 Rememorando identidades e pertencimentos: a história da comunidade quilombola Córrego do Narciso do Meio, em Araçuaí/MG**
Escola Estadual Bom Jesus da Aguada Nova – SRE Araçuaí
-
- 184 Sou quilombola: resgatando tradições – a educação quilombola como forma de resistência e preservação cultural**
Escola Estadual Batistinha – SRE Januária
-
- 198 Zumbi dos Palmares é itabirano: uma breve discussão acerca do protagonismo do povo preto na formação identitária itabirana**
Escola Estadual Antônio Linhares Guerra – SRE Nova Era
-

PARTE 4

MEMÓRIA, IDENTIDADE E COMUNIDADE

-
- 212 Antirracismo nas escolas: a importância da memória ancestral para o entendimento do passado, a percepção do presente e a construção do futuro.**
Escola Estadual Professor Pinheiro Campos – SRE Divinópolis
-
- 224 Cultura e Identidade boavistense: preservar memórias e tradições comunitárias para manter um elo entre as gerações**
Escola Estadual José Rodrigues Figueiredo – SRE Araçuaí
-
- 236 Escravidão e diáspora no arraial de São José do Tijuco/MG durante o séc. XIX**
Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre – SRE Ituiutaba
-
- 248 Sankofa – uma proposta de educação para as relações raciais: memórias, narrativas, educação e imaginário racial**
Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho – SRE Juiz de Fora
-
- 262 Os vestígios culturais da escravidão em Felício dos Santos/MG: redescobrimo o “Cemitério dos Cativos”**
Escola Estadual Felício dos Santos – SRE Diamantina
-
- 270 Terra de André, Terra de todos: um resgate antropológico de história cultural e identitária**
Escola Estadual Visconde de Arantes – SRE Barbacena
-

PARTE 1

FESTAS E CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS



CULTURA E TERRITORIALIDADES NEGRAS: A CONGADA EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

Adriã da Silva Moraes¹, Érica Maria Romualdo¹, Luana Marques Ferreira¹, Murilo dos Anjos da Silva¹, Pedro Henrique Rodrigues de Oliveira¹, Rafael Pereira de Souza¹, Rahayla Luísa Marques da Fonseca¹, Ráryton Marques da Fonseca¹, Samuel Pequeno Gonçalves¹, Thiago Henrique de Souza¹, André Luis Augusto Bonacini², Jônathan Vinicius Dorini de Moraes³

1 INTRODUÇÃO

Congada, Congado ou Congo são nomes utilizados para expressar a manifestação religiosa e cultural que permeia a dança, o teatro, o canto e outras formas de expressão da espiritualidade, oriundas tanto da matriz africana quanto do cristianismo, portanto, um sincretismo. Nessas manifestações são realizados louvores e adorações, especialmente as figuras de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, de modo a retomar a lembrança e a tradição dos escravizados no período colonial brasileiro. Em algumas celebrações, há uma retomada da memória de Chico Rei e da batalha

1 Escola Estadual Comendadora Ana Cândida de Figueiredo (São Sebastião do Paraíso/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Comendadora Ana Cândida de Figueiredo (São Sebastião do Paraíso/MG), andre.bonacini@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Márcio Nicolato (Ubá/MG), jonathan.moraes@educacao.mg.gov.br.

ocorrida entre cristãos e mouros. Essa festividade ocorre em todas as regiões do país. Sobre isso, aponta Aline Guerra da Costa, pesquisadora do tema:

A Congada é uma festa popular religiosa presente em diferentes territórios do Brasil, em especial nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, em que suas/seus praticantes saem às ruas entoando versos que (re)lembra(m) o sofrimento do cativo, celebram a libertação das/os escravizadas/os e louvam seus santos de devoção, tais como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Os ternos – como são conhecidos os cortejos ricamente adornados – seguem as ordens de seus capitães de guia (nome dado àquela/e que canta os versos e lidera o terno) tocando suas violas, violões, acordeões, instrumentos de sopro, chocalhos, surdos e caixas (Costa, 2020, p. 26).

Embora não haja uma data determinada, as festividades costumam ocorrer entre os meses de maio e outubro, período esse consagrado a Nossa Senhora. Em outras partes do Brasil, é celebrada no final de dezembro. A Congada representa um fenômeno de resistência e ressignificação de manifestações de fé do povo escravizado. Para compreendermos esse fenômeno, devemos retomar as origens históricas dessa manifestação cultural, que remonta às origens africanas.

Durante a escravidão, o negro transladado por meio do trato trouxe consigo da África somente seu corpo. Esse mesmo corpo foi matéria de subjugação e cerceamento a partir de sua apreensão, do tráfico e da posterior venda e revenda em terras brasileiras. O escravo foi vigiado e coagido em suas capacidades criativas e inventivas, subjugado ao ritmo do trabalho imposto pelo senhor branco, muitas vezes aliciado e violado sexualmente. O corpo constituiu, porém, o único meio e suporte do qual o negro escravo dispunha para ser, agir e se relacionar naquele contexto social. Toda e qualquer atividade que possibilitava o exercício da liberdade do corpo era valorizada enquanto tal pelo negro (Cezar, 2015, p. 364).

Os súditos realizavam cortejos aos reis congos como forma de agradecimento aos soberanos. Com a chegada no continente americano e o conhecimento da religião católica, ocorreu uma identificação instantânea entre as entidades. As figuras da igreja católica foram associadas com os ancestrais africanos que, por sua vez, eram homenageadas e consagradas em cultos e igrejas construídas com o trabalho e o dinheiro de escravizados e alforriados. Sobre esse aspecto, Lilian Sagio Cezar aponta:

No caso das congadas, o núcleo duro centra-se na escolha e coroação do rei e rainha, na articulação de uma rede social a partir de relações hierárquicas entre o séquito e os demais membros da festa. O alcance das ações do rei e da rainha da congada certamente são pontuais, localizados e visam interesses e valores específicos. A eficácia dessas ações permitia a rememoração e (re)criação de práticas religiosas ancestrais reportadas à África, que ao longo do tempo vêm se mantendo relativamente secretas, enquanto forma de conhecimento restrita aos membros da festa (Cezar, 2012, p. 190).

Outra importante figura saudada na tradição congadeira é a da princesa Isabel, especialmente por seu papel na libertação dos escravizados. Assim, a Igreja, as autoridades e os senhores de engenho, em geral, aceitavam ou prestigiavam a solenidade.

1.1 A Congada em São Sebastião do Paraíso

Por advento da corrida provocada pela descoberta de inúmeras minas de ouro no Sul do estado de Minas Gerais, ainda no final do século XVIII, surgiu Jacuí (1750), considerada como cidade matriz, ou seja, pioneira de todas as cidades da região. Por ocasião do declínio da mineração, cujos vestígios ainda podem ser vistos, especialmente nos limites do perímetro urbano dessa cidade, seus moradores passaram a se dedicar tanto à agricultura quanto à pecuária. Decorre desse período histórico o surgimento de inúmeras fazendas, e, dentre essas, podemos citar a “Fazenda da Serra”, de propriedade da abastada família Antunes Maciel. Essa proximidade com a zona cafeeicultora paulista e a vocação agrícola fez do distrito de São Sebastião do Paraíso uma das maiores localidades produtoras de café do estado, chegando a colher, no final do século XIX, doze milhões de sacas anuais. A centralidade da economia em torno do café é fundamental para compreendermos a relação de proximidade com a Igreja Católica do período (Calafiori, 1996). Conforme aponta Lilian Sagio Cezar:

O município de São Sebastião do Paraíso está localizado no sudoeste mineiro, e faz divisa geográfica com o estado de São Paulo, especificamente com a região denominada Alta Mogiana. A sociabilidade desenvolvida em toda a região é influenciada pelo plantio, colheita

e beneficiamento do café enquanto sustentáculo econômico local, pela forte presença de famílias de ascendência africana e italiana – trazidas à região por conta dessa lavoura –, pela interdependência econômica e cultural entre zonas rural e urbana e, finalmente, pela devoção e religiosidade desenvolvidas ao redor da Igreja Católica (Cezar, 2015, p. 367).

O distrito foi oficialmente criado em 18 de maio de 1855, por meio da lei n.º 714. A vila passou a ser reconhecida em 13 de setembro de 1870, pela lei n.º 1641. Participar do surto cafeeiro do Segundo Reinado fez com que a vila fosse beneficiada com a vinda das primeiras levas de imigrantes, que chegavam ainda em carros de boi, em Mococa/SP. Em 1870, já havia crianças filhas de pais Italianos registradas no cartório local. As primeiras estações de trem, em especial a Mogiana, só chegaram em 1910, apesar de preencherem desde 1901 as atas da Câmara dos vereadores.

São Sebastião do Paraíso tem aproximadamente 58 mil habitantes e está localizada no Sudoeste de Minas Gerais. Segundo Calafiori (1996), desde a fundação do município, há 182 anos, escravizados e seus descendentes realizam Festas de Congada e Moçambique (Calafiori, 1996).

As cores vivas e berrantes da indumentária, o passo cadenciado quase marcial, a batida dos tambores que, para alguns, emulam os sons do coração, as divisões das vozes e o cantar clamoroso – quase como um lamento – evocam a religião e o amor pelo folclore, presentes na história da vida de gente humilde e de raiz escrava, contagiando toda a cidade com sua beleza, simbolismo e popularidade.

É tempo de Congada, e é assim todos os anos, entre os dias 26 e 30 de dezembro, quando ocorrem em São Sebastião do Paraíso suas festividades. Símbolo maior do folclore da cidade, muito já foi dito e escrito sobre o assunto, mas, ainda assim, quando chega o fim do ano, um dos festejos mais peculiares da história do Brasil submerge do meio do povo e toma o lugar entre as comemorações do Natal e do Ano Novo na vida do paraisense.

A congada em São Sebastião do Paraíso/MG se constitui enquanto festa afrodescendente que rememora ritualística e performaticamente por meio da homenagem a uma corte negra, uma África ancestral contraposta à experiência do trauma da escravidão. Ao se afirmar

enquanto festa religiosa católica essa congada estabelece para si um espaço físico e temporal legítimo para a sua realização, calcado na própria história da Igreja Católica, em especial, a da irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Por conta de seu caráter secular inferiu-se a essa festa o tradicional num duplo sentido, o da história da Igreja e de suas irmandades religiosas e o de memórias ancestrais africanas, o que por si só constitui fonte de polissemia (Cezar, 2012, p. 191).

Reunindo aspectos profundos da miscigenação cultural e do sincretismo religioso, Congadas e Moçambiques têm sua história profundamente misturada com a própria história da cidade. Sobre a origem e a importância das festas na vida do paraense, obtivemos informações e depoimentos de participantes, historiadores e organizadores.

Ao longo do século XX essa festa de congada sofreu constrangimentos no que diz respeito ao espaço destinado à sua realização por meio de ações que visavam o “melhoramento” urbano e representaram, na prática, um controle indireto e ambíguo das formas de sociabilidade proporcionada pelas festas. Em 1952 a cidade assistiu à abrupta demolição da antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário, sede da irmandade e local onde a festa era realizada até então. A memória da demolição e saudade da antiga igreja é ainda sentida pelos congadeiros e moçambiqueiros mais antigos. A justificativa apontada pela maioria das pessoas que me relataram a demolição foi a insatisfação do dono do sobrado em frente à igreja, pessoa muito rica na cidade, que teria usado sua influência sobre as autoridades para que a vista de sua casa não fosse mais prejudicada pela fachada do templo. Uma outra explicação dá conta da venda da antiga igreja para a prefeitura a fim de que ali fosse definitivamente construída uma rodoviária, uma vez que as jardineiras já utilizavam a pequena praça ao redor da igreja como local de embarque e desembarque de passageiros. O dinheiro da venda da antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário foi utilizado na reforma e ampliação da igreja da Matriz, distante somente dois quarteirões do local da antiga igreja (Cezar, 2012, p. 191-192).

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa apresentada compreendeu todo o ano de 2022 e envolveu encontros semanais, onde puderam ocorrer distintas atividades inerentes ao processo de escrita científica e desenvolvimento das etapas da pesquisa científica.

Quanto ao local, a pesquisa foi realizada na cidade de São Sebastião do Paraíso, localizada no Sul de Minas Gerais. O município

localiza-se a 400km da capital do estado, Belo Horizonte. Esse município brasileiro conta com pouco mais de 70 mil habitantes e tem como data de fundação 25 de outubro de 1821, o que corrobora a influência do nosso objeto de pesquisa, seja como forma de resistência à opressão colonial às heranças culturais de matrizes africanas ou sincréticas, seja por sua história de resistência quilombola aos ditames dos algozes que aqui existiam. Atualmente, a cidade tem como principal fonte econômica a exploração cafeeira, com foco na exportação.

A nossa experiência se baseou no aprofundamento da compreensão do papel ocupado pela Congada no imaginário do povo paraisense, bem como compreender o papel da territorialidade na constituição e na manutenção de tal imaginário simbólico. Para tanto, utilizamos de vasta pesquisa bibliográfica e documental, esta última sendo possível graças ao apoio e parceria da Secretaria Municipal de Cultura. Desse modo, nossa intervenção se baseou em buscar compreender em que medida a tradição congadeira se insere no imaginário coletivo local e quais as suas determinações e influência no *ethos* local.

Em relação ao perfil do sujeito de nossa pesquisa, encontramos grande diversidade entre os membros congadeiros. Embora se trate de uma tradição cultural de matriz africana, a incorporação e assimilação por parte da igreja católica refletiu em uma heterogeneidade dos membros, seja em aspectos étnicos, seja em aspectos sociais e econômicos.

A Congada ocupa, nesse sentido, um papel privilegiado, unindo pessoas de diferentes perspectivas em prol da manutenção e da preservação desse importante capital cultural. Por se tratar de material bibliográfico e documental, os recursos materiais utilizados são os que permeiam tal tipo de pesquisa.

Além dos artigos acadêmicos e a pesquisa com fontes materiais documentais tradicionais, utilizamos materiais audiovisuais que resgatam a historicidade do fenômeno da Congada no Brasil, de modo a permitir, a nós pesquisadores, uma visão mais ampla e de totalidade do fenômeno. Por fim, realizamos uma viagem de campo ao Museu Afro. O Museu Afro Brasil é uma instituição pública administrada pela Associação Museu Afro Brasil

- Organização Social de Cultura. Localizado no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, dentro do mais famoso parque de São Paulo, o Parque Ibirapuera. O museu conserva, em 11 mil m², um acervo com mais de 8 mil obras, entre pinturas, esculturas, gravuras, fotografias, documentos e peças etnológicas, de autores brasileiros e estrangeiros, produzidos entre o século XVIII e os dias de hoje. O acervo abarca diversos aspectos dos universos culturais africanos e afro-brasileiros, abordando temas, como a religião, o trabalho, a arte, a escravidão, entre outros temas ao registrar a trajetória histórica e as influências africanas na construção da sociedade brasileira. O museu conta com uma seção dedicada ao estudo e à valorização da Congada no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através de nossa pesquisa, pudemos observar e determinar o valor e o lugar que a Congada, enquanto manifestação cultural e orgânica, oriunda das classes populares e sobretudo dos descendentes de escravizados, ocupa no município de São Sebastião do Paraíso/MG. Percorrer o imaginário coletivo de um povo é também compreender e apreender parte dos hábitos e das tradições que habitam o nosso cotidiano. Embora nem todos esses conhecimentos sejam acessíveis ao grande público, conforme aponta a autora:

Os conhecimentos específicos à congada não estão disponíveis àqueles que gostam da festa, são resguardados somente pelos dançadores que os receberam por pertencerem a famílias específicas, são restritos à esfera de descendentes dos dançadores da festa. Apesar disso, tais conhecimentos também são explicitados ao público, por meio das canções proferidas nos cortejos e desfiles utilizando dizeres codificados conforme a memória da linguagem utilizada pelos escravos. Esses códigos, no passado escravocrata, foram usados na comunicação entre pares em que os brancos eram propositalmente excluídos dos processos de codificação-decodificação, ao serem mantidos ignorantes em relação à forma e conteúdo que os conceitos adquiriam nessas específicas linguagens que envolvem comunicação oral, performances, silêncios etc. (Cezar, 2015, p. 383).

Enquanto manifestação religiosa, cultural e social, a Congada ocupa papel privilegiado nas tradições populares. Como por exemplo o

papel que ela exerce dentro do universo religioso, a função identitária dentro e fora das guardas, a importância da resistência e o empoderamento da cultura afro-brasileira. Todos esses elementos reforçam e sinalizam o caminho da construção da identidade brasileira, plural, disforme e complexa.

Ao homenagear os ancestrais, a congada se estabelece enquanto possibilidade de lidar com o limite da existência viva da pessoa a partir do reconhecimento da existência de algo daquela pessoa que permanece mesmo depois de sua morte. Assim, na congada, a concretização de uma série de rituais anualmente agencia de forma específica as potências que fundamentam os cortejos afim de garantir que o principal da festa se realize: que as caixas (tambores) seduzam e convidem homens, almas, ancestrais e santos para dançarem juntos, articulando conexões entre dimensões distintas, por meio das quais agências, saberes e memórias confirmam forma, significação e especificidade a esta expressão de mundo que modula o modo de ser e estar de congadeiros e moçambiqueiros e, por conseguinte, a maneira como esses dançadores lidam com ancestrais, memórias e conhecimentos que povoam e multiplicam sua festa de congada. (Cezar, 2015, p. 383).

Além disso, identificamos a importância da festa e dos adereços. Como a fé dos escravos hibridizava-se com a instituição da Igreja Católica, tornando-se assim uma prática social e uma festividade à parte. A presença dos santos, tão própria do catolicismo português, associadas a crença e a devoção dos africanos, marcavam toda a festividade.

A presença das irmandades também marca toda essa manifestação cultural, associadas principalmente à figura das embaixadas. Recriam-se e retomam-se figuras e características históricas: mouros, índios, negros, rei congo, todos passam a fazer parte de um mesmo e novo universal simbólico e cultural.

Por meio dela, há uma ruptura da história tradicional e o retrato dos traços dessa cultura, não somente como decorrente do processo de escravidão. Nesse sentido, o trabalho em questão teve por objetivo geral resgatar e fortalecer as identidades afrodescendentes locais na cidade de São Sebastião do Paraíso/MG, por meio da divulgação de um estudo da história da companhia de congo da cidade. De maneira específica, buscou-se, pela captação de relatos da história oral, resgatar vozes de sujeitos

históricos e promover a valorização da cultura local. Mais ainda: valorizar essa forma de expressão e como ela foi e é importante não só para a cultura local, mas, também, para a cultura afrodescendente no país.

Em termos analíticos, a festa da congada permite que ritualisticamente seja operacionalizado o reconhecimento da importância dos valores e, principalmente, do conceito de divindade específico a esta descendência africana no Brasil. Assim se possibilita a suspensão, ainda que momentânea, de sentimentos de perda advindas da memória tanto da escravidão como da separação e desintegração da família africana e do cerceamento à liberdade que afetaram todas as esferas da vida dos negros aqui aportados, imprimindo-lhes marcas corporais, afetivas e culturais. Sentimentos de perda que perduram desde a escravidão são paradoxalmente apaziguados e avivados em meio aos cortejos dos ternos e aos rituais por eles realizados. Nesse sentido podemos compreender a fala do capitão Fernando ao afirmar que a congada foi a única indenização que os escravos receberam após a abolição da escravatura (Cezar, 2015, p. 382).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manifestação que representa diversas formas de expressão, a Congada, também conhecida como congado ou reinados, está em processo de registro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para se tornar Patrimônio Cultural do Brasil. A manifestação é forte em diversos estados, como Minas Gerais, Goiás e São Paulo.

A dispersão da população africana, ao longo dos séculos, resultou no restabelecimento de suas sociabilidades com atuação cosmológica e política nos mais variados territórios. Cada congadeira/reinadeiro conta com a sua própria organização comunitária para a realização dos rituais, que carregam expressões específicas. O pedido de registro do Congado/Congadas/Reinados a Patrimônio Cultural do Brasil foi entregue ao Iphan em 2008 pela Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia.

Sendo assim, podemos observar a importância de tal manifestação cultural em território brasileiro, seja na preservação de manifestações tradicionais africanas, seja na própria resignificação, por meio do sincretismo. A tradição congadeira se mostra mais forte e viva do que nunca, ocupando

lugar de destaque nas tradições populares brasileiras. Desejamos que nossa pesquisa se insira no contexto de valorização e popularização do fenômeno, de modo que cada vez mais contingentes de brasileiros possam conhecer e se apaixonar pelas festividades aqui supracitadas.

Não obstante, desejamos que, através da reflexão e compreensão, a Congada possa sair do espaço marginal que a perspectiva eurocêntrica e colonialista a tentou imputar, ocupando finalmente o protagonismo e o respeito devido, haja vista a proporção e a dimensão que adquiriu em nosso país, ligando-se ao nosso povo e à nossa cultura.

REFERÊNCIAS

CALAFIORI, L. F. *São Sebastião do Paraíso histórias e tradições*. São Sebastião do Paraíso: Prefeitura Municipal, 1996.

CEZAR, L. S. Saberes Contados, Saberes Guardados: A Polissemia Da Congada de São Sebastião do Paraíso. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 38, p.187-212, jul/dez, 2012.

CEZAR, L. S. A Santa, O Mar e o Navio: Congada e Memórias da Escravidão no Brasil. *Revista de Antropologia USP*, São Paulo, n. 1, v. 58, p. 363-396, 2015.

COSTA, A. G. da. Pedagogias da Congada: no “cruzo” de saberes e ancestralidades em disputa. *Revista Espaço Acadêmico UEM*, Londrina, n. 225, p. 25-36, nov/dez, 2020.

NARRATIVAS BREJINAS:

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS MORADORES DA COMUNIDADE DO BREJO DO AMPARO A PARTIR DOS FESTEJOS DE CAVALHADA

Camilla Barbosa Guedes¹, Caroline Figueiredo Santos Carvalho¹, Eduardo Henrique Santos Oliveira¹, Hillary Xavier Farias¹, Ioannes Carvalho Veloso¹, Jamily Chagas dos Santos¹, Neiriane Lisboa de Oliveira¹, Raffael Oliveira Alves¹, Sttephany Lorrany Rodrigues Santana¹, Théo Ângelo Ribeiro de Sá¹, Victor de Almeida¹, Janaina Rodrigues Lopes², Laysa Camilla Brant Oliveira³

1 INTRODUÇÃO

Os membros de um povo ou comunidade tradicional possuem modos distintos de ser, fazer e viver em comparação com a sociedade geral, o que faz com que esses grupos se reconheçam como possuidores de identidades e direitos próprios. Entre esses grupos, encontram-se pescadores artesanais, geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, ribeirinhos,

1 Escola Estadual Olegário Maciel (Januária/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Olegário Maciel (Januária/MG), janaina.rodrigues.lopes@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual de Aparecida do Mundo Novo (Montes Claros/MG), laysa.12267969@educacao.mg.gov.br.

entre outros, que, somados, representam uma parcela significativa da população de Januária.

De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares (2022), Januária é um dos maiores municípios do estado de Minas Gerais e abriga o maior número de comunidades quilombolas certificadas, totalizando 37 comunidades tradicionais. Com base nesses dados, surgiu a necessidade de elaborar estudos sobre a cultura, a memória, a corporeidade e a ancestralidade afro-brasileira no município, visando à promoção social desses povos e de comunidades tradicionais.

A Escola Estadual Olegário Maciel, localizada na cidade de Januária, oferece as modalidades de Ensino Médio Regular, Ensino Médio Integral Propedêutico, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e Ensino Médio Técnico (Administração e Informática). Sua clientela vem de várias partes da cidade, refletindo uma grande diversidade econômica, social e cultural.

Diante desse panorama, a escola desempenha um papel fundamental no fortalecimento da cultura afro-brasileira e na disseminação das manifestações culturais locais. Para cumprir esse importante papel, conforme estabelecido pelo seu Plano Político Pedagógico (PPP, 2021), é essencial que a escola trabalhe a história e a cultura afro-brasileira, além das manifestações culturais locais, configurando-se assim como um espaço adequado para a construção do conhecimento.

Este projeto teve como objeto de estudo a comunidade do Brejo do Amparo, recém-certificada como quilombola e situada às margens do rio São Francisco, no município de Januária. O estudo foi conduzido pelos alunos pesquisadores do Projeto de Iniciação Científica - ICEB e focou a representação dos sertanejos ribeirinhos, buscando apreender a cultura como uma estratégia de resistência e preservação da memória e da identidade do povo brejino. Também analisou a construção das relações sociais e da identidade dos moradores da comunidade quilombola do Brejo do Amparo, com base nos festejos de Cavallhada.

Dessa forma, o estudo visou evidenciar as manifestações culturais existentes na comunidade como uma estratégia de resistência e preservação da cultura, compreendendo o contexto social e a realidade vivenciada pelos moradores do Brejo do Amparo, por meio das narrativas dos próprios habitantes.

Além disso, destacou a importância da valorização cultural como parte da dinâmica de interação social da comunidade.

2 DESENVOLVIMENTO

No presente estudo, foi utilizada a metodologia qualitativa, com a técnica de observação participante. Buscou-se observar a comunidade de Brejo do Amparo por via da manifestação cultural mais conhecida que são os festejos de Cavallhada, rito que consiste em uma encenação de luta entre mouros e cristãos, de marcado fundo católico. Essa manifestação integra a vida dos moradores ao longo dos anos.

Posteriormente, foi realizada a pesquisa de campo na comunidade do Brejo do Amparo por meio da abordagem qualitativa e da observação participante. As entrevistas semiestruturadas aconteceram com os moradores e, principalmente, com os atores envolvidos nos festejos de Cavallhada. As observações dos espaços e lugares, do ir e vir, e da oralidade dos moradores brejinos foram acompanhadas durante o festejo na comunidade.

Os desfechos da batalha ocorreram em três dias, quando foi possível interpretar os sentidos sociais e simbólicos implicados nas suas práticas, tais como: a dimensão familiar envolvida nos processos festivos e os significados contidos na principal manifestação cultural. Para a construção metodológica concernente à estrutura e execução deste relato de experiência, o apoio foi de uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2014), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que correspondente a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

A observação participante, o diário de campo, as entrevistas livres foram as técnicas que fizeram parte do arcabouço metodológico que também foi utilizado na pesquisa empírica para compreender: a cultura como estratégia de resistência e preservação da memória e da identidade do povo brejino, e como são construídas as relações sociais e a identidade dos moradores na comunidade quilombola do Brejo do Amparo a partir dos festejos de Cavallhada.

As narrativas orais foram parte de uma ferramenta importante para obter dos moradores relatos de seu saber e do seu modo de vida. A oralidade é para Castro Junior (2003):

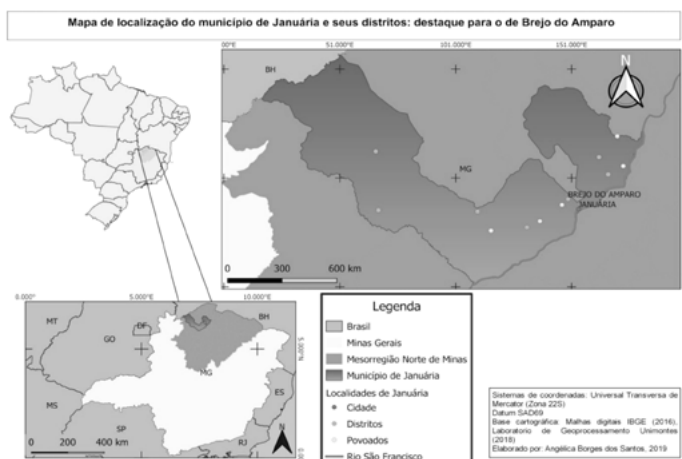
[...] um caminho de comunicação vibrante que envolve seus personagens num campo fértil de produção de saberes, e que explica os fenômenos existentes. Os saberes revelam uma força de criação e recriação ordinária do passado em constante comunhão com o presente (Castro Júnior, 2003, p. 9).

A realização dos seguintes passos metodológicos possibilitou no final a sistematização das informações obtidas durante a pesquisa, compondo a proposta deste estudo.

De acordo com Pereira (2004), a história do Brejo do Amparo está vinculada ao povoamento e à ocupação econômica de Minas Gerais. A formação do povo no Norte de Minas aconteceu através dos indígenas (foram eles os habitantes originais do Norte), dos europeus (predominantemente portugueses) e dos africanos (migrados forçadamente como mão de obra escrava).

O Brejo do Amparo é um lugarejo que propicia uma paisagem pitoresca, lugar pacato, apresenta casarões antigos que marcam a presença da influência dos jesuítas na região. Possui uma área de cerca de 600 km², localizado a 7 km do município de Januária. Como pode ser verificado na figura 1:

Figura 1: Localização da comunidade do Brejo do Amparo



Fonte: Santos, 2021.

Devido a sua localização próxima à cidade, favoreceu o incremento de atividades de entreposto comercial, o que contribuiu para uma configuração urbana da comunidade, fazendo com que ela possua um estilo rural-urbana⁴. Brejo do Amparo é o “berço” do município, ou seja, o núcleo de origem, e compõe o circuito turístico da cachaça, juntamente com os municípios de Cônego Marinho e Bonito de Minas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cultura popular da comunidade do Brejo do Amparo se destaca principalmente pela fé do seu povo e pela devoção aos santos católicos. A comunidade é representada culturalmente pela manifestação de diversos grupos sociais. Dentre as manifestações culturais significativas, destacam-se: o Terno das Ciganas, Folia de Reis, São João, Ressurreição de Cristo e a Cavalhada. Todas essas festas populares possuem cunho religioso e apresentam distintas marcas da sacralidade, assim como momentos profanos.

Este estudo buscou compreender uma das mais relevantes manifestações culturais do Brejo do Amparo que se caracteriza como evento essencial para interpretar a manifestação da cultura local.

A repetição bienal da luta dos festejos da Cavalhada, além da tradição que representa e a reafirmação do vencedor já definido, estabelece entre o público participante, visitantes e moradores da comunidade, diferentes relações e interações nos seus modos de ver e participar. Esse ato de ver e participar encontra-se intrinsecamente relacionado com o conceito de performance. Por isso, ressalta-se que os festejos de Cavalhada são considerados como performances culturais, na qual, seus participantes atuam dentro e fora da encenação, pertencentes ou não à tradição:

4 Segundo Wanderley (2013), existe um continuum rural-urbano, isto é, uma relação que aproxima e integra esses dois pólos e, diante das semelhanças e continuidades, não ocorre a destruição de particularidades, justificando a negação do fim do rural.

Performances Culturais (...) são a busca da determinação do que foi, do que é e do que se pode tornar... É uma forma de estabelecer diálogos, por meio metodológico que se estabelece no movimento das contradições das culturas e tem como objetivo analisar fenômenos concretos em suas distintas manifestações, identificar os elementos de mudança ou adaptação nestas tradições contraditórias. (Camargo, 2013, p. 20-21).

De acordo com Erika Ficher-Lichte, a performance se faz presente nas representações associadas a rituais, festivais e competições desportivas. Ainda na perspectiva da autora, “uma performance ocorre pela co-presença física de atores e espectadores, em que uns agem como ‘fazedores’ e outros como ‘observadores’ num determinado tempo e num determinado lugar” (Ficher- Lichte, 2005, p. 70).

Cabe ressaltar que essa manifestação cultural foi trazida ao Brasil no século XVII e, de acordo com Cascudo (1988), as Cavalhadas são representações teatrais com base na tradição europeia da Idade Média e teve sua origem em Portugal. Trata-se da encenação da luta entre mouros e cristãos, que relembra as conquistas realizadas por Carlos Magno, um guerreiro cristão, e os doze pares da França, que batalharam contra os sarracenos, de religião islâmica. Essa representação pode ser encontrada em várias regiões do Brasil, como: Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, sendo preservada principalmente nas cidades do interior.

Os festejos de Cavalhada constituem uma das mais relevantes manifestações culturais do Brejo e se caracteriza como evento essencial para interpretar a cultura local. A encenação da luta entre mouros e cristãos está presente há mais de 171 anos no calendário festivo da comunidade brejina.

A teatralização ao ar livre conta com cavaleiros, que pertencem às famílias tradicionais da região. Foi observado que os Mouros são, em sua maioria, representados pelos moradores do Barreiro, comunidade circunvizinha ao Brejo, também com a participação de outros atores, sendo festeiros e festeiras, rainha, rei, príncipe, princesa e espias. Os candidatos a essas funções exteriorizam o desejo de participar. Havendo a intenção de mais de um grupo de festeiros, é realizado um sorteio.

Cabe salientar que a princesa é escolhida por indicação da comunidade, em alguns anos a recomendação é feita com o intuito de homenagear moradores que tiveram papel importante no local. As princesas escolhidas, na maior parte das vezes, possuem parentes participantes da encenação.

As festividades de Cavalhada são de cunho religioso e consistem em três dias de festas, a apresentação ocorre geralmente no segundo dia. De acordo com os moradores, de alguns anos para cá, no primeiro dia é costume iniciar os festejos com uma procissão saindo de uma casa, mediante combinação, em direção à igreja. Nesse momento é apresentada à comunidade a Cavalhada mirim, a qual possui a mesma formação da Cavalhada tradicional.

Para os brejinos, a criação da Cavalhada mirim é uma forma de incluir os mais jovens nas tradições da comunidade. Com esse intuito, surgem estratégias para que as crianças se apropriem das tradições, garantindo que elas continuem a ser transmitidas de geração em geração.

A procissão segue pela rua principal da comunidade até a igreja, pelo percurso seguem os festeiros ao som da banda musical. É notável ao final da procissão a presença dos cavaleiros vestidos com fardas brancas, conhecidos como a encamisada. Eles desfilam carregando uma tocha acesa. Segundo a tradição, essas vestes significam um disfarce para enganar e afugentar os inimigos. Quando assim estão caracterizados, são popularmente chamados de “Cavaleiros Fantasmas”.

Após a chegada da procissão, acontece a benção aos cavaleiros que é realizada pelo Bispo Diocesano dentro da igreja Nossa Senhora do Amparo. Durante a benção, ouve-se o badalar dos sinos enquanto o mastro do Divino Espírito Santo é erguido. Todo o ritual é realizado em frente à igreja, na praça da Matriz, onde é demarcado o campo de batalha (arena), o qual possui dois castelos, que significam os reinos. O cenário ainda é composto por três arquibancadas, que formam as laterais, e um palanque, que é de exclusividade das autoridades políticas, civis, religiosas, festeiros e da banda de música.

O rei dos cristãos e o dos mouros dirige-se aos seus devidos castelos. O rei dos cristãos usa luxuosa roupa azul, coroa e capa com uma cruz, enquanto o outro segue o mesmo padrão, mas em vermelho, bordado com

uma meia lua e uma estrela. Acompanhado da princesa moura Florípedes, que deseja se converter ao cristianismo.

É possível observar que o local onde ocorre a Cavallhada deixa de ser um espaço meramente físico e passa a ser um espaço de batalha entre o universo cristão e não cristão. Os tais espaços se transformam em um lugar de construção e legitimação da memória coletiva da luta entre mouros e cristãos, na qual os cristãos saem vencedores.

Nessas performances, a luta e o ritual, também entendido como rito de passagem, portanto um “drama social”, são indissociáveis. Segundo Turner (1987), os “dramas sociais” são entendidos em um modelo que se caracteriza em quatro fases: 1) separação ou ruptura; 2) crise e intensificação da crise; 3) ação remediadora; e 4) reintegração. Nesse sentido, a encenação segue esses modelos, que fazem parte do enredo da festa.

No primeiro dia não ocorre a batalha, apenas pequenas demonstrações dos cavaleiros, que ocasionam reações eufóricas na plateia, instigando-os para os eventos e as encenações que vão acontecer nos próximos dias. Encerradas as apresentações, dá-se início às festividades profanas.

Os festejos de Cavallhada, mesmo se tratando de uma prática cultural de origem religiosa, encontram-se em constantes transformações e, por vezes, conflitantes, devido a alguns elementos introduzidos das manifestações profanas que, conseqüentemente, são integrados à festa, como shows com cantores populares que animam o público após a batalha. A venda e o excesso de consumo das bebidas alcoólicas entram em contradição com os princípios religiosos, porém a festa é aberta ao público, o que não impede a comercialização de quaisquer produtos.

No segundo dia, as apresentações iniciam com a presença de novos personagens caricatos que rodeiam pelo entorno da festa, assustando crianças e divertindo os adultos, gerando curiosidade e incerteza no público. Esses personagens caricatos são popularmente chamados de “espias”. Eles são responsáveis por proteger os cavaleiros e recolher doações em dinheiro do público com uma espécie de “vara de pescar”, um anzol onde se recolhe a doação.

Para dar início às encenações, entram na arena duas mulheres montadas a cavalo, que caracterizam as amazonas, cada uma leva consigo a bandeira representando os reinos, seguem assim fazendo evoluções para a abertura das apresentações. Em continuidade, os espias entram fazendo sua performance e provocando a guerra. Nesse momento surgem os cavaleiros mouros e cristãos, ostentando seus trajes esplendorosos, todos feitos em cetim vermelho e azul, bordados com lantejoulas e fitas. Usam chapéus, confeccionados na mesma cor de suas vestes, espadas na cintura e pistolas nos coldres, levam ainda um lenço de cor roxa. Os cavalos são profusamente enfeitados de panos, flores de papel, fitas de cores diversas e arreios cuidadosamente polidos.

O narrador cita brevemente os acontecimentos que, em seguida, serão encenados. Após a explanação, realiza-se a negociação entre o embaixador cristão e o rei mouro, havendo um impasse, onde o rei provoca o embaixador a tentar raptar sua filha, a princesa. É nesse momento que ocorre o ponto auge da apresentação, onde acontece o rapto da princesa moura. Inconformados com o roubo da princesa, o rei mouro envia dois cavaleiros ao campo cristão para apresentar a mensagem de guerra.

Após a aceitação da mensagem de guerra, dá-se início a batalha, onde, com muito fervor, os hábeis cavaleiros de ambos os exércitos realizam com destreza as corridas, conquistando aplausos de familiares, amigos e do público em geral. A vibração das pessoas é muito grande. Várias batalhas são executadas durante a noite, sendo as seguintes: Briga de castelo, Quebra garupa, Alcancia, Parquilha, Corrida das cabeças, Torneio, e Corrida do encerramento.

Mesmo seguindo os rituais da tradição, essa espetacularização das Cavalhadas é cada vez mais associada a novos significados, gerados pelo modo de organização e das relações sociais, entre os moradores, a comunidade e a herança cultural. Nesse encontro, por vezes a encenação da luta traz elementos novos, como a participação de amazonas nos duelos, o que atualiza o evento com renovações, já que geralmente há predominância masculina nos combates. Percebe-se uma nova configuração da Cavalhada, que traz a inclusão de mulheres nesse universo masculino.

De acordo com Bakhtin (2006), ainda que essa prática esteja associada a uma ritualização, ou até a uma teatralização com vencedores pré-definidos, uma performance nunca é igual a anterior, pois integram algumas modificações e alterações que fazem com que a festividade não seja a mesma.

Em continuidade, no terceiro dia ocorre a reapresentação das corridas executadas na noite anterior. Logo após, o reino mouro se rende aos cristãos, sendo assim, os mouros se convertem ao cristianismo e é realizada a representação do batismo na igreja de Nossa Senhora do Amparo. O ato de conversão também abarca os espectadores, que são transportados da realidade física para o sagrado, através da ritualização iniciada por intermédio dos cantos de louvores e a presença de um padre católico. Na sequência, acontece a corrida das argolinhas, em que os cavaleiros utilizam um pano de cetim roxo representando a união entre os reinos.

Por fim, o encerramento da apresentação da Cavalhada é marcado por muitas saudações aos atores antigos e atuais. Nesse momento há compreensão do passado, do presente e do futuro, de modo que a memória coletiva e individual é revivida e respeitada, assumindo a relação que estabelece entre os moradores, a comunidade e a herança cultural que recebem e que projetam para o futuro.

A partir das análises feitas por esse estudo, foi possível ampliar os conhecimentos sobre a comunidade brejina e, principalmente, compreender o evento cultural mais relevante dessa comunidade como algo essencial para a cultura local

A partir desses preceitos, constata-se que, durante as festividades de Cavalhada, há significativos momentos de socialização e de compartilhamento de valores. Tendo sempre a intenção de preservar a cultura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cavalhada vai além do âmbito religioso, configurando-se como uma complexa performance coletiva que reflete a história, as crenças e as relações sociais da região. Através da análise dos símbolos presentes nos

trajes, nas montarias e nos ritos, os alunos pesquisadores compreenderam como a festa articula memórias coletivas e reforça os laços comunitários. A organização metódica dos festejos, envolvendo diversas famílias e instituições locais, evidencia a importância da Cavallhada como um evento que une gerações e fortalece o sentimento de pertencimento.

A pesquisa permitiu que os alunos desenvolvessem habilidades essenciais para a investigação científica, como a observação participante, a coleta de dados qualitativos e a análise crítica de informações. Ao examinar os aspectos culturais e sociais da Cavallhada, os estudantes contribuíram para a valorização do patrimônio cultural local e para uma compreensão mais aprofundada das tradições do Brejo do Amparo.

A vivência de três dias nos festejos da Cavallhada de Brejo do Amparo proporcionou aos alunos pesquisadores uma experiência transformadora. Ao acompanharem os preparativos, os ritos e as encenações dessa tradicional manifestação cultural, os estudantes exploraram um universo de significados simbólicos e práticas sociais que moldam a identidade da comunidade.

A experiência prática proporcionada pela pesquisa destacou a relação entre a Cavallhada e o cotidiano da comunidade. Os ritos e as encenações, carregados de simbolismo, refletem a cosmovisão local, as relações de poder e as formas de organização social. Ao analisar a importância da tradição oral e da transmissão intergeracional de conhecimentos, os alunos compreenderam como esses elementos são fundamentais para a manutenção da identidade cultural.

A pesquisa sobre a Cavallhada de Brejo do Amparo foi um marco na formação dos alunos pesquisadores, oferecendo uma oportunidade única de conectar a teoria com a prática. Ao vivenciarem a pesquisa de forma envolvente, os estudantes desenvolveram um olhar mais crítico e sensível para as manifestações culturais, compreendendo a importância de preservá-las para as futuras gerações. A Cavallhada, enquanto patrimônio cultural imaterial, revela-se um rico campo de estudo para a compreensão da dinâmica social e cultural da comunidade brejina.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

CAMARGO, R. C. Milton Singer e as performances culturais: um conceito interdisciplinar e uma metodologia de análise. *Revista KARPA*, California State University, 2013, n. 6, p. 01-27.

CASCUDO, C. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.

CASTRO JUNIOR, L. V. Capoeira angola: olhares e toques cruzados entre historicidade e ancestralidade. *Revista Brasileira de Ciências do esporte*, Porto Alegre, 2004, v. 25, n. 1, p. 143-158.

FICHER- LICHTE, E. A cultura como performance: desenvolver um conceito. *Sinais de Cena*, 2005, n. 4, p. 73–80. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/sdc/article/view/12426>. Acesso em: 27 ago. 2024.

FUNDAÇÃO Cultural Palmares. Certificação Quilombola. 2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crq-completa-certificadas-22-08-2022.pdf> Acesso em: 2 de nov. 2022.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed., São Paulo: Hucitec, 2014.

PEREIRA, A. E. *Memorial Januária: terras, rios e gente*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

PPP– Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Olegário Maciel, 2021.

SANTOS, A. B. *O processo produtivo de cachaça artesanal na comunidade rural de sítio-distrito de Brejo do Amparo Januária/MG*. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33843/4/ProcessoProdutivoCachac%CC%A7a.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

TURNER, V. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

WANDERLEY, M. D. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2013, n. 15, p. 87-145.

REINADO DE BOM DESPACHO: TRADIÇÃO, FÉ E CULTURA

Ana Flávia Gonçalves Araujo Campos¹, Anthony Dias Machado Santos¹, Cauã Gabriel de Souza Santos¹, Gustavo Gabryel Chaves¹, Juliana Xiaohong Liu¹, Layla Gabriele da Silva¹, Luiz Henrique Oliveira de Medeiros¹, Maria Cecília Silva Ferreira¹, Mayra dos Santos Martins¹, Kelly Sellani², Bruno Martins de Castro³

1 A HISTÓRIA DO REINADO EM MINAS GERAIS

O Reinado surgiu a partir do sincretismo cultural e religioso entre africanos e europeus, majoritariamente bantos e portugueses, respectivamente. Tal junção de hábitos, costumes, tradições, crenças, religiões e diversos outros aspectos culturais e sociais aconteceu no violento contexto da colonização e da escravidão, como nas palavras de Glaura Lucas (2011): “Sua origem remonta aos tempos coloniais, como resultado dos contatos e confrontos entre africanos, sobretudo os de origem bantu, e portugueses, sob as regras da escravidão.”

Tal contato se deu pela relação de dominância dos brancos europeus aos negros africanos, na qual aqueles, detentores do poder político,

1 Escola Estadual Chiquinha Soares (Bom Despacho/MG)

2 Orientador, Escola Estadual Chiquinha Soares (Bom Despacho/MG), kelly.sellani@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Coronel Mário Campos (Campo Belo/MG), bruno.martins.castro@educacao.mg.gov.br.

econômico e social, impõem suas culturas e religião a estes, o que por sua vez gera atritos conforme essa hierarquia social é estabelecida.

Diante dessa perspectiva, a religião, segundo Suzel Ana Reily (2017), foi necessária como um instrumento de mediação entre os poderes locais e as tradições africanas, a fim de que estas não fossem perdidas durante esse processo de imposição cultural. Visto que, de acordo com Glaucia Lucas (2011), os africanos escravizados foram forçados a se converterem ao cristianismo. Ao adaptarem o candombe a essa religião, tornou-se possível transmitir os costumes africanos por meio de músicas, danças e vestimentas, a partir de festividades cristãs. Configura-se, assim, uma das formas de resistência cultural do povo negro em relação ao processo de colonização e escravidão. Sob essas circunstâncias, de acordo com Mikael José G. Alves (2020), o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, originalmente chamado Reinado do Congo, se solidifica em Minas Gerais de forma geral, sendo esse, então, o mediador entre os representantes do poder e as memórias ancestrais dos subjugados.

Já o nome Congado, como nos relata Bento⁴ (Rei Bordão Perpétuo, que coordena o levantamento dos mastros dos padroeiros), se deriva da história de Chico Rei, ou Galanga, que foi um rei do Congo trazido da África junto de sua família e de seu povo, mas apenas ele, seu filho Muzinga e alguns outros conseguiram atravessar o mar com êxito. Bento nos conta que, chegando ao Rio de Janeiro, em 1740, Galanga e seu filho foram levados por Major para trabalhar na Mina da Encardideira, em Vila Rica, atual Ouro Preto, onde foi rebatizado como Francisco, ficando mais conhecido como Chico. Apenas depois de muito trabalho duro e esforço, ele consegue comprar sua alforria, a de seu filho e a de outros negros que foram seus súditos no Congo. Após um tempo, Chico foi capaz de adquirir a Mina da Encardideira, transformando-a na Mina de Francisco, o Rei, possibilitando-o comprar a liberdade de diversos outros negros. Devido à sua devoção à Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e à Santa Efigênia, Chico e outros negros construíram, em Vila Rica, uma igreja dedicada às santas.

4 Bento Lopes Cançado Filho, rei bordão. Concedeu-nos entrevista em 19/09/2022.

Após a morte de Chico aos 72 anos, por hepatite, seu filho exerce a posição, deixada pelo pai, de rei do Congo. É possível notar como a figura de Chico Rei é marcante na história do Reinado, pois, apesar de não haver nenhuma comprovação histórica de sua existência, a história de Chico Rei é mantida na oralidade dos congadeiros até a atualidade.

Devido ao contexto socio-cultural-histórico discursado até então, o Reinado é uma festa importante na história de Minas Gerais e do povo mineiro. Apesar disso, infelizmente, há diversas pessoas que não têm ainda conhecimento sobre a importância dessa festividade. E, por isso, muitas vezes chegam a desprezar a cultura reinadeira, como colocado por Bento em entrevista:

Eu acho o seguinte: Porque você tem que ter o conhecimento também da nossa cultura. Porque muita gente desprezou nossa cultura. (...) ocês estão despertando... Ocês nos tá ajudando.

Ao perceber a relevância histórica dessa festividade, construir-se-á o reconhecimento e a valorização da identidade cultural de um grupo social, que, no caso, são os reinadeiros, constituídos principalmente por negros. Conforme dito por Kabengele Munanga:

A saída, no meu entender, não está na erradicação da palavra raça e dos processos de construção da identidade racial, mas sim numa educação e numa socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares (Munanga, 2014, p. 41).

Nessa perspectiva, produzimos um documentário a fim de disseminar, de forma simples, os conhecimentos obtidos neste trabalho para a população leiga e, assim, cumprir com o papel social e transformador da educação. Para tanto, este relato de experiência, produzido a partir de pesquisas bibliográficas e entrevistas com os congadeiros, visa tratar especificamente da história do Reinado local, em Bom Despacho, uma cidadezinha no Centro-Oeste mineiro, sustentada pelo agronegócio.

2 A TRADICIONAL FESTA DO REINADO DE BOM DESPACHO

A festa do Reinado é realizada em devoção à Nossa Senhora do Rosário, à Santa Efigênia, ao São Benedito e à Nossa Senhora das Mercês. De acordo com Bento, em entrevista concedida a nós, o Reinado teve suas origens na época da escravidão, quando, numa noite, um menino foi até o lago e viu uma figura na água; voltou e chamou os outros que estavam na senzala para ver. Era a Nossa Senhora do Rosário. Nossa Senhora do Rosário, diz Bento, foi levada por um padre para dentro da igreja, onde os negros eram impedidos de entrar para cultuá-la. Estes, então, começaram a dançar e cantar em volta da igreja, como forma de louvor à Santíssima Virgem Maria, até que um dia as portas da igreja foram abertas para que os negros pudessem entrar. A partir desse modo mítico de ver, Nossa Senhora do Rosário recebeu o título de Santa dos pretos. Como é uma tradição que surgiu a partir dos africanos catequizados, a Igreja Católica acabou se apropriando dessa festividade, transformando-a, então, em uma tradição católica.

É possível notar, em Bom Despacho, que há momentos da festa que releem esses acontecimentos. O Reinado de Bom Despacho é uma festa religiosa e, como patrimônio imaterial, foi registrado em 2014 pela Secretaria de Cultura e Turismo. Tal festividade acontece uma vez ao ano, nos meses de julho e agosto. Para os bondespachenses, a festa não é só uma celebração religiosa, é também sinônimo de fé, devoção e respeito ao próximo. Além disso, o Reinado é repleto de resquícios da cultura africana no nosso país, e vemos isso até mesmo no modo em que se expressam. Um grande exemplo disso é a Corte Moçambique, que usa chocalhos de metal nos pés relembrando as correntes dos pretos escravizados, ou então a Corte dos Marinheiros, que nos lembra os navios negreiros.

Por essa razão, é possível visualizar como a dança, a música e a vestimenta estão diretamente ligadas ao Reinado. Cada movimento traz uma ancestralidade e uma carga histórica de peso, assim como cada roupa nos remete a uma época que sequer vivemos. Sendo assim, cada música, em sua letra, possui um tributo ao tão sofrido passado dos pretos.

Um exemplo disso é, como pontuado por Suzel Ana Reily (2017), o canário representando o povo negro escravizado em toadas, cantigas simples. Essa analogia é feita porque, ainda segundo a autora, o canário, ave originária da África, foi trazido ao continente americano e, por ser um pássaro esbelto e de belo canto, era mantido preso numa gaiola de acordo com os interesses dos seus donos europeus, de forma semelhante ao que aconteceu com os negros escravizados. Dessa forma, mesmo para quem não dança, a festa é uma experiência em que nos conectamos com vivências já esquecidas, já acabadas. Como dito por Glaura Lucas (2011, p. 64):

A música e a dança foram, portanto, meios importantes através dos quais os negros de então puderam manter o contato e as trocas com seus ancestrais, a exemplo do que se observa em muitos rituais afro-brasileiros de hoje, incluindo aí o Reinado do Rosário.

Esse é um dos motivos pelos quais a população se comove tanto com a festividade. Em consequência da festa ser bastante antiga, há muitas histórias sendo contadas e transmitidas durante o festejo, e em Bom Despacho não é diferente, sendo a principal representação dos pretos. Segundo Marco Túlio,⁵ sucessor do rei bordão, o primeiro relato sobre a festa do Rosário em Bom Despacho foi em 1808, contando com a exclusiva representação dos pretos.

Hoje em dia, a festa não tem mais essa regra de ser regida apenas por pessoas negras de origem africana. Em uma entrevista, José Francisco da Silva⁶ diz: “Acho que o Reinado vai se tornar uma completa união de cores e raça, de africanos com portugueses”. Os negros, hoje em dia, mesmo enfrentando preconceitos raciais e étnicos, acreditam, de acordo com ele, que o Reinado trará a harmonização dos povos, pois na festa prevalece o amor e o respeito.

Por essa e outras razões, o dia em que se inicia a celebração da festa é bastante aguardado pelos devotos. A celebração começa no final de

5 Marco Túlio Alves Machado, sucessor do rei bordão, concedeu-nos entrevista em 05/08/2022.

6 José Francisco da Silva, capitão de um corte congo, concedeu-nos entrevista em 10/04/2022.

julho e dura até o começo de agosto e, entremeio a esse tempo, a cidade é enfeitada por vários tipos de arte. Nair Cristina,⁷ rainha da Corte Estrela do Oriente, diz que passa o ano todo à espera da festa, e, quando ela inicia, para Nair, é como se seu corpo fosse arrebatado para fora da Terra, de forma com que: *“Parece que eu não vivo nesse mundo que a gente está vivendo não, parece que eu vou para outro mundo, porque eu só vivo aquele momento”*.

Nair, que também é organizadora da festa do Reinado, nos faz refletir sobre a mudança de rotina que os reinadeiros passam todo ano, e acrescenta que os reinadeiros vivem o Reinado, o que faz com que eles percam um pouco do foco do dia a dia e isso é muito valioso para eles: *“Cada dia é diferente”*, completa Nair.

Essa festa é muito mais do que quem está de fora pode imaginar. Tal celebração envolve várias camadas de espiritualidade e costume. Helenice Aparecida Ribeiro,⁸ rainha conga, aponta que o Reinado é geracional: *“O reinado é de geração, minha família toda é reinadeira. Vem desde os meus tataravós, meus bisavós, meu avó, meus tios”*.

Marco Túlio, em entrevista, também nos apontou que é uma tradição familiar:

Como algum tempo eu participo já de uma festa de Nossa Senhora do Rosário, eu fiz parte da associação por muito tempo, até o ano de 2020, 2010 a 2020, e tive muito contato. E o Bento me convidou para ser o sucessor dele, mais na parte de dançar reinado. Sim, que tem na família paterna o corte já tem, mais de 100 anos aqui de fundada na cidade.

Além disso, apesar de ser feita apenas em uma época do ano, a festa demanda comprometimento dos dançadores durante todo o ano para que, quando chegar a data, ela seja bem executada e consagrada, o que demonstra a seriedade do evento. Para manter essa dedicação à preparação da celebração, a fé, que anima o povo para a festividade em julho e agosto e que também os motiva durante o restante do ano, exerce um importante papel.

7 Nair Cristina Cândida Silva Alves, rainha da corte Estrela do Oriente, concedeu-nos entrevista em 16/08/2022.

8 Helenice Aparecida Ribeiro, concedeu-nos entrevista em 09/04/2022.

Enquanto estudantes e pesquisadores, percebemos que os detalhes importam muito. Cada ponto da tradição é pensado e calculado para o seu bom funcionamento. Afinal, é um assunto de muita seriedade para as pessoas envolvidas. Logo, tudo deve ser bem-feito e se aproximar da perfeição. Por consequência, no decorrer do evento, há muito o que resolver para um desempenho ideal.

As cortes, durante os cinco dias de festa, andam por toda a cidade, algumas recolhem esmola, outras só dançam e cantam. Cada uma, um tanto diferente das outras, mas todas com o mesmo objetivo: agradecer e cultuar Nossa Senhora do Rosário.

Henrique,⁹ um menino que dança desde que tinha 1 ano de idade, diz que andar por toda cidade é sim muito cansativo, mas, para ele, isso vale muito a pena, pois a festa é muito bonita e deve ser admirada: *“Mesmo cansado eu continuo, porque eu acho uma coisa bonita”*.

São servidas refeições aos festeiros que passam o dia inteiro andando pela cidade. Há fila de espera de fiéis, chamados de “coroados”, que podem fazer um pedido à Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, com a promessa de servir comida a eles. Para uma pessoa leiga no assunto pode parecer, no mínimo, curioso a razão das pessoas fazerem tal promessa (servir comida gratuita para dezenas de pessoas), mas, para quem serve, é algo de suma importância, até porque é a fé que as move.

Em uma entrevista, a professora Joésse,¹⁰ que é de uma família que teve a coroa por vários anos, ela nos explica o porquê de essas pessoas darem comida aos reinadeiros, mesmos que sejam muitos, com tanto amor e carinho. Ela também fala sobre as dificuldades enfrentadas por ela e sua família quando preparavam a comida para os reinadeiros. De acordo com Joésse, as pessoas que servem as refeições têm uma grande preparação ao longo do ano até os dias da festa, com grandes responsabilidades. Ela nos conta sua experiência com a coroa de forma clara, levando-nos a entender o significado dela.

9 Henrique Santos, dançador de corte, 7 anos, concedeu-nos a entrevista em 20/05/2022.

10 Joésse Maria Pinto Silva, festeira, concedeu-nos a entrevista em 19/08/2022.

Diante do exposto, percebemos, através das entrevistas realizadas, que essa festa, apesar de ser muito popular na cidade, ainda tem muito a ser estudada.

Podemos dizer que o conhecimento é como o Universo e, olhando para o céu, a olho nu, vemos milhares de estrelas, mas quando pegamos um telescópio, que por sua vez representa um livro ou qualquer outra fonte de informação, podemos enxergar além, podemos contemplar a vastidão do Universo e toda a sua beleza. Portanto, acreditamos que o projeto funcionará como um telescópio, capaz de levar informação às pessoas que detêm pouco conhecimento sobre o universo da afro cultura, cuja estrela protagonista desta vez é o Reinado. Observamos que a história dessa tradição, bem como sua origem, seu simbolismo e seus significados, não alcançam os mais jovens na mesma intensidade que alcançaram as gerações anteriores. Sendo assim, o nosso documentário pretende levar esse público específico, além de todos aqueles que têm interesse em aprofundar o conhecimento sobre a temática, para uma viagem intergaláctica dentro desse universo fascinante.

Dessa forma, reforçamos que, apesar de sua importância, por muitos desconhecerem a cultura afrodescendente presente na cidade, necessita-se de projetos como este, com a finalidade de promover a consciência sobre essa tradição e outras manifestações dessa cultura.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a pesquisa com o intuito de nos aprofundarmos na história da festa, mas nos deparamos com algo diferente do que alguns de nós imaginavam. Apesar da festa do Reinado, em Bom Despacho, ser bem conhecida, muitos moradores não sabem o peso histórico dessa festividade, nem da sua origem nem da importância dessa festividade para a comunidade afrodescendente. Sendo assim, o intuito de produzir um documentário em uma linguagem mais acessível é justamente proporcionar aos moradores locais mais um meio para se aprofundarem na história do Reinado. Já que o documentário é uma ferramenta muito importante

para estimular debates, aprofundar conhecimentos e propagar histórias, principalmente entre o público mais jovem.

Ao iniciarmos nossas entrevistas, deparamo-nos com algumas dificuldades, entre elas, o mapeamento e a disponibilidade dos congadeiros em ceder-nos as entrevistas, além da dificuldade em gerir as obrigações do projeto, da vida escolar e de outras responsabilidades com a nossa vida pessoal. Esses desafios geravam uma parca compatibilidade entre os horários disponíveis para os entrevistados e para nós, entrevistadores. Outrossim, quando conseguíamos marcar as entrevistas, em alguns momentos os entrevistados não apareciam ou remaravam em cima da hora.

Inicialmente, devido à falta de experiência, houve diversas situações nas quais ficamos apreensivos ao conduzirmos as entrevistas com figuras tão importantes para o Congado de Bom Despacho e, às vezes, até ao Congado nacional. Por isso, quando o entrevistado aprofundava demasiadamente no tema, faltava-nos traquejo para formular uma pergunta que retornasse ao assunto principal, necessário para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Por outro lado, em alguns momentos, os entrevistados apresentaram certa resistência para responder determinadas perguntas ou, ainda, tinham dificuldade para elaborar uma resposta.

Com muita perseverança e persistência conseguimos vencer esses desafios. Colocamo-nos, por exemplo, à disposição dos entrevistados para marcar as entrevistas em horários mais oportunos para eles e organizamos nossa vida estudantil e pessoal para empenharmo-nos ao projeto. Dedicamo-nos em aprofundar nossos conhecimentos acerca da história do Reinado em Bom Despacho e aprender as técnicas de entrevistas; desenvolvendo habilidades que nos deixaram mais à vontade e confiantes para conduzirmos as entrevistas de forma mais profissional.

Essas entrevistas relatam experiências de diversos indivíduos que compõem o Reinado de Bom Despacho, e cada uma delas traz consigo uma enorme fonte de informações. Vimos, também, o quão importante é essa festa na vida dessas pessoas, a partir de suas histórias e suas experiências. E isso foi o mais marcante neste projeto, assim como os entrevistados terem

se disponibilizado para nos relatar todas as suas experiências e saberes, visto que nós, entrevistadores, não tivemos nenhum ensinamento sobre como fazer entrevistas ou treinamento semelhante previamente.

Depois de todos esses esforços, a partir do documentário composto por tais entrevistas, será possível introduzir leigos ao assunto, à história do Reinado e à sua importância social para a nossa sociedade. Com isso, também desejamos motivar mais estudos independentes inspirados neste, além deste servir como base para futuras pesquisas desenvolvidas a respeito do Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

Também esperamos amenizar o racismo e o preconceito sofridos pelos negros devido à falta de consciência da população em relação à temática, que gera a desvalorização e até mesmo desprezo, como anteriormente citado por Bento, pela cultura afrodescendente, como o Congado.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. J. G. As festas de Reinado no interior da cultura popular de Minas Gerais: entre o silêncio e o orgulho social. *Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 82-95, 2020. Disponível em: <https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital/article/view/101>. Acesso em: 27 ago. 2024.

LUCAS, G. 'Let's do Wonders!': participants' ritual and aesthetic evaluation of their performances in Afro-Brazilian Reinado. *Per Musi*, [S. l.], n. 24, p. 1-5, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/permusi/article/view/40411>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MUNANGA, K. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. *Crítica e Sociedade*, v. 4 n. 1, p. 34-45, 2014. Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/26989/14725>. Acesso em: 27 ago. 2024.

REILY, S. A. O congado não é escola de samba: a performance e o lúdico no afro-catolicismo mineiro. *Música Popular em Revista*, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 135-152, 2017. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/muspop/article/view/13092>. Acesso em: 27 ago. 2024.

UM ESTUDO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS GORUTUBANAS COM APLICAÇÃO DOS RITMOS DE DANÇAS E GÊNEROS MUSICAIS DE MATRIZES AFRICANAS NO ESPAÇO ESCOLAR

Gabriel Antônio Pereira de Jesus¹, João Paulo Mendes Santos¹, Lara Vitória N. M. Sousa¹, Luiz Guilherme Oliveira¹, Marcos Felipe Soares Santos¹, Maria Izabel Santos Lopes¹, Paulo Henrique Ferreira Santos¹, Pedro Henrique Santos Souza¹, Thúlio Kauã Silva Mendes¹, Vitoria Christiny Pereira Soares¹, Sibelly Dayane Pereira Souza², Jônathan Vinicius Dorini de Moraes³

1 INTRODUÇÃO

A Escola Estadual José Gorutuba fica em Janaúba, uma cidade no Norte de Minas Gerais. Janaúba, nome de origem indígena, significa planta leitosa, também conhecida como Algodão de Seda. Até o século XVI, a região era ocupada pelos indígenas Tapuia. A partir desse século,

1 Escola Estadual José Gorutuba (Janaúba/MG).

2 Orientador, Escola Estadual José Gorutuba (Janaúba/MG), sibelly.souza@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Márcio Nicolato (Ubá/MG), jonathan.moraes@educacao.mg.gov.br.

esses indígenas começaram a se miscigenar com os negros escravizados que fugiam das fazendas da região. Esse povo mestiço, que sobrevivia da pesca, do cultivo de algodão e da criação de porcos, ganhou o nome de “gorutubanos”, por viver próximo ao rio Gorutuba.

Em 2009, na cidade de Janaúba, as comunidades Vila Nova dos Porções, Jacarezinho, Pajeú, Lagoa Grande, Mundo Novo, Monte Alto I e II, que permaneceram bravamente à margem do rio Gorutuba, foram certificadas como comunidades quilombolas, pela Fundação Palmares. Assim, Janaúba, uma cidade quilombola, é composta por bairros cujas histórias de formação são as das comunidades quilombolas. Esses quilombos, hoje urbanos, foram formados, portanto, por gorutubanos nativos.

Reconhecendo a diversidade cultural e a importância dos costumes gorutubanos para os nossos alunos, e para a comunidade escolar de maneira geral, o objetivo da nossa pesquisa é elaborar um estudo sobre as manifestações com a aplicação dos ritmos de danças e gêneros musicais de matriz africana no espaço escolar. Sua principal finalidade, por extensão, é promover a presença e o conhecimento da diversidade musical gorutubana com raízes africanas, estimulando a formação de novos grupos de danças para preservar a tradição local, e, ao mesmo tempo, conhecer novos ritmos originalmente africanos.

Nesse sentido, entendemos que todo e cada lugar tem histórias, memórias, tradições, vivências que o fazem singular. São parte dessa singularidade as festividades que atravessam séculos perpetuando saberes em forma de música, dança, culinária, artesanato, enfim, por meio das múltiplas manifestações culturais que constituem as identidades dos povos. A Escola Estadual José Gorutuba valoriza o potencial da dança para promover novos aprendizados nas trajetórias de indivíduos. Por isso, com este projeto, procurou-se formar professores e estudantes mantendo a abordagem de aspectos históricos, práticos e/ou teóricos do tema da presente pesquisa.

Assim, a dança, enquanto processo de aprendizagem, possibilita ao aluno a aprendizagem através de experiências do próprio corpo, compreendendo o ponto de vista do próximo, desenvolvendo habilidades e

expressando sua criatividade. Com isso, possibilita-se a ampliação reflexiva sobre a sociedade, tornando-o um indivíduo pensante, capaz de contribuir com essa mesma sociedade.

Uma das danças típicas pesquisadas é a Dança do Pote, que consiste em dançar com um pote na cabeça e manter o equilíbrio por um período, até o pote cair. A mulher, assim, dança com um pote na cabeça. Ao cair e quebrar, esse pote revela surpresa ao público. Na maioria das vezes, o pote possui balas ou outros tipos de guloseimas que atraem a atenção das crianças e dos adultos.

A Folia de Reis, por sua vez, também foi objeto de estudo. Folias são festejos de origem portuguesa, ligados às comemorações do culto católico do Natal, trazidos para o Brasil ainda nos primórdios da formação da identidade cultural brasileira. Esses festejos ainda hoje se mantêm vivos nas manifestações folclóricas de muitas regiões do país. Os grupos de folias se estruturam a partir de sua devoção aos santos, tais como: os Reis Magos, o Divino Espírito Santo, São Sebastião, São Benedito e Nossa Senhora da Conceição. Geralmente, são formados por cantadores e tocadores, podendo apresentar personagens, como reis, palhaços e bastiões, que visitam casas de devotos distribuindo bênçãos.

Logo, considerando a importância de tais danças, entendemos que, com este projeto, contribuímos para a valorização de diferentes expressões artísticas que compõem o mosaico cultural do nosso país e principalmente do nosso município. Além disso, acreditamos estar contribuindo para a preservação e a divulgação da diversidade cultural do povo gorutubano.

2 DESENVOLVIMENTO

Neste relato de experiência, destacam-se como ferramentas de investigação: análise de documentos, pesquisas bibliográficas, encontros com pessoas integrantes de grupos de danças e músicos, e trabalho de campo/visitas. Ressalta-se que todos esses passos, concernentes à investigação científica, têm como interesse mapear, registrar e difundir

as expressões culturais de músicas e danças típicas gorutubanas da cidade de Janaúba.

Os primeiros passos do projeto ocorreram no final do ano letivo de 2021, com a participação da professora Sônia Leandra. Ela, entretanto, infelizmente não pôde continuar com o desenvolvimento do projeto, motivo pelo qual a professora Sibelly Souza teve a oportunidade de substituí-la como orientadora.

No início do projeto, os alunos pesquisadores eram outros, que foram substituídos – alguns por mudança de escola ou cidade e outros por começarem a trabalhar. Por isso, se fez necessária a seleção de outros alunos – estes, participantes até o presente momento.

As pesquisas bibliográficas foram realizadas na biblioteca pública municipal Professora Lilia Gonzaga Cavalcanti, na qual não havia um acervo tão rico – o único, entretanto, com o qual podíamos contar. Nas pesquisas, levantamos informações importantes sobre a história de Janaúba, tais como origem, fonte de economia, política e alguns aspectos culturais; porém, não encontramos muitas informações sobre a Dança do Pote e a Folia de Reis. Ainda, nas visitas à biblioteca municipal, tivemos a oportunidade de apreciar a confecção da Blusa de Gorutubana, um bem cultural gorutubano de muito significado.

Realizamos, na mesma medida, pesquisas através da internet, com os *notebooks* adquiridos com a verba do Projeto de Iniciação Científica. Assistimos, através dessa ferramenta, a vídeos e documentários sobre a história de Janaúba, a Dança do Pote, os Batuques e a Folia de Reis. Uma das informações que obtivemos através das pesquisas foi a existência de um Grupo de Foliões, de Janaúba, registrado no IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. O Grupo Foliões de Santo Antônio tem aproximadamente 12 integrantes, tendo como santo de devoção Santo Antônio e, devido a sua relevância cultural para o estado, integra o conjunto das Folias de Minas.

Visitamos, ademais, alguns pontos importantes da nossa cidade, como praças, o rio Gorutuba – local onde gira toda a vida histórica,

econômica e social de Janaúba –, a ponte, o mercado e a árvore gameleira, um símbolo muito importante para Janaúba. Este símbolo deve-se ao fato de ser debaixo de uma árvore gameleira que, antigamente, os gorutubanos comercializavam e faziam trocas de mercadorias. Por esse motivo, Janaúba já recebeu o nome de Gameleira. Nesta ação, os estudantes/pesquisadores registraram algumas fotos.

Recebemos em um dos nossos encontros na Escola Estadual José Gorutuba, o cantor, compositor e apreciador da cultura gorutubana, o senhor Argentino Barbosa Ferreira, mais conhecido como “Tino”. Em conversa muito agradável e produtiva, Argentino relatou muitas informações acerca da cultura “gorutubana”, expressão por ele enfatizada. Dentre elas, o artista nos contou como se deu a formação do município de Janaúba, algumas maneiras peculiares que o gorutubano tem de falar, quando se troca nas palavras o “an” por “on”, e o porquê dos gorutubanos serem chamados de “pé rachado”. Segundo Argentino, essa expressão conferia a quem fosse chamado assim a característica dos negros moradores da cidade, pessoas que não possuíam sapatos e, por isso, andavam descalças em qualquer circunstância. Com o passar do tempo, seus pés se tornaram fortes, cascudos e com rachaduras, daí a referência “pé rachado”.

Em relação às danças típicas de Janaúba, em particular a Folias de Reis, Argentino conta que os grupos de foliões têm um papel importante no aspecto cultural e religioso. A cada Reis cantado, eles estão contribuindo para o fortalecimento dos costumes, das tradições. Entretanto, segundo Argentino, os grupos de foliões não encontram incentivos para se organizarem, comprarem uniformes, fazerem a manutenção dos instrumentos etc. O encontro contou, também, com muita música e cantorias. Foi um momento bastante prazeroso, pois a cada caso e canção entoada, percebíamos o amor dele pela cultura gorutubana.

No final do mês de outubro, o núcleo de pesquisa recebeu na Escola Estadual José Gorutuba o grupo Sorriso, do bairro Barbosa. Um grupo formado só por mulheres, que tem como objetivo fazer apresentações da Dança do Pote e falar sobre a cultura gorutubana e a sua importância. O

grupo Sorriso foi inspiração da irmã de caridade Maria de Lourdes Tomazini e, no início, era composto por 37 mulheres, mas agora conta com a participação de 27 mulheres. Segundo os relatos, algumas morreram e outras já estão com idade avançada, não tendo mais condições de se apresentarem. Após serem indagadas sobre o repasse da dança para as filhas ou netas, elas responderam que as novas gerações não mostram interesse, o que causa uma preocupação nas integrantes da dança morrer com o tempo.

O grupo fez uma apresentação da Dança do Pote para o núcleo e cantou um trecho da música típica da dança: “Menina moça, sai na janela. Convida o povo para quebrar a panela”. Antigamente, colocavam no pote, ou na gamela, tudo que tinha sobrado da festa do casamento da filha mais nova: farofa, arroz, feijão, carne, biscoito, doce. Hoje em dia colocam-se guloseimas, como balas, pirulitos e gomas de mascar. Explicaram, ainda, que gamela é um utensílio feito com o tronco de madeira, muito utilizado para fazer bolos e biscoitos. Continuaram a narrativa, contando que, antes, o casal tinha muitos filhos – chegando ao número de 15 – e que quando a filha caçula casava era uma alegria, por isso a quebra do pote. Comentaram também sobre a Blusa Gorutuba, que é um legado cultural de Janaúba. Foi um momento maravilhoso, era nítido a alegria e o brilho nos olhos delas ao repassarem para nós um pouquinho da cultura gorutubana, que é fantástica.

Tivemos, também, ações no projeto, nas quais os próprios estudantes/pesquisadores apresentaram, em forma de seminário, todas as informações e os conhecimentos acumulados através desses eventos. Na ocasião, eles apresentaram, inclusive, algumas danças recém aprendidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise investigativa realizada nesta pesquisa não se deu de maneira quantitativa, de modo a conseguir mensurar os dados coletados em gráficos, tabelas, dentre outros instrumentos. Isso porque realizamos um trabalho pautado no resgate de memórias.

Acreditamos que as discussões e os saberes que levantamos por meio de pesquisas bibliográficas e de conversas com os convidados poderão auxiliar-nos na reflexão sobre o potencial da abordagem investigativa acerca do aspecto cultural do povo gorutubano. Isso, tendo em vista que, muitas vezes, temos que procurar meios para revitalizar a cultura local – e, no caso da nossa pesquisa, resgatar a música e a dança em nossa cidade, principalmente entre a juventude.

No decorrer da pesquisa, uma das limitações que tivemos foi encontrar pessoas para participar das rodas de conversas, uma vez que grande parte dos integrantes dos grupos são pessoas idosas, alguns não puderam participar, principalmente, devido às restrições relacionadas à Covid-19.

No final deste projeto, a Escola Estadual José Gorutuba, como resultado positivo, espera que os alunos sejam capazes de valorizar as diversas expressões artísticas que compõem o mosaico cultural do nosso país, sobretudo em nosso município, além de contribuir para a preservação e a divulgação da diversidade cultural brasileira inserida na cultura do povo gorutubano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, foi perceptível que os estudantes e os pesquisadores estavam bastante envolvidos com o projeto, principalmente quando recebíamos algum convidado. Nessas ocasiões, eles perguntaram, cantaram, dançaram e interagiram entre si. Interessaram-se, logo, pelo tema pesquisado. Daí a relevância do projeto de Iniciação Científica. Assim, as vivências que presenciamos nos encontros do projeto foram muito enriquecedoras. É um resgate de memórias.

Com a finalização desta pesquisa, não podemos deixar de agradecer as pessoas que contribuíram nesse percurso tão importante. Agradecemos todas as pessoas que aceitaram o nosso convite para participar das rodas de conversa trazendo informações valiosas para a pesquisa. Agradecemos o apoio e o suporte oferecido pela Escola Estadual José Gorutuba, pelo diretor Clênio Santos, sempre disponível ao núcleo

de pesquisa. Agradecemos ao nosso tutor Jônathan Vinicius Dorini de Moraes, que foi uma pessoa de grande importância, atuou orientando e informando ao longo da pesquisa. Agradecemos também a Fernanda Vivacqua, colaboradora na parte linguística do Relatório de Experiência.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. A. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARRUDA, S. *Arte do movimento: as descobertas de Rudolf Laban na dança e ação humana*. São Paulo: PW Gráficos; Editores Associados, 1988.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação?* São Paulo: Abril Cultural; Editora Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Educação física. Brasília: MEC; SEF, 1997.

NÓBREGA, T. P. Corporeidade e dança afro-brasileira. *Comunicações*, ano 5, n. 2, Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

TEIXEIRA, M. L. Candomblé e a [re]Invenção de tradições. In: CAROSO, C.; BACELAR, J. (org.). *Faces da tradição afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999.

VERDERI, É. B. *Dança na escola: uma abordagem pedagógica*. São Paulo: Phorte, 2009.

PARTE 2

ARTES, LINGUAGENS E PRÁTICAS ANCESTRAIS



ARTE E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS AFRO-BRASILEIRAS

Ewerton Rodrigues da Silva Junior¹, Juan Rickelme Ribeiro Carvalho¹, Mateus Ribeiro da Silva¹, Matheus Henrique de Melo Mourão¹, Maria Eduarda Veloso¹, Rafael Augusto Pereira Alves¹, Rayssa Caroline dos Santos de Jesus¹, Sophia Luíza Bazzi D'Antona¹, Flaviane dos Santos Malaquias², Vanessa Soares de Paiva³

1 INTRODUÇÃO

Neste relato registramos a experiência de um projeto de pesquisa em arte, que focalizou a história do negro nos processos de formação e participação social/cultural brasileiro, através de produções artísticas que registram sua memória. Tivemos como objetivos centrais: incentivar a pesquisa sobre a cultura afro-brasileira na escola, compreendida por nós como instrumento de inspiração para a prática de técnicas de pintura; informar que a cultura afro-brasileira requer uma atenção especial, pois fizemos algumas obras de arte que demonstram que esse tema é expansível, e que devemos ter a mente aberta para compreender culturas e

1 Escola Estadual Professor Inácio Castilho (Uberlândia/MG).

2 Orientadora, Escola Estadual Professor Inácio Castilho (Uberlândia/MG), flaviane.malaquias@educacao.mg.gov.br.

3 Tutora, Escola Estadual Raulino Pacheco (Juiz de Fora/MG), vanessa.soares.paiva@educacao.mg.gov.br.

tradições; conhecer artistas que fizeram história nesse tema; poder informar mais pessoas sobre como a cultura é importante; e expandir o conhecimento sobre a cultura afro-brasileira no ambiente escolar, colaborando assim para que a escola se torne um lugar mais inclusivo.

A Escola Estadual Professor Inácio Castilho está situada em região periférica da cidade de Uberlândia. É composta por uma comunidade escolar com 8,3% de pretos, 40,1% de pardos, 32,6% de brancos, 18,9% não declarados, e 0% de amarelos e indígenas. Partindo desses dados oferecidos no PPP, percebemos que esse espaço é composto por uma diversidade que faz com que os estudantes tenham no geral uma boa convivência com as diferenças. Em seus aspectos sociais, grande parte dos alunos é de baixa renda e compreendem o espaço da escola como seu espaço social/cultural. Nesse contexto, o Projeto ICEB (Iniciação Científica na Educação Básica) oportunizou o desenvolvimento e a compreensão da arte como possibilidade para a educação das relações étnico-raciais.

Nessa instituição, vários adolescentes fazem parte de grupos tradicionais que promovem a cultura afro na cidade de Uberlândia, tais como Ternos de Congado e Grupos de Capoeira, que é o caso de dois de nós, pesquisadores. Sendo assim, foi trazido para a pesquisa o questionamento: *Como as manifestações culturais afro-brasileiras se revelam por meio das artes?* Nas buscas por respostas, observamos e analisamos a trajetória de artistas visuais e músicos que registraram a memória da cultura afro em suas obras artísticas, tais como: as fotografias de Pierre Verger, as pinturas de Carybé e de Heitor dos Prazeres, e a análise musical de composições de Clara Nunes.

O ensino de arte muito contribuiu para esse contexto, visto que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) apresenta duas competências específicas, dentro do eixo das Linguagens e suas tecnologias para o Ensino Médio, que se enquadram como propostas para a compreensão dos processos identitários, conflitos e relações de poder no respeito às diversidades.⁴

4 Vide habilidades EM13LGG201, EM13LGG202, EM13LGG204, EM13LGG601, EM13LGG602 e EM13LGG603.

Nesse sentido, exploramos muitas possibilidades na linguagem da pintura ao longo das quatro oficinas realizadas no projeto. Fazer da escola um espaço ativo de pesquisa através do eixo temático NUPEAAS (Núcleo de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora), dentro da vertente “Cultura, memória, corporeidade e ancestralidade”, tornou possível garantir que os pressupostos da Lei Federal 10.639/03 pudessem aqui ser implementados. Na pesquisa, construímos uma poética individual e trajetórias próprias, compreendendo a pintura como conhecimento científico.

2 DESENVOLVIMENTO: O CONTEXTO

No ano de 2021, diante do retorno presencial das aulas com o controle da situação pandêmica, foi possível, a partir de novembro, iniciarmos os primeiros encontros presenciais que trataram da apresentação do que seria a proposta do NUPEAAS na escola. Com a entrada de 2022, alguns dos alunos que compunham o núcleo, devido à necessidade de trabalhar, acabaram saindo e foram substituídos por outros alunos, que estavam aguardando na lista de espera.

Nossa equipe foi composta por estudantes negros, brancos e pardos que demonstraram interesse em conhecer mais sobre as artes e explorar técnicas de pintura. Os encontros foram realizados presencialmente na sala de informática da escola, que funcionou também como um laboratório de experimentações artísticas, todas as terças-feiras, das 13h às 17h, ao longo de todo o ano.

2.1 A pesquisa de campo

Para responder à questão central da pesquisa, realizamos algumas ações como método. A pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a pesquisa-ação (Thiollent, 1986), sendo que esta última se refere à execução prática das experimentações em arte, a partir das oficinas de pintura realizadas.

A pesquisa de campo foi realizada em dois espaços da cidade de Uberlândia/MG, em dois momentos distintos. Na primeira visita, estivemos no Memorial Afro Capitão Charqueadano, no Centro de Cultura de Uberlândia. Fomos recebidos pela socióloga, coordenadora do espaço. Nós, pesquisadores, tivemos naquele espaço uma vivência em ação educativa, na exposição “Povos da Terra”, sobre artefatos e pinturas indígenas. Observamos artes indígenas e afro, e pudemos ver a forma artística dessas culturas. Também observamos obras com a visão pessoal de artistas locais a respeito da pandemia, entendendo como cada um pôde lidar com ela. Nas pesquisas em campo, conseguimos apreciar e conhecer novos artistas, e ver obras baseadas em pessoas afro, além da exposição com o nome de *Arte em tempos de cólera*.⁵ Pudemos também conhecer a história do Capitão Charqueadano, uma figura importante nos Ternos de Congado da cidade. Realizamos registros escritos e gravação em voz, relatando as experiências.

Na segunda visita, estivemos no CEC (Conselho de Entidades Comunitárias) de Uberlândia. Este é um dos espaços em que atua o artista negro dançarino, por nós entrevistado. Realizamos gravações em voz das questões que foram selecionadas para a entrevista com o artista. Neste encontro, ele nos ofereceu um livro que publicou, intitulado *100 e tantos anos da família Chatão* (Silva, 2021). A família Chatão, à qual o artista pertence, sustenta a cultura negra na cidade em muitos aspectos: na ancestralidade, na participação ativa e no engajamento no carnaval, em grupos de dança afro e no Congado. Aprendemos sobre a história desse artista, os desafios e as situações de racismo por que passou, e como foi possível o enfrentamento para chegar onde chegou, sendo artista negro.

O artista entrevistado nos ofereceu um momento de aula de dança. Nossa impressão foi muito positiva, uma vez que não

5 Nossa professora de arte, orientadora desta pesquisa, foi uma das artistas participantes desta exposição.

conhecíamos seu trabalho, e foi muito bom experimentar na prática os passos de samba que ele nos ensinou. Achamos importante essa experimentação, já que apenas uma de nós sabia como dançar o samba. O artista nos ensinou os passos básicos.

Em abordagem qualitativa esta visitação proporcionou à nossa pesquisa o entendimento da manifestação do samba em nossa cidade e como a cultura afro está presente através do trabalho de artistas negros que se consagraram aqui. Além disso, esse momento foi ao encontro dos estudos teóricos da Oficina de pintura 01, em que abordamos a vida e a obra do pintor Heitor dos Prazeres e suas representações do samba, bem como a leitura que fizemos, na pesquisa bibliográfica anterior a essa visita, do texto “A relação do corpo para a construção da Identidade Negra” (Rodrigues, 2012, p. 61-66).

2.2 As Oficinas

A preparação para as oficinas foi feita pela professora orientadora, que nos apresentou os meios técnicos para uso dos materiais, pincéis, tintas e telas.⁶ Foram propostas quatro oficinas de pintura. Num primeiro momento conhecemos as obras dos pintores. A partir da observação, análise compositiva, e do contexto histórico, partimos para as experimentações em pintura. Em cada oficina realizamos experimentações com suportes artísticos diversos, sendo possível relacionar teoria e prática a partir de textos lidos e dos debates. Trabalhamos em pequenas equipes, dialogando o tempo todo sobre as ideias que tivemos.

As oficinas foram organizadas em aulas expositivas cujo método utilizado foi a Proposta Triangular (Barbosa, 1998, p. 30-51) para o ensino de arte, estruturada em: Leitura de Imagem: observação das obras; Contextualização: contextualização das obras; e Fazer artístico: propor produção artística prática, observando os elementos que compõem as

⁶ O uso desses materiais foi possível por meio da verba que foi disponibilizada para o projeto para implementação das ações.

obras a partir do material proposto (Figura 1). Ao fim de cada produção, realizamos momentos avaliativos em que observamos, analisamos e compartilhamos resultados coletivamente. Todo o material das oficinas foi registrado em áudios, vídeos, fotografias e relatos escritos, como meio processual e avaliativo.

Figura 1: Processo de criação nas oficinas



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Seguindo um cronograma, na Oficina 01 exploramos o samba na pintura do artista carioca Heitor dos Prazeres. Pesquisamos sua vida e obra, observando os elementos do samba em suas composições. A partir da análise, criamos as pinturas utilizando a técnica guache sobre papel em formato de papel A4.

Na Oficina 02, pesquisamos a capoeira nas obras do fotógrafo francês Pierre Verger e do pintor argentino Carybé. Ambos viveram em Salvador/BA e registraram de forma ampla a cultura afro-brasileira. Uma das leituras que fizemos na pesquisa bibliográfica foi o texto de Frigerio (1989, p. 85-98), que define a capoeira como arte a partir de oito

características. Elas puderam ser discutidas e observadas nas obras.⁷ Na oficina utilizamos a técnica de pintura em tinta acrílica sobre mdf recortado em formato circular com dimensão de 40cm.

Na Oficina 03, exploramos elementos da cultura afro na música da cantora mineira Clara Nunes. Realizamos uma pesquisa ampla sobre sua biografia e suas composições. Seleccionamos uma de suas músicas para o registro de cada pintura. Para essa ação foram produzidas pinturas em tinta acrílica sobre tela em formato 40cm x 60cm.

Na Oficina 04, desenvolvemos um projeto gráfico para painel sobre a cultura afro e questões sociais. Esse projeto gráfico será implementado em pintura mural em tinta acrílica numa parede da escola de 5,93m x 2,51m, em uma composição que explora os vários momentos da vida de pessoas negras em gerações (Figura 2).

Figura 2: Oficina 04 - projeto gráfico para ser pintado em mural



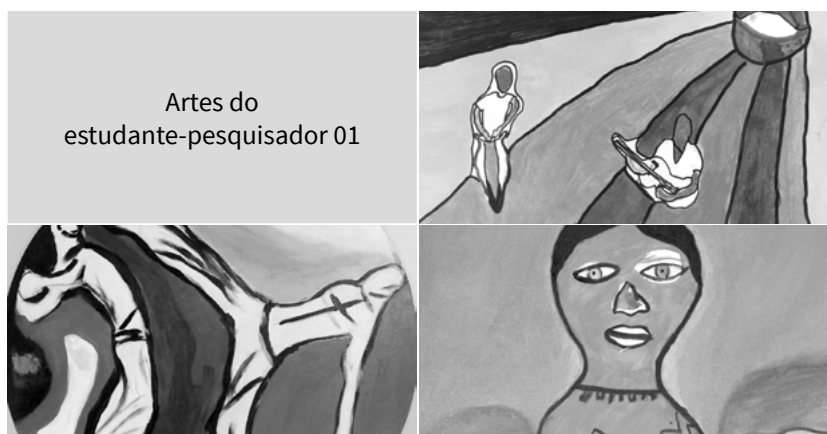
Fonte: Acervo dos autores, 2022.

⁷ O autor descreve que as oito características que diferenciam a capoeira angola como arte são: 1 - Malícia, 2 - Complementação, 3 - Jogo Baixo, 4 - Ausência de Violência, 5 - Movimentos Bonitos, 6 - Música Lenta, 7 - Importância do Ritual, 8 - Teatralidade (Frigerio, 1989).

2.3 A experiência artística como método de pesquisa

Na pesquisa em arte, a experiência artística se faz importante, visto que o processo de criação é permeado por descobertas e sensibilidades. Nesse sentido, a pesquisa como prática educativa em arte se torna uma investigação pessoal de formas a partir de técnicas, de maneira que o pesquisador descubra novos olhares e novas formas de ver e representar o mundo, podendo descobrir uma poética e estilo próprios em seu fazer artístico.

Como afirma Dewey (2010, p. 213), no fim das contas, as obras de arte são os únicos meios de comunicação completa e desobstruída entre os homens, os únicos passíveis de ocorrer em um mundo cheio de abismos e muralhas que restringem a comunhão da experiência. Sendo assim colocamos aqui o registro de nossa própria experiência a partir das práticas artísticas desenvolvidas nas oficinas:



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

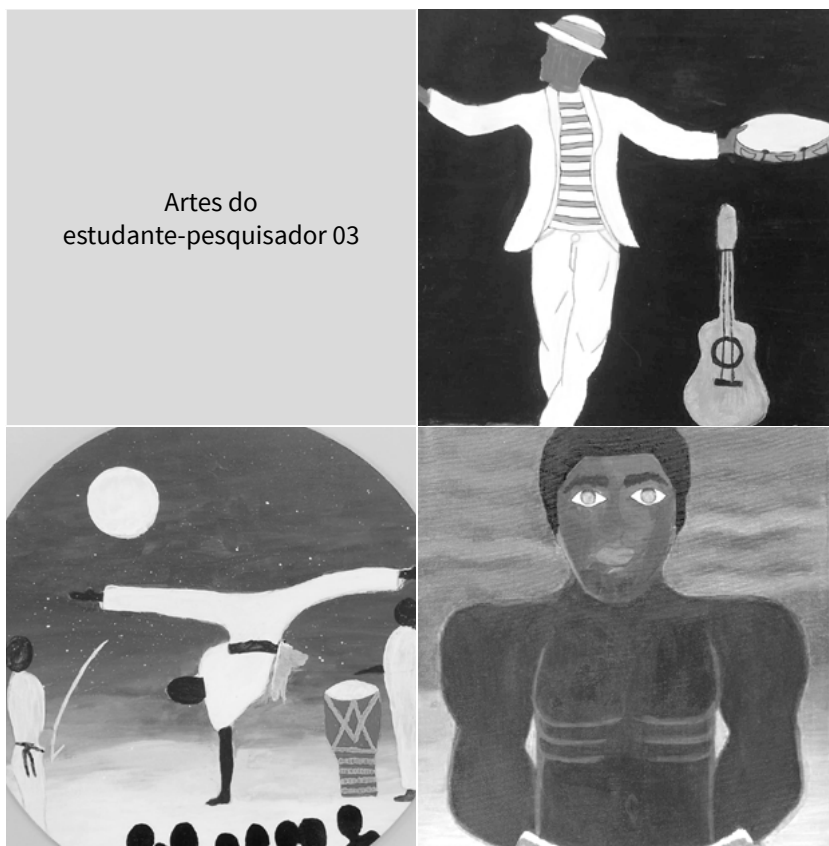
Representei na primeira pintura um túnel colorido que traz cores puras como raios com contorno preto, sendo um lugar distante onde se encontram dois músicos, um tocando cavaquinho e um tocando tambor, e no fim do túnel as figuras podem apreciar a natureza que está representada em montanhas. Na segunda pintura, fiz dois capoeiristas em movimento, com cores primárias. São figuras sem

contorno bem definido, que, mesmo sem que eu tenha muita habilidade, eu consegui desenvolver. Na terceira pintura, retratei uma pessoa negra com colar afro, de olhos verdes, com cabelo indígena e grafismos indígenas no corpo. Eu havia escolhido representar a música 'Canto das três raças' de Clara Nunes, e resolvi colocar os traços das três raças numa figura só. (Estudante-pesquisador 01).



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Na primeira pintura eu quis passar a alegria das pessoas enquanto festejam e dançam ouvindo o som do samba, então tive a ideia de recriar uma das obras do pintor Heitor dos Prazeres com o meu próprio estilo. Em minha pintura sobre a capoeira, optei por tentar passar os movimentos usados pelos lutadores, desfrutando da liberdade representada pelo mar e o céu aberto. Na última pintura, recriei a deusa Iansã, segurando suas armas, convocando raios com sua espada e balançando o rabo de cavalo em sua mão. Priorizei a superioridade dela, já que se trata de uma guerreira valente. (Estudante-pesquisador 02).



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Observei alguns elementos em comum na minha obra: a primeira e a segunda pinturas têm uma figura centralizada, e duas obras apresentam fundo em degradê azul. Acho que esses elementos viraram uma característica de minhas obras. Na maioria delas, eu queria transmitir paz e espiritualidade, e acho que consegui. Minha última obra foi inspirada na música 'Tributos aos orixás', de Clara Nunes. Após uma pesquisa sobre a cantora, encontrei essa música e me interessei pela letra, e então a escolhi. A partir da letra, escolhi fazer em minha pintura um homem negro, forte e sério diante a situação em que estava: ele é um escravo, de braços para trás e carranca explícita, vestido com um pedaço de pano amarrado por uma simples corda. (Estudante-pesquisador 03).

Artes do
estudante-pesquisador 04



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Na pintura em tinta guache, retratei pessoas sendo expulsas de seus lares, pois suas casas seriam destruídas. Tive essa ideia a partir de uma música que fala sobre a polícia invadir a favela e desabrigar todos os que moram lá, sem oferecer nenhum apoio ou ajuda em relação a sua situação delicada, dizendo que eles não deveriam estar ali. O povo não estava sendo tratado nem com o mínimo de dignidade, mas como animais, sem seus direitos humanos a moradia, comida e lazer – e até hoje isso vem acontecendo e sendo normalizado. Nessa pintura representei o abandono de um povo. Na segunda pintura, representei duas pessoas dançando capoeira em um lugar florido onde o céu e o cenário transmitem paz, simbolizando a liberdade que os negros lutaram para conquistar em relação a poder se expressar, dançar capoeira, samba, ter seu próprio estilo e ser quem eles são de uma maneira um pouco mais livre. Na época da escravidão, os negros não poderiam fazer isso livremente em um campo florido. Hoje todos podem fazer isso, porque lutaram por um espaço só deles, um espaço que sempre deveria ter sido deles, um lugar para

se expressarem, e ser quem são sem pressões e sem as amarras impostas pela sociedade durante tanto tempo. Graças à luta do povo africano, hoje pessoas brancas, negras, indígenas e asiáticas podem apreciar a capoeira como arte, e esta é uma liberdade que foi conquistada com muita resistência. Na terceira pintura, eu quis retratar a beleza e a elegância da mulher negra que dança samba. Já ouvi pessoas dizendo que o samba é música de pessoas faveladas, porém entendo o samba como parte da contribuição negra para a cultura brasileira. Fiz um fundo bem abstrato, explorando e deixando a tinta me guiar. Representei a música 'Morena de Angola', de Clara Nunes. Mudei o formato da roupa várias vezes até chegar ao resultado. Tentei colocar uma roupa cotidiana, que ressalta o formato e a beleza do corpo da mulher negra, porém sem ser vulgar, para que não entendam o corpo da mulher como objeto. A beleza de como ela usa o corpo em suas ações está além da sensualidade, já que a beleza não é só um corpo, mas tudo aquilo que envolve o interior desse corpo. Representei também os chocalhos de suas canelas, conforme a música. (Estudante-pesquisador 04).



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Representei na primeira pintura uma figura feminina centralizada com vestido vermelho, apreciando uma roseira. Inspirei-me na beleza das figuras negras femininas criadas pelo pintor Heitor dos Prazeres. Na segunda pintura, representei dois capoeiristas tocando ao fundo de um pôr do sol. Busquei inspiração nas pinturas de capoeira de Carybé. As figuras parecem estar em bastante movimento. Minha última pintura foi inspirada na música 'Ijexá', da cantora Clara Nunes, que fala sobre a religião candomblé, 'sobre uma moça que o seu brilho parece um sol derramado, um céu prateado, um mar de estrelas'. Em minha pintura, eu representei a Oxum Jêje-Ijexá e usei glitter para representar todo o seu brilho em sua vestimenta. Representei a figura centralizada com fundo escuro para realçar o seu brilho e seu vestido amarelo. (Estudante-pesquisador 05).

Nesse percurso, nossas percepções e experiências vivenciadas nos mostraram que é possível, ao longo do processo, adquirir habilidades partindo-se da experimentação da técnica, dos diálogos coletivos e do despertar do interesse pela linguagem da pintura. Sendo assim, a experiência artística nos trouxe a oportunidade do conhecimento e do autocohecimento na expressão de nossas subjetividades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste projeto pudemos constatar que as manifestações culturais afro-brasileiras estão fortemente presentes na cidade de Uberlândia e se revelam por meio das artes através da trajetória de vários artistas uberlandenses, e pelas pinturas por nós produzidas. A entrevista com o artista escolhido demonstrou o que estávamos buscando. Sobre a vida e obra dos artistas propostos, observamos que revelam muitos aspectos sociais, culturais e religiosos das manifestações culturais afro-brasileiras e da história do negro no Brasil, na simplicidade do povo da favela, e como as pessoas negras e pobres eram e ainda são agentes culturais que mantêm a tradição do samba neste país. Esses artistas estavam realmente preocupados em registrar a memória do povo negro.

Os debates e as conversas sobre as obras, as leituras de textos e as reflexões sobre as músicas possibilitaram a compreensão do passado de prejuízos históricos, e as questões de racismo vivenciadas. Uma de nossas colegas/pesquisadora nos relatou que sofreu uma situação de racismo muito constrangedora, e essa situação real nos fortaleceu na meta de desconstruir o preconceito em nosso meio, sendo que nossa equipe de pesquisadores é diversa e distinta.

Com as vivências, a construção e a análise da produção completa, visualizamos o protagonismo artístico e a socialização que as oficinas de pintura nos proporcionaram. Assim, podemos nos identificar como indivíduos únicos, dentro da diversidade étnico-racial que permeia o ambiente escolar.

A exposição de arte de resultados práticos no espaço da escola aconteceu no dia 18 de novembro de 2022. Todos os alunos e funcionários da escola presentes nesse dia visitaram a exposição, bem como um dos coordenadores pedagógicos da SRE de Uberlândia. Nela conseguimos colocar em prática o que aprendemos por meio da arte, mostrando às pessoas como a cultura afro pode ser interessante e mais conhecida.

As pesquisas foram muito positivas. Aprendemos a analisar textos, músicas e situações, e o conhecimento que adquirimos sobre a cultura afro nos deixou com a mente mais aberta sobre o assunto. Usamos as obras dos artistas como inspiração para colocar em prática as técnicas de pintura propostas pelo projeto. As melhores contribuições foram o desenvolvimento de nossas habilidades artísticas, já que se trata de algo em que temos grande interesse. O projeto ajudou bastante, nos fazendo construir opiniões sólidas sobre o assunto. Sabemos agora debater e explicar a maioria dos assuntos relacionados ao projeto. Nós nos sentimos mais criativos e expressamos melhor nossa realidade por meio da arte.

As idas aos espaços culturais e as técnicas de dança foram muito importantes em nossa formação. Criamos boas amizades nesse ambiente de laboratório, que é um lugar agradável e divertido de se ficar. Nele colaboramos para uma boa convivência, e de fato nos sentimos pertencentes. Definimos este projeto como uma grande oportunidade de conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas possibilidades foram desenvolvidas no percurso de construção dos trabalhos práticos das oficinas de pintura. Percebemos que a criação artística pode ser agente de transformação social. Nossa produção foi capaz de contribuir para a promoção da Lei Federal 10.639/03 em nossa escola. Compreendemos o valor da experiência artística como método. Tivemos a consciência de que o racismo está presente no cotidiano dos artistas e da escola, e este deve ser combatido. Nossas pinturas mostram a cultura e a arte como um caminho para esse combate.

Encontramos muitos desafios na construção desta pesquisa, como os relacionamentos e acolhimentos das situações individuais dos alunos/pesquisadores e o reconhecimento de suas diferenças. Mas, a partir do momento em que nos sentimos como uma equipe, o projeto se tornou de muita valia para os integrantes. A iniciativa de criação do NUPEAAS na escola movimentou o interesse de muitos estudantes sobre a cultura afro, sobre a arte e sobre a importância da pesquisa na escola de educação básica. Esperamos que o núcleo possa ter continuidade para compartilharmos o que aprendemos e oferecer a outros estudantes a oportunidade que tivemos de aprofundar técnicas artísticas, desenvolver habilidades e competências humanas, pois a arte tem nos levado a construir uma nova história. Os recursos materiais oferecidos para sua realização foram um belo investimento na educação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. Arte-educação pós-colonialista no Brasil: aprendizagem Triangular. *Comunicação e educação*, n. 2, p. 59-64, 1995.

DAMASCENO, R. Clara Nunes: relembre a biografia da cantora. *Letras*. Abr., 2021. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/blog/clara-nunes-biografia/>. Acesso em 27 ago. 2024.

DEWEY, J. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, J. M. A relação do corpo para a construção da identidade negra. In: FELINTO, R. et al. (org.). *Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

FRIGERIO, A. Capoeira: de arte negra a esporte de branco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Florianópolis, v. 4, n.10, 1989, p. 85-98.

FUNDAÇÃO Pierre Verger lança livro Carybé, Verger e Caymmi. *Ibahia*. Nov., 2009. Disponível em: <https://www.ibahia.com/entretenimento/fundacao-pierre-verger-lanca-livro-carybe-verger-caymmi-mar-da-bahia>. Acesso em: 27 ago. 2024.

NUNES, C. Discografia. *Kboing*. Disponível em: <https://www.kboing.com.br/clara-nunes/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

NUNES, C. *Ijexá* (Filhos de Ghandi). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/clara-nunes/423975/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SILVA, F. V. *100 e tantos anos da Família Chatão*. Uberlândia: Editora Subsolo, 2021.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

DICIONÁRIO DA TABATINGA:

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DE CULTURA, MEMÓRIA E MARCAS DA ANCESTRALIDADE DE BOM DESPACHO

Adrian César Silva¹, Adriely Cibele Silva¹, Ana Cecília Alves¹, Beatriz Júnia Nepomuceno¹, Henrique Augusto Alves Silva¹, João Pedro Vieira de Souza¹, João Victor de Oliveira Souza¹, Lettícia Sabriny Eduarda Amaral Silva¹, Livia Soares Gontijo¹, Raquel Alexandra Couto¹, Vinícius Gabriel da Silva¹, Cecília Cristina Pontes Azevedo², Bruno Martins Castro³

1 INTRODUÇÃO

Existe em Bom Despacho um dialeto criado por afrodescendentes no bairro Ana Rosa, que contribui como elemento de formação da identidade e preservação cultural do município. Esse dialeto tem origem na mistura de línguas de origem africana e do português, o qual durante muitos anos foi usado como um código secreto entre os moradores do bairro.

Para entender os aspectos socioculturais do dialeto e sua relação como elemento de resistência e formação da identidade cultural da nossa

1 Escola Estadual Miguel Gontijo (Pará de Minas/MG).

2 Orientadora, Escola Estadual Miguel Gontijo (Pará de Minas/MG), cecilia.azevedo@educacao.mg.gov.br.

3 Tutora, Escola Estadual Coronel Mário Campos (Campo Belo/MG), bruno.martins.castro@educacao.mg.gov.br.

cidade, propomos a seguinte problematização: Como os aspectos socioculturais se relacionam com a historicidade do bairro e com a origem do dialeto? O dialeto surgiu como um meio de comunicação entre os afrodescendentes ou se trata apenas de uma variação linguística? Quais palavras ou expressões se incorporaram à linguagem do município e da região? Quais são seus usos hoje? Seria esse dialeto um Patrimônio Cultural do município e deveria ser tombado?

Tais indagações se deram na medida em que nos apropriamos do conceito de Marcuschi (2008) que define a língua “como forma ou estrutura”, e sobre a definição de Saussure (1995), que adota o uso da língua “como instrumento”. Norteados por essas concepções de língua apresentadas, entendemos que a língua é dinâmica e variável. Dessa maneira, compreendemos que a construção de um dicionário que busque uma perspectiva histórica de cultura, memória e marcas da ancestralidade de Bom Despacho, seria uma ferramenta relevante para responder os questionamentos levantados, como também, uma forma de manter e guardar esse dialeto, o qual é patrimônio cultural de nossa cidade, e ainda registrar a comunidade e suas origens socioculturais.

Ressaltamos que é preservada em nossa cidade a cultura do Congado, uma tradição que ocorre entre os meses de julho e agosto, e está registrado como patrimônio cultural imaterial do município, desde 2014. O que demonstra o apego e a valorização da cultura no município, e tornam os nossos questionamentos relevantes para o entendimento do dialeto e seus impactos na sociedade.

1.1 Visão panorâmica

O dialeto da Tabatinga é falado pelos moradores do bairro Ana Rosa, ele desperta a curiosidade por ser tido como um código secreto, criado por descendentes de escravos que se fixaram na região por volta de 1742. Conforme aponta a autora Sônia Queiroz, em seu livro *Pé Preto no Barro Branco*:

Embora tenha sido elevada à categoria de município e vila somente neste século, a 30 de agosto de 1911, Bom Despacho possui uma história que começa por volta da metade do século XVIII e se liga

intimamente a Pitangui, uma das primeiras vilas do ouro, à qual pertenceu até o ano de 1880 (Queiroz, 1998, p. 34).

Os grupos que chegaram aqui buscavam liberdade ao fugirem de seus senhores e fundaram na região um quilombo, que posteriormente atraiu a atenção de capitães-do-mato. Esses homens vieram em seus encalços e acabaram se estabelecendo em fazendas de gado e lavouras, dando origem a formação do município na região do rio Picão.

O dialeto está diretamente vinculado aos negros, e por ser uma linguagem que os homens brancos não tinham acesso, evidencia como esse grupo de falantes se tornou importante na formação cultural do município, que hoje adota diversas palavras do dialeto em seu dia a dia, bem como diversas empresas adotam algumas palavras como nomes em suas razões sociais, como por exemplo a escola particular “Tipura” (que quer dizer “olhar”), ou os produtos da Cooperativa Agropecuária da rede de laticínios, a “Mavero” (palavra que faz referência à leite). Esses são alguns exemplos da incorporação de alguns termos do dialeto na língua falada no cotidiano da cidade.

Apesar de os moradores do bairro sofrerem o preconceito de estarem em um bairro periférico, marcado pela violência e marginalização, ao longo de sua história, encontramos no dialeto um elemento de fortalecimento da cultura bondespachense, assim observamos a cultura transcender o preconceito.

2 DESENVOLVIMENTO

O dialeto de Tabatinga é preservado pela população remanescente do Quilombo Tabatinga dos Carrapatos, moradores do entorno e por elementos da comunidade cultural e artística do município de Bom Despacho. O nosso folclore é muito rico, sobretudo nos dois pontos de remanescentes quilombolas: o Quenta-Sol e a Tabatinga dos Carrapatos, nos quais encontramos diversos grupos de reinadeiros, uma tradição religiosa de grande valor para o município, além da língua herdada, que

durante muitos anos funcionou como código secreto para a preservação de troca de informações pelos falantes do dialeto.

Nosso foco de pesquisa foi o dialeto que se originou a partir da chegada de negros fugidos da região aurífera de Pitangui, no final do século XVIII, conforme apontam os registros de concessão de sesmarias na região, em que se iniciou a construção de casas de capim e argila, a tabatinga, que é um barro branco que se encontrava nos morros mais altos da região periférica de Bom Despacho e que dá o nome a esse elemento tão importante da cultura do município.

Os dialetos são as formas em que as línguas são realizadas em uma determinada região. Para ser considerado um dialeto, é necessário que ele seja falado por uma comunidade regional. Podemos entender como dialeto, as variações de pronúncia, vocabulário e gramática pertencentes a uma determinada língua. Os dialetos não ocorrem somente em regiões diferentes, pois numa determinada região existem também as variações dialetais etárias, sociais, referentes ao sexo masculino e feminino e elitistas que, conforme Bakhtin (2006), a língua é uma prática social que reflete a interação entre os sujeitos sócio-históricos.

Em nossa pesquisa bibliográfica, entendemos que a formação dos dialetos em solo brasileiro é resultado, em sua maioria, da necessidade de sobrevivência dos escravizados. Na época, os traficantes e os senhores misturavam propositadamente nas senzalas os negros vindos de pontos diferentes da África, com línguas e culturas diversificadas, o que os obrigou a buscar uma solução para a dificuldade de comunicação entre si, também como um mecanismo de resistência e de afronta aos seus senhores. José Altran afirma que era importante para os traficantes saberem

[...] quem eram os escravos, de onde vinham e como foram parar no navio negreiro, eram fatores que determinavam não apenas o modo como reagiriam uma vez a bordo, mas também a forma como os capitães os manteria sob controle. As diferenças de idioma e rivalidades entre as distintas etnias tinham caráter distanciador interessante aos capitães, o que inibiria sua união revoltosa contra seus captores. Ao mesmo tempo, porém, talvez pela porosidade da cultura africana ou mesmo pela necessidade imposta pela dura situação, uma “língua” comum acabava por ser desenvolvida (Altran, 2013)

A linguagem oral como fonte histórica chamou a atenção de Ferdinand de Saussure (1995) para a primazia do discurso oral, que sustenta toda a comunicação verbal. Falar ou escrever são códigos linguísticos que se complementam.

Para Walter Ong (1998), a escrita é a espacialização da palavra e amplia quase que ilimitadamente a potencialidade da linguagem, reestrutura o pensamento e, nesse processo, converte os dialetos em uma linguagem transdialética, ou seja, coloca à disposição do usuário um vocabulário registrado com milhares de palavras e seus significados.

De acordo com Ferreira (2000), em seu livro *Afro-descendente: identidade em construção*, podemos dizer que:

o aspecto racial da identidade refere-se tanto à percepção do afro-descendente de pertencer a um grupo cujas pessoas partilham a mesma origem racial, quanto ao reconhecimento de um branco de origem europeia de pertencer a um grupo de aspectos raciais similares (Ferreira, 2000, p. 66).

Ou seja, a identidade está ligada à qualidade da relação, ao grau de comprometimento ou ao modo como a pessoa se identifica com seu grupo social.

Ainda de acordo com Ferreira (2000), a identidade deve ser considerada como “uma referência em torno da qual o indivíduo se autorreconhece e se constitui, estando em constante transformação e construída a partir de sua relação com o outro” (Ferreira, 2000, p. 47).

Vale ressaltar que a identidade não deve ser vista como uma categoria fixa, mantendo-se, ao mesmo tempo, como uma construção que reflete o processo constante de transformações, cujas mudanças vêm sempre associadas por sua participação em certos processos provocadores de impacto existencial.

A conscientização da linguagem na vida cotidiana demonstra que os grupos dominados, como os africanos escravizados, tornaram-se muito conscientes acerca do poder da linguagem e usaram da força da língua para resistirem ao processo escravocrata e

construírem uma outra realidade social, assim se tornam protagonistas de suas histórias novamente.

Após entender e formarmos o referencial teórico que permeia nosso trabalho de pesquisa, nos aprofundamos em entender como a formação do nosso município e a nossa origem está atrelada ao dialeto. Optamos como principal obra teórica, o livro de Sônia Queiroz de 1998, *Pé preto no barro branco*, no qual a autora registra a fala da comunidade de afrodescendentes que vivem hoje no bairro Ana Rosa, em Bom Despacho/MG.

Por se tratar de uma linguagem peculiar, na medida em que seus falantes a adquirem quando adultos, em círculos de amigos, e a utilizam quase que exclusivamente nos momentos de lazer; entendemos que o dialeto mostra “os valores africanos preservados ao longo da sucessão de gerações, mostram-se tacitamente ativos e constituintes do processo de formação da cidadania” (Queiroz, 1998).

Percebemos que as nossas referências bibliográficas nos levaram a entender que o segmento negro tem sido representado por uma imagem estereotipada, no qual os afrodescendentes são mostrados frequentemente em uma posição subalterna em relação ao homem branco. Na medida em que se mostrou claro em nossas entrevistas, pois identificamos que o dialeto foi reconhecido como patrimônio imaterial de Bom Despacho, através da lei nº 2419, em 13 de junho de 2014, lamentavelmente obtivemos a informação que, somente no ano de 2022, a Prefeitura iniciou os trabalhos para o registro do dialeto.

Entre as entrevistas realizadas, destacamos a realizada com a servidora da Secretaria de Cultura do município, a professora Bárbara Freitas, e a entrevista com o professor Lúcio Emílio do Espírito Santo, autor de diversas pesquisas e trabalhos sobre o dialeto.

Através da análise dos dados coletados nas entrevistas, entendemos a importância de compreender a diversidade de nossa cultura e da importância de se criar um projeto que envolva as escolas do município para a preservação e a divulgação dos elementos que compõem a nossa cultura. Tendo em vista que identificamos que diversas pessoas no

município sequer sabem da existência do dialeto em si, mas reconhecem algumas palavras pois estão intrínsecas em nossa cultura.

Destacamos, aqui, nossas dificuldades em nos encontrarmos com os moradores falantes que dominam bem o dialeto. A maioria não aceitou ser entrevistada, então recorremos aos moradores do bairro Ana Rosa. Percebemos que a grande parte da comunidade não sabe da existência do dialeto, mesmo reconhecendo termos como “camona” (criança), “arumute” (abóbora), “gombé” (boi), “assango” (arroz), dentre vários outros termos, e só após o nosso contato descobriram se tratar de uma língua singular no nosso município.

Em um levantamento entre os estudantes da Escola Estadual Miguel Gontijo, identificamos que 96,69% não sabem da existência desse dialeto, enquanto o restante já tinha ouvido falar e conhecia alguns termos.

Todos os documentos pesquisados e entrevistas realizadas durante este trabalho foram essenciais para nos elucidar quanto a importância do dialeto da Tabatinga como elemento sociocultural da identidade do município e como ferramenta de resistência dos afrodescendentes escravizados na região. Assim observamos que um trabalho científico na área das Ciências Humanas traz pautas muito importantes, que nos fazem refletir sobre a importância de se buscar referências que confirmem os nossos questionamentos, e que um projeto não é composto apenas por entrevistas e diálogos orais, mas sim do diálogo entre concepções metodológicas e dados coletados e analisados, os quais nos encaminham para uma reflexão sobre a importância dos estudos acerca da ancestralidade e das memórias socioculturais do município.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Peter Burke (1996), “falar é uma forma de fazer”, e a língua é uma forma ativa na sociedade, um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos ou resistem a este controle, é um meio para mudar ou impedir a mudança, para afirmar ou suprimir as identidades culturais.

Estabelecemos aqui a ideia de Bakhtin (2006) de que a língua reflete a sociedade ou a cultura na qual é usada. A língua tem um papel fundamental na construção social da realidade, pois cria ou constitui a sociedade, assim como é constituída pela sociedade. Dessa forma, acreditamos que a língua pode ser usada como elemento de poder nas mãos de seus usuários.

Por outro lado, segundo Peter Burke (1996), podemos entender que:

não há cultura sem a participação humana, e uma língua modela a identidade, a personalidade, a maneira de ver, pensar e sentir da sociedade. É um mundo de entidades subjetivas e objetivas com extrema diversidade e multiplicidade, ou seja, há muita pluralidade para se definir a cultura de um povo.

Destacamos aqui a importância de se fazer a distinção entre língua e dialeto. Afirmamos que o mundo que nos rodeia está cercado por alguma forma de comunicação, sendo o homem o ser que detém uma variedade de expressões e sentidos para se comunicar além da fala.

O linguista Ferdinand Saussure (1995) afirma que a língua é a parte mais social da linguagem exterior da sociedade. Ela é o instrumento pelo qual o indivíduo se comunica e varia de acordo com o meio social em que está inserido. Sendo as variações regionais, como as formas em que a língua portuguesa assume nas diferentes regiões do Brasil, uma manifestação dos modos de falar que englobam a linguagem.

Dentre esses aspectos, podemos considerar o dialeto da Tabatinga como uma língua, na medida que o resultado de um sincretismo de línguas africanas e do português arcaico, usadas no passado, e criadas a partir da necessidade de um meio de comunicação entre os escravizados, está sendo hoje utilizada como uma gíria pelos moradores do bairro no qual surgiu e que está entremeada na linguagem popular da cidade.

Afirmamos que o dialeto é parte determinante de nossa cultura, visto que podemos entendê-lo como uma forma de resistência para a manutenção de um regime identitário na constituição das subjetividades. Debates em nosso trabalho sobre a pluralidade cultural e a

relevância de se garantir representação das identidades culturais, como a língua da Tabatinga e o Reinado, que marcam a identidade cultural, no município de Bom Despacho. Ressaltamos aqui que a educação tem responsabilidade sobre o papel dos discursos e práticas curriculares na percepção de valores da nossa diversidade cultural. Este é um desafio a se debater dentro do currículo escolar.

Nosso trabalho está todo fundamentado na bibliografia, e a pesquisa de campo está relacionada ao entendimento da forma como o dialeto é usado pelos moradores do bairro e da cidade. Algumas palavras já fazem parte do modo de falar da região, como “tibanga” (que quer dizer pessoa boba) ou “tiploque” (se referindo aos calçados), são alguns exemplos de como o dialeto foi incorporado no modo de falar do município. Como falamos anteriormente, muitas empresas locais adotam algum termo do dialeto para a escolha da Razão Social de seus empreendimentos, ou usamos alguma palavra da gíria da Tabatinga, de forma usual em nossas conversas. Essas evidências permitem-nos notar que na atualidade o dialeto faz parte da cultura local, porém muitos indivíduos não associam a utilização desses termos a uma importante herança sociocultural africana de nossa região.

Com todas essas informações levantadas através da análise bibliográfica, das pesquisas e entrevistas, realizamos a análise processual, de forma a cruzar as informações, para realizar o registro final, e apresentarmos à comunidade como o dialeto está inserido em nosso dia a dia, através de uma apresentação fotográfica, audiovisual e escrita sobre nossas descobertas.

Elaboramos um banner com informações sobre o desenvolvimento do nosso trabalho de pesquisa, conforme orientações do ICEB. Aproveitamos para confeccioná-lo com breve resumo sobre a história do dialeto e algumas palavras com seu significado em português, o qual apresentamos durante a IV Feira de Ciências, Arte e Cultura, da Escola Estadual Miguel Gontijo.

A pesquisadora Adriely Cibele Silva escreveu um poema sobre referências culturais de Bom Despacho, utilizando as palavras do dialeto,

e confeccionamos uma cartilha com um pequeno resumo do nosso trabalho e as palavras do dialeto mais faladas na nossa sociedade.

Nossa intenção com a escolha desta apresentação é homenagear a memória de Maria Joaquina da Silva, conhecida como Dona Fiotinha, uma importante falante do dialeto que concedeu diversos depoimentos e entrevistas, que muito contribuíram para que hoje o dialeto da Tabatinga se tornasse um bem inventariado pelo município; infelizmente Dona Fiotinha veio a falecer em 2012, antes de a prefeitura completar o registro.

Maria Joaquina da Silva, Dona Fiotinha, era a falante mais antiga do dialeto, e seu sonho era que ele não se perdesse, pois ao longo de sua vida ela percebeu que os jovens do bairro perderam o interesse em aprendê-lo. De acordo com os relatos de Dona Fiotinha, para a autora Sônia Queiroz (1998), a maioria dos falantes aprendiam o dialeto já na fase adulta, de forma oral.

Como muitos dos falantes mais antigos do dialeto eram analfabetos, Dona Fiotinha idealizou um projeto em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Bom Despacho, em que a Prefeitura desenvolveria um programa de alfabetização dos adultos do bairro, e Dona Fiotinha ensinaria o dialeto às crianças do município. Infelizmente o projeto idealizado não foi continuado, principalmente após o falecimento de Dona Fiotinha. Atualmente a Prefeitura está fazendo o registro para que ele não desapareça.

Através da bibliografia levantada vamos apresentar uma cartilha sobre a historiografia do dialeto no município, a ser entregue durante as visitas à exposição fotográfica do nosso trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vistas, partilha e constrói visões de mundo, produz conhecimento.

Ao longo de nossos trabalhos, conhecemos um importante elemento cultural de nosso município: o dialeto da Tabatinga, falado pelos moradores do bairro Ana Rosa, que está enraizado no nosso cotidiano.

O dialeto surgiu de um grupo de negros que misturaram línguas africanas como banto, umbundo, kimbundo e português arcaico, para poderem se comunicar e afrontar os senhores de escravos; tal comportamento possibilitou a preservação da cultura de seus ancestrais, na medida que foram arrancados do convívio com seus familiares e sua terra natal para serem submetidos aos sofrimentos e às humilhações de um trabalho escravo.

A criação de um dialeto próprio demonstra ser uma forma de resistência à escravidão, além de uma forma de comunicação secreta contra aqueles que não tiveram nenhum respeito à cultura e à origem desse povo sofrido.

Por fim, concluímos que o estudo do dialeto da Tabatinga deve ser realizado para evitar que ele desapareça e não se perca um importante legado cultural do nosso município. Entendemos, assim, que a pesquisa histórica é de extrema importância para o entendimento e a preservação cultural, fonte de pertencimento de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

ALTRAN, J. O Navio Negreiro – uma história humana. *Revista PUCSP*, São Paulo, n. 21, p. 189-199, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/14038/10346>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BAKHTIN, M. *Marxismo e a filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BURKE, P. *História social da linguagem*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

FERREIRA, R. F. *Afrodescendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

QUEIROZ, S. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

ANEXO I

Figura 1: Folder criado para distribuição na IV Feira de ciências, arte e cultura, da Escola Estadual Miguel Gontijo

DIALETO DA TABATINGA

Uma perspectiva da Cultura, Memória e Ancestralidade de Bom Despacho

Escola Estadual Miguel Gontijo Bom Despacho

BOM DESPACHO

A Língua da Tabatinga está mais presente na fala de Bom despacho do que se imagina. Todo mundo já comeu um imbondão, bebeu o leite maverô, tem colegas tibangas, e adora um tiploque diferente. Esta são algumas das palavras do dialeto que se formou a partir do Quilombo da Tabatinga dos Carrapatos. Muitos negros fugiram da condição de escravizados e se estabeleceram no território.

O nome Tabatinga se refere ao barro branco encontrado no local e que era utilizado para a construção de pequenas casinhas dos moradores que viviam ali.

Conseguimos identificar dois nomes que seriam os responsáveis por introduzir a língua na região: Zacaria e Dagoberto, escravizados fortes e traalhadores que utilizavam a língua como uma forma de resistência à escravidão, pois era uma forma de manter sua cultura e também de enganar seus senhores.

A valorização da Língua da Tabatinga é de extrema importância para o município de Bom Despacho, pois faz parte da identidade cultural do município e de nossa formação histórica, que inicialmente foi povoada por negros quilombolas.

DICIONÁRIO DA TABATINGA

Babatimic: suã de vaca
Bondê: Bom Despacho
Cambaj: ônibus
Cambul: cachorro, cão
Casi: Fazer, produzir, criar, mandar, jogar, aitar, receber
Cumbura: cidade
Curinha: Trabalho, ocupação, ofício
Maverô: leite, mama, peito de mulher
Onsino (ã): irmão, irmã
Onenhar: água
Orongô: cavalo
Oraque: noite
Perele: Óculos
Rastar: tiploque: dormir, deixar
Sengue: reça
Tibanga: bobo, idiota, imbecil, estorço
Tiploque: sapato, calçado de modo geral
Tipore: feijão
Tipore: fruta
Tipurar: olhar
Tui: cabeça, crânio, cérebro, inteligência
Turisco: pedra
Unidare: fogo
Uruma de orongô: carroça
Uruma de pedal: bicicleta
Uruma: carro, veículo
Urumangue: roupa
Viriangue: soldado
Visongue: Dinheiro
Visongue: Festa

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Figura 2: Poema de autoria da aluna-pesquisadora Adriely Cibele Silva, da Escola Estadual Miguel Gontijo

Bondê é a nossa cumbura sorriso
tem vários pontos turísticos para visitar
e se você não conhece nenhum
então eu vou te apresentar

temos a Conjolo do Granjão Cruz do Monte
um monumento cultural
fundada em 1940
para qualquer cidadão visitar

também temos a Praça da Matriz
o ponto turístico mais visitado da cumbura
com um Conjolo do Granjão bem iluminada
com 74 anos de idade

outro lugar importante
é a famosa Biquinha
um dos patrimônios históricos
onde sai a onenha cristalina

e no final disso tudo
não podemos esquecer dela
moradora da Tabatinga
a nossa dona Fotinha

Fonte: Elaboração própria, 2022.

MEMÓRIA, PERTENCIMENTO E ALTERIDADE: O QUE APRENDEMOS SOBRE NOSSOS LUGARES COM AS HISTÓRIAS DE ZUMBARANDÁ OU NANÃ BURUQUÊ

Franciele Sthefani dos Santos¹, Josiely Oliveira¹, Keylla de Souza Vieira¹, Manuela de Aguiar Gomes¹, Maria Heloísa Marcos da Silva¹, Maria Heloísa Stefany da Silva¹, Maria Luíza Machado¹, Nicolly Pereira Caetano¹, Pedro Lucas da Silva Siqueira¹, Rayssa Vitória Silva de Paula¹, Thalita Mendonça¹, Natália Mendonça², Bruno Castro³

1 INTRODUÇÃO – MEMÓRIA, PERTENCIMENTO, ALTERIDADE E NATUREZA NAS HISTÓRIAS DE NANÃ OU ZUMBARANDÁ

Esta pesquisa trata de um estudo bibliográfico sobre duas narrativas mitológicas da divindade feminina Nanã Buruquê ou Zumbarandá, pertencente às culturas africanas yorubá e bantu. Para analisá-las, usamos significados culturais colhidos em teorias

1 Escola Estadual Odete Valadares (Pouso Alegre/MG)

2 Orientadora, Escola Estadual Odete Valadares (Pouso Alegre/MG), natalia.mendonca@educacao.mg.gov.br.

3 Tutora, Escola Estadual Coronel Mário Campos (Campo Belo/MG), bruno.martins.castro@educacao.mg.gov.br.

sobre suas cosmovisões. Procuramos identificar qual interpretação de natureza existe nelas.

Encontramos três noções importantes que formam essa interpretação: memória, pertencimento e alteridade. Em segunda etapa, entrevistamos uma moradora idosa da cidade de Extrema/MG, cidade em que moramos, também sobre sua interpretação de natureza. Por fim, comparamos as narrativas de Nanã com as dessa senhora. Descrevendo as percepções da moradora, em diálogo com o que aprendemos com aquelas culturas, ampliamos, renovamos significados e refletimos sobre como nos relacionar com a natureza e os lugares que habitamos.

O modo destrutivo como temos nos relacionado com a natureza a partir da modernidade pode estar entre as causas de epidemias, pandemias como a do COVID-19, e outras futuras. Segundo estudos da ecóloga Ana Lúcia:

A floresta fechada é como um escudo para que comunidades externas entrem em contato com animais que são hospedeiros de micro-organismos que causam doenças. E quando a gente fragmenta a floresta, começa a fazer vias de entrada no seu seio, isso é uma bomba-relógio (Pontes, 2020).

Diante dessa problemática, buscamos conhecer outros pontos de vista sobre a natureza na cultura bantu e yorubá, também presentes na formação cultural do Brasil. Em conversa entre professora e estudantes, percebemos que, ao contrário das mitologias grega e japonesa, poucos escutaram sobre mitologias africanas, associando-as com imagens negativas e racistas. O preconceito dificulta ou nos impede tanto de aprender com o diferente como de sermos ativos na construção de nossas identidades. De acordo com a proposta da Lei 10.369/03,⁴ decidimos estudar dois mitos afro-brasileiros, para tentar descobrir o que podemos aprender sobre nossos lugares com as histórias de Nanã Buruquê, a divindade feminina mais velha do candomblé.⁵

4 “[A Lei] estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

5 Usamos uma abordagem descritiva em todas as etapas do trabalho, partindo do entendimento de que

Segundo encontramos no site Mirim, Povos Indígenas do Brasil:

Todas as sociedades possuem um conjunto de ideias e reflexões próprias sobre a origem do mundo, sobre como foram criados os seres e elementos: os humanos, os animais, as plantas, os rios, as paisagens, os astros, o céu, a terra etc.

Muitas vezes essas ideias e reflexões sobre as origens são narradas na forma de histórias, que chamamos de mitos!

Mitos traduzem valores e conhecimentos de uma cultura. Para interpretarmos os mitos de Nanã ou Zumbarándá,⁶ relacionados com a ideia de natureza, buscamos significados culturais que formam princípios ecológicos das africanidades, trazidas: na tese de doutorado de Verônica Maria da Silva Gomes (2015), “Kò sí ewé, kò sí òrìsà” (Sem folha, não há orixá): vivências ecológicas no “Ilé Àse Opó”; no artigo “A visão Bantu Kôngo da sacralidade do mundo natural”, do filósofo Kimbwandende Kia Bunseki Fu-Kiau (1991), traduzido por Makota Valdina; no capítulo “A atitude ecológica” (2002), do livro *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*, de Muniz Sodré; e no artigo “Somos da terra” (2018), de Antônio Bispo dos Santos.⁷

Um dos mitos escolhidos por nós narra a missão de modelar o corpo humano por Obatalá, divindade masculina que recebe a ajuda fundamental do primeiro ser criado com o mundo: Nãñã. Vovó Cici⁸ (2020) conta que esse

os conceitos de natureza já foram muito pesquisados no Ocidente, em outras culturas e nas afro-brasileiras, sendo o nosso objetivo descrever características dessas narrativas e depois de um caso específico de uma interlocutora por nós entrevistada, que integra a população da cidade em que moramos.

6 O candomblé se divide em três grupos chamados de nações, que se distinguem por uma origem étnico-cultural africana: angola (ou bantu), jeje (ou fon) e ketu (ou yorubá). Entre os jeje, cultua-se os voduns, divindades associadas a animais, que podem ou não ter vivido na terra; entre os ketu, ancestrais divinizados, os orixás (sendo yabás as ancestrais mulheres); e entre os bantu, nkisis, divindades que representam energias da natureza (Gaia; Silva Vitória, 2021, p. 51). As nações são diversas, mas no Brasil se misturaram, por isso encontramos o culto e as histórias contadas sobre Nanã (como é chamada entre os fon e os yorubá), e Zumbarándá (chamada entre os bantu) com elementos comuns em comunidades de terreiro de diferentes nações.

7 Além dos sincretismos entre nações aqui no Brasil, por meio do conceito de africanidade, conforme explicado pelo autor Kabengele Munanga, entendemos que há similaridades culturais entre os grupos que pertencem e vieram para o Brasil da África Subsaariana. Por isso é possível interpretar os mitos, a partir de elementos de ambas as cosmovisões, bantu e yorubá, expostas nestas obras.

8 Nancy de Souza e Silva, mais conhecida como Vovó Cici é “mestre Griô, responsável por muitas memórias e histórias orais do Espaço Cultural da Fundação Pierre Verger” (Souza, 2018, p. 19).

ser, uma mulher negra, “[...] mergulha e traz três punhados de minerais: a argila, o barro e a terra negra, três punhados, e perto dele ela começa a manipular as mãos e aquelas matérias, e começa a fazer peças do ser humano”⁹.

A noção de pertencimento do ser humano ao barro está presente no que nos conta Antônio Bispo dos Santos sobre a relação dos quilombolas do Piauí com a terra: “[...] era através do cultivo. A terra não nos pertencia, nós é que pertencíamos à terra. Não dizíamos “aquela terra é minha” e, sim, “nós somos daquela terra”. Nanã, a lama de nossa origem, para a qual voltamos na morte (Santos *apud* Gaia; Vitória, 2021, p. 53), e a ancestral, a avó que caminha mais devagar depois de uma longa experiência, é imagem do ciclo da vida, observado por esses quilombolas também na terra: “Havia entre nós a compreensão de que a terra é viva e, uma vez que ela pode produzir, ela também precisa descansar” (Santos, 2020, p. 1).

Segundo o intelectual Nei Lopes, a ancestralidade é o valor principal da cosmovisão africana:

Para o africano, o ancestral é importante e venerado porque deixa uma herança espiritual sobre a terra, contribuindo para a evolução da comunidade ao longo da sua existência. Ele atesta o poder do indivíduo e é tomado como exemplo não apenas para que suas ações sejam imitadas, mas para que cada um de seus descendentes assuma com igual consciência suas responsabilidades (Lopes *apud* Gomes, 2015, p. 47).

Se “nós somos daquela terra”, ela própria se apresenta como ancestral, além de ser memória coletiva cultivada por outros ancestrais. Quais exemplos carregamos se pensarmos na história da terra e daqueles que nela viveram, antes de nós?

O valor da memória em Zumbarándá associamos também à cosmologia bantu-kongo que, segundo Fu-Kiau (1991, p. 3), concebe o andar na floresta como seguir passos ancestrais, ao encontro do que esses transmitiram para o presente e do que deixaram fechado, ainda por descobrir, para as gerações futuras.

9 Contação de história realizada para o programa *Evidências das Culturas Negras*, do Museu do Amanhã, disponível até o momento da escrita deste trabalho no canal do Youtube *Museu do Amanhã*.

Fu-kiau (1991, p. 3), em sua descrição do conceito bantu-kongo de mundo natural, compara as florestas com as bibliotecas, compostas também por saberes dos que se foram, e constituindo hoje a humanidade, intelectual e espiritualmente.

Gomes também menciona o princípio da permuta na cosmovisão yorubá, citando Mãe Stella de Oxóssi, sacerdotisa:

Este princípio é lei universal e seu significado para a cultura yorubá regula o universo nos mais diferentes âmbitos (...). A terra nos alimenta, mas pede em troca os nossos corpos como alimento. (Mãe Stella *apud* Gomes, 2015, p. 45)

De acordo com os princípios yorubá, o Axé, a força vital, está presente em tudo o que existe (Gomes, 2015). O universo é organizado por meio da troca, todos os seres devem alimentar o seu Axé e o Axé da comunidade para que haja equilíbrio. O que nos leva à reflexão sobre qual tipo de troca estamos fazendo com o lugar que habitamos. Como estamos alimentando nosso espaço e como ele nos alimenta? Como eu pertencço a um lugar? O que é *pertencer*? Acreditamos que há uma diferença entre *pertencer* e *estar*. Você pode estar em um bairro, cidade, em um grupo de pessoas. Mas para *pertencer*, aquilo tem que fazer parte de você. Pertencimento é compartilhar memórias e se responsabilizar pelas ações presentes, no aspecto coletivo. Ao pertencer, há uma relação mútua entre você e o lugar em que vive.

Um outro mito narra a “richa” de Nãñã com Ogun, pai da tecnologia, do ferro, que é eleito pelas outras divindades como o mais importante entre eles, mas não consegue esse reconhecimento da Senhora. Ela e aqueles que a respeitam permanecem usando ferramentas que não sejam de ferro para caçar, plantar etc. (Verger, 2019) Com essa narrativa, colocamos em questão a noção de progresso, nela se mostra a memória representada por essa avó como indispensável à continuidade da vida. Encontramos uma definição de tempo onde o futuro não se opõe ao passado seguindo uma lógica de descarte, mas sim de confluência.¹⁰ Segundo Muniz Sodré, toda mudança

10 O conceito de confluência, por Antônio Bispo dos Santos (2018), é explicado pelo movimento das águas pelos rios, pela terra, um processo de equilíbrio na diversidade.

transformadora ocorre no interior de uma tradição, “O ferro pode efetivamente ser forjado porque a experiência prévia das técnicas era tão sólida quanto o próprio material novo” (Sodré, 2002, p. 170-171). Na interação com os tempos e conhecimentos ancestrais presentes no nosso ambiente, nossa aprendizagem se torna possível (Fu-Kiau, 1991, p. 3).

Com Nanã, conhecemos uma experiência onde a natureza é sujeito de poder, sabedoria e mistério, parte de nós e ao mesmo tempo alteridade. A senhora criadora que precisa descansar, aquela que forma nossa memória, aquela que um dia quer a matéria dos corpos de volta e quem continua o ciclo da vida. Com ela se precisa assumir uma postura cuidadosa pelo bem-viver coletivo e pessoal. Conduta que percebemos na relação dos bantu-kongo com outros seres:

Antes de alguém entrar na floresta deve preparar-se ritualmente, porque ir para dentro da floresta é entrar numa das mais ricas e bem documentadas bibliotecas vivas na Terra. Em seu leito e abaixo vivem centenas e centenas de criaturas, grandes e pequenas, visíveis e invisíveis, fracas e poderosas, amigáveis e hostis, conhecidas e desconhecidas (Fu-Kiau, 1991, p. 2).

Para Muniz Sodré (2002), a comunidade de terreiro é o lugar histórico em que a tradição se instala como uma dimensão maior do que o indivíduo, onde ele é um grande outro das plantas, animais, homens e a própria morte, com os quais se institui uma troca simbólica na forma de culto aos ancestrais. Isso faz com que o indivíduo aprenda seus limites e experimente o valor da alteridade.

2 O LUGAR QUE HABITA DONA TEREZINHA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE SUA INTERPRETAÇÃO ACERCA DA NATUREZA E AQUELA DAS HISTÓRIAS DE NANÃ OU ZUMBARANDÁ

Depois de aprendermos que a natureza, para os povos bantu e yorubá, tem a ver com memória, pertencimento e alteridade, elaboramos perguntas semiestruturadas baseadas nessas noções para entrevistar

habitantes de Extrema/MG e analisar as interpretações de natureza, em contraste com aquelas dos mitos afro-brasileiros. Assim encontramos Dona Terezinha de Moraes Ribeiro, 69 anos, que estudou até o segundo ano do ensino fundamental e sempre trabalhou na roça. Esse encontro se deu em meio a visitas a alguns lugares representativos da natureza local, que identificamos a partir do que conversamos com nossas famílias e outros moradores. Sabemos que a natureza não se situa apenas onde parece mais conservada, mas essa é a referência comum dos que habitam nossa cidade, e gostaríamos de escutar quem mora nesses lugares, para conhecer suas percepções. Assim chegamos ao Bairro do Salto, onde se localiza a cachoeira do Salto, em um parque turístico mantido pela prefeitura, que Dona Terezinha não costuma frequentar. Depois de conversar com diversas pessoas, vinte ao todo, decidimos analisar apenas a sua entrevista, pela limitação de páginas deste relato;¹¹ pela senhora ter demonstrado um envolvimento com o que entende por natureza; e por representar o que ela chama de “povo da roça”, que seria um grupo com conexão antiga com o lugar.

Nosso objetivo é que esta comparação entre os ensinamentos de Nanã e de uma senhora com uma perspectiva local, que divide conosco a experiência de morar na cidade e, por outro lado, como todos nós, tem sua experiência singular, amplie as compreensões de natureza. Segundo Geertz (2008), pesquisadores antropólogos interpretam de segunda mão o que nativos interpretam de suas próprias culturas. Embora não tenhamos feito uma etnografia “densa”, descrevemos o resultado das entrevistas em seus significados, dentro do contexto cultural que Dona Terezinha compartilhou conosco.

Depois que Dona Terezinha comentou conosco que era uma senhora com muita saúde, perguntamos a ela se aquela condição se relacionava ao lugar de sua moradia, ao que respondeu:

Ah, sim, provavelmente, né? Porque a gente não come nada além do que a gente mais basicamente planta, né? Que a gente tem horta, a

11 Achamos interessante que, em um próximo trabalho, outros modos de envolvimento sejam abordados, como o dos imigrantes. Já que a cidade atrai um contingente a cada ano que passa.

gente até um tempo atrás, até quarenta e poucos anos atrás, a gente plantava feijão, a gente plantava arroz, a gente consumia o que a gente plantava. Quando eu me casei, a gente morou vinte dois anos no outro sítio que a gente tem ali em cima, então não tinha luz elétrica, lampião de querosene, não tinha fogão a gás, não tinha panela de pressão, a gente cozinhava feijão na panela, no balde de ferro né. Então consumia o que praticamente a gente tinha. De um tempo para cá que a juventude está indo embora, a gente não aguenta muito mais, então aqui a gente tira leite, eu e meu marido, porque os meninos casaram, e foram embora. Então daí a gente tem que ir buscar no mercado, é viável, mas a gente compra mais o básico mesmo, porque horta a gente tem, se a gente planta alguma coisa aqui outra ali, a gente consome o que a gente planta.

Compreendemos que ao se referir ao lugar em que mora, Dona Terezinha ressalta a ação, a habilidade e a possibilidade de plantar como algo que a define. Ela reconhece que essa tarefa, além do tipo de alimento que consome, transforma-a em alguém saudável. Temos aqui uma relação de pertencimento, desde que a senhora reconhece que o lugar e a sua troca com ele constituem quem ela é.

Perguntamos se ela conhece bem o lugar, ao que ela responde que sim, porque nele nasceu e viveu. Mas não nos trouxe nenhuma descrição detalhada do local ou memória que expressasse essa trajetória:

(...) a gente conhece o vizinho da frente, o vizinho do lado, o vizinho de baixo, e o do lado de lá, a gente só não conhece bem os que estão vindo agora. Porque a região está vindo muitas pessoas de fora, aí esses a gente não conhece, porque eu e meu marido só saímos o necessário. A gente não sai à toa, a noite a gente não sai, a gente sai durante o dia, quando precisa cuidar das coisas ou precisa ir na cidade fazer alguma coisa, a gente só vai na cidade quando é preciso.

O que nossa interlocutora ressalta é sua relação com os demais habitantes humanos de sua região. Depois ela se refere à cidade, demonstrando que não mantém uma relação de pertencimento com o núcleo mais urbanizado do município, assim como não compartilha um senso de habitação coletiva com os que chegam agora, diferente dos que, como ela, ali nasceram e viveram. Extrema, cidade cujo território faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Fernão Dias, em Minas Gerais, atualmente com 33.344 habitantes, é um lugar que atrai muitos imigrantes, principalmente por motivo de trabalho, por

ser uma cidade em forte crescimento industrial desde a década de 1990; mas também pessoas que buscam moradias mais afastadas dos centros urbanos. A cidade e os movimentos migratórios mais recentes são estranhos à relação de Terezinha com o lugar. Em outro momento, quando perguntamos o que seria importante para ter uma boa vida na cidade, ela nos diz que não tem ideia, porque nunca pensou em morar lá. Há uma relação de distância com o que interpreta como a *cidade*, apesar de morar em um dos bairros de Extrema.

Procuramos saber com Dona Terezinha quem cuida daquele lugar.

O povo da roça é muito cuidadoso, porque eles já sabem o sistema, se eles jogarem lixo por exemplo, vai jogar ali, vai prejudicar ele mesmo, então cada qual cuida do seu. Enche suas coisas, levam na lixeira, o lixeiro leva embora, para onde eu não sei com certeza... a gente enche de novo.

Temos aqui, novamente, um senso de pertencimento, segundo o qual, descuidos com o lugar teriam como consequência prejuízos para os próprios moradores. Esse senso de reciprocidade se dá também no que diz respeito às pessoas com quem se compartilha o território, “o povo da roça”, que parece trazer uma noção de responsabilidade ambiental como parte de sua identidade. É interessante notar que, apesar de comprometida com a limpeza e a manutenção dos sítios, Dona Terezinha desconhece o que é feito do lixo gerado. Nesse ponto, entraria a responsabilidade de outro agente, a prefeitura.

Conversamos também sobre o que Terezinha fazia ali em sua infância.

Trabalhava na roça, eu fui na roça com 6 anos de idade. As pessoas falam assim: mas com 6 anos, o que uma criança faz? Vai lá pro mosquito morder ele, para não dar “B.O” em casa, se não começa a brigar a filharada, tudo pequeno, nós somos em cinco. Então porque criança, independente ou não, de vez em quando tem um atrito, e minha mãe falou para o pai, eu lembro até hoje: pega alguém aqui leva alguém para roça, porque eu não aguento mais esse barulho. Ai ele encabou uma enxadinha para mim, eu lembro até hoje... encabar é pôr o cabo. E fui com ele para roça. Eu não sabia fazer nada com seis anos, você vai fazer o quê? Vai lá fuçar, cavuca, cavuca de lá para cá. Eu só continuei, só saí da roça para mim me casar. (...) Ai meu marido estava trabalhando, cuidei das coisas e fui lá ajudar a plantar milho, era a época de plantar milho, ai ele falou assim: você veio ajudar? Mas seu pai vai achar ruim. Como? Até aqui eu trabalhei para ele, agora vamos trabalhar para nós, agora vamos fazer a nossa vida. (...) Onde vai um, vai outro, até porque marido é para essas coisas, é para se cuidar.

Aqui percebemos que a habilidade de roçar se desenvolve em conjunto a questões familiares, como solução à educação das crianças, forma de sustento ou cuidado com o marido. Dona Terezinha não faz referência à terra, ou a uma memória intrínseca a ela, como nos mitos de Zumbarándá. Mas fazendo junto ao seu pai, é que aprende a plantar o milho. Trata-se de um saber que atravessa gerações e que se dá no ambiente do presente, porque a terra ainda lhes dava condições de continuá-lo. Segundo o relato de Dona Terezinha, “fazer a nossa vida” depende desse ambiente, daquilo que é possível plantar na terra. Igualmente envolvida em suas memórias, está a imagem da Serra da Mantiqueira:

A coisa que eu mais amo é subir na serra (risos). Eu já subi tudo naquelas montanhas, eu já trabalhei naquelas montanhas. Porque, quando a gente era jovem, meu pai tava naqueles morros, e a gente combinava, e a gente limpava, roçar pasto, fazer a cerca, carpina, é o forte do caipira do mato (risos).

Essa memória é construída a partir dos afazeres de Dona Terezinha. Enquanto ela trabalhava, também pôde desenvolver uma percepção sobre os animais que habitam a região:

Quando a gente tirava leite lá na serra, a gente levantava 4 da manhã, arriava os cavalos, punha os latões, porque a gente não ia de carro, a gente ia de cardeiro. Quando a gente chegou lá, que eu fui tocar as vacas, aí a onça-pintada passando lá, outro dia o lobo-guarda passando. Ah, eles são amigos da gente.

Perguntamos a ela se não tinha medo daquelas espécies e se sabia que elas estão em vias de extinção.

Não tinha medo não, se a gente não mexe com ele, ele não faz nada para nós. O bicho só ataca quando é atacado, igual ao ser humano, se você bater no ser humano ele revida. Nós invadimos o habitat deles na mata, hoje eles batalham para sobreviver, para comer frutinha, porque se ele tivesse como sobreviver, né!? Eles não atacaria e não viria perto da casa da gente, eles vêm porque eles procuram o que comer, evidente, igual a nós se tiver com fome.

Nesta fala de Dona Terezinha, identificamos a noção de alteridade, pois se refere aos animais como sujeitos com suas próprias necessidades,

reações e habitat. No caso dos bichos que compartilhavam com ela e seus familiares a paisagem onde realizavam suas tarefas, a senhora percebe uma relação de proximidade acompanhada de um respeito, que define como amizade. O seu entendimento sobre os “bichos”, se dá por uma comparação com os humanos, como uma projeção de nossa existência e relações às dos animais.

Sobre as paisagens de Extrema, perguntamos à Dona Terezinha o que achava.

A natureza pertence ao ser humano, Deus deixou para a gente usufruir e viver bem dessas coisas maravilhosas. Você quer uma coisa mais bonita do que isso? Não tem, né, minha filha, porque a gente vê passar assim nos repórteres, esses lugares estão contaminados, estão sujos, e o nosso aqui é uma benção, esses mato maravilhoso, verdinho. Você levanta cedo de manhã e só respira ar puro, não tem poluição aqui. A natureza aqui é muito abençoada, e nós temos que agradecer mesmo.

Nesse ponto, a natureza não aparece como um sujeito, mas sim como objeto criado por um Deus, a serviço do bem-estar humano. Diferente dos mitos de Nanã, aqui é o humano quem possui a natureza, e não se dá um pertencimento mútuo.

Também indagamos a ela se seria possível que a cidade crescesse sem destruição da natureza.

Será um pouco difícil, porque a gente, eu, você, você, você [referindo-se aos membros do grupo de pesquisa], nós sabemos onde que põe o lixo, todo mundo sabe, evidente, mas nem todo mundo tem essa capacidade de contribuir como deve. Porque eu vejo às vezes, a gente sai um pouco, quando precisa, e a gente vê as pessoas comerem coisas dentro do carro, que depois joga pela janela. Ponha numa sacolinha. Mas então aí a cidade aumentando, aumentando, a população, o ser humano em si, nem todos, não pode generalizar né, o povo inteiro, mas tem gente tão folgado minha filha, não é bem assim não, limpa o seu, que o meu eu limpo.

Dona Terezinha não se refere às indústrias ou às ações dos governos, apenas ao cuidado de cada indivíduo com o meio ambiente. Nesse trecho da conversa, responsabiliza alguns pelas mudanças que destruiriam a natureza. Podemos aqui diferenciar o que falou anteriormente sobre o “povo da roça”.

Ao sair para a cidade, não reconhece nesses moradores a mesma responsabilidade para com o lugar em que vivem. Ressalta o crescimento da população e, em oposição ao mito de Zumbarándá, que procura chamar atenção ao equilíbrio e conexão entre os tempos, o progresso parece romper com uma relação adequada com o lixo, transformação significando descuido e destruição.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que as noções de memória, pertencimento e alteridade estão presentes na percepção de Dona Terezinha e formam sua interpretação sobre o que é a natureza. A memória que aprende com seu pai relacionado ao lugar. O pertencimento pelo reconhecimento de que o desenvolvimento de suas habilidades de roçar, suas relações humanas e saúde dependem das atividades ligadas à terra e ao ambiente de Extrema, assim como pelo senso de responsabilidade com o local que, se for prejudicado, prejudicará a ela mesma. Além disso, há também uma noção de pertencer a um grupo que está ligado à terra pelo seu modo de vida, “o povo da roça”. A alteridade aparece quando reconhece nos animais seres outros, com suas próprias experiências, que é preciso respeitar.

A principal diferença que encontramos com os mitos de Nanã, é no ponto onde buscamos a alteridade, que acaba interferindo também na comparação com as outras noções. Na maioria das falas de Terezinha, a natureza não é autônoma ou tem uma vida própria, como o entendimento de que Nanã é uma idosa, ou a terra que precisa descansar entre os quilombolas do Piauí. A natureza não é vista como um ancestral com o qual nós e os que vieram antes de nós se relacionaram, que tem a própria memória, ao contrário, o pertencimento se dá na medida do uso dessa natureza. Ela teria sido criada com uma função, a de fazer o bem ao humano, e é nesse sentido que o ser humano deve cuidar da natureza, como algo que lhe foi dado e do qual depende.

Percebemos que Dona Terezinha não se vê como parte do coletivo maior que é a cidade, de modo que a maneira como ela e seu grupo social lidam com a natureza parece estar em conflito com as dos outros que a habitam. A destruição e o cuidado com o meio ambiente são atribuídos

ao individual. Isso se distancia de uma cosmovisão afro-brasileira pautada nas trocas coletivas com a natureza, onde um alimenta o outro com *Ashè*. Com esse ponto de vista, fazemos a reflexão de que, dentro do programa já existente de coleta seletiva, seria importante que os diversos moradores tivessem acesso ao que é feito do lixo da cidade em seu destino final, assim como existirem espaços onde as diferentes formas de pertencer, dos que aqui nasceram e dos que aqui chegaram depois, sejam escutadas, para se desenvolver uma política do cuidado coletivo.

Segundo Dona Terezinha, o futuro crescimento da cidade está relacionado ao aumento da falta de responsabilidade com o local. Partindo da relação entre Ogun (pai da tecnologia) e Nanã (mãe do ciclo da vida), perguntamos de que forma conciliar a mudança com a vida da natureza que torna qualquer transformação, inovação possível. Qual o limite para a industrialização e a urbanização de Extrema, de forma que não se rompa o convívio entre a modernização e a vida das paisagens?

Nossa cidade possui uma política pública de créditos ambientais, reflorestamento e conservação de nascentes, ganhadora de prêmios internacionais, o “Projeto Conservador das Águas”. Propaga-se o discurso do desenvolvimento sustentável, investe-se em turismo ecológico, porém o território está largamente ocupado por indústrias e não há sinalização de um fim para tal ocupação, que pode levar a mais desmatamento. Rios que atravessam a cidade se encontram poluídos, e temos fragmentos dispersos de Mata Atlântica, que assim distribuídos prejudicam o trânsito e a vida dos animais, das plantas e da população local, por exemplo, no que diz respeito à regulação do clima, entre outros fatores. Concluímos que nosso limite depende de reconhecimento e respeito ao modo de existir próprio da natureza, para que finalmente entremos em confluência (Santos, 2018).

REFERÊNCIAS

FU-KIAU, K. K. B. *A visão Bantu Kôngo da sacralidade do mundo natural*. Tradução de Valdina O. Pinto. Salvador: Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU, 1991.

GAIA, R. S. P.; SILVA VITÓRIA, A. Orixás, Nkises e Voduns: as nomenclaturas e etnias dos sagrados nos candomblés Ketu, Bantu e Jeje. *Revista Calundu*, v. 5, n. 1, 2021.

GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 3-21.

GOMES, V. M. S. “Kò sí ewé, kò sí òrìsà” (*Sem folha, não há orixá*): vivências ecológicas no Ilé Àse Opó Osogunlade. Tese (Doutorado em educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MIRIM: Povos indígenas do Brasil. Disponível em: <http://mirim.org/pt-br/como-vivem/mitos>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MUSEU do Amanhã. *Evidências das Culturas Negras*: infância negra com Vovó Cici e Kemla Baptista. YouTube, 28 out. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/Sg3lJptppR0>. Acesso em: 29 ago. 2024.

PONTES, N. O perigoso elo entre desmatamento e pandemias. *Outras mídias*, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-perigoso-elo-entre-desmatamento-e-pandemias/>. Acesso em: 12 set. 2024.

SANTOS, A. B. Somos da terra. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5120556/mod_resource/content/1/BISPO-DOS-SANTOS_Somos%20da%20terra%20-%20Piseagrama.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

SODRÉ, M. A atitude ecológica. In: SODRÉ, M. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Salvador, BA: Imago; Fundação Cultural do Estado da Bahia, p. 167-176, 2002.

SOUZA, F. S. *Trajetórias formativas e histórias*: aprendizagens que vovó Cici deixou cair no meu ouvido. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

VERGER, P. F. *Lendas africanas dos orixás*. Bahia: Solisluma, 2019.

MÉTODOS E PRÁTICAS AFRICANISTAS: A FILOSOFIA UBUNTU E SUAS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS E CIENTÍFICAS

Bruno de Oliveira Souza¹, Camila Oliveira Arruda¹, Ezequiel Souza de Jesus¹, Higor Duarte Cardoso¹, Júlia Costa de Oliveira¹, Júlia Rafaela Martins¹, Maria Eduarda Cordeiro Sterk¹, Pedro Paulo de Freitas Braga², Kaio César Goulart Alves³

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa de Iniciação Científica proposta pelo projeto “Som e Movimento: Capoeira Angola e Música de Matriz Africana como metodologia de pesquisa historiográfica” teve como base para sua realização a Lei Federal nº 10.639/2003, que institui o ensino de História da África e História da cultura afro-brasileira em todos os níveis de ensino. Tal lei, na atualidade, tem sido descumprida, num contexto geral, por grande parte das instituições de ensino, na medida em que os órgãos de fiscalização

1 Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo (Uberlândia/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo (Uberlândia/MG), pedro.freitas.braga@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Professor Vicente Lopes Perez (Monte Carmelo/MG), kaio.alves@educacao.mg.gov.br.

e o poder público são negligentes em promover sua aplicação rigorosa e exigir que seja cumprida.

O projeto de pesquisa dedicou esforços em trazer ao ambiente escolar da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, em Uberlândia/MG, um exercício de práticas afro-brasileiras e de debates sobre a temática étnico-racial, tendo como mediação a disciplina de História, matéria obrigatória nos currículos dos ensinos fundamental e médio, público atendido pela escola. A lei, que procura promover transformações no cenário atual das instituições de ensino, tenta abrir portas para uma reparação de crimes históricos perpetrados contra os povos africanos, dando maior visibilidade, valorizando e incentivando o protagonismo negro, tão discriminado e cancelado de maneira violenta pelos colonizadores. Desse modo, o entendimento sobre a importância de suas questões jurídicas e políticas, que competem às legislações e promovem a cidadania de sujeitos sociais, passa pelo entendimento da história dos povos africanos e de seus descendentes, da escravidão e seus efeitos nos dias atuais, mas que os livros didáticos insistem em dar uma nota de rodapé ou apêndice, abordando a temática de maneira secundária. A história dita oficial, eurocêntrica, do colonizador, esse modelo que universalizou o paradigma europeu, oferece resistência à penetração de tais conteúdos plurais e multiculturais, homogeneizando o pensamento a seu modo, sendo aí um dos grandes pilares de seu domínio.

Para nós pesquisadores, um exercício pedagógico mais inclusivo pode ser obtido mediante experiências práticas e teóricas que envolvam a cultura de matriz africana e/ou afro-brasileira – em nosso caso específico, oficinas de movimentação de capoeira angola, música e musicalidade afro, e construção de instrumentos de capoeira, trazidas pelo projeto do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC), através do Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa, além de leituras auxiliares, aulas temáticas, palestras, questionários e debates sobre questões étnico-raciais, que serviram aos estudantes pesquisadores como fontes históricas para os estudos sobre a História da África e História da cultura afro-brasileira. Sabendo que as discussões através dos livros didáticos e em sala de aula são insuficientes

para uma compreensão embasada sobre o tema, essas atividades funcionaram de maneira complementar aos conteúdos curriculares trabalhados.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, tendo em vista uma proposta científica reflexiva, sistematizada por referenciais teóricos e observada em um conjunto de atividades paradigmáticas, trouxemos como tendências historiográficas o pensamento decolonial a partir de uma visão afrocêntrica. Apoiada em paradigmas culturais e de matriz africana, nossa metodologia coloca como centro de nossa pesquisa um outro ponto de vista, que não é o do colonizador. A implementação de uma perspectiva africanista no processo de produção e transmissão de conhecimento permite dar importância ao protagonismo do povo negro, parte relevante de nossa comunidade escolar, promovendo o exercício e a afirmação de sua cidadania.

Sendo a cidadania uma atividade que é exercida por cidadãos conscientes de seus direitos civis e políticos, permite a participação efetiva na tomada de decisões na sociedade em que vivemos. Sendo ela, intrinsecamente ligada ao respeito, à alteridade e ao convívio harmônico entre os sujeitos sociais, garantida na constituição brasileira, o nosso relato de experiência vislumbrou como efeito criar cidadãos capazes de tomar decisões que possam contribuir para a redução das desigualdades, dando maior equilíbrio às forças que competem no interior de nossa sociedade, na perspectiva de torná-la mais justa. Logo, a difusão de seus princípios e o seu exercício, principalmente nos centros de formação educacional, é fundamental para sua consolidação.

2 DESENVOLVIMENTO

Por meio de diversos formatos de atividades pedagógicas, trabalhamos o conteúdo étnico-racial, tendo como base teórica a história e a historiografia, a partir de um paradigma cultural, ou seja, a cultura, as práticas, as representações simbólicas, o cotidiano e o imediato passam a se tornar objeto de pesquisa. No movimento das disciplinas em compreender esse novo campo que se abriu de maneira definitiva

durante o século XX, a História se junta a outras áreas do conhecimento para desvendar “novos segredos” escondidos numa cronologia não linear. As fontes, ao se multiplicarem, lançaram seus pesquisadores em um oceano de possibilidades, que só uma pesquisa fundamentada é capaz de dar credibilidade.

A pesquisa foi iniciada a partir do contato discente com o artigo “O humanismo africano nos ensinamentos da filosofia Ubuntu”, de Kellison Lima Cavalcante, que apresenta um pensamento filosófico africano, mais antigo que a filosofia grega – na verdade beneficiário dos desenvolvimentos científicos produzidos em África, milênios antes do pensamento científico europeu. A filosofia ubuntu, de tradição bantu,⁴ da África subsaariana, não só contribui para uma mudança de olhar, como também procura integrar o ser humano ao todo e não o colocar como centro, promovendo assim uma relação de interdependência com a natureza e o universo, ou seja, um conceito total, abrangendo um conjunto de saberes sobre o que é natural e humano e que só fazem sentido se são compreendidos, se são compartilhados e exercitados.

Sobre ubuntu, o artigo traz que:

Do ponto de vista filosófico e antropológico, o ubuntu retrata a cosmovisão do mundo negro-africano. É o elemento central da filosofia africana, que concebe o mundo como uma teia de relações entre o divino (Oludumaré/Nzambi/Deus, Ancestrais/Orixás), a comunidade (mundo dos seres humanos) e a natureza (composta de seres animados e inanimados). Esse pensamento é vivenciado por todos os povos da África negra tradicional e é traduzido em todas as suas línguas. Como elemento da tradição africana, o ubuntu é reinterpretado ao longo da história política e cultural pelos africanos e suas diásporas (Malomalo, 2014, p. 58 *apud* Cavalcante, 2020, p. 5).

Aqui, portanto, reconhecemos um modelo de pensamento filosófico africano, que faz parte de estratégias cognitivas dos povos africanos, investidas na reconstrução de suas culturas pós-diáspora. Mediante a reconfiguração de sentidos atribuídos a suas práticas e a apreensão

4 Tronco linguístico predominante nas regiões da Angola, responsável por fornecer parte dos africanos escravizados ao Brasil, além de matriz cultural contribuindo no processo de formação da cultura afro-brasileira.

dialógica de suas experiências ao longo da história, os descendentes dos povos africanos puderam resistir após quatro séculos de escravidão (mas a perseguição continua).

Por definição,

Ubu-ntu é a categoria epistemológica e ontológica fundamental no pensamento dos povos Bantu, expressando o ubu uma compreensão generalizada da realidade ontológica do Ser enquanto Ser, e o ntu assumindo formas e modos concretos de existência num processo contínuo (Castiano, 2010, p. 156 *apud* Cavalcante, 2020, p. 6).

Logo, a filosofia ubuntu se apresenta como alternativa para o esgotamento do paradigma europeu, como recondução da ciência a uma experiência empírica de fato, tendo a realidade como principal amostra de seus experimentos, dando à cultura um diálogo inter e transdisciplinar, dirigindo as rédeas de uma renovada ciência.

Tanto a capoeira angola quanto a música de matriz afro, fontes para nossos estudos e pesquisas sobre história da África e história da cultura afro-brasileira, carregam esse mesmo coeficiente afro-ancestral. Significados, pensamentos e resoluções que estarão presentes em gestos, jeitos e ações, nas ideias e suas exposições, que se dão a ler em nossa pesquisa através das lentes da história cultural e suas abordagens antropológicas.

Porém, essa pluralidade presente no paradigma cultural, útil à nossa pesquisa, fundamenta-se partindo de um paradigma africano, na preocupação com um conjunto heterogêneo de atividades e práticas aplicadas, estabelecendo sempre interações em coletivo e interpessoais. O indivíduo no todo e as relações estabelecidas entre si. Assim, cada um carrega protagonismo e contribui de forma integrada na construção das relações como um todo. “Dessa forma, a filosofia ubuntu, assim como a filosofia africana (em geral), é construída no plano da solidariedade, através da interação de todos. Um existindo por causa da existência do outro” (Cavalcante, 2020, p. 5).

Partindo desse pressuposto teórico, uma nova historiografia passa a emergir a partir de uma base teórico-metodológica pautada em princípios africanistas. Essa visão africanista renovadora é uma visão integral,

cuja metodologia se confunde com as práticas do cotidiano. A historiografia da cultura reconhece que “(...) nesse mundo, não se joga xadrez com figuras eternas, o rei, o louco: as figuras são o que as configurações sucessivas sobre o tabuleiro fazem delas” (Veyne, 1998, p.275).

Em África, o conhecimento está disposto em diversos planos intelectuais e cognitivos, estabelecido em diversos tipos de ciências: exatas, naturais, biológicas, humanas ou sociais. Na concepção africana, não se separa de maneira cartesiana e parcial as suas disciplinas, cada uma das ciências é tributária e dependente umas das outras, para se tornarem mais abrangentes e completas. Sendo assim,

A prática da história na África torna-se um permanente diálogo interdisciplinar. Novos horizontes se esboçam graças a um esforço teórico inédito. A noção de “fontes cruzadas” exuma, por assim dizer, do subsolo da metodologia geral, uma nova maneira de escrever a história. A elaboração e a articulação da história da África podem, consequentemente, desempenhar um papel exemplar e pioneiro na associação de outras disciplinas à investigação histórica (Obenga, 2010, p. 75).

Durante a realização da pesquisa, após introduzirmos todo um referencial teórico-metodológico afrocêntrico, assistimos aos documentários *Pastinha: uma vida pela capoeira*, e *Dr. Mestre João Pequeno de Pastinha: a trajetória do negro no Brasil através da Capoeira Angola*, como fontes documentais. A capoeira, enquanto patrimônio imaterial da cultura brasileira, nos fez reconhecer, através de uma história vista de baixo, personagens históricos, muitas vezes invisibilizados. Percorremos assim outros trajetos para as narrativas historiográficas, forjando nosso arcabouço documental, pelo qual entrelaçamos os referenciais teóricos às práticas do cotidiano e demos veracidade a nossa pesquisa.

Os documentários tratam da história de dois dos maiores mestres de capoeira angola, que ajudaram no processo de reconhecimento e valorização da capoeira, bem como do papel do negro na sociedade brasileira. Um deles traz uma breve biografia de Vicente Ferreira Pastinha, o mestre Pastinha, figura reconhecida por grandes personagens da cultura brasileira, como Jorge Amado, Caetano Veloso, entre outros. Fundador do

primeiro Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA) em 1941, uma das primeiras escolas voltadas para a prática da capoeira angola, período em que a capoeira começava a gozar de liberdade para se manifestar, já que em 1937 o governo de Getúlio Vargas a retirou do código penal brasileiro.⁵

De acordo com falas poéticas, porém, não menos reais de mestre Pastinha a “(...) *capoeira, é mandinga de escravo em ânsia de liberdade. Seu princípio não tem método, e seu fim é inconcebível ao mais sábio capoeirista.*” Essa perpetuação demonstra um processo contínuo de ressignificação do pensamento africano, segundo metáfora do próprio mestre, “(...) *capoeira é mandinga, é manha, é malícia, é tudo que a boca come.*”⁶ Demonstrando seu caráter universal, a capoeira, enquanto saber sobre uma dada realidade, dá legitimidade ao pensamento filosófico africanista e se mostra presente em práticas afro-brasileiras da atualidade.

Trabalhando com uma abordagem multidisciplinar, a pesquisa desenvolvida trouxe para o ambiente escolar a experiência com práticas culturais de matriz afro, nas quais utilizamos técnicas de pesquisa vindas da antropologia (disciplina colaborativa da História), como a observação participante, que coloca o observador em uma relação interativa com o conhecimento que se deseja apreender, compreendendo a lógica que move os participantes de determinado grupo em relação com o mundo.

Servindo à nossa pesquisa como trabalho de campo e nos valendo da observação participante, tivemos contato com oficinas semanais de movimentação da capoeira angola, música e musicalidade afro, e construção de instrumentos da capoeira, além de aulas

5 Código Penal do Brasil, instituído pelo Decreto no. 487 de 11 de outubro de 1890. Estabelecia em seu capítulo XIII: Artigo 402 - Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecido pela denominação de capoeiragem pena de dois a seis meses de reclusão. Parágrafo Único - É considerado circunstância agravante pertencer à capoeira, alguma Banda ou Malta. Aos chefes, ou cabeças, impor-se pena em dobro. Artigo 403 - No caso da reincidência, ser aplicado ao capoeirista, no grau máximo, a pena do artigo 400 (reclusão por três anos, em Colônias Penais e Presídios Militares na Fronteira). Artigo 404 - Se nesse exercício de capoeira, perpetrar homicídio, provocar lesão corporal, ultrajar o poder público ou particular, e perturbar a ordem, a tranquilidade e a segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá nas penas combinadas para tais crimes.

6 Falas de Mestre Pastinha retiradas do documentário *Pastinha: uma vida pela capoeira*. Prod. Antônio Carlos Muricy. Ministério da Cultura. FUNARTE, 1998.

específicas sobre a temática étnico-racial, promovidas pelo Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa. Essas atividades nos deram uma vivência com olhar científico, como as fontes históricas, pelas quais todo um referencial teórico passa a fazer sentido, à medida que é vivenciado. Proporcionando uma articulação entre as práticas e a produção de conhecimento, esse método tem o propósito de compartilhar saberes dos sujeitos envolvidos na pesquisa, e seus participantes deixam de ser objeto para se tornarem produtores de conhecimento sobre sua própria realidade.

Exercitar a ginga também é uma experiência pedagógica relevante para a compreensão dos sentidos atribuídos aos saberes transmitidos pelos capoeiristas; sua música, que preserva parte da memória histórica da capoeira, versa sobre fatos e acontecimentos negligenciados pelos livros didáticos; aprender a construir um instrumento de origem africana é voltar no tempo, reconstituir histórias e dar autonomia aos participantes sobre sua fabricação. O cientista e seu objeto vivenciam uma relação de intimidade, através da qual os resultados da pesquisa só são possíveis mediante essa proximidade.

Diante de tais experiências, identificamos o exercício da cidadania através das lutas raciais e das políticas públicas. Mestre Guimes, mestre do Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa, nos disse que:

A Cultura afro-brasileira é importante para o país como um todo porque foi essa cultura que construiu esse país, e é através das manifestações culturais afro-brasileiras (Congado, Capoeira, Samba, Funk, Hip Hop, Passinho, Slam, Terreiros de Religiões de Matrizes Africanas, etc) que promovemos mudanças na nossa sociedade. Por exemplo, foi a luta das pessoas negras (pretas e pardas) que em 2012 trouxe a Lei de Reserva de Vagas (Cotas) para as Escolas Públicas nas Universidades e Institutos Federais. Isto é e foi a luta histórica do povo negro, simbolizada pelas suas culturas, que trouxe para o século XXI a reserva de vagas para negros (pretos e pardos), para pessoas com deficiência, para indígenas e para pessoas pobres.⁷

7 Fala presente em questionário respondido aos pesquisadores em 20 ago. 2022, durante trabalho de campo e observação participante para desenvolvimento de fontes da presente pesquisa.

Portanto, o contato com experiências práticas age de maneira complementar aos conteúdos teórico-metodológicos trabalhados no projeto de pesquisa, contribuindo no processo de consolidação de determinadas competências necessárias para uma compreensão aprofundada sobre a temática étnico-racial.

Algumas de nossas atividades, além de contemplar a experiência investigativa de nossos estudantes pesquisadores, também levaram informações aos professores e professoras da escola. Através de palestras ministradas para o público docente, interferimos nos processos de formação dos profissionais da educação de nossa escola, visto que fora colocado em questão o processo excludente das formações dos professores, muitas vezes pautadas no paradigma eurocêntrico. Pudemos, assim, circular conteúdos, em níveis diversificados de instrução, que contribuíram para suscitar o debate étnico-racial e tornar a escola um ambiente mais receptivo para sua introdução, permitindo a outras áreas do conhecimento articular seus conteúdos partindo do mesmo princípio.

Essas palestras seguiram as seguintes temáticas: “A trajetória do negro no Brasil através da Capoeira Angola”, ministrada pelo Prof. Dr. Guimes Rodrigues Filho da Universidade Federal de Uberlândia, membro fundador do Núcleo de Estudos Afro- brasileiros (NEAB) na cidade de Uberlândia e, como já dissemos, mestre do Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa; e “A musicalidade na Capoeira Angola: história e sons do berimbau”, ministrada pelo Prof. Ms. Pedro Paulo de Freitas Braga, professor de História e de capoeira angola da cidade. Nessas palestras trouxemos os objetos centrais de nossas pesquisas, a capoeira angola e a música de matriz afro. Dedicamos esse espaço da palestra à exposição dos temas e ao debate, esclarecimentos de dúvidas e demais lacunas ainda não preenchidas pelo processo de formação convencional, tanto do ensino médio, referente aos estudantes pesquisadores, quanto no ensino superior, referindo-se à formação dos profissionais que atuam em nossa escola.

Para darmos voz aos personagens de nossa pesquisa e a partir deles compreendermos uma realidade africanista, elaboramos um questionário

que foi aplicado em alguns membros do Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa. Esses contribuintes de nossa pesquisa colaboraram dando seus depoimentos sobre temas trabalhados durante nosso projeto, sendo a convergência de contribuições coletivas e o resultado qualitativo palpável, materializando os debates contidos ao longo de nossa investigação.

Articulando os referenciais teóricos e documentais como as vivências das práticas de matriz africana, além do questionário aplicado em personagens colaboradores de nossa pesquisa, este relato de experiência traz resultados concretos, observados no decorrer da investigação, e abstratos, encontrados em discussões e internalizações não mensuráveis por nossos pesquisadores, sendo estes fruto de uma reflexão interna que muitas vezes não pode ser apreendida pelas canetas e papéis do pesquisador.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados concretos de nossa pesquisa, obtivemos os questionários aplicados em integrantes do Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa. Neles pudemos extrair parte do pensamento de alguns de seus membros. Assim como mestre Pastinha ensinava, os nagoas, como são chamados, enquanto seguidores dessa tradição afro-brasileira, sugerem que a capoeira angola pode ser utilizada como ferramenta pedagógica.

Munanga (2015), em suas abordagens sobre a História da África e as contribuições dos africanos e afrodescendentes à cultura brasileira, destaca a importância de incluir a história afro-brasileira e suas práticas aos currículos escolares, construindo uma educação inclusiva e diversa.

Para Freire (2019), uma pedagogia crítica, intermediada por uma análise participativa e uma integração de práticas culturais, ao enfatizar a importância da cultura na educação, discute como a educação pode ser um processo libertador quando incorpora as experiências mais relevantes e significativas para os estudantes.

Nossa análise possibilitou uma pesquisa sobre a história da África e da cultura afro-brasileira, integrada às práticas culturais. Articulamos

conceitos, narrativas e experiências culturais no ambiente pedagógico da nossa escola, mediado pela disciplina de História. Através dela, encontramos espaço para introduzir um novo olhar científico e uma nova forma de fazer ciência, despertando o interesse dos estudantes pelos conteúdos didáticos. Mesmo competindo com diversos conteúdos digitais, essa abordagem permite uma articulação produtiva e interativa entre os temas, construindo uma conexão apropriada entre as partes.

Ao articularmos com uma diversidade de fontes possíveis, os estudantes pesquisadores contribuíram de maneira coletiva com este relato de experiências. Aqui estão contidos um detalhamento da maneira como foi conduzida a pesquisa, os detalhes teórico-metodológicos empregados, as experiências práticas como fontes de apreensão do conhecimento, adotando um pensamento científico afrocêntrico como amálgama de experiências e ações coletivas, assim referindo a filosofia ubuntu e as suas relações interseccionais.

Como resultado, os questionários aplicados aos integrantes do Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa serviram e servirão como fontes, que vão se mover conforme as movimentações de um coletivo caótico e imprevisível, e sempre trarão novas interpretações sobre o mundo e sobre si mesmo. Nesses questionários foram apreendidas falas ou depoimentos sobre as representações contidas nas vivências de alguns capoeiristas, figuras responsáveis por uma tradução dos signos e significados revolvidos na diáspora africana ao longo do tempo.

Aqui estão contidos os esforços de todo o núcleo de pesquisa da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo. Na contribuição da escrita deste relato de experiência, encontram-se as mãos de todos os seus integrantes. As experiências vivenciadas pelos seus participantes foram expostas e discutidas nas reuniões do núcleo e serviram para definirmos as informações mais relevantes para um entendimento aprofundado sobre os conteúdos.

À procura de um formato ideal para uma atualização da História como ciência, recorreremos à filosofia africana para nos guiar nessa empreitada. Não nos pautamos em métodos convencionais e desgastados, que já não

conseguem produzir conhecimento, e sim reproduzir o mesmo de formas diferentes. O rigor do estudo, tendo como suporte experiências e práticas, tanto coletivas quanto singulares, operam em contextos macro e micro sociais. Tais focos ou ajustes nas lentes utilizadas na análise se apresentam ao inesperado, ao imprevisível, pois essas exceções escondem valores essenciais a nossa compreensão, e a regra e a previsão do futuro não levam em consideração as particularidades, sempre encontrando resultados descalibrados e imprecisos, dando a ciência a função de reproduzir, e não criar conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de apreensão do saber através do pesquisador, vários enigmas passam a ser revelados. Trabalhar com o conteúdo de história da África e história da cultura afro-brasileira é desvendar seus códigos, os modos e o fazer. Dessa apreensão, apenas palavras não seriam suficientes para descrever de maneira precisa toda a experiência que vivenciamos durante a pesquisa.

Este relato de experiência procurou decodificar os símbolos e os sinais emitidos pelas fontes, sejam elas intelectuais e teóricas, sejam físicas e práticas, na profundidade necessária para se ter uma compreensão inteligível sobre questões científicas, históricas e culturais. Permitimos aqui que fossemos parte da própria experiência o mergulho no universo africano e afro-diaspórico, não pela obrigação legal, mas pelo interesse e reconhecimento de sua relevância. Assim, acreditamos que viver a experiência seria o melhor meio para uma aprendizagem mais eficiente.

A vastidão dos estudos sobre história da África e da cultura afro-brasileira se percebe na medida em que debruçamos nossos esforços em compreendê-las, e nesses esforços se encontra a experiência investigativa. Não só as novas fontes encontradas são suficientes, mas uma articulação de ideias, conceitos e técnicas também são necessárias para a procura de um entendimento mais profundo. O objeto na realidade é um campo de pesquisa, um universo a se explorar.

Buscando através de alguns filtros fornecidos pela história cultural e suas colaborações interdisciplinares, trouxemos informações que achamos relevantes para o entendimento de algumas das diversas faces que envolvem essa temática e procuramos suscitar a discussão e o debate entre os indivíduos que a vivenciaram durante o intervalo de tempo proposto pelo projeto de pesquisa.

As manifestações da cultura afro-brasileira se tornaram relevantes em nossa pesquisa pela sua representatividade no interior do Brasil, não pela sua legitimidade ancorada em decretos e leis, pois muito antes de chegar ao consentimento das autoridades, essas manifestações já eram práticas do povo. Hoje, através de muita mobilização e luta, são reconhecidas legalmente pela constituição brasileira e ocupam o status de ícone da identidade nacional.

A utilização de materiais alternativos no ensino, que cumprem um papel complementar aos demais conteúdos escolares, demandam a introdução da temática aqui discutida como fontes de conhecimento sobre a história da população brasileira. As práticas culturais podem atuar como mecanismos de aprendizagem lúdica e divertida, pois o ato de envolver-se de maneira interativa com determinadas fontes de conhecimento rompe com padrões didáticos rígidos, trazendo ao jogo outras maneiras de se absorver e construir conhecimento.

A Lei Federal nº 10.639/2003, ainda longe de se tornar visivelmente efetiva, representa uma das mudanças necessárias nos modos de se pensar a educação regular, na medida em que os parâmetros adotados para a transmissão desses conteúdos sejam referendados também por uma concepção afro-diaspórica. A construção do conhecimento passa a ser pensada e praticada na perspectiva da pluralidade cultural. Portanto, a importância de se conhecer as histórias das camadas subalternas de nossa sociedade é fundamental para a formação pedagógica dos sujeitos sociais e para o processo de constituição do país.

Olhar a história da África e a história da cultura afro-brasileira sob essa ótica plural é uma parte de nosso empenho cotidiano em dar voz às vozes silenciadas, que coexistem em nossa realidade, e não prendê-las

através apenas das tintas e dos papéis de seus interessados, mas numa relação direta com as fontes em questão. Dessa forma, percebemos que a cultura e “[...] as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas” (Geertz, 1978, p. 213).

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Código Penal*. Instituído pelo Decreto no. 487 de 11 de outubro de 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm Acesso em: 29 ago. 2024.

CAVALCANTE, K. L. O humanismo africano nos ensinamentos da filosofia ubuntu. *Anais VII CONEDU* - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69048>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.

GEERTZ, C. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 62, p. 20-31, 2015.

OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da História da África: panorama geral. In: KI-ZHERBO, J. (ed.). *História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática / UNESCO, 2010.

PASTINHA: uma vida pela capoeira. Realização de Antônio Carlos Muricy. Rio de Janeiro, 1998.

VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revolucionou a história*. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

PERCEPÇÃO DA PRÁTICA DA CAPOEIRA NA ESCOLA ESTADUAL MANOEL MACHADO FRANCO

Autores: Alanna Nascimento¹, Gabriel Filipy Barbosa de Souza¹, Iara Eloiza¹, Lucas Felipe de Freitas Souza¹, Maria Fernanda Carvalho¹, Raiely Vitória Silva Reis¹, Raul Carvalho Rocha¹, Thayllon Maik Pereira¹, Geraldo Henrique dos Reis Correa², Simone Gonçalves Rodrigues³, Marlene Vieira de Souza Moraes³, Hilbert da Silva Júlio⁴

1 INTRODUÇÃO

A construção da percepção das práticas de atividade de matriz africana ganhou mais visibilidade nas últimas décadas, com a luta contínua contra o preconceito. O reconhecimento da herança africana em nossa cultura é cada dia mais evidente; isso pode ser percebido em diferentes lugares do mundo. Essa evidência aparece com alguns exemplos, como a notória luta da empregada doméstica e ativista Laudelina de Campos Melo pelos direitos das empregadas e dos negros, mais recentemente, a filósofa e ativista Djamila Ribeiro, e a socióloga, ativista e política Marielle Franco.

1 Escola Estadual Manoel Machado Franco (Caratinga/MG).

2 Orientador, Escola Manoel Machado Franco (Caratinga/MG), geraldo.correa@educacao.mg.gov.br.

3 Coorientadoras.

4 Tutor, Escola Estadual Olympio Araújo (Juiz de Fora/MG), hilbert.julio@educacao.mg.gov.br.

Entender a nossa origem é um exercício de desenvolvimento humano. A capoeira nesse sentido, torna-se um importante elemento de contato com a luta da cultura afro-brasileira, que até hoje resiste em diversas partes do país. Ela constrói laços entre as resistências nos tempos sóbrios da escravidão e a exclusão social, bem como a marginalização da cultura afro-brasileira no mundo contemporâneo. Dessa forma podemos identificar que a capoeira:

Apresenta-se como um elemento importantíssimo para a formação integral do aluno, desenvolvendo o físico, o caráter, a personalidade e influenciando nas mudanças de comportamento. Proporciona, ainda, um autoconhecimento e uma análise crítica das suas potencialidades e limites (Nunes, 2011 *apud* Campos, 2001, p. 23).

Nesse sentido, identificar como os grupos sociais percebem a capoeira, atividade relacionada a historicidade da formação da cultura brasileira, é uma possibilidade de entender como os arquétipos em relação às rodas de capoeiras são construídos.

Para C. G. Jung (2002), o inconsciente pessoal é representado pelos sentimentos e ideais reprimidos, desenvolvidos durante a vida de um indivíduo, já o inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente, ele é herdado. Trata-se de um conjunto de sentimentos, pensamentos e lembranças compartilhadas por toda a humanidade. Dessa forma, Jung relata em sua obra: *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, que o inconsciente coletivo é um reservatório de imagens latentes, chamadas de arquétipos ou imagens primordiais, que cada pessoa herda de seus ancestrais; para ele, as pessoas não se lembram das imagens de forma consciente, porém herdam uma predisposição para reagir ao mundo da forma que seus ancestrais faziam. Assim, essas imagens, segundo Jung, exprimem-se por símbolos que chegam ao consciente e podem invadir os sonhos ou se traduzir em mitos, interagindo com a realidade de percepção do indivíduo com o mundo à sua volta.

O arquétipo é uma tendência para formar estas mesmas representações de um motivo - representações que podem ter inúmeras variações de detalhes - sem perder a sua configuração original. Existem, por exemplo, muitas representações do motivo irmãos inimigos, mas o motivo em si

conserva-se o mesmo. Meus críticos supuseram, erradamente, que eu desejava referir-me a ‘representações herdadas’ e, em consequência, rejeitaram a ideia do arquétipo como se fosse apenas uma superstição. Não levaram em conta o fato de que se os arquétipos fossem representações originadas em nossa consciência (ou adquiridas por ela) nós certamente os compreenderíamos, em lugar de nos confundirmos e espantarmos quando se apresentam. O arquétipo é, na realidade, uma tendência instintiva, tão marcada como o impulso das aves para fazer seu ninho ou o das formigas para se organizarem em colônias (Jung, 2008, p. 67).

Essa herança estaria em nosso inconsciente, com predefinições a determinados temas. Assim como no trabalho *Arquétipos da Teoria de Jung e a sua Aplicação na Prática Clínica* (Lacerda, A.; Lacerda, A.; Paula, D. S. 2022), que evidenciou através de técnicas expressivas como a imaginação ativa, o relaxamento, a meditação, o desenho, a pintura, a dramatização, entre outras, coleta dados de material simbólico para a análise do processamento simbólico. Para que os aspectos inconscientes se tornem conscientes, essa análise foi baseada nos parâmetros de causalidade, finalidade e sincronicidade presentes nos eventos simbólicos. O grupo chegou à conclusão de que os arquétipos podem fazer parte de um desenvolvimento pessoal do indivíduo sobre sua percepção no mundo. Sendo assim, nosso trabalho partiu do objetivo de identificar a percepção de um grupo de alunos sobre o indivíduo que joga capoeira. A atividade marcada historicamente como um movimento de luta, expressão cultural e corporal, carrega qual arquétipo sobre o perfil físico do jogador de capoeira?

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Através de uma coleta das características indagadas pelo IBGE sobre aspectos físicos ou culturais da população, partimos para elaboração de um questionário que fosse possível aglutinar uma diversidade de perfis presentes na sociedade brasileira. Em posse desse questionário de pesquisa semiaberta, somamos as observações realizadas pelos grupos sobre os personagens que atuam na capoeira em nossa cidade. O objetivo era perceber os diferentes arquétipos presentes nas atuais rodas de capoeira.

Além desses arquétipos incluídos no formulário de pesquisa utilizado, a primeira pergunta referia-se ao conhecimento ou desconhecimento

da Lei 10.639, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira na grade curricular do ensino fundamental e médio.

O questionário contava com um texto norteador do pensamento, que não possibilitava perceber nenhum arquétipo do sujeito que o narrava. A intenção era que ao ler, os entrevistados expusessem a construção do inconsciente coletivo deles sobre o indivíduo envolvido com a prática da atividade de matriz africana. Para reconhecimento dos arquétipos, utilizamos do apoio de profissional da área, o Psicólogo João Alves Filho. O profissional ressaltou que a coleta de dados parte de uma pergunta orientadora que se desenvolve através de categorias de respostas formadas pelo agrupamento de expressões do sujeito. Através dessa reflexão, construímos o material em que os participantes marcaram as características físicas, culturais e socioeconômicas que eles carregam sobre os envolvidos na atividade de capoeira.

Dos 112 alunos presentes no ano escolar foco das atividades, 85 deles manifestaram interesse em participar da pesquisa da Iniciação Científica. Os demais, 27, não manifestaram interesse ou não compareceram à aplicação do questionário, alcançando uma taxa de 76% de participação.

As aplicações foram realizadas em sala de aula, separadas por quatro turmas diferentes. No momento da aplicação, os alunos participantes do núcleo de Iniciação Científica aplicaram a condução do questionário, orientados de forma prévia. Entretanto, eles não leram o texto norteador. Essa orientação foi estabelecida a eles, para que não houvesse influência na interpretação dos entrevistados sobre os arquétipos que eles carregam sobre a prática da capoeira.

Com todos os termos assinados (TCLE⁵, TALE⁶ TCLE⁷ responsável), sobre a coleta de informações, os questionários usados para coletar as informações dos arquétipos foram separados e, após essa aplicação, os alunos partiram para a tabulação dos dados. Separamos as informações, localizando as

5 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

6 Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

7 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

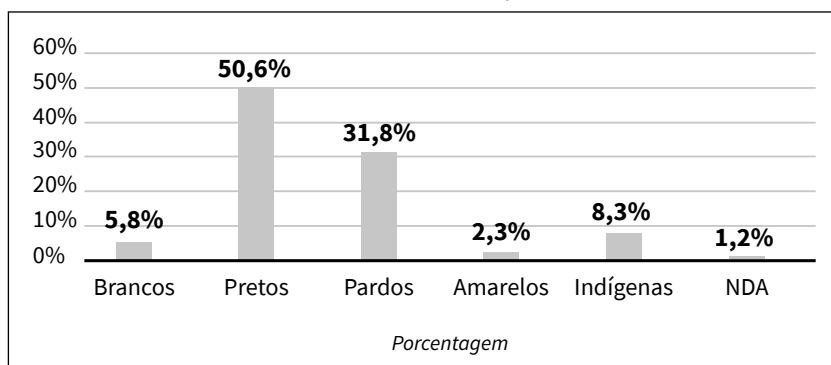
classes nas diferentes categorias, físicas socioeconômicas e culturais, fazendo a contagem de quantos alunos marcam cada classe no questionário.

De posse desses números, foram alimentadas as tabelas, com a necessidade de construção de gráficos para visualização das informações de uma forma mais clara e objetiva. Essas informações serviram de base para construção dos resultados adquiridos sobre os arquétipos que os indivíduos carregam a respeito da atividade de capoeira, alimentado a visão de como eles percebem o perfil do jogador de capoeira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na apuração dos resultados coletados, foi possível perceber um padrão mais acentuado em relação ao jogador de capoeira.

Gráfico 1: Divisão Raça/Cor



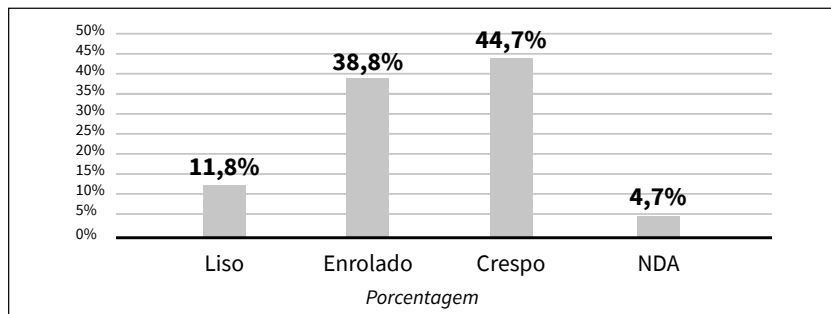
Fonte: Elaboração própria, 2021.

De acordo com os questionários parte dos praticantes da atividade são homens, de cor preta ou parda, somando as duas classes 82,4% (Gráfico 1). Esse indivíduo seria, no arquétipo dos entrevistados, em 83,5% (Gráfico 2), de cabelo enrolado ou crespo, de olhos castanhos ou preto na construção de 100% (Gráfico 3).

Ao observarmos o gráfico 1, é possível perceber a visão da cor da pele do indivíduo que joga capoeira. Aqui o arquétipo que evidencia no imaginário

trata-se da pele negra ou parda. Os entrevistados entrelaçam a atividade de matriz africana, em seus imaginários, a essa parcela de pretos e pardos.

Gráfico 2: Características do cabelo

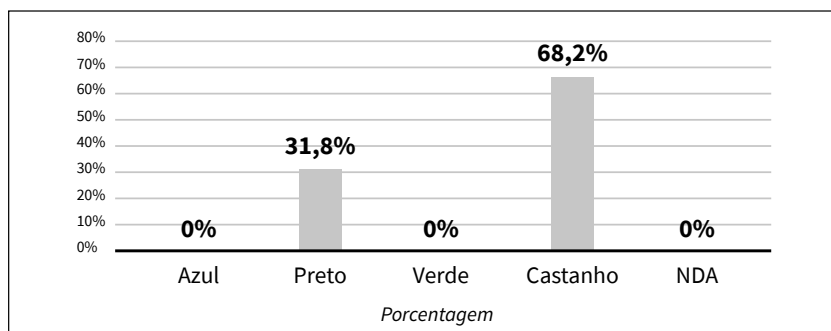


Fonte: Elaboração própria, 2021.

A pontuação do arquétipo que evidencia a estrutura do cabelo revela que, mais uma vez, as características do negro e ou pardo fazem parte da construção da identidade do jogador de capoeira.

Os olhos desses indivíduos não apresentam tons claros. Segundo os resultados, eles teriam impreterivelmente olhos escuros a castanhos. Nessa categoria, o arquétipo de indivíduos com olhos claros, verde ou azul, não foram associados a um jogador de capoeira.

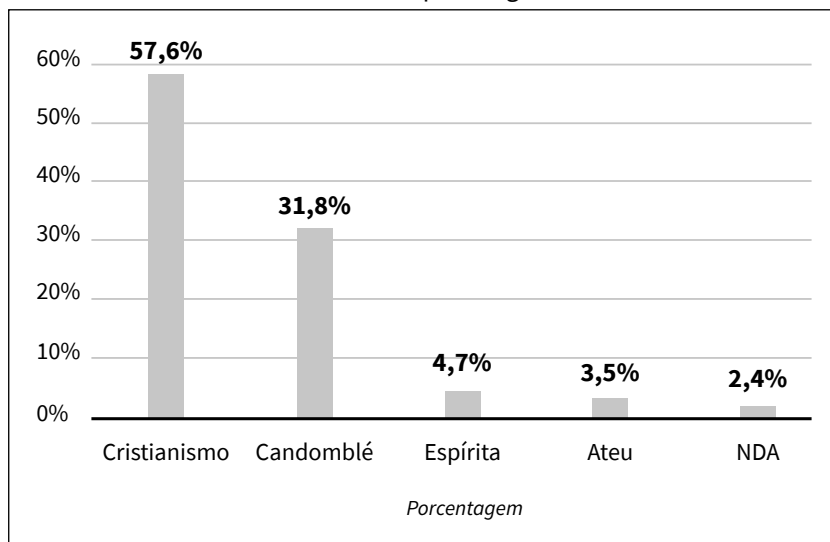
Gráfico 3: Cor dos olhos



Fonte: Elaboração própria, 2021.

No campo de envolvimento com a religião, 57,6% (Gráfico 4) classificou o indivíduo praticante do cristianismo.

Gráfico 4: Grupos religiosos



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Percebeu-se que o arquétipo construído nos entrevistados associa a prática de capoeira a grupos de classes com menos acesso ao poder aquisitivo e ao menor acesso à formação acadêmica.

A percepção do imaginário é importante para as questões de evolução da sociedade. Ela norteia o direcionamento social,

as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro [...] O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos (Carvalho, 1987, p. 11).

Sendo assim, entender essa construção faz parte de uma profunda análise social, em relação à produção da sociedade. Em posse desses levantamentos, o núcleo foi possível construir um perfil do arquétipo dos entrevistados sobre o indivíduo que joga capoeira. Seria um homem adulto, preto ou pardo, de cabelo crespo a enrolado, de olhos escuros, de baixa a média renda, com escolaridade entre alfabetizado e ensino médio, com suas práticas religiosas voltadas para o cristianismo.

Partindo dessa construção do arquétipo, que foi comparada com as observações dos sujeitos atuantes nas rodas de capoeira, foi evidenciado que, ao observarem o grupo de capoeira da comunidade local, não é possível identificar esse predomínio de construção física e social. A roda de capoeira, dirigida pelo Mestre Renato, se caracteriza por uma diversidade física e cultural muito maior do que a encontrada no arquétipo desenhado pelos entrevistados. De acordo com as observações locais e relato do Mestre, o grupo apresenta a mesma quantidade de participantes em relação ao gênero masculino e feminino, seu maior público também se encontra na faixa etária infantil. Em relação a cor ou raça, a maior expressividade de pretos e pardos foi confirmada, entretanto cabelos e olhos destoaram um pouco da realidade da roda.

Quando apresentado as questões sobre classe social e nível de escolaridade, os dados representaram uma proximidade, dado ser a maioria constituído pelo público infantil, entretanto foi ressaltado que o grupo é composto por outros extratos sociais, como advogados, professores, médicos, dentistas, entre outras profissões.

O núcleo de iniciação levantou uma discussão em relação ao arquétipo relacionado à religião, no qual a presença mais expressiva foi cristianismo. Na apuração, foi levantada a questão das subdivisões do cristianismo e as diferentes formas de se indagar sobre a percepção religiosa; em até que ponto as inferências religiosas pessoais contaminariam a percepção do outro, foi o foco do debate. De fato, na roda de capoeira em análise, todos acreditam em um Deus único e declaram ser cristãos.

Para ampliar a percepção sobre as práticas da atividade de matriz afro-brasileira, o núcleo teve a possibilidade de ter contato com outra roda de capoeira. Nessa oportunidade, levando os arquétipos levantados em pesquisa, foi possível consolidar ainda mais algumas observações. A interação com o Grupo Cativoiro Capoeira, da cidade de Ouro Preto/MG, possibilitou observar ainda mais a construção dos arquétipos. O grupo atua desde 1982 na cidade e, segundo o Mestre Kalunguee, *“cada dia mais, existe uma desconstrução de quem é um jogador de capoeira. Antes era coisa de preto e*

gente de confusão, mas não dá mais para separar com raça os grupos”; para ele, o fato de muitos acreditarem que é uma atividade para negros se deve ao fato de que a sociedade não estar acostumada com uma liderança negra. De fato, nossa sociedade não está acostumada com a representatividade do negro na liderança em diversos setores da sociedade. Mesmo sendo a maioria da população, os negros representam 55,9% da população brasileira, mas ocupam apenas 4,7% dos cargos de liderança entre as 500 maiores empresas do país, segundo pesquisa do Instituto Ethos (2010).

O contato com a construção do arquétipo possibilitou perceber uma grande quantidade de variáveis que os indivíduos carregam em seus imaginários. Esses são sim influenciados pelo inconsciente coletivo, formador da replicação de padrões e preconceitos em nossa sociedade. Entrar em contato com essa informação é apurar a formação dos sujeitos perante a construção da coletividade, o ponto de partida para o fortalecimento de políticas públicas que evidenciem novos caminhos frente a percepção da replicação de preconceitos incutidos em nossa sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do saber é uma edificação que se constitui com a possibilidade de abrir portas para novos horizontes. A aprendizagem, bagagem que levamos das experiências que nos envolvemos, alimenta o processo evolutivo da humanidade. No núcleo de pesquisa científica do projeto, foi possível perceber que a construção social dos indivíduos não se limita somente ao meio em que eles vivem. As interferências nessa construção vêm de outras bagagens que, muitas vezes, não são acessadas de forma consciente. O indivíduo é um ser complexo, dentro de uma sociedade que transmite valores. Esses, muitas vezes, podem ser pautados em preconceitos que precisam ser diluídos, com a luz do conhecimento, aplicados em nossos espaços coletivos.

Não é uma tarefa fácil acessar informações, que muitas vezes, destoam dos valores humanos de uma sociedade intolerante ao racismo. O desafio de extrair as informações dos entrevistados, sem que eles se sentissem

julgados, ou acuados, por seus arquétipos, é uma tarefa metodológica de extrema importância em trabalho científico. Trabalhar com grupos que estão em fase de formação cidadã é um desafio ainda maior na construção do saber. Seguir a imparcialidade, a fim de evitar a poluição das informações coletadas nos questionários foi, de fato, o maior desafio enfrentado pelo núcleo.

Entretanto foi possível perceber que existe uma preocupação com relação a replicação da continuidade do preconceito na sociedade. Existe em cada um dos grupos estudados uma preocupação com o discurso preconceituoso. A preocupação em não transmitir uma ideia que reproduza ou fomenta o desenvolvimento do preconceito em nossa sociedade. Esse achado ascende no núcleo a percepção de que existe um avanço em relação ao desenvolvimento da percepção de nossa identidade social afro-brasileira. A possibilidade de elucidar uma sociedade mais igualitária parte do ponto de entendermos nossas origens, parte do ponto de entendermos nossa própria construção.

Podemos ainda ressaltar que, as políticas públicas que evidenciam a elucidação da nossa ancestralidade, resgatando nossa história, podem ser mais aglutinadas ao saber escolar. Uma vez que,

a capoeira, como tantas outras manifestações das culturas populares, é um rico manancial de humanidade em que muito se aprende sobre a vida e sobre valores fundamentais para a existência humana, como a solidariedade, a igualdade, o respeito às diferenças, o compartilhar, o respeito à natureza, a cooperação, o equilíbrio, a humildade, a parceria, entre tantos outros ensinamentos que a sabedoria do nosso povo vem cultivando, preservando e transmitindo, de geração em geração, ao longo da história do nosso país, resistindo e lutando por manter vivas suas tradições, legado maior de uma ancestralidade que rege suas formas de ser e de estar no mundo (Cordeiro; Abib, 2018, p. 238).

Diante disso, o núcleo vê-se diante de um desafio que é a análise da instrumentação pedagógica da Lei 10.639 de 2003; assim podemos pensar no nível de aplicabilidade das atividades no decorrer do ano acadêmico, direcionadas ao cumprimento dessa legislação, evitando que as instituições fiquem limitadas a falar sobre esse tema somente no Dia da Consciência Negra.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. M. *A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORDEIRO, A. A. S.; ABIB, P. R. J. A Educação da Capoeira: uma pedagogia da Cultura Popular. *Educação em Foco*, ano 21, n. 33, p. 223-241, jan./abr. 2018.

INSTITUTO ETHOS. *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas – Pesquisa 2010*. São Paulo: Instituto Ethos, 10 nov. 2010.

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LACERDA, A.; LACERDA, A.; PAULA, D. S. *Arquétipos da teoria de Jung e sua aplicação na prática clínica*. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) – Una, Contagem, 2022.

NUNES, F. R. M. *A contribuição da capoeira para a socialização e desenvolvimento de crianças e adolescentes nas escolas municipais de Criciúma e Forquilhina*. 2011. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

RESPEITE O LEGADO, REINVENTE O FUTURO: O MULTICULTURALISMO COMO UM ESTUDO DA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA E RESGATE CULTURAL DO QUE CERCEIA NOSSA “BRASILIDADE”, RAÍZES E ESSÊNCIAS

Ana Clara de Aquino¹, Ana Clara Silva¹, Anna Júlia Ribeiro Pereira¹, Giovana de Souza Silva¹, Igor Renato Gonçalves dos Reis¹, Kauê da Silva Ribeiro¹, Lidianne Fernandes Pedroso¹, Livia de Cássia Santos¹, Maurício Miguel Nogueira dos Santos¹, Pedro Henrique Oliveira Fernandes¹, Regis Yago Rita¹, Sofia Mariana da Costa¹, Luciana Nori de Macedo², Christian de Souza Ribeiro³, Maria Fernanda Silva Alves⁴

1 INTRODUÇÃO

Ressignificar e encontrar o sentido que ainda falta na construção que denominamos identidade nacional, nossas raízes e memórias que permeiam a construção do nosso ser, bem como as bases que norteiam

1 Escola Estadual Barão do Rio Branco (Itajubá/MG).

2 Orientadora, Escola Estadual Barão do Rio Branco (Itajubá/MG), luciana.nori@educacao.mg.gov.br.

3 Coordenador.

4 Tutora, Escola Estadual Anísio Esaú dos Santos (Caxambu/MG), maria.alves64@educacao.mg.gov.br.

a formação histórico- cultural na qual estamos inseridos, engendram o Projeto de Iniciação Científica da E. E. Barão do Rio Branco, denominado *Multiculturalismo: estudo do patrimônio cultural brasileiro, com ênfase nas tradições Africanas, Afro-brasileiras e Indígenas*, e instiga fundamentalmente uma busca por particularidades e elementos socioculturais e configuram uma riqueza de conhecimentos e tradições que não devem ser apagadas, esquecidas ou pormenorizadas.

Falar sobre o multiculturalismo nos faz permear um caminho de analíticas essenciais no âmbito do processo de desenvolvimento humano. Almejamos mudanças! Reconhecemos que somos agentes da nossa história e não apenas a plateia, que assiste e acata a encenação e a retórica proferida sobre nós. Desse modo, podemos e queremos ajudar a construir um mundo onde o diverso seja valorizado, onde toda vida possa coexistir, sem a necessidade de se omitir ou justificar seu direito de ser, de estar e de ter liberdade, o direito de viver.

Eugenia, mito da democracia racial, holocausto brasileiro, branqueamento, aculturação, personificações pejorativas, entre muitos outros termos e conceitos que não são devidamente destacados em livros didáticos, foram, muitas vezes, redigidos pela ótica da historiografia positivista. Faltam relatos importantes sobre nós em nossa base formativa, na qual impera o etnocentrismo, o olhar do colonizador para a identificação dos povos por interface de características fenotípicas tidas como superiores.

Enalteçemos, portanto, a urgência em falar sobre a decolonialidade, um conceito que surge para fazer frente à colonialidade, sendo “[...] considerado como caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo” (Ávila, 2021).

A decolonialidade surge, assim, para restituir a voz de povos que foram silenciados, representa a nossa luta pela valorização de uma história que está em nós e compõe a nossa base formativa, identitária.

A pesquisa foi realizada no âmbito do edital 09/2021 do Projeto de Iniciação Científica na Educação Básica da Secretaria de Estado de

Educação de Minas Gerais (ICEB/SEE/MG). A partir de pesquisa bibliográfica e da pesquisa-ação, tivemos como foco a busca pelo fortalecimento das tradições que compõem a nossa história cultural e identitária, visando projetar a confiança de que somos importantes agentes da valorização multicultural e enfatizar a relevância do senso crítico para uma atuação cidadã, que pode e deve começar na formação escolar.

2 DESENVOLVIMENTO

Realizamos uma pesquisa qualitativa sobre o multiculturalismo e as suas contribuições para a formação identitária brasileira. Utilizamos inicialmente a pesquisa bibliográfica, para fazermos um estado da arte sobre o tema e termos arcabouços teóricos para organizarmos a pesquisa. Além da pesquisa bibliográfica, utilizamos questionários semiestruturados para realizar um levantamento acerca dos conhecimentos da comunidade acerca da temática.

Enaltecemos a conjuntura que perfaz pragmaticamente uma proposta de pesquisa acerca do multiculturalismo como movimento que não pode ser dissociado da nossa constituição identitária, sobretudo por visarmos a desconstrução de uma história narrada pela ótica etnocêntrica do colonizador, que nos possibilite a inserção de fatos omitidos de nossa história. Não com intencionalidade de mudar ou destruir tradições, mas que vise repensar a história, buscando aspectos que nos façam ouvir o silêncio que emana das lacunas históricas que integram nossa constituição social. As marcas da estruturação multicultural do nosso país podem e devem ser apreciadas e valorizadas para que possamos ressignificar nossa própria história.

Tradicionalmente recebemos, na escola, informações prontas acerca de uma historiografia que diz respeito a todos nós, mas que nos coloca como meros receptores de uma narrativa que pretende abarcar sumariamente a perspectiva do colonizador, o ponto de vista eurocêntrico. Desse modo, percorremos caminhos que nos levaram à teoria da desconstrução do filósofo Jacques Derrida (Queiroz, 2015), tendo em vista, sobretudo, uma investigação sobre a história do Brasil, refletindo sobre as

partes que foram omitidas em diferentes marcos históricos temporais, em função da manutenção de certas relações de poder.

Diversos questionamentos sobre nós e sobre nossa história nos motivaram a buscar mais informações e estruturar saberes por adequação do método científico. Nossa voz ecoa e nossos saberes se propagam em um processo de libertação de amarras deliberadas pelo conhecimento, pela desconstrução da história narrada e pela busca retratística identitária que nos formou enquanto nação.

De acordo com o educador Rubem Alves, “Educar não é ensinar respostas, educar é ensinar a pensar” (Alves *apud* Lopes, 2009). Seguindo nessa analítica, observamos diferentes considerações que foram construídas ao longo de nossas experiências e vivências sobre o desenvolvimento do processo crítico da pesquisa. A abordagem da problemática nos possibilitou um estranhamento ao local que ocupamos na sociedade, gerando um sentimento de responsabilidade com o conhecimento e buscando a libertação pelo mesmo, bem como o compromisso de repassar conhecimentos para outras pessoas, afinal o obscurantismo da sociedade é um mal para todos nós.

A confiança de que somos importantes agentes da transformação e da valorização multicultural abre o caminho para promover reflexão e ação enquanto membros do corpo social em que estamos inseridos, uma vez que as diferenças enriquecem a experiência de cada ser humano. Saber a nossa história nos possibilita preservar a tradição daqueles que contribuíram para que chegássemos ao ponto em que nos encontramos, e saber nos posicionar como agentes de transformação é uma oportunidade para compreendermos a nossa própria identidade, valorizando tradições e reescrevendo o que precisa ser modificado em prol da humanidade como um todo. Afinal, conforme o sociólogo Boaventura de Souza Santos,

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (Santos, 2003, p. 56).

A experiência de quebrar o silêncio acerca de partes da nossa história faz jus ao nosso protagonismo, ao passo que favorece o exercício de uma ação cidadã questionadora, que visa não apenas absorver o que está sendo disposto no processo educacional, mas agir em conformidade para conhecer o que houve, para descobrir o legado histórico-cultural que nos antecede, mostrar o que foi ocultado por interesses diversos e dar continuidade à construção do processo histórico.

Costa e Grosfoguel (2016) afirmam que “[...] o colonialismo foi a condição *sine qua non* de formação não apenas da Europa, mas da própria modernidade”. Em outras palavras, sem colonialismo não haveria modernidade. E, ainda de acordo com os autores supracitados, a diferença entre conquistadores e conquistados foi codificada a partir da ideia de raça.

A partir do século XVI iniciou-se, portanto, a formação do eurocentrismo ou, [...] do ocidentalismo, entendido como o imaginário dominante do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Com base nesse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa. Sob esse outro é que se exerceu o “mito da modernidade” em que a civilização moderna se autodescreveu como a mais desenvolvida e superior e, por isso, com a obrigação moral de desenvolver os primitivos, a despeito da vontade daqueles que são nomeados como primitivos e atrasados (Dussel, 2005).

Esse imaginário dominante esteve presente nos discursos coloniais e posteriormente na constituição das humanidades e das ciências sociais. Essas não somente descreveram um mundo, como o “inventaram” ao efetuarem as classificações moderno/coloniais. Ao lado desse sistema de classificações dos povos do mundo houve também um processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades (Costa; Grosfoguel, 2016, p. 17-18).

Observamos a presença do poder que permitiu legitimar a ação de dominação dos povos nativos, mas da mesma forma, podemos reiterar que não somos meros receptores e agentes passivos ao que nos é estabelecido. Vamos requerer nosso espaço de fala e atuar para fazer emergir o que propõe o projeto decolonial.

3 RESULTADOS

Os mitos que estruturam nossas memórias, em uma tentativa manipulada de tentar representar o nosso país acerca de um sensacionalismo velado, são marcas da ausência de um compromisso político com os personagens que compõem a conjuntura social ao qual fazemos parte e do caráter autoritário da tentativa de exaltação da identificação nacional, sem prezar, sequer, pela independência e pela diversidade do povo brasileiro – silenciando tudo aquilo que não corresponde à confirmação de preconceitos sociais, e instruindo-nos a sonegar nossa cultura e nossas raízes. Existe uma realidade velada, que objetiva escamotear a vida, os aspectos culturais, as ancestralidades, enfim, a nossa história, que de alguma forma não serve aos interesses de quem detêm o poder e foge aos padrões estabelecidos, subverte as ideologias de controle social.

Vale ressaltar que as principais teorias sobre o povoamento das Américas, felizmente em sua maioria derrubadas, foram teorias europeias, que propunham que a América do Sul teria sido o último lugar onde o *homo sapiens* chegou. Em um sentido pejorativo, temos essa narrativa como se fosse a última estação, “onde Judas perdeu as botas”, onde não havia “civilização” (visão europeia etnocêntrica). Sugerindo que todas as vivências e as produções culturais vieram “prontas” de outros lugares (Gambini, 2012).

De acordo com Gambini (2012), percebemos que essa narrativa não colabora com a valorização histórico-cultural, ao passo que exerce influência no imaginário e na desvalorização dos nossos aspectos identitários. Apesar de já ter sido seguramente contestada, sobretudo pela datação de pinturas rupestres e incisões em rochas, no território brasileiro, que datam de cerca de 30 mil anos e mostram a vigência do sentido da vida, das sacralidades e do processo inventivo humano, sabemos que será necessária uma desconstrução mais fundamentada, sobretudo em função do processo histórico que vivenciamos de desvalorização das raízes que não provinham dos colonizadores.

Não obstante, sabemos que a eugenia, movimento científico e social inserido no Brasil no final do século XIX, que teve por motivação o processo

de branqueamento para “purificação racial”, perdurou e ainda respira com vivacidade na sociedade brasileira. O processo, apoiado por diversas personalidades brasileiras no início do século XX, como Monteiro Lobato, João Batista de Lacerda⁵ Edgard Roquette Pinto e Renato Kehl, compartilhava ideias e/ou discussões científicas sobre o higienismo (Smaniotto, 2012).

Desde os primórdios da agnição centro ocidental da terra “Pindorama”, é perceptível as marcas do choque cultural quanto à dificuldade de convivência e respeito para com a diversidade étnica e humana. Quando retratamos em uma construção historiográfica o princípio da ação colonizadora, encontramos a construção do “personagem” denominado “zé-ninguém”, este, que assume uma ausência identitária, seria a personificação do filho que tem como pai o colonizador, e como mãe uma indígena, um indivíduo que não é indígena nem tão pouco será reconhecido como europeu. Nasce o “zé-ninguém” (Gambini, 2012).

Similarmente ao resultado desse processo, Monteiro Lobato nos faz rememorar o personagem Jeca Tatu. No conto “Urupês”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 23 de dezembro de 1914. O personagem é apresentado como um “parasita da terra”, “seminômade”, “inadaptável à civilização” e culpado pelo estado de atraso em que se encontra o Brasil. Monteiro Lobato assim descreve o personagem:

Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade! Se esforço grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor – e nisto vai longe [...] Seguindo a “lei do menor esforço”, a casa do Jeca é de sapé e lama, que “faz sorrir aos bichos que moram em toca e gargarhar ao João-de-barro” (Lobato, 1914, p. 168).

Esse homem, ao confeccionar um banquinho, opta por três pernas, já que são suficientes para o equilíbrio, pois uma quarta daria trabalho [...]. a terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira, por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita, nem exige celeiro. O plantio se faz com um palmo de rama fincada em qualquer chão. Não pede cuidados. Não ataca a formiga. A mandioca é sem-vergonha (Lobato, 1914, p. 170).

⁵ Lacerda não teve participação efetiva no movimento eugenista, mas suas teorias sobre branqueamento da população brasileira foram absorvidas por esse movimento (Smaniotto, 2012).

Assim, Lobato descreve o atraso brasileiro por meio da personificação do Jeca Tatu. Perfaz o papel que outrora fora atribuído ao indígena, como indolente. Carrega em si um simbolismo que caracterizou e subverte facilmente o povo brasileiro que, ao seu ver, seria, mais precisamente, o retrato do atraso brasileiro, devido à preguiça e à falta de civismo. Tal pensamento de Lobato começa a mudar a partir de 1918, quando o autor passa a ter contato com o higienismo e o sanitarismo, ao publicar uma série de artigos que serão organizados na edição do livro *Problema Vital*, em parceria com a Sociedade de Eugenia de São Paulo e a Liga Pró-Saneamento do Brasil.

Mas onde mora o problema? Permeamos caminhos que nos conduziram a uma problemática intrínseca ao multiculturalismo. Quando a teoria eugênica prega a purificação das raças pelo processo de branqueamento, percebemos uma construção pejorativa do brasileiro que desce de povos que viveram um intenso processo de aculturação, sem que pudessem conhecer sua própria história, se reconhecer, se encontrar. O que pensar de uma árvore sem raiz? Como esperar que ela seja frutífera? Precisamos resgatar nossas raízes e fazer pesar a importância da valorização identitária, associada ao preceito de pertencimento, de parte do ente social, detentor de cultura e história.

Como falar de multiculturalismo sem relatar propriamente o movimento que o originou?

[...] o multiculturalismo é um movimento social que tende a acentuar o caráter pluricultural das sociedades humanas, em oposição à tentativa de homogeneização da vida social. O multiculturalismo se apresenta como uma opção para os atores sociais expressarem suas diferenças (coletivas ou individuais), valorizando suas culturas particulares, que, em geral, são desconsideradas pelos grupos de poder [...]. O multiculturalismo tem sido um dos movimentos que têm posto a diversidade no centro das preocupações mundiais [...]. No Brasil, assim como nos Estados Unidos, os primeiros proponentes do multiculturalismo foram os afrodescendentes, e suas reivindicações em defesa de seus direitos à diferença (que) influenciaram outros grupos sociais – excluídos dos centros de decisão por questões econômicas e, sobretudo, por questões culturais –, como é o caso dos índios, imigrantes, mulheres, homossexuais, entre outros (Cascão *et al.*, 2007, p. 51).

Em consonância com a definição supracitada, percebemos que o princípio que originou o multiculturalismo é uma demanda que merece nossa atenção e, se preciso, nossa exaustão, falaremos sobre ela enquanto for necessário, ainda que essa retórica persista por toda a história e abarque gerações. Até quando será preciso falar sobre o direito de crença quando tratamos das religiões de matrizes africanas? Tais religiões configuram um alvo de discriminações oriundas da falta de conhecimento, de empatia e de respeito pelo que é diverso ao nosso pensamento, crença e cultura.

O escritor português José Saramago contribui para endossar o nosso pensamento em uma frase bastante apropriada: “Eu acredito e respeito as crenças de todo o mundo, mas gostaria que as crenças de todo o mundo fossem capazes de respeitar as crenças de todo o mundo” (Saramago, 2001). A frase fala por si, dispensa muitos comentários, mas existe um fato: sabemos que queremos mudança e sabemos que para isso precisamos ousar desvendar novos rumos e mudar. Se estranho o Brasil que temos, se não me reconheço no Brasil em que vivemos, devo rumar para o Brasil que pode vir a ser. O Brasil que será! Será um resgate, o resgate das nossas raízes, da nossa história e das nossas memórias.

Uma problemática frequente em nosso dia a dia, inerente ao processo de reconhecimento da nossa realidade, refere-se ao ser. Quem somos? É visível que temos um problema filosófico nesse questionamento, no entanto, poderia dizer que acima de tudo, temos uma questão existencial, humana. Esse questionamento surgiu e se faz presente quando falamos sobre o multiculturalismo. Estudar nossas raízes, nossa história, buscar um sentimento de pertencimento, traz consigo o sentimento de responsabilidade, pois “somos” membros atuantes em um corpo social ou apenas “estamos”, no sentido de existir e não ter atuação ativa e protagonista?

Nosso grupo de pesquisa realizou uma viagem técnica em maio. Em diferentes rodas de conversa e vivências, na Universidade Federal de São João del-Rei e no município de Tiradentes, estruturamos saberes, somamos perspectivas, pudemos vivenciar uma ampla gama de

conhecimentos que fomentaram uma estruturada teia de saberes já em formação. Conhecemos pessoas, histórias de vida, ampliamos nossa perspectiva, nossos conhecimentos e relacionamos ao nosso tema inclusive nossa participação em uma oficina de Cerâmica e no Projeto Gota d'água,⁶ que foi viabilizada a convite da bolsista e estudante do curso de Ciências Biológicas, Maria Eduarda Fialho. Dessa experiência em especial, trouxemos uma analítica fulcral: toda vida importa, ainda que não possamos vê-la. Essa percepção merece destaque, e não deverá passar em vão.

Afinal, pensar em “vidas que não vemos” não apresenta consonância apenas com as vidas presentes na gota d'água, como vimos no microscópio, esta é apenas a adjacência que nos remeteu à construção da analítica em questão: há muitas vidas que não enxergamos pelo simples fato de não conhecer, há realidades distintas das nossas, perspectivas diferentes e muitas histórias que foram omitidas em função de diversas relações de poder que perpetraram a construção do que chamamos de Nação, de Brasil. A isso, podemos relacionar uma frase bastante relevante de Albert Einstein: “Tudo aquilo que o homem ignora, não existe para ele. Por isso o universo de cada um, se resume ao tamanho de seu saber” (Einstein, 19--). Mas não basta saber, é necessário ter consciência para perceber o todo, enxergar o outro e ter empatia para difundir conhecimentos em sentido colaborativo.

O retorno, após a experiência de realizar a viagem técnica, promoveu em todos nós a sensação de que a escola estava diferente, no entanto, só podemos mudar a nós mesmos, nesse caso, o que mudou foi o espectro da lente. As vivências nos fizeram diferentes, ampliaram o tamanho do nosso universo. E, assim, faremos a nossa parte para ampliar outros “universos”.

Para tanto, produzimos um documentário, um longa-metragem.

6 Gota d'água: divulgando a diversidade microscópica na microrregião de São João del-Rei. Projeto de extensão coordenado pelo professor André Flávio Soares Ferreira Rodrigues, do Departamento de Ciências Naturais (Dcnat) e do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas.

A proposta de editar um documentário surgiu como forma de compartilhar experiências que vivenciamos durante o período de desenvolvimento da pesquisa. O processo criativo não pode ser engessado, nossa intenção com essa produção era tornar uma temática importante e agradável de ser vista e conhecida, mas ainda seria necessário encontrar uma forma de tornar acessível a outras pessoas, pois não poderíamos deixar de cumprir com esse objetivo tão claramente colocado: compartilhar o conhecimento e estabelecer diálogo com outras pessoas para obter uma amplitude teórica e intelectual por meio de novas redes de contato. Assim surge um desafio: a criação do aplicativo.

3.1 Aplicativo ICEB Barão

O ofício do cientista, do pesquisador, está envolto em uma significativa dose de criatividade e curiosidade. Não tendo experiência com a criação de sites e aplicativos, encaramos o desafio e buscamos possibilidades para desvendar o mistério. Ante este contexto, perseverança, incertezas e pesquisas foram termos sinônimos da construção dos nossos objetivos. Desde o prelúdio dos nossos intentos, as dificuldades eram claras, como a oferta de materiais e ferramentas que possibilitassem a concretização do software. Contudo, esbaldados por muito esforço, encontramos um moderno conceito de programação e desenvolvimento mobile, o *framework*, que dispõe slides redigidos por um menu canvas, desse modo, sintetizando o design e as variáveis do nosso aplicativo. Especificamente, para esse método, foi utilizado o programa “AppGyver”, da empresa SAP. A descoberta desse padrão iluminou e estimulou as nossas esperanças, porém ainda havia uma grande incógnita: onde alocar e executar nosso trabalho. A solução surgiu a partir da função *Keytool*, que está disponível através do ambiente Java.

Nossa busca enquanto pesquisadores da Escola Estadual Barão do Rio Branco, nos impactou! Sabendo que será importante para sistematizar o entendimento que todos possuímos acerca de nossa história, assumimos

o compromisso de repassar o conhecimento adquirido e fomentar sempre novos questionamentos, a fim de desconstruir e reconstruir nossa base identitária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um país onde falar sobre o multiculturalismo, evidenciar sua importância e resgatar seus preceitos configura uma ação necessária para pensar o ser humano como um animal social, como ser racional e dotado de capacidades sociais, pois urge entender que só teremos uma sociedade viável, sobretudo do ponto de vista humano, quando não precisarmos mais difundir retóricas acerca da valorização do diverso, do direito à vida, direito à liberdade de expressão e assegurar que o direito à igualdade não fira a diversidade, assim como o direito à diversidade não se sobreponha ao que deve ser garantido de maneira igualitária.

Nas palavras do sociólogo Roberto Gambini,

Nós temos que aprender a conviver uns com os outros para resolver os problemas fundamentais que nos afetam [...] a solução da humanidade crescente é que nós aprendamos formas de convívio, de tolerância e de escuta como nunca houve na história (Gambini, 2008).

A ação científica propulsiona o almejado protagonismo juvenil e ilumina um caminho que percorreremos numa complexa teia de saberes, permeando questionamentos que nos levam a uma ampla gama de desconstruções. Nesse sentido, participar do programa de Iniciação Científica na educação básica foi de extrema importância para o nosso desenvolvimento no letramento científico.

Durante a pesquisa, tivemos alguns desafios, como na definição de um “produto” que promovesse reflexão, no caso a construção do roteiro, a gravação do documentário *Somos Todos Zé Ninguém*, e na criação do aplicativo ICEB Barão, que foi uma ação motivada pela possibilidade e necessidade de promover uma divulgação científica eficaz no ambiente escolar e

entre outros públicos acerca dos temas estudados durante a pesquisa.

Não colocaremos ponto final, daremos nossa contribuição e cercearemos todas as possibilidades visionadas pelo nosso “universo” de saberes, pela nossa ótica, para a construção coletiva e pela conscientização acerca dos conceitos que permeiam o multiculturalismo. Conduzindo aos holofotes as lacunas que outrora foram silenciadas na nossa história em função de uma narrativa aceita por nós, mas que representa interesses alheios. É importante notarmos que precisamos resgatar, em respeito a nossa ancestralidade e a nós mesmos, as raízes que nos nutrem.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. A. Colonialidade e Decolonialidade: você conhece esses conceitos? *Politize!* 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CASCÃO, R. *et al. Glossário de Cultura*, Brasília: SESI/DN, 2007.

COSTA, J. B.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>. Acesso em: 30 ago. 2024.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 55-70.

EINSTEIN, A. *Pensador*, 19---. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/OTI0MDQy/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GAMBINI, R. *A Alma Ancestral do Brasil*. YouTube: Roberto Gambini, 2012. Disponível em: <https://youtu.be/ZPon2i7Ya18>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GAMBINI, R. *Multiculturalismo no Brasil*, YouTube, 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xkwwlrdNZFU>. Acesso em: 30 ago. 2024.

LOBATO, M. Urupês, *O Estado de São Paulo*, 23 de dezembro de 1914.

LOPES, R. A. de S. Educar e Ensinar: a difícil missão. *Recanto das Letras*,

28 jun. 2009. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/1671325>. Acesso em: 30 ago. 2024.

QUEIROZ, V. Jacques Derrida: desconstrução e “différance”. *Colunas Tortas*, 23 de junho de 2015. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/jacques-derrida->

SARAMAGO, J. Crenças, *Outros Cadernos de Saramago*, 2001. Disponível em: <https://caderno.josesaramago.org/75870.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SMANIOTTO, E. I. *Eugenia e literatura no Brasil: apropriação da ciência e do pensamento social dos eugenistas pelos escritores brasileiros de ficção científica (1922 a 1949)*. 131 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/100996>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SANTOS, B. S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/12/reconhecerparalibertar.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

PARTE 3

TRADIÇÕES QUILOMBOLAS: CULTURA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA



A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS JANUARENSES: BOM JANTAR, GAMELEIRA, LAPÃO, PAU D'ÓLEO, RIACHINHO E TÁBUA

Clarice Cardoso dos Santos¹, Daniel Alves Lopes¹, Evelyn Monique Gonçalves Lima¹, Erick Nascimento dos Santos¹, Grazielle Almeida de Souza¹, Iuri Fernandes Alves Barbosa¹, João Igor Neres Gomes¹, Kris Lorrany Batista Alves dos Santos¹, Lorena Penido Barbosa¹, Maria José Braga de Souza¹, Mateus Gonçalves Pereira¹, Rosane Ribeiro Novais¹, Leonardo de Jesus Neves², Diva Viveiros³

1 INTRODUÇÃO

O município de Januária pertence à região do Médio São Francisco. Sua população, estimada pelo IBGE em 2021, é de 67.958 habitantes. É o terceiro município em população no Norte de Minas Gerais.

O núcleo de pesquisa da Escola Estadual Faustino Pacheco, situada na Fazenda Catinguinha, Comunidade de Bom Jantar, criada nos

1 Escola Estadual Faustino Pacheco (Januária/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Faustino Pacheco (Januária/MG), leonardo.jesus.neves@educacao.mg.gov.br.

3 Tutora, Escola Estadual Olegário Maciel, diva.viveiros@educacao.mg.gov.br.

anos 1980, se organizou a partir de um projeto apresentado pelo professor Leonardo Neves. O eixo norteador foi estudar e aprender mais sobre as tradições quilombolas, visto que é esta cultura que dá identidade à E. E. Faustino Pacheco, reconhecida como escola quilombola em 2019.

Em Selke (2020, p. 151) encontramos a informação de que:

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), aproximadamente 5 milhões de brasileiros fazem parte de comunidades tradicionais que são [...] ‘grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição’ [...].

Nosso objetivo geral com este estudo foi identificar e compreender o olhar que as comunidades quilombolas atendidas por nossa escola têm sobre si próprias. A Escola Estadual Faustino Pacheco é, e sempre foi, consciente de sua importância para auxiliar as comunidades quilombolas, às quais está vinculada, a preservarem sua identidade. Nós temos orgulho de sermos quilombolas, orgulho de nossa rica herança cultural e, como estudantes, temos consciência da importância de nosso papel na preservação de nossas tradições ancestrais.

Segundo Porfírio (2019), a palavra quilombo origina-se no idioma dos povos Bantu e significa “local de pouso ou acampamento”. Selke (2020, p. 153) afirma que: “Durante a escravidão no Brasil, os quilombos, inicialmente conhecidos como mocambos, eram espaços de resistência, formados por africanos escravizados e seus descendentes [...]”. Ele enfatiza o fato de que os quilombolas sempre procuraram “pressionar senhores, afirmar alguma negociação, evitar a separação de seus familiares em uma venda para outra região e, principalmente, conquistar a liberdade”.

No Brasil atual, inúmeras comunidades buscam conhecer e restabelecer sua história quilombola. Essa é uma tarefa árdua, visto que, pelas suas próprias origens, praticamente inexistem documentos escritos que apontem para a formação dos quilombos. Dessa forma, ganha importância a tradição, os relatos orais de seus membros como, talvez, a única

forma de compreender essa cultura de maneira profunda e não marcada pelo olhar colonizador e dominante do branco⁴.

Ainda de acordo com Porfírio, há uma grande diversidade cultural entre as comunidades quilombolas, resultante não apenas da grande e rica variedade das culturas africanas, mas da influência de elementos culturais indígenas e europeus.

O município de Januária/MG possui várias comunidades quilombolas reconhecidas, nas quais são preservadas a cultura de nossos ancestrais africanos. Festividades como a Folia de Reis, São Gonçalo, Bordadeiras, Lavadeiras e a Capoeira sobrevivem há gerações e são consideradas pelo nosso povo como patrimônio cultural imaterial⁵.

A Comunidade quilombola de Bom Jantar é um marco na história de nosso município, pois desde tempos imemoriais, devido a sua localização estratégica, foi ponto de repouso de agricultores e pecuaristas em suas viagens para escoar a produção. Todos descansavam em Bom Jantar, e o nome da comunidade se originou da sua hospitalidade, sempre acompanhada de uma boa alimentação.

A Escola Estadual Faustino Pacheco inicialmente atendia cerca de 120 alunos que se originaram das Comunidades de Bom Jantar, Gameleira, Lapão, Pau D'óleo, Riachinho e Tábua. Por reunir grande diversidade, a escola, com o decorrer dos anos, foi local de grandes encontros e contribuições nos eventos artísticos e culturais da região do Distrito de Tejuco, Januária/MG.

No ano de 2019, a escola foi reconhecida como Escola Quilombola e, naturalmente, também houve o reconhecimento das respectivas comunidades acima citadas. Cada uma das comunidades tem especificação própria no que se

4 Entre as inúmeras publicações que visam retratar a formação étnico-cultural brasileira e abordar um pouco das contribuições dos três povos formadores, indicamos o livro *Nossa gente brasileira*, de Malerba e Bertoni, 2001.

5 De acordo com o Iphan, "A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial 'as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.'" (Patrimônio imaterial, *Iphan*, 20--)

refere ao “Certificado de Quilombolas”. Muito dessa especificação ocorreu em função dos registros e das manifestações artísticas e culturais afro-brasileiras. É inegável que, nas Comunidades Quilombolas supracitadas, existem grandes valores que se renovam e se fazem presentes todos os anos, nos eventos culturais em que são exibidos danças, lutas, músicas e outros elementos típicos da identidade quilombola. Essas manifestações artísticas são de grande importância e relevância para a preservação cultural de nosso povo, em busca reconhecimento e valorização. É de suma importância pesquisar e disseminar ainda mais toda a história artística e cultural para a preservação de nossa identidade.

Nosso primeiro passo foi visitar os moradores mais idosos e que residem a bastante tempo nas comunidades. O segundo passo foi conversar com cada um, fazer algumas perguntas sobre as tradições das comunidades, dando visibilidade a elas e repassando-as para outras pessoas.

Os objetivos dessas visitas e entrevistas foram ampliar o conhecimento que os estudantes possuíam sobre as comunidades quilombolas além da sua própria; buscar contatos que estabelecem uma maior integração entre elas; criar vínculos entre os jovens pesquisadores e os moradores mais antigos das comunidades (em geral detentores de maior conhecimento das tradições); reforçar a sensação de pertencimento dos estudantes a essas comunidades, dando início a construção de um projeto permanente que visa preservar, valorizar e contribuir para o progresso das comunidades remanescentes de quilombos, sem que abram mão de sua herança cultural.

2 DESENVOLVIMENTO

Para levantamento parcial dos dados, foi utilizado o formulário de entrevista, elaborado pelo núcleo de pesquisa.

Inicialmente, o professor Leonardo Neves solicitou à escola a realização de uma reunião com nossos pais para preenchimento da autorização que nos permitiu visitar as comunidades juntamente com o professor orientador. Em seguida, foram iniciadas as visitas aos moradores quilombolas para as devidas entrevistas, sempre mediante expressa autorização.

Os dados foram coletados nas próprias comunidades no período matutino, nas quartas feiras, de maio a setembro do ano de 2022.

O contato de nossa equipe com os entrevistados foi bastante rico. Todos nós somos quilombolas, moradores das diversas comunidades atendidas pela escola. No entanto, temos consciência de que a massificação cultural típica da contemporaneidade faz com que grupos minoritários, mormente aqueles portadores de valores, costumes e tradições em linha de colisão com as novas formas de convivência e interação, estejam constantemente ameaçados. Inverter esse processo é um dos desafios que foram aceitos por nosso núcleo de pesquisa. Utilizar as novas tecnologias, as ricas possibilidades de interação oferecidas por elas, fazer com que sejam instrumentos de exposição e valorização da diversidade e da pluralidade, nos pareceu ser o caminho para que as comunidades quilombolas conservem sua identidade, reencontrando e ressignificando a sua forma de inserção na cultura brasileira atual. Nossos desafios foram inúmeros, desde o fato de que essa foi nossa primeira experiência com a pesquisa científica e que, portanto, aprendíamos enquanto executávamos, desde as questões mais práticas, como a dificuldade de acesso à internet, visto que estávamos em uma zona rural.

Em nossos contatos com as comunidades, enquanto “tateávamos” o local, as pessoas, os costumes, procurando neles imergir para compreender, fomos ressignificando nossa pesquisa. Não foi um processo planejado, foi a nossa experiência junto às comunidades que, naturalmente nos levou a novos caminhos. Em algum momento da caminhada, deixamos de almejar apenas a produção de um relato descritivo dos eventos culturais quilombolas, proposta inicial do projeto apresentado pelo professor Leonardo Neves, e passamos a abordar a cultura quilombola para além deles.

Gostaríamos de ver a cultura quilombola como o elemento identitário primário entre os membros dessas comunidades, mas não temos certeza se isto se mantém, particularmente entre nós, os jovens.

O questionário aplicado, naquilo que ele revela e silencia, forneceu dados bastante elucidativos. Depois de aplicado nosso questionário, percebemos que havíamos limitado nossas perguntas apenas aos eventos culturais em si, não

dando margem aos entrevistados para exporem questões mais cotidianas referentes à cultura quilombola. Não haveria nenhum problema nisso se não tivéssemos alterado e ressignificado os objetivos do projeto. No entanto, como a partir de um dado momento, após a nossa imersão nas comunidades, desejávamos *obter mais*, os questionários não se revelaram mais suficientes para responder às nossas indagações. Por isso, nos valemos daquilo que vimos e aprendemos no dia a dia da convivência. O que vem a seguir, é fruto de nossa observação.

Os moradores da comunidade de Riachinho vivem o dia a dia conectados com suas origens. Observamos que eles manifestam suas culturas em casa e desfrutam de uma rotina quilombola, produzem queijo, comidas típicas, plantações, criações de bovinos e outros. Aprendemos muito com os moradores. Muitos de nós têm uma rotina parecida.

O que percebemos, ao visitar os moradores das outras comunidades, é que não são tão diferentes. Em todas as comunidades prevalece a cultura, a religiosidade, a culinária, o artesanato, a agricultura, como fonte de renda. Como exemplos, citamos as hortas, a fabricação de doces e o cultivo de mandioca, feijão, milho, melancia, abóbora. A religião da maioria dos quilombolas é a católica, que tem como cultura pagar promessas a São Gonçalo e aos Santos Reis. Existem várias benzedeadas, que a gente procura para *“tirar sol da cabeça, levantar espinhela”*, nas quais também levamos as crianças para tirar *“quebrante, cobreiro”*, quando algum bicho morde.

O que vimos nas visitas foi a falta de presença de jovens nas danças tradicionais das comunidades, mas o bom é que aprendemos muito e pudemos assimilar conhecimentos novos. Aprendemos muita coisa que não conhecíamos, e o que gostamos mais foi ver, quando chegávamos às casas, o sorriso no rosto, a felicidade dos moradores ao nos receber em suas casas e relembrar as histórias de sua vida e do passado das comunidades. Assim, vendo a felicidade deles, também ficávamos felizes, porque também lembrávamos e aprendíamos mais sobre a história dos nossos avós.

O nosso projeto trouxe um tema perfeito, porque temos tantas danças que são interessantes. A que mais nos chamou atenção foi o maculelê, essa dança é tão linda, tanto nos seus passos como na sua música. Vimos também os

objetos do dia a dia e as comidas típicas, que vamos repassar para as crianças, para que elas entendam como é. As comunidades seguem toda origem do nosso povo quilombola, e nossa maior riqueza é fazer parte desse povo quilombola.

Apesar das grandes semelhanças, verificamos algumas especificidades entre as comunidades. Na Comunidade de Gameleira, temos uma população quilombola participativa, que gosta de eventos e tem uma cultura muito “vívda”,⁶ pois é festeira, gosta de apresentações culturais, como: Reis e São Gonçalo. Na Comunidade de Pau D’ Óleo, temos moradores que gostam muito de participar dos eventos culturais. As danças mais encontradas são: São Gonçalo, Reis e batuque. Encontramos pessoas que relataram fatos⁷ que hoje em dia não se fala mais. A Comunidade de Riachinho recebe muitos visitantes. Seus moradores gostam muito de participar dos eventos, valorizam a cultura quilombola. Sua apresentação mais conhecida é Reis de Mulheres e São Gonçalo. A Comunidade de Tábua é uma comunidade quilombola muito festeira, gosta de vivenciar a cultura quilombola; a dança mais encontrada é São Gonçalo. Por último, percebemos que é a Comunidade de Bom Jantar a “menos festeira” entre todas. É uma comunidade rica em cultura tradicional, mas não realiza muitas apresentações. Amamos visitar essas comunidades e prezamos os seus costumes.

O questionário aplicado teve como mérito buscar informações sobre o grau de envolvimento dos membros adultos da comunidade com a preservação de suas tradições culturais. Os números comprovaram fartamente que esse comprometimento é pleno, contribuindo para a nossa percepção (de adolescentes) que existe um enorme hiato entre os valores, a rotina, os interesses e as práticas cotidianas de nos ancestrais e de nós, jovens⁸.

6 Cultura vivida: Na linguagem cotidiana dos quilombolas, é uma cultura em que os costumes tradicionais fazem parte do cotidiano da comunidade.

7 Na continuidade deste trabalho, que, esperamos, ocorrerá em 2023, pretendemos fazer a contabilização e o registro desses fatos.

8 Gostaríamos de enfatizar, como já dito anteriormente, nossa pesquisa se refez várias vezes durante o contato com os moradores. Rapidamente vimos que o questionário não forneceria informações suficientes para nossa compreensão maior da cultura dessas comunidades. Por isso, nos apegamos muito às entrevistas orais realizadas com os anciãos de cada comunidade. No entanto, as informações obtidas com as entrevistas não foram tabuladas.

Quadro 1: Valores em porcentagem para respostas dos moradores quilombolas das comunidades atendidas pela Escola Estadual Faustino Pacheco, submetidos a entrevista por questionário

QUANTITATIVO DE PERGUNTAS	CONTEÚDO DAS PERGUNTAS	(%) porcentagem de respostas positivas	(%) porcentagem de respostas negativas
1	Quantas vezes você já participou dos eventos quilombolas nessa comunidade?	96%	04%
2	Você participa de apresentações culturais quilombolas?	90%	10%
3	Algum tema relacionado à cultura e à vida dos quilombolas está em debate durante os eventos?	96%	04%
4	Você conhece outros eventos artísticos e culturais desenvolvidos em outras comunidades atendidas pela escola?	99%	01%
5	Qual o valor desses eventos no seu cotidiano?	99%	01%
6	O tema “Cultura quilombola” é tratado de forma responsável na sua comunidade?	89%	11%
7	Você recorda de alguma apresentação marcante durante os eventos quilombolas na sua comunidade?	96%	04%
8	Existe mais alguma informação sobre esse assunto que o(a) senhor(a) gostaria de relatar?	98%	02%

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Observando os dados do Quadro 1, com os valores apresentados, percebe-se que grande porcentagem dos moradores já participou de eventos artísticos e culturais, e são bastante ciosos de sua importância para a preservação da identidade de suas comunidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o projeto ICEB, nós visitamos várias comunidades quilombolas atendidas pela nossa escola, e conseguimos visualizar que os hábitos quilombolas dos moradores estão no dia a dia, nos eventos, na religiosidade, na forma de cada um se manter através da agricultura.

A experiência de campo obtida através do projeto foi muito boa. O projeto foi muito importante para nós, descobrimos algumas histórias das comunidades e a importância dos eventos culturais, como Reis, São Gonçalo e Batuque. Foi importante, pois lembrarmos essas culturas. Vivenciá-las é muito importante para nosso povo. Na atualidade, quando a massificação cultural, propiciada pelas redes sociais, chega até as comunidades mais distantes, a ameaça à preservação desses valores é concreta. Hoje em dia, os jovens e os adolescentes só ficam na internet, no celular. É importante reviver a cultura de nosso povo, e a nossa culinária maravilhosa! Consideramos essencial reviver isso, pois há séculos vivemos sofrendo por causa da nossa cor. A escravidão permitiu muito sofrimento. É muito importante para nós contarmos essa história, demonstrarmos toda a riqueza da cultura quilombola; cultura vinda da África que hoje está aqui no Brasil e é vista por todos no dia a dia, além de a sentirmos dentro de nós.

Apesar das dificuldades ocorridas no decorrer de nossa pesquisa, aprendemos muito, compartilhando as experiências entre nós e os entrevistados.

De modo geral, a pesquisa serviu para aproximar ainda mais as comunidades da escola. Em relação aos eventos culturais, pudemos verificar que grande porcentagem de moradores acha muito importantes e relevantes as manifestações, uma vez que os relatos positivos foram diversos durante as

entrevistas. Ainda na oportunidade, foram relatadas manifestações desconhecidas, como o Batuque, na comunidade quilombola de Pau D'óleo.

Consideramos importante recomendar a necessidade da adoção de uma nova visão de eventos que não privilegie apenas o caráter econômico, mas que, mediante a seleção, a organização e o desenvolvimento de experiências para os povos quilombolas, alcance maior amplitude e destaque para a cultura. Nos parece que o potencial turístico e econômico deve vir da preservação da cultura e não o contrário.

A partir desse princípio, o núcleo de pesquisa da E. E. Faustino Pacheco pretende traçar estratégias de médio e longo prazos, que consolidem a parceria escola-comunidade e conduzam a um trabalho permanente de valorização, divulgação e preservação da herança quilombola, que marca a origem de seus estudantes e que, se inserida em uma prática constante e planejada, pode lhes garantir espaços de ação, oportunidades e estratégias que viabilizem novas oportunidades de crescimento econômico e consequentes avanços sociais para os membros da comunidade. Portanto, o nosso trabalho apenas começou.

REFERÊNCIAS

MALERBA, J.; BERTONI, M. *Nossa gente brasileira*. Campinas: Papirus, 2001.

PATRIMÔNIO imaterial. *Iphan*. 20---. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PORFÍRIO, F. Quilombolas. *Brasil Escola*. 2019. Disponível em: <https://brasil-escola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SELKE, R. C. *et al.* A diversidade populacional do Brasil. In: SELKE, R. C.; HONORATO, A.; FUGITA, F.; TONETT, M. A.; GRACIA, C. M. *Dimensões: ciências humanas e sociais aplicadas em diálogo com a matemática*. São Paulo: FTD, 2020.

CULTIDENTIDADE:

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA, CONHECENDO PARA ENTENDER E ACEITAR

Ailson Soares Gomes¹, Caroline Guido Amaral¹, Lavínia Avelino Botelho¹, Lucas Rodrigues Araújo¹, Luciene Lopes Sales¹, Lucimara Lopes Sales¹, Maria Luisa Botelho Quirino¹, Priscila Mendes Carvalho¹, Vanessa Amaral De Souza¹, Simone Alves Gomes², Daniela Barbosa de Oliveira³

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pertence à área de conhecimento “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” e se desdobra especificamente no âmbito das manifestações culturais, sociais e científicas de comunidades e povos tradicionais. Assim, este relato de experiência na E. E. Professor Jason de Moraes, instituição localizada no município de Berilo e na SER-Araçuaí, se relaciona com a diversidade cultural presente na comunidade de maneira geral e na escola, enquanto lócus de experimentação e

1 Escola Estadual Professor Jason de Moraes (Berilo/MG).

2 Orientadora, Escola Estadual Professor Jason de Moraes (Berilo/MG), simone.alves.gomes@educacao.mg.gov.br.

3 Tutora, Escola Estadual Clorindo Burnier (Juiz de Fora/MG), daniela.barbosa.oliveira@educacao.mg.gov.br.

socialização privilegiada. Seus discentes, dos ensinos fundamental (anos finais) e médio, são provenientes de comunidades rurais, da zona urbana e de comunidades remanescentes quilombolas.

A proposta de uma pesquisa de caráter científica que versa a respeito das características culturais locais foi bem aceita pela comunidade escolar, pois vivemos em um município carregado de tradições quilombolas que são ricas em ensinamentos para os discentes, além de contribuir muito no processo diário de construção de conhecimentos.

Antes de iniciar os trabalhos, foi importante discutir o conceito de quilombo. Almeida (2002 *apud* Neto; Soares; Coqueiro, 2015, p. 3) faz uma análise crítica do termo, explicitando a definição tradicional, composta por cinco elementos, que podem ser sintetizados da seguinte maneira:

1) vínculo a escravos fugidos; 2) quantidade mínima de fugidos; 3) localidade marcada pelo isolamento geográfico (ou dificuldade de acesso, estando próximo ao mundo natural e selvagem em oposição ao mundo dito “civilizado”); 4) a ausência de “rancho”, morada, benfeitoria; 5) “nem se achem pilões nele”, o pilão é o instrumento que transforma o arroz, portanto, representa a sustentabilidade (Neto; Soares; Coqueiro., 2015, p. 03)

No entanto, entende-se que esta definição é incompleta, haja vista que contempla muito mais a função objetiva, administrativa colonial, do que o componente cultural presente no quilombo. Por essa razão, foi preciso que o Ministério Público Federal interferisse nos limites e horizontes desse conceito, a fim de que assumisse um novo significado e pudesse também garantir e corroborar direitos às populações quilombolas, além de reparar desigualdades históricas oriundas do não reconhecimento de uma cidadania que por muito tempo não foi considerada legítima.⁴ Desse modo, o termo “quilombo”, hoje em dia, pode ser considerado da seguinte forma:

[...] não se refere a resíduos, resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos

⁴ Trata-se do parecer sobre o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT/CF-1988.

isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O'Dwyer, 1995 *apud* Neto; Soares; Coqueiro, 2015, p. 3).

A partir dessa breve revisão bibliográfica, foi possível entender melhor o que é um quilombo e, a partir daí, construir o Projeto *CultIdentidade na E.E. Professor Jason de Moraes*, observando, entrevistando, conhecendo para então entender e aceitar a cultura quilombola dos alunos da escola. Reconhecer a importância da cultura do aluno é conhecê-lo como um todo, dando oportunidades e priorizando seus conhecimentos prévios que são ricos e diversificados.

O principal objetivo desse projeto de pesquisa foi reconhecer a importância de se desenvolver uma educação escolar quilombola⁵ em uma escola de zona urbana que atende muitos discentes oriundos de comunidades quilombolas. Não deixando que a essência de suas tradições e cultura se perca no caminho, ao chegarem em um espaço que difere do lugar onde cresceram e estudaram.

As metodologias utilizadas para o desenvolvimento dessa pesquisa foram: o estudo de caso, pesquisa de campo que trarão como resultados uma mostra científica e entrega de produtos. No estudo de caso, foi feito um formulário para que os alunos da escola respondessem, onde foi possível fazer um percentual da clientela oriunda de comunidade quilombola que é atendida. Na pesquisa de campo, foi possível ir às comunidades quilombolas, conhecer o povo, suas tradições, vestes, culinária, trabalho exercido na comunidade, panteões, entre outros.

5 A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade da educação básica, cujos fundamentos podem ser encontrados no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e na Resolução CNE/CP nº 01/2004, que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das escolas públicas e privadas da Educação Básica. Posteriormente, foi assegurada nas Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB. nº 04/2010, de 13/07/2010, DOU de 14/07/2010), e regulamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 16/12 (de 05/06/2012 e DOU de 20/11/2012), e pela Resolução CNE/CEB nº 08/2012 (de 20/11/2012 e DOU de 21/11/2012), bem como pelas demais orientações e resoluções do CNE voltadas para a educação nacional.

Conhecer a cultura quilombola, de acordo com relatos dos pesquisadores, foi uma experiência única, pois foi possível conhecer o quanto essas comunidades são hospitaleiras. Ao mesmo tempo, ficou visível que o ensino e a aprendizagem na E. E. Jason de Moraes não são voltados para a Educação Escolar quilombola, o que gera exclusão, indisciplina, falta de pertencimento, entre outros fatores que serão vistos no desenvolvimento deste relato.

2 DESENVOLVIMENTO

De acordo com a pesquisadora Edimara Soares (2016), a Educação Escolar Quilombola converteu-se contemporaneamente em um tema importante para o cenário nacional da política pública educacional. Segundo ela, “trata-se de uma modalidade de educação fortemente vinculada à produção de uma nova cartografia da diversidade brasileira, cujo mapa mostra o reconhecimento étnico-cultural de um grupo étnico historicamente posicionado às margens” (Soares, 2016, p. 4). Daí a relevância de voltar os olhos para essa temática na comunidade do município de Berilo/MG, onde a maioria de suas comunidades são certificadas como comunidades quilombolas, garantindo ao povo quilombola seu reconhecimento enquanto cultura e tradição que vieram de seus antepassados, o que não necessariamente se converte em ações práticas, no sentido de desmistificar preconceitos e ampliar a valorização desses atores sociais.

É perceptível, na Escola Estadual Professor Jason de Moraes, o quanto muitos adolescentes que são de comunidades quilombolas e estudaram as séries iniciais em suas comunidades chegam à escola e notam que as práticas pedagógicas são diferentes da escola onde estudavam, como o canto do Hino à Negritude, cardápio com comidas típicas da sua comunidade, vestimentas, entre outros. Muitos acabam perdendo a identidade, pois não exercem alguns hábitos na “nova” escola. Essa perda da identidade ocasiona a timidez ou a indisciplina na escola.

Importante salientar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola compreendem que Educação Escolar

Quilombola é aquela realizada em estabelecimentos de ensino que demandam uma organização curricular em consonância com as singularidades históricas, sociais e culturais de cada Comunidade.

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (Brasil, 2012, p. 1).

Assim, a Educação Escolar Quilombola não tem que ser desenvolvida necessariamente somente em escolas localizadas em comunidades quilombolas. Escolas urbanas que atendem a pessoas de comunidades quilombolas também podem fazer essa oferta. Este é o caso de nossa instituição.

O núcleo de pesquisadores entende que esse projeto de pesquisa se faz de grande importância, pois muitos problemas relacionados à indisciplina na escola podem estar atrelados a essa perda de identidade dos alunos ao chegarem ao desconhecido.

Entendemos, portanto, que o projeto desenvolvido funciona também como uma ação afirmativa, que possibilita aos discentes da Escola Estadual Professor Jason de Moraes uma construção política específica voltada para a educação quilombola. Desse modo, o ambiente educacional assume a função de compensar, ainda que de maneira limitada, o apagamento histórico operado sobre a vida e a cultura de um grupo social marginalizado. Essa ação afirmativa poderá exercer efeitos práticos na trajetória desses estudantes, haja vista poder propiciar condições significativas de reconhecimento de seus valores e tradições, enquanto objetos de orgulho e empoderamento.

O projeto CultIdentidade começou a ser desenvolvido em outubro do ano de 2021, quando foi apresentado à comunidade escolar. Houve a aceitação, com isso foi elaborado um questionário para que os discentes respondessem de forma anônima se moram em comunidades quilombolas ou se são remanescentes quilombolas. Esse questionário só pode ser aplicado no ano

de 2022, devido às questões burocráticas da própria pesquisa científica, como a aprovação da comissão de ética, que garantiu a legitimidade do processo.

Nosso projeto teve que passar por reestruturação, pois, para trabalhar em uma pesquisa, é preciso planejamento. Esse planejamento deve ser feito de maneira cautelar, propiciando assim que se chegue aos resultados esperados. Após essa reestruturação, prosseguimos com os trabalhos. Foi aplicado o questionário aos discentes da escola e alguns colegas de comunidades quilombolas foram entrevistados.

Após várias reuniões e conversas (pelo WhatsApp, classroom e presencial), o grupo de pesquisadores se dividiu em subgrupos para pesquisa e execução dos produtos descritos na metodologia do projeto: portfólio, caderno de receitas e dicionário.

O grupo de pesquisadores visitou e conheceu algumas comunidades quilombolas do município de Berilo, como Vila Santo Izidoro, Comunidade Vai Lavando, Comunidade de Tabuleiro, Roça Grande. Alguns pesquisadores foram ao município de Chapada do Norte, que é considerado por historiadores como um grande quilombo e tem mais de 95% de sua população atual autorreconhecida como negra.

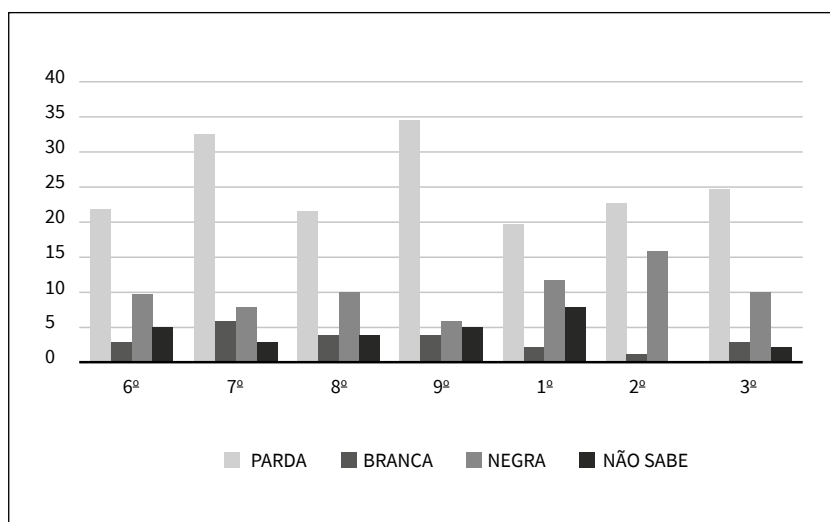
Na pesquisa de campo, conhecemos novas pessoas, lugares, tradições e cultura de um povo que não deixa de ser e fazer o que foi passado por seus antepassados. Conhecemos uma cultura rica onde há resistência em lutar pelos seus ideais e mostrar o que realmente são. A cultura quilombola é encantadora, é cheia de paisagens e belezas rústicas, o que enriquece a cultura e mantém viva essa singularidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O núcleo de pesquisadores, através das entrevistas e dos questionários respondidos pelos alunos, chegou a resultados que enriqueceram o projeto proposto. De acordo com os dados levantados, notou-se que 60% dos alunos se declaram de cor parda, enquanto apenas 24% se declaram negros; 7,6% se declaram brancos e 8,4% dizem estar indecisos.

Com esses números, notamos que a escola possui um alunado miscigenado. Esse fator é primordial, pois mostra que a mistura de raças é nítida e deve ser um tema a ser trabalhado em sala de aula. A escola a qual atuamos possui sérios problemas com indisciplina, bullying e racismo, isso pode estar relacionado à perda da identidade que possuíam antes de frequentar a escola. Segue o gráfico com levantamento dos dados apontados:

Gráfico 1: Percentual de raças da E.E. Professor Jason de Moraes por ano de ensino



Fonte: Elaboração própria.

Mesmo compreendendo que a identidade seja construída no cotidiano, é importante lembrar que os conhecimentos prévios do discente e sua formação integral inicia-se desde o momento em que nasce. O papel da escola é não deixar que seu aluno perca sua própria identidade pelo contexto em que a instituição se situa. É preciso um trabalho mais amplo e dinâmico. Oferecer educação integral ao aluno, através da educação escolar quilombola, contribui muito na formação do cidadão que atende.

Ainda, com base nos gráficos projetados a partir das respostas do questionário, foi possível perceber que a maioria dos alunos sabe o que é

quilombo, porém muitos não conhecem ou não tiveram a oportunidade de visitar. Dos alunos que responderam ao questionário, foi possível perceber que 47,33% se declaram quilombola e se veem como remanescente quilombola. Esse dado é muito importante, pois apenas 300 alunos responderam ao questionário. Segundo o Censo de 2021, havia 527 matrículas. Vê-se que é uma quantidade considerável de alunos quilombolas ou remanescentes no educandário. Daí reforçar-se a ideia de aprofundar ainda mais projetos voltados a essa cultura rica e tão presente na rotina da comunidade.

Sobre a pesquisa de campo feita na Vila de Santo Izidoro, na data de 18 de setembro de 2022, a pesquisadora Caroline relatou que foi uma grande oportunidade ir ao passeio, pois conheceu a cultura e a história daquele povo. Fomos em um dia de festa, onde as pessoas estavam reunidas para celebrar a festa do padroeiro Santo Izidoro, onde fizeram o ritual de benzimento dos utensílios de trabalho (enxada, machado e sementes, como milho e andu).

Figura 1: Visita à Vila Santo Izidoro



Fonte: Acervo dos autores.

Uma percepção comum entre os estudantes pesquisadores foi a de que a tradição festiva dessa comunidade difere bastante das tradições da zona urbana do município. As vestes do cortejo são simples, com

referência ao trabalhador do campo e da mulher cangadeira. Foi relatado por uma professora que a festa é feita com base no que a comunidade tem a oferecer. E, com essa simplicidade e singularidade, nota-se a verdadeira identidade desse povo.

Os cientistas desse projeto foram a várias outras comunidades. Visitaram a comunidade de Vai Lavando, onde perceberam que há grandes semelhanças com o quilombo Santo Izidoro, como paisagem acidentada, longe de rios (provavelmente devido ao fato de que, na época da escravidão, os negros escravizados fugiam para lugares de difícil acesso e longe do percurso de rios para não serem encontrados), moradias simples, com foco em tradição religiosa, na agricultura e na culinária. Visitaram a comunidade de Tabuleiro, que também carrega as mesmas tradições das outras comunidades, mas com padroeiros diferentes.

Quando se fala em comunidade quilombola, não há como diferir ou separar a religiosidade. O grupo de pesquisadoras Caroline, Maria Luíza e Lavinia relataram em seu portfólio que as comunidades são laicas, não interferem na decisão dos moradores em seguir a religião que quiserem. Já sobre festas, agricultura e artesanato, que são muito fortes na região, os pesquisadores estão montando um portfólio que será digitado, impresso e encadernado para afixar no acervo da biblioteca da escola. A ideia seria que esse portfólio fosse publicado em livro, mas é preciso recurso e parceria.

Além do portfólio, foi criado também um dicionário que mostra através da escuta das pesquisadoras Vanessa, Luciene e Lucimara, palavras e expressões usadas pelo povo quilombola. A linguagem de um povo também denota sua cultura. Como facilita na hora de dialogar, o dicionário foi feito com a intenção de se tornar um guia turístico para aquelas pessoas que possam visitar essas comunidades, que são riquíssimas em cultura.

Como produto dessa pesquisa, ainda foi elaborado um caderno de receitas. Dentre as receitas, a que mais chama a atenção é a do “tropeiro”. Essa receita recebe esse nome devido às tropas que passavam na região comercializando coisas, entre as cidades de Minas Novas e Teófilo Otoni. O feijão tropeiro é um prato típico da culinária mineira e paulista.

Desde o período colonial, o transporte de diversas mercadorias era feito por tropas a cavalos ou em lombos de burros. Esses animais eram guiados por homens denominados “tropeiros”. Durante suas viagens, os tropeiros tinham que se virar com os alimentos disponíveis. Dessa forma, preparavam pratos que tinham como base feijão, farinha de mandioca, torresmo, ovos, cebola e temperos; daí a origem do feijão tropeiro. Assim, através desse caderno, a comunidade escolar pôde conhecer um pouco mais da culinária tradicional quilombola, bem como replicar em suas residências aspectos dessa cultura gastronômica.

O tema dos “tropeiros” se desdobrou nos seguintes questionamentos feitos pelos estudantes pesquisadores Ailson e Lucas: “Quem eram esses tropeiros?”, “Onde moram?”, “Quem são seus descendentes?”. Os estudantes descobriram que muitas das comunidades da região, não necessariamente as quilombolas, foram surgindo a partir das tropas que passavam. Os tropeiros conheciam pessoas do lugar, as levavam consigo ou ficavam por ali mesmo, fundando vilas que viraram comunidades, distritos e municípios. Seria um excelente tema para continuar esse projeto de pesquisa para os próximos anos, no sentido de aprofundar ainda mais o conhecimento sobre a história local, suas origens e diálogos culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe de pesquisadores considerou muito proveitosa a experiência de imergir naquilo que até então era desconhecido para eles. Viram que é de suma importância resgatar a cultura quilombola na escola e quanto isso torna eficiente o processo coletivo de construção do conhecimento.

Foram encontrados diversos desafios para a execução dessa pesquisa, como:

- Muitos colegas ainda não reconhecem os quilombos como manifestações culturais que fazem parte da vida de alguns discentes e não quiseram contribuir com a pesquisa. Mostrar a importância desse feito foi um grande desafio para o grupo de pesquisadores;

- A parte burocrática do projeto foi insuficiente, pois não houve liberação de *notebooks* para a execução dos produtos;
- Algumas visitas não foram realizadas devido ao difícil acesso às comunidades que realmente caracterizam as comunidades quilombolas, devido à sua geografia;
- Muitos pesquisadores desistiram ao longo do projeto, devido ao atraso das ações; ou pela sobrecarga de trabalhos escolares, formatura, cursos técnicos noturnos; tendo o núcleo que ser reconstituído.

Mas é preciso relatar que esses desafios não interferiram na obtenção de resultados. O projeto contribuiu de maneira significativa para entendermos a cultura quilombola, quais são suas singularidades e como é importante para a escola oferecer essa educação integral aos seus discentes. Isso contribui para a formação do cidadão, não deixando a cultura morrer, valorizar o pertencimento ao local de nascimento, carregar as histórias e as tradições, se constituindo como um componente indispensável para a construção da cidadania.

Acreditamos que essa pesquisa deve ser mais ampla, aprofundar nos estudos científicos sobre algumas personalidades, como os tropeiros, por exemplo. Esperamos que a partir dessa pesquisa, a escola possa oferecer a educação escolar quilombola aos seus discentes, constituindo uma instituição que abraça de forma integral a sua cultura e comunidade.

Por fim, esse projeto de Iniciação Científica tem colaborado muito com a nossa formação. Entendemos a cultura quilombola como parte da nossa história, a qual não podemos deixar se apagar. Vemos a escola como espaço que pode contribuir para a formação integral do indivíduo. Nesse sentido, a escola, enquanto instituição formadora, também desempenha o papel de ajudar a desenvolver o pensamento crítico do aluno, ensinando-o a se posicionar socialmente e politicamente. Também ajudar o aluno a desenvolver habilidades socioemocionais e desenvolver suas percepções de mundo, com valorização de sua identidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias. *In*: O'DWYER, E. C. (org.). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola*. Brasília: MEC/CEB, 2012.

NETO, C. S.; SOARES, E.; COQUEIRO, E. *Do Quilombo à Escola: Ancestralidade e Práticas Pedagógicas*. 2015. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1501>. Acesso em: 31 ago. 2024.

O'DWYER, E. C. (org.). *Terra de quilombos*. Rio de Janeiro: Boletim da Associação Brasileira de Antropológica. 1995.

SOARES, E. G. Educação Escolar Quilombola: Reafirmação de uma Política Afirmativa. *Anais da Reunião Científica Regional da ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais*. Curitiba: UFPR, 2016.

REMEMORANDO IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS: A HISTÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CÓRREGO DO NARCISO DO MEIO, EM ARAÇUAÍ/MG

Aline Barbosa Santos¹, Arlem Gonçalves Coimbra¹, Cristian Mikael Nogueira Soares¹, Gabriela de Souza Rodrigues¹, Kauã Nunes do Nascimento¹, Lucas Rodrigues dos Santos¹, Rayssa Maria Ferreira Lima¹, Thaís da Cruz Nogueira¹, Maria Fernanda Silva Barbosa², Hilbert da Silva Júlio³

1 INTRODUÇÃO

A ideia do projeto de Iniciação Científica surgiu devido a uma observação feita ao longo das aulas de História na Escola Estadual Bom Jesus da Aguada Nova, ministradas pela professora mestra Maria Fernanda Silva Barbosa, orientadora deste estudo.

Muitas vezes, quando havia abordagens e questionamentos a respeito das comunidades tradicionais que eram atendidas pela instituição, os discentes não mostravam deter conhecimento sobre sua própria origem.

1 Escola Estadual Bom Jesus da Aguada Nova (Araçuaí/MG).

2 Orientadora, Escola Estadual Bom Jesus da Aguada Nova (Araçuaí/MG), maria.barbosa94@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Olympio Araújo (Rio Novo/MG), hilbert.julio@educacao.mg.gov.br.

É importante salientarmos que a Escola Estadual Bom Jesus da Aguada Nova, situada no Povoado da Baixa Quente, em Araçuaí/MG, é uma instituição de ensino que atualmente atende doze comunidades rurais que se situam em seu entorno. Dentre essas comunidades, destacamos a Córrego do Narciso do Meio, pertencente à tradição quilombola.

De acordo com Barros (2013), sabe-se que o ensino de História Local se torna um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador, educando, sociedade e o meio em que vivem e atuam.

Nesse sentido, o ensino-aprendizagem da história do Córrego do Narciso do Meio configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, torna-se referência para o processo de construção das identidades dos sujeitos e de pertencimento aos seus grupos.

Por conseguinte, com o intuito de rememorar as tradicionalidades dessa comunidade quilombola, a presente investigação partiu da premissa de resgatar e valorizar características próprias da comunidade, como aspectos culturais, econômicos e religiosos. Dessa maneira, o percurso metodológico escolhido foi a utilização de narrativas dos indivíduos residentes na comunidade em foco para a coleta das informações que se referem à história dessa localidade.

Segundo Thompson (1992), no sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo o tipo possa ser utilizada como matéria prima, a História ganha nova dimensão. Dessa forma, para legitimar a pertinência do uso de narrativas como aparato metodológico fundamental no desenvolvimento desta pesquisa, cita-se os dizeres de Lima e Miotto (2007):

O uso do narrar - e, portanto, das narrativas - tem se constituído uma estratégia metodológica cada vez mais comum nas ciências sociais e humanas, e tem extrapolado o campo da história, pois possibilita a compreensão de um universo construído no dia a dia a partir de práticas aprendidas com gerações anteriores, pouco captadas nos documentos e por meio da aplicação de questionários (Lima; Miotto, 2007, p. 38).

Sabe-se que a narrativa se torna um importante instrumento de preservação e de transmissão das heranças identitárias dos indivíduos, é a construção de sentido de si, permitindo constante reflexão sobre determinada experiência narrada. Narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades são a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a História em construção. São memórias que falam (Delgado, 2003, p. 23).

A partir do uso desse pressuposto metodológico, foi confeccionado pelos estudantes, sob supervisão da orientadora, um roteiro de perguntas para a utilização nas entrevistas com os sujeitos participantes da pesquisa. Nesse itinerário, abordaram-se alguns questionamentos acerca da história de criação do Córrego do Narciso do Meio, sobre as famílias que lá residem e a respeito dos tipos de atividades (econômicas, culturais e religiosas) praticadas pelos indivíduos depoentes.

Desse modo, conseguimos observar que as narrativas colhidas nas entrevistas foram traduções dos registros das experiências retidas, contém a força da tradição e muitas vezes relatam o poder das transformações vividas por esta comunidade tradicional.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O grupo de pesquisadores deu início a esse trabalho refletindo sobre a proposta do que é um projeto de Iniciação Científica, pois, até então, os alunos nunca haviam tido contato com esse tipo de estudo. Após o domínio, compreensão e debates a respeito da temática que seria desenvolvida ao longo dos meses, iniciou-se a leitura da bibliografia voltada para a aplicabilidade no cotidiano dos estudantes da Lei Federal nº. 10639/ 2003 e da Resolução nº 7 de 2010 do CNE (Conselho Nacional de Educação).

Dessa forma, obras específicas escritas por autores negros tiveram destaque, como: *O que é Racismo estrutural?*, de Silvio Almeida (2018), *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, de Grada Kilomba (2019); *Pequeno manual anti racista* e *O que é lugar de fala?*, de Djamila Ribeiro (2019). Os discentes realizaram essa atividade de leitura

das obras literárias em subgrupos e após diversas reuniões presenciais e *online*, elaboraram um texto sobre os conteúdos abordados e culminaram essa etapa em um “café com prosa”, onde foram feitas apresentações do que tinha sido efetuado nesta fase.

Após o supracitado estágio, as reuniões voltaram-se para a organização da visita técnica na comunidade Córrego do Narciso do Meio. Como já mencionado, os alunos organizaram um itinerário para a realização das entrevistas com os sujeitos participantes do estudo.

Por conseguinte, no dia 23 de setembro de 2022, foi realizado o trabalho de campo na comunidade quilombola Córrego do Narciso do Meio. A chegada à localidade foi de difícil acesso, a equipe gastou cerca de uma hora, e todo o trajeto percorrido por estradas de terra. Ao longo do percurso, os pesquisadores fotografaram e registraram suas impressões no diário de bordo do grupo.

A aluna Rayssa Ferreira coordenou as perguntas feitas à nossa primeira entrevistada, que nos recebeu em seu local de trabalho, uma escola municipal onde ela desenvolve a função de auxiliar de serviços gerais. As quatro entrevistas seguintes foram feitas também no ambiente laboral dos indivíduos, todos eles desenvolvem a função de lavrador.

É importante salientar que esses sujeitos entrevistados foram contactados previamente e aceitaram que os dados da pesquisa fossem divulgados, assinando o termo de livre consentimento esclarecido. Frisa-se, que este processo foi desenvolvido com gravadores e computadores, equipamentos adquiridos através da verba do projeto.

Desta maneira, as narrativas foram colhidas por áudio e vídeo para transcrição e análise, tema que será explanado no item três deste relato, denominado *Resultados e discussão*.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabe-se que as lembranças dos indivíduos são construídas a partir de um grupo de referência no qual ele está inserido e por meio das próprias reflexões, de acordo com Souza (2006).

Dessa forma, após a culminância das entrevistas, foram realizadas as transcrições para que os áudios e os vídeos feitos na visita técnica pudessem ser analisados. Posteriormente à observação do material coletado, os discentes e a orientadora reuniram-se para discussão dos resultados obtidos.

Notou-se, que a maioria dos sujeitos depoentes não sabiam dados precisos sobre a criação da comunidade quilombola, mas tinham plena convicção da importância das suas tradições para que a história do Córrego do Narciso do Meio não fosse esquecida. Desse modo, demonstraram ter ciência de que estudos e registros (sejam eles orais ou escritos) a respeito das comunidades tradicionais são relevantes para que as futuras gerações detenham conhecimento sobre o seu lugar de pertencimento.

Aspectos ligados à cultura afrodescendente foram mencionados com determinada frequência pelos indivíduos, como o Batuque, que é uma atividade desenvolvida com instrumentos, danças e cantigas por um grupo residente na comunidade. Pôde-se notar no Batuque a rememoração da ancestralidade, os participantes fazem questão de se apresentar e participar de uma festa tradicional que ocorre no dia da Consciência Negra, 20 de novembro.

No que tange o aspecto religioso, a Festa da Nossa Senhora do Rosário (padroeira dos escravizados no Brasil) foi a mais citada pelos sujeitos integrantes da pesquisa. O evento é comemorado anualmente no mês de julho, envolvendo a celebração de missas, quermesses e a participação maciça dos residentes da localidade.

Sobre a economia predominante, em unanimidade, os entrevistados declararam-se lavradores, como já foi supracitado. Esses pequenos produtores rurais vivem da venda de seus produtos em uma feira local, que acontece semanalmente, aos sábados, na cidade de Araçuai. Todos os depoentes falaram com muito orgulho de sua profissão; de acordo com eles, se não fosse a agricultura familiar desenvolvida na comunidade, eles não teriam condições de sustentar seus lares.

Dessa forma, depois de analisar todos os aspectos descritos acima, podemos concluir que mesmo sem deter conhecimento e

informações precisas sobre datas, fundadores e a criação da comunidade, os entrevistados souberam descrever muito bem as particularidades sobre a sua realidade e elementos que formam e agregam valor à história da comunidade do Córrego do Narciso do Meio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar a discussão presente, gostaríamos de fazer um balanço dos aspectos positivos e das barreiras encontradas no desenvolvimento do projeto de Iniciação Científica.

Enfrentamos alguns obstáculos em relação a permanência de orientandos na pesquisa, inclusive tivemos o caso de evasão escolar. Devido a adequação do horário dos encontros presenciais, que ocorriam no contraturno, a maioria dos alunos participantes, que moram em comunidades rurais distantes da instituição, encontravam dificuldade no deslocamento. Assim, infelizmente nem todos os discentes que iniciaram o trabalho permaneceram até a sua finalização.

A questão da internet também foi um problema notado ao longo do desenvolvimento deste estudo, pois como nossos alunos residem em áreas de difícil acesso, a maioria deles não teve como desenvolver tarefas fora da escola, por causa da falta de acesso a redes móveis.

Apesar de todas as barreiras enfrentadas, o desenvolvimento da pesquisa trouxe inúmeros aprendizados valiosos para a equipe. Os alunos foram motivados pelo despertar do primeiro contado com a pesquisa científica, fizeram um excelente trabalho, deixando um legado e estimulando outros estudantes à participação e ao engajamento na área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROS, C. H. Ensino de História, memória e história local. *Revista de História da UEG*, v. 2, n. 1, p. 301-321, 27 ago. 2013.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. *Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

DELGADO, L. A. N. História Oral e Narrativa: Tempo, memória e identidades. *Revista História Oral*, v. 6, 2003, p. 9-25.

FREITAS, L. M.; GHEDIN, E. L. Narrativas de formação: origens, significados e usos na pesquisa-formação de professores. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 10, n. 19, jan./jun. 2015, p. 111-131.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, v. 10, Edição Especial, 2007, p. 37-45.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais)

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, E. C. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 25, n. 11, p. 22-39, jan./abril. 2006.

THOMPSON, P. *A voz do passado: História Oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOU QUILOMBOLA: RESGATANDO TRADIÇÕES – A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO CULTURAL

Ana Kelly Lacerda Brandão¹, Cleber Ferreira da Silva¹, Diego Pires dos Santos¹, Isla Gabriely Santos Silva¹, Joel Aparecido Gonçalves Neves¹, Leide Dayane Alves Ferreira¹, Maria Fernanda de Farias Silva¹, Ruan Pablo Souza Alves¹, Tatiane Aparecida Pinheiro da Silva¹, Vinícius Pompeu Lima², Renan Marcelo Alves Coimbra³

1 INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Professor Batistinha fica a 6 km de Januária/MG, na zona Rural, comunidade de Barreiro. A instituição conta com um número de 241 alunos, sendo 93 nos Anos Iniciais, 78 nos Anos Finais, 58 no Ensino Médio e 35 na EJA Fundamental. A necessidade do projeto nasceu do diagnóstico de que os alunos estavam se distanciando das

1 Escola Estadual Batistinha (Januária/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Batistinha (Januária/MG), vinicius.pompeu@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Eng. Henrique Dumont (Juiz de Fora/MG), renan.coimbra@educacao.mg.gov.br.

manifestações culturais tradicionais de sua comunidade. Outro tema importante que se faz presente em nosso ambiente escolar é o racismo, o que explicita a condição de não pertencimento de nossos alunos à sua comunidade tradicional Quilombola.

O projeto será desenvolvido na comunidade escolar, visando aproximar nossos alunos de suas raízes culturais, pois, uma vez que seus habitantes envelhecem, essas tradições culturais podem se perder e, com elas, a identidade de toda uma comunidade remanescente de quilombos. Dessa maneira, esse projeto pretende possibilitar que os sujeitos dessa comunidade repensem a experiência de quilombo, valorizando as tradições culturais e religiosas dos seus antepassados e recriando-as no presente.

É um desafio desenvolver, na escola, espaços pedagógicos que propiciem e que levem os alunos a reconhecerem suas origens como forma de fortalecer sua identidade. Especialmente se se considera o peso disso no âmbito de torná-los conscientes de si e de seu lugar de origem e, por consequência, também pessoas críticas.

A comunidade é formada quase que totalmente por indivíduos de raça negra. Esses dados explicam alguns costumes alimentares, traços culturais e religiosos da população dessa comunidade. Consolidam, ainda, uma identidade racial e cultural própria. Sendo os indivíduos autodefinidos como remanescentes de quilombo, conforme portaria Nº 177, de 31 de agosto de 2012, da Fundação Cultural de Palmares/Ministério da Cultura e de acordo com publicação no diário oficial da União de 03/09/12. Cabe, portanto, à escola, o papel de reconstruir a história dessa população, destacando seus protagonistas legítimos para, assim, preservar sua cultura e sua identidade. Contudo, é essencial ter em mente que o conceito de quilombo tem adquirido outros significados ao longo do tempo. Como ressaltam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola:

A concepção de que quilombos eram constituídos somente por africanos escravizados foi modificada ao longo do tempo, mediante ações e reivindicações dos próprios quilombolas e das pesquisas realizadas por estudiosos do tema. Insistir nessa concepção reducionista significa negar ou tentar invisibilizar o sentido histórico,

cultural e político dos quilombos. Lamentavelmente, essa visão colonial ainda persiste nos livros didáticos e no imaginário social, fruto das estratégias de branqueamento da população e das tentativas de apagamento da memória afro-brasileira e africana impostos pelo racismo (Brasil, 2012, p. 06).

Portanto, é preciso pensar o quilombo atual não como uma forma homogênea de raças e culturas, mas como uma forma de resistência cultural, política, social e étnico-racial advinda de pessoas que lutam contra um sistema desigual e excludente, sendo essas comunidades exclusivamente formadas por descendentes de escravizados ou não. Como retrata O'Dwyer (1995, *apud* Soares, 2016, p. 03)

[...] Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos, resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

Conhecedora da realidade acima descrita, nossa escola é chamada a se portar como agente transformador, não somente da vida dos seus alunos, como também de todo o povoado, ampliando sempre mais a repercussão do seu trabalho através de ações que visem o reconhecimento da cultura tradicional da comunidade onde está inserida. Dessa forma, a comunidade terá suas manifestações culturais preservadas, pois poderão ser criados novos agentes culturais capazes de continuar transmitindo sua cultura e afirmando sua identidade de povo tradicional quilombola.

Nesse sentido, buscamos compreender de que maneira as manifestações culturais podem ser inseridas no contexto escolar como forma de promover, resgatar e valorizar a história e a cultura da comunidade do Barreiro na cidade de Januária, Norte de Minas. Ou seja, como a escola interage com a comunidade, buscando trazer expressões culturais nela presentes para dentro do seu currículo? Primeiramente, é necessário

entender que existem Diretrizes que regem o ensino e o ensino tradicional quilombola. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, em sua Seção VII, que trata da Educação Escolar Quilombola, afirma-se:

Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural (Brasil, 2010, p. 74).

Portanto, precisamos pensar como essa pedagogia própria das escolas quilombolas abordou as especificidades da comunidade onde ela está inserida e como essa escola consegue, através dessa pedagogia, criar uma identidade cultural própria em seus alunos. Afinal, a Educação Escolar Quilombola adveio de muita luta dos movimentos negros e quilombolas por reconhecimentos de direitos. Além disso, está regulada no que se refere ao respeito às diversidades e à valorização do pertencimento cultural (Pinto; Santana; Silva, 2021).

2 DESENVOLVIMENTO

Para desenvolver essa pesquisa, primeiramente, foi realizado um estudo bibliográfico sobre os quilombos, sua formação e suas definições atuais. Foi feita revisão de literatura também sobre Educação Escolar Quilombola, suas necessidades específicas; sobre identidade cultural; representações culturais; patrimônio histórico e escravidão. Realizamos uma observação participante dentro da comunidade, entrevistas e filmagens. Participamos de eventos para disseminação e valorização da cultura tradicional quilombola, além de viagens para pesquisa de campo. Para análise dos dados e das entrevistas, usamos uma abordagem mista – qualitativa

e quantitativa. Isso, pois daremos voz às subjetividades dos entrevistados e faremos também análises estatísticas dos resultados (Knechtel, 2014).

Primeiramente, cabe analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Algo que foi feito para entender como a instituição procura entender as especificidades presentes na comunidade quilombola e como as trata numa pedagogia diferenciada para a Educação Escolar Quilombola. Principalmente no que tange ao nosso objeto de pesquisa, ou seja: como a escola insere, dentro de seu currículo, as manifestações ou representações culturais quilombolas como forma de promover, resgatar e valorizar a cultura da comunidade?

Creio que aqui é necessária uma breve definição sobre o que é e para que serve o PPP dentro das unidades escolares. O PPP define as intenções educativas da escola, define metas de aprendizagem, e o que e como fazer para alcançá-las. É um documento sistematizador, integrador e organizador de planos, metas e objetivos a que a instituição de ensino se propõe.

Analisando o PPP da Escola Estadual Professor Batistinha, foi possível concluir que ela apresenta um projeto voltado ao resgate da cultura tradicional quilombola, além da autoaceitação e do pertencimento. O “Projeto Sou Quilombola” está inserido ao ano letivo com ações que buscam atingir os objetivos citados. Contudo, a análise desse projeto, por si só, não nos permite concluir que as representações culturais da comunidade chegam à escola e fomentam a criação de uma identidade e pertencimento quilombola. Uma educação quilombola, quando bem executada, ultrapassa os muros da escola e beneficia toda a comunidade. Assim, gera autorreconhecimento, valorização da diversidade, além de favorecimento aos significados e à realidade outrora distante ou abstrata (Pinto; Santana; Silva, 2021).

Para dar andamento a essa pesquisa, foram realizadas entrevistas com os articuladores ou agentes culturais e as pessoas mais velhas da comunidade. O objetivo dessas entrevistas foi estabelecer quais são as manifestações culturais presentes na comunidade do Barreiro, bem como aquelas que se perderam com o tempo e as que não constituem tradição.

As entrevistas com moradores da comunidade revelaram a diferença entre o passado e o presente. Foi relatado por boa parte dos entrevistados

que, no passado, as expressões culturais eram feitas com mais constância. Segundo os entrevistados, a questão não está relacionada à dedicação ou à perda da identidade, mas sim com o tempo. As obrigações cotidianas acabam por afastar os agentes ou articuladores culturais de seus “ofícios”. A solução, para eles, passa por uma formação de novos agentes culturais na juventude. Contudo, é necessário pensar a cultura popular como uma mistura de componentes vindos da estrutura social, política e econômica do meio no qual ela está inserida e que representa. Nesse contexto, devemos admitir que a juventude carrega uma carga cultural nova, estabelecida ou impregnada pelos meios de comunicação de massa. Essa carga cultural tende a promover mudanças nas manifestações culturais locais. Como afirma Arantes:

Pensar a “cultura popular” como sinônimo de tradição, é reafirmar constantemente a ideia de que a sua Idade de ouro deu-se no passado. Em consequência disso, as sucessivas modificações por que necessariamente passaram esses objetos, concepções e práticas não podem ser compreendidas, senão como deturpadoras ou empobrecedoras (Arantes, 1998, p. 17-18).

Nesse contexto, vale ressaltar que essa “deterioração” pela qual passa a cultura, suas manifestações e representações são, na verdade, mudanças positivas e implacáveis. Pois, mesmo diante da pretensão de manutenção dos objetos e dos gestos imóveis no tempo, a modificação do contexto no qual a cultura está inserida promove sua (re)significação (Arantes, 1998).

Buscando interagir com outros quilombos e compreender que existem diferenças nas culturas e nas expressões quilombolas, viajamos para a cidade de São Francisco, na comunidade de Buriti do Meio, em busca de aprender sobre a cultura do local e observar as significações culturais fora de nosso contexto.

Viajamos no dia 14 de maio de 2022, dia que ocorria um evento importantíssimo para a comunidade como um todo. Iniciado no dia 13, esse evento comemorava o Dia da Abolição da Escravatura e reunia várias comunidades diferentes que traziam sua cultura e suas manifestações em forma de apresentações para o público que ali estava. Dentre algumas dessas manifestações estavam o Congado, o Bumba Meu Boi e a Folia de Reis.

Não conhecíamos a manifestação do Congado, mas achamos lindo e gostamos de conhecê-la. Segundo a coordenadora dessa manifestação, ela existe há mais de 100 anos. Os instrumentos usados na Folia são feitos a mão, e eles usavam o instrumento chamado macumba. Os instrumentos são muito bem-feitos, encantadores e artesanais. Uma informação interessante é que a dança é apresentada por adultos e crianças. Vale ressaltar que eles aprendem nas escolas a produzirem os instrumentos, como também aprendem sobre a manifestação e como apresentá-la. A Folia de Reis foi trazida ao evento pela comunidade de Fernão Dias, em Brasília de Minas. Foi muito importante perceber que, numa comunidade próxima à nossa, existe uma manifestação ou expressão cultural tão diferente. Igualmente pertinente foi notar como seus participantes se identificavam com aquilo e como o trabalho da comunidade é intenso em não deixar perder essa tradição.

Outra apresentação que tivemos contato no evento foi o Bumba meu boi. Até então, conhecíamos apenas os Reis do boi, o qual é totalmente diferente. O Bumba meu boi foi trazido ao evento pela comunidade de São Romão. Mais uma vez, essa diferença numa expressão cultural bastante conhecida em nossa região chamou muita atenção. Pudemos compreender que, embora essas expressões culturais possam se derivar ou partilharem da mesma origem, elas são modificadas e moldadas pelos contextos socioculturais nos quais estão inseridas.

Podemos perceber, então, como esse evento – realizado por comunidades quilombolas – consiste em expressão cultural com capacidade de mostrar que, mesmo com diferenças significativas, nossa cultura e nossa história estão interligadas num radical comum, ou seja, na luta por liberdade de nossos antepassados escravizados e na luta constante das comunidades tradicionais de remanescentes quilombolas por autonomia e autoafirmação. Segundo o organizador do evento, ele *“foi feito para o público avaliar sua identidade e se autorreconhecer como quilombola ou como amante da causa quilombola”*. Para nosso grupo, ele foi, além disso, visto também como forma de disseminação e resistência da cultura das comunidades tradicionais quilombolas.

Outro ponto importante foi a conversa que tivemos com um dos articuladores das culturas tradicionais e populares de São Francisco, que também atua como luthier,⁴ segundo ele: *“o evento importa tanto para a cultura local quanto para os grupos de expressões culturais que estavam ali presentes, pois serve de fortalecimento para elas”*. O articulador cultural ainda citou que por se tratar de um contexto pós-pandemia, esse evento torna-se ainda mais importante como forma de reviver um sentimento de pertencimento adormecido durante o período de isolamento.

De volta à análise das entrevistas feitas em nossa comunidade, foi relatado que as principais representações culturais do Barreiro são: Capoeira, São Gonçalo, Reis das Pastorinhas, Dança das Lavadeiras (embora muito nova na comunidade) e Dança das Peneiras. Dentro da abordagem participativa, acompanhamos a Escola Estadual Professor Batistinha a um outro evento de valorização da cultura quilombola. Evento ocorrido em 12 de agosto de 2022, promovido pela Associação Quilombola da comunidade de Pé da Serra, no Brejo do Amparo em Januária/MG. Convidada a participar, a Escola apresentou, com seus alunos, duas manifestações culturais da comunidade de Barreiro, a Dança da Peneira e o São Gonçalo. Chamou muita atenção do público o fato do São Gonçalo, dança típica de pessoas com mais idade como forma de pagar promessas, ser realizada pelos alunos dos Anos Iniciais da Escola. Uma prova cabal do comprometimento da escola com o repasse da cultura quilombola da comunidade aos alunos (ao menos nesse caso). Nesse evento foi entrevistado Odair Nunes de Almeida, diretor da Escola Estadual Antônio Corrêa e Silva, na comunidade Quilombola de Alegre, distrito de Riacho da Cruz em Januária. Para ele, *“esse evento é de fundamental importância para disseminação, popularização e valorização de nossa cultura regional quilombola”*.

No entanto, para entender como a Escola Professor Batistinha trata do ensino da cultura quilombola objetivando a autoafirmação e o reconhecimento de seus alunos, ainda é necessário dar voz a eles. Nessa

4 Pessoa que conserta e restaura instrumentos.

perspectiva, realizamos um questionário com alguns dos alunos do ensino médio. Uma pequena amostragem escolhida de forma aleatória. Foram entrevistados 20 alunos (aproximadamente 50%). O objetivo desse questionário foi buscar entender como os alunos enxergam a forma como a referida escola trata o ensino da cultura africana e afro-brasileira.

Quadro 1: Como os alunos da Escola Estadual Professor Batistinha percebem o tratamento da escola dado ao ensino da cultura africana e afro-brasileira

Qual seu entendimento sobre nossa escola ser Quilombola?	15 alunos não souberam responder à questão: 75%	5 alunos souberam responder à questão: 25%
Você consegue citar ao menos 3 manifestações culturais de nossa comunidade?	11 alunos não souberam responder à questão: 55%	9 alunos souberam responder à questão: 45% Capoeira: 16 votos São Gonçalo: 10 votos <i>Foram os destaques.</i>
Para você qual seria a principal manifestação cultural da comunidade?	4 alunos não souberam responder à questão: 20%	16 alunos souberam responder à questão: 80% Capoeira: 9 votos São Gonçalo: 4 votos <i>Foram os destaques.</i>
No processo de ensino da cultura tradicional quilombola de nossa comunidade, em nossa escola destaca-se o projeto “Sou Quilombola”. Para você, esse projeto tem sido válido como meio de aprendizagem? Justifique	5 alunos não souberam responder à questão: 25%	15 alunos souberam responder à questão: 75% sendo 3 alunos não enxergam o projeto como uma forma válida de aprendizagem. 12 alunos enxergam o projeto como uma forma válida de aprendizagem. Há ressalvas quanto a dinâmica de execução do projeto e quanto a repetição de suas ações. Pesquisas de campo e viagens também foram citados como forma de agregar ao projeto.

Existe uma legislação que trata da obrigatoriedade da história e cultura africana e afro-brasileira em escolas quilombolas. Para você, esse ensino está sendo realizado de forma satisfatória em nossa escola? O que pode ser feito para melhorar?	9 alunos não souberam responder à questão: 45%	11 alunos souberam responder à questão: 55% 4 alunos estão satisfeitos 7 alunos não estão satisfeitos
		Para melhorar, precisa ter mais eventos, fazer com que os jovens tenham mais interesse sobre a cultura quilombola, ter novos conteúdos sobre a cultura quilombola, fazer passeios, visitas, pesquisas e ter 1 dia de aula voltada somente para a cultura quilombola.

Fonte: Entrevistas do grupo de pesquisa com os alunos da Escola Estadual Professor Batistinha, 2022.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após análise de todo o processo de pesquisa, podemos concluir que mesmo a escola se esforçando para ensinar aos seus alunos as culturas africana e afro-brasileira, conforme determinam as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Quilombola, ainda há muito em que melhorar. Afinal, educar é uma tarefa dinâmica que precisa se adequar às novas realidades. Nunca tarefa definitiva.

Importante ressaltar que a construção de uma identidade (nesse caso, quilombola) é tarefa complicada. Pertencer a uma comunidade quilombola por si só não cria essa identidade. Bauman reflete que a criação de uma identidade é constante em nossas vidas e “que as decisões que o próprio indivíduo toma são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’” (Bauman, 2005 *apud* Silva, 2010). Dessa maneira, a escola não conseguirá ser protagonista na criação dessa identidade, mas norteará um caminho para que, a partir da subjetividade, ela seja criada ao longo da vida de seus alunos.

Nesse contexto, a escola precisará lidar com as múltiplas identidades de seus alunos, pois, antes de tudo, são adolescentes que vivem na era digital e estão influenciados por ela e pela comunicação de massa. Tendo em vista que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall, 2005 *apud* Silva, 2010).

Dessa maneira, cabe às escolas adequarem seus projetos e seu currículo para além do formar novos agentes e articuladores culturais, ou do criar identidade e pertencimento quilombola. Elas devem maturar planos e projetos pedagógicos que contemplem propostas para que os alunos possam entender suas origens, num processo de geração de autorreconhecimento e afirmação de sua cultura. Isso, ainda, respeitando a subjetividade na formação das múltiplas identidades de cada um.

Compreendemos toda a trajetória de luta das entidades raciais e culturais negras na formação de uma Educação Escolar Quilombola. Entendemos que as especificidades culturais das comunidades estarem presentes em seus currículos constitui resistência e afirmação para tais comunidades e seus membros. Não queremos, com esse estudo, negar nenhum ponto ou avanço dessas comunidades, tampouco da comunidade do Barreiro, em Januária, e da Escola Estadual Professor Batistinha, que foram objetos de nossos estudos. Torna-se salutar estabelecer que a Educação Escolar Quilombola faz parte da solução e não do problema.

Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola se constitui numa ação afirmativa visando quebrar o amuleto das injustiças históricas, intervir e dissolver as marcas colonizadoras imbricadas nos saberes escolares, e, sobretudo, vislumbrar a possibilidade de imprimir uma carga de reparação cultural e material à população negra que arrasta uma situação de desvantagem social histórica (Soares, 2016, p. 6).

Portanto, devemos considerar toda Educação Escolar Quilombola como um avanço para a diminuição das desigualdades étnico-raciais e sociais, mas não podemos esperar dela a criação de uma identidade coletiva em nossos alunos, uma vez que toda identidade coletiva só se cria plenamente quando se agrega a identidade pessoal dos indivíduos envolvidos (Rosa, 2007 *apud* Silva, 2010).

Podemos concluir desse trabalho de pesquisa que as culturas quilombolas não são homogêneas. Mesmo representações culturais com a mesma origem se diferenciam. Nessa perspectiva, a comunidade do Barreiro tem sua singularidade cultural valorizada pelas ações da Escola Estadual Professor Batistinha, mesmo que, segundo os próprios alunos, essa precise se (re)adequar em alguns pontos, levando em consideração as múltiplas identidades culturais que serão criadas ao longo da vida de cada um de seus alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa mostram que, apesar das dificuldades encontradas, a escola objeto do estudo tem conseguido, através de seu currículo e de seus projetos educacionais, estabelecer um diálogo com a comunidade. Assim, tem obtido êxito em promover a valorização e o resgate da cultura quilombola da própria comunidade. Contudo, vale ressaltar que a busca por formação de identidade e de pertencimento é tarefa em que a escola deve trabalhar com mais diálogo com o “mundo externo” ao quilombo. Algo a ser feito por via de adequação de suas ações ao seu novo público, o qual é carregado de expressões oriundas das culturas de massa.

Os currículos e as ações escolares devem, antes de tudo, lidar com o modo que as suas ações recaem e influenciam os jovens do século XXI. É preciso compreender que a teoria e a prática dessas ações precisam abraçá-lo. Estudar história, origens e tradições quilombolas se torna tarefa enfadonha na cabeça de quem passa o dia a ‘produzir’ dancinhas no Tik Tok ou a jogar jogos eletrônicos pelo celular. As escolas e seus currículos precisam ocupar e não disputar esse espaço de atuação.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. A. *O que é Cultura Popular*. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica*, Seção VII, art. 41; p. 74, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*, p. 6, 2012.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPRA, 2005.

KNECHTEL, M. R. *Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada*. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

O'DWYER, E. C. (org.). *Terra de quilombos*. Rio de Janeiro: Boletim da Associação Brasileira de Antropologia. 1995.

PINTO, D. C. S.; SANTANA, J. V. J.; SILVA, A. F. Escola Quilombola e Pertencimento: Reflexões a partir de entrevistas com estudantes. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)*, UESB, Itapetininga, v. 2, n. 2, p. 30-57, maio/ago. 2021.

ROSA, L. S. *Os quilombos do Vale do Ribeira e o movimento social: o movimento dos ameaçados por barragens do Vale do Ribeira (MOAB)*. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2007.

SILVA, A. R. Fenômeno quilombola: a constituição da identidade cultural negra. *Revista Rascunhos Culturais*, Coxim/MS, v.1, n.1, p. 203-215, jan./jun.2010.

SOARES, E. G. Educação Escolar Quilombola: Reafirmação de uma política afirmativa. *Reunião Científica Regional da ANPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais*. Curitiba, 2016.

ZUMBI DOS PALMARES É ITABIRANO: UMA BREVE DISCUSSÃO ACERCA DO PROTAGONISMO DO POVO PRETO NA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA ITABIRANA

Ana Carolina Muzzi Silva¹, Anna Clara Alves Roberto¹, Felipe Eduardo Silva¹, Gustavo Dias¹, Hellen Evenilly Santos Souza¹, Jullyo Cesar Reis Borgens¹, Lucas Silva Gonçalves¹, Luely Eduarda da Costa Ferreira¹, Maria Eduarda Mendes Couto¹, Maria Luiza de Souza Adão¹, Vitória da Silva Couto¹, Fabrício Batista de Oliveira Lima², Marcelo Ribeiro Vasconcelos³

1 INTRODUÇÃO

Quando buscamos a formação de uma cidade ou de qualquer outro tema de relevância, principalmente em momento de efervescência comunicacional, vamos diretamente aos motores de busca da internet na esperança do entendimento completo de determinada questão. Dificilmente divagaremos acerca das diversas narrativas compostas em

¹ Escola Estadual Antônio Linhares Guerra (Itabira/MG)

² Orientador, Escola Estadual Antônio Linhares Guerra (Itabira/MG), fabricao.oliveira.lima@educacao.mg.gov.br.

³ Tutor, Escola Estadual Delfim Moreira (Juiz de Fora/MG), marcelo.ribeiro.vasconcelos@educacao.mg.gov.br.

um determinado local, uma determinada região ou país, muito pelo contrário, logo clicamos no primeiro link, cedendo para o imediatismo na intenção de que aquela informação se relaciona com a verdade de alguma forma. Tal informação foi criada para estar naquela posição de destaque, o que poderá induzir em muitos momentos a opinião do leitor.

Utilizamos o exemplo acima justamente como uma analogia para nosso trabalho quando relacionado com o debate acerca de narrativas. Mesmo que não existissem motores de busca ou até mesmo internet no passado, inferimos que as informações também eram produzidas, circulavam em diversos espaços, mesmo que em velocidades distintas, e somente algumas informações eram colocadas em posição de destaque. Como resultado, temos a supressão de muitas outras, descartadas e nem mesmo conhecidas e/ou exploradas dentro de um contexto de produção cultural. Para elucidar esse debate delimitaremos nossa concepção de formação histórica através da discussão realizada por Brandão através de um prisma benjaminiano

[Walter] Benjamin atribui às narrativas que são criadas, um caráter ético-político. Nesta perspectiva, elaborou a figura do historiador materialista, qual deveria apoderar-se dos materiais da memória tal como lampejam em instantes reveladores da opressão e da violência histórica. Projeto este, que possui um tom enfaticamente político e que devemos interpretar como produto da necessidade de fazer surgir um novo modelo de consciência histórica. Neste sentido, o historiador materialista deveria assumir o ato de contar a história como sendo um ato profundamente político, de valorização das ruínas do passado e do que foi descartado pela memória oficial, na luta contra a iminência do perigo. Por um lado, perigo do esquecimento e do soterramento do passado – e com ele, os humilhados e derrotados, as suas promessas –, por outro lado, perigo do conformismo e da consequente ideia de fechamento/acabamento da história. (Brandão, 2019, p. 11).

É nesse espaço que inserimos a nossa pesquisa, isto é, na história como campo político e de disputa. Insere-se aqui a necessidade de discussão de povos, grupos étnicos historicamente explorados e que tiveram suas expressões culturais profundamente suprimidas. Tais expressões serão consideradas neste trabalho como elementos de resistência de um

povo na formação cultural, social e econômica de toda uma região, herdeiros simbólicos da resistência de Palmares, na resistência e perpetuação da cultura preta afro-brasileira. Como complementação teórica e na busca de um melhor entendimento das relações dessas comunidades com o local em que estão inseridas, devemos nos aproximar de uma concepção acerca da ancestralidade que

(...) torna-se o signo da resistência afrodescendente. Protagoniza a construção histórico-cultural do negro no Brasil e gesta, ademais, um novo projeto sociopolítico fundamentado nos princípios da inclusão social, no respeito às diferenças, na convivência sustentável do Homem com o Meio-Ambiente, no respeito à experiência dos mais velhos, na complementação dos gêneros, na diversidade, na resolução dos conflitos, na vida comunitária entre outros. Tributária da experiência tradicional africana, a ancestralidade converte-se em categoria analítica para interpretar as várias esferas da vida do negro brasileiro. Retroalimentada pela tradição, ela é um signo que perpassa as manifestações culturais dos negros no Brasil, esparramando sua dinâmica para qualquer grupo racial que queira assumir os valores africanos. Passa, assim, a configurar-se como uma epistemologia que permite engendrar estruturas sociais capazes de confrontar o modo único de organizar a vida e a produção no mundo contemporâneo (Oliveira, 2009, p. 11).

Essa conceitualização traz consigo uma compreensão mais afinada acerca das relações estabelecidas entre essas pessoas e suas comunidades, sua terra e suas tradições, enfim, com toda a experimentação e a compressão de determinado espaço.

Não obstante, reiteramos aqui a importância da relação da terra com a continuidade de elementos culturais essenciais para perpetuação de lógicas tradicionais das comunidades quilombolas, sendo que, em espaço que o conflito de terras está presente também percebemos um abalo nas relações tradicionais de cada comunidade.

1.1 Um breve histórico da cidade de Itabira

A formação de Itabira remonta ao início do século XIX, momento de sua emancipação, mas demarcando sua riquíssima história pregressa,

anterior à emancipação. Fazendo uma análise mais profunda acerca do desenvolvimento de Minas Gerais, percebemos que Itabira está localizada no processo inicial de exploração mineral da região, intrinsecamente ligada ao período inicial de avanço dos paulistas sobre os territórios do interior brasileiro. Já na organização espacial e de fronteiras, localiza-se no momento anterior à emancipação da Vila Nova da Rainha, atual Caeté.

A partir das informações elencadas acima, é notório afirmarmos que houve um fluxo escravagista na região e que durante séculos interferiu diretamente no dia a dia, e nas relações econômicas e sociais ali estabelecidas. Segundo Britto:

Para o Distrito de Itabira, os dados do Censo Provincial de 1833 nos mostram um total de 7.471 indivíduos. Distribuída entre brancos, pardos e pretos, a população deste Distrito é composta por 1.354 indivíduos brancos, que correspondem a 18,13% do total da população da Vila. Entre homens e mulheres, temos 2.653 indivíduos pardos e 3.464 pretos. Conforme as observações de Paiva para a região Mineradora Central Oeste a qual este município pertence, sendo significativa a participação de africanos, tratados na fonte como “pretos” (Britto, 2021, p. 73).

E ainda continua na proporcionalidade entre livres e escravizados

Assim, pardos e pretos apresentam-se divididos entre livre e escravizados, correspondendo os primeiros a 35,51% da população. Há um forte predomínio de livres entre os pardos: 2.414 pardos livres para 239 pardos escravizados. (...) Os pretos compreendiam a maior parcela da população do Distrito (46,36%), sendo que entre estes, 880 são livres e 2.584 são escravizados (Britto, 2021, p. 74).

E conclui sobre essa relação dizendo que

Isso sugere uma característica da região com uma escravidão predominantemente masculina. E reforçam o quanto a população de africanos e afrodescendentes se fez presente nessa área, sendo uma das principais fontes de mão de obra para as atividades de lavoura, na mineração e na prática de ofícios (Britto, 2021, p. 74).

É possível descartar a história de mais de 60% de uma população que aqui viveu? É possível descartar todo o desenrolar das resistências desses povos presentes na região até os dias atuais? Infelizmente

observamos que sim. Em diversos momentos, essas considerações acerca da história regional e da composição do povo são jogadas para o canto, trazendo Itabira apenas como a terra do poeta⁴ ou somente como a cidade que foi o berço da Companhia Vale do Rio Doce.⁵ Descarta-se em muitos momentos essa história setecentista e oitocentista que muito contribuiu para o momento atual em que a cidade se encontra.

2 UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO E A FORMAÇÃO DAS HISTÓRIAS QUILOMBOLAS DE ITABIRA

Balizamos a produção de nossa pesquisa através de métodos qualitativos instrumentalizados, através de pesquisas e entrevistas que buscassem uma maior compreensão e aproximação dos elementos estudados. Esses processos ocorreram durante o último ano e contou com o registro de relatos em áudio e vídeo de comunidades quilombolas, cidades vizinhas e pontos centrais da administração colonial/imperial brasileira, como Ouro Preto. Nossa intenção foi elucidar elementos da formação história de Itabira e da participação da população preta nesse processo. Nota-se aqui importantes descobertas relacionadas à possível origem dos povos escravizados de nossa região, o que levaria ao fio condutor a muito perdido em várias comunidades aqui existentes. Dos pontos citados e da necessidade de sua compreensão para além da fonte escrita, isto é, na ampliação de diversificação das fontes históricas, Verena diz que a história oral nos oferece o “sentido de se investigar a memória lá onde ela não é apenas significado, mas também acontecimento, ação.” (Alberti, 1996, p. 6).

E prossegue em sua avaliação

Ou seja, a história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram. A posição de Robert Frank é, nesse sentido, uma das possibilidades de se compreender que a memória

4 O que não diminuiu a figura do poeta Carlos Drummond de Andrade e sua contribuição para a cultura brasileira, mas o uso político de sua imagem e sua obra.

5 A Companhia Vale do Rio Doce foi criada na cidade de Itabira no ano de 1942.

é também fato, possível de ser objetivamente estudada. E tomar a memória como fato permite entender como determinadas concepções do passado se tornaram coisas, sem o que as explicações do presente permanecem insuficientes (Alberti, 1996, p. 8).

Com isso, acreditamos que uma parcela da história do povo preto vem sendo resgatada, uma retomada histórica de nossas comunidades quilombolas através daquilo que foi transmitido na passagem de gerações através da lógica oral, na história enquanto ação, na história enquanto cotidiano. Falamos do resgate de uma história, no desnudar daqueles que preenchem espaços de poder tradicionalmente referendados e que, por muitas vezes, toma para si a formação de todo um povo e de toda uma região.

Destaca-se nesse ponto que para de fato executarmos os princípios metodológicos citados acima utilizamos as visitas de campo, sendo que, foram mais de duas visitas na Comunidade Quilombo do Capoeirão e a mesma quantidade na Comunidade Quilombola do Morro de Santo Antônio. Nosso objetivo foi conhecer essas comunidades, e aqueles que ali vivem e reproduzem suas tradições, e outras expressões culturais, que enquadramos como elementos de resistência. Para além, também realizamos um momento de importante compreensão do Brasil Colonial através de visita à cidade de Ouro Preto e à Mina de ouro Santa Rita, o que fez com tivéssemos uma materialização do processo minerador desse mesmo período.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em nosso projeto, observamos uma série de descobertas acerca de temas, como a ancestralidade, o entendimento e a participação de certos grupos na construção de nossa sociedade. Dentro desse aspecto, temos nosso principal desafio, a utilização da história oral como elemento norteador, a utilização de recursos não escritos, o garimpo de informações e a necessidade de uma refinada

interpretação acerca dos fatos. Lembremos que todos esses elementos devem estar em consonância ou em choque com a história geral, uma história oficial escrita anteriormente, um esforço comparativo que deve ser realizado.

Dessa forma, nota-se que em diversos espaços visitados e em todas as entrevistas realizadas em comunidades quilombolas, temos um certo “esvaziamento de sua formação histórica” que se relaciona diretamente ao não registro do processo de formação dessas comunidades, o que muito diz sobre o distanciamento e o descaso do poder público durante anos e a não relação com uma história oficial local. Para além, também inserimos o ponto da venda de terras, muito em decorrência da não titulação de terras, o que ocasiona a perda de um elemento identitário de um povo e suas tradições. Porém, com essas informações elencadas acima, podemos afirmar que essas comunidades estejam vazias de conteúdo? Desprovidas de elementos tradicionais? Desprovidas de história? A resposta é não. Mesmo com todas as dificuldades, é evidente os movimentos de resistência de muitos indivíduos que buscam preservar a cultura quilombola em consonância com a formação regional e nacional. Percebe-se em diversos momentos, falas de orgulho e de exaltação da terra, de seus antepassados, e na necessidade de preservação de muitos monumentos materiais e imateriais que ali estão. Transitamos entre as imagens católicas centenárias da igreja situada na Comunidade Quilombola do Morro de Santo Antônio, as histórias de seus antepassados, a Casa Grande com mais de 300 anos situada na Comunidade Quilombola do Capoeirão e sua relação com a remontagem de sua importância para aquela comunidade, a retomada das construções de pau a pique ou o feitiço da farinha, todos elementos cuja expressão se entrelaçam e se complementam na possibilidade do entendimento de sua importância, de sua completa historicidade e da necessidade de seu estudo. A retomada do passado se faz necessária para essas comunidades, ora de forma mais articulada, ora de forma mais natural através de um dedo de prosa e um bom café.

4 UM BREVE HISTÓRICO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MORRO DE SANTO ANTÔNIO E DO CAPOEIRÃO

Consideremos que Itabira tem um alto potencial quando relacionado a remontagem da história do povo preto mineiro. Devido a sua posição às margens dos centros de poder, nota-se uma grande concentração de comunidades quilombolas que se reconhecem como tal ou que perderam certas características identitárias. Podemos falar aqui de aproximadamente 20 comunidades localizadas na zona rural, porém apenas com duas reconhecidas pela Fundação Palmares. Iniciaremos pelo histórico da Comunidade do Morro de Santo Antônio, a primeira a ser reconhecida como tal em Itabira.

A Comunidade Quilombola do Morro de Santo Antônio está situada na zona rural de Itabira e foi certificada no ano de 2011 pela Fundação Palmares. Segundo o Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do ano de 2018:

A Comunidade Quilombola Morro de Santo Antônio tem aproximadamente 300 anos. Sua primeira denominação foi Morro dos Crioulos, seguida por Santo Antônio do Morro e atualmente Morro de Santo Antônio. As reuniões da Associação Quilombola Morro Santo Antônio, criada em 1986, foram o ponto de partida para o reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola (Itabira, 2018, p. 111).

Sendo que,

Sua história está intimamente ligada ao passado de resistência ao sistema escravocrata, contudo, não há registros exatos da origem da comunidade. Segundo relato dos moradores mais antigos, história oral passada de geração em geração, dá conta de que a comunidade surgiu com a chegada de escravos fugidos ou alforriados. Alguns negros trabalhavam na Fazenda do Girau. A fazenda não existe mais, mas ficava localizada onde hoje se encontra o Bairro da Pedreira, a aproximadamente 7 km da comunidade (Itabira, 2018, p. 112).

Em conversas com os atuais moradores, identificamos que mesmo no século XX, ou seja, após a abolição da escravidão, muitos que ali viviam ainda trabalhavam nas fazendas da região ou até mesmo eram buscados na comunidade para exercerem trabalhos relacionados com a lavoura, mineração

ou em fábricas existentes na região. Destacamos aqui inclusive a existência de moradores ainda vivos no início dos anos 2000, filhos de escravizados, e que sua história remonta a Lei do Ventre Livre no período Imperial brasileiro.

Quanto a Comunidade Quilombola do Capoeirão, notamos que teve sua certificação no ano de 2019 e conforme documentação fornecida pela comunidade, “as marcas da historicidade ainda se fazem presentes na oralidade de cada um dos moradores mais velhos e experientes da comunidade”⁶. E continua

Registram-se na comunidade nomes de localidades, que fazem referência ao passado escravo, por exemplo; Morro do quilombo, Morro do Calunga, Morro do Quilombinho (divisa com a comunidade dos Camias). Há também a presença dos instrumentos como moinho, as tachas usadas para o preparo da rapadura, o engenho e os fornos antigos para a feitura da farinha de mandioca (Ferreira, 2023, p. 24).

Esta comunidade está localizada na zona rural de Itabira, mais especificamente a 20 km do centro da cidade e que teve papel fundamental na luta contra a escravidão no século XIX em nossa região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todas as avaliações realizadas no processo de pesquisa, contamos com algumas questões de extrema relevância para o nosso objeto. Destacou-se para todos os pesquisadores o silenciamento histórico realizado contra essas comunidades, sentimento materializado através do desinteresse do poder municipal (mesmo com ações recentes relacionadas às comunidades), quanto ao poder estadual ou do âmbito federal, materializada na não titulação dessas terras, permitindo diversos conflitos por sua posse e venda. Esses elementos se entrelaçam com expressões relacionadas na ausência dos registros, no nutrir de questões

6 Informações fornecidas pela Associação de Moradores e Quilombolas da Comunidade Rural do Capoeirão e Região através de material publicitário utilizado pela comunidade em suas atividades públicas desenvolvidas na cidade de Itabira.

tradicionais e principalmente na não vigilância acerca da venda de terras, prática que acaba por minar pontos importantíssimos da identidade e da autogestão daquele espaço.

É impossível discutirmos comunidades quilombolas e não discutirmos a maneira com que a terra está intrinsecamente ligada a história de cada pessoa e/ou família que ali reside, isto é, o elemento central na sustentação fisiológica e cultural, no trabalho e nas artes. Concluímos nosso relato através da afirmação do Senhor Edilson, morador da Comunidade Quilombola do Capoeirão, que ao manusear sua enxada - em demonstração da lida do campo para os estudantes pesquisadores - a nomeia como a caneta do quilombo. A ação cotidiana que marca e transforma toda uma realidade e que faz toda uma cultura/tradição se manter de pé e em suas falas de orgulho enquanto quilombola.

A beleza da fala e das práticas tradicionais é viva em todo e qualquer momento que visitamos essas comunidades. O sangue e o suor dos atuais moradores e de seus antepassados tomam notas poéticas, já que representam todo um fio condutor com um povo a muito explorado. O chão do quilombo é sagrado para todas e todos os povos pretos desse mundo, ele é a reminiscência daqueles que foram violentamente retirados de suas terras, mas nem por isso perderam a necessidade da liberdade.

Aproveitando o ensejo, enviamos nossos mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que constroem, eternizam e resistem com suas histórias, suas vivências. Agradecemos a Rosinha, Tita e toda a Comunidade Quilombola do Morro de Santo Antônio; o Senhor Edilson; José Canuto e Jhonatan, da Comunidade Quilombola do Capoeirão; Jeferson e Janaína, da Mina de Ouro Santa Rita em Ouro Preto; a Danilo e sua receptividade na cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo e na proatividade em demonstrar pontos centrais da história regional; agradecemos ainda a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para a formação deste trabalho. Queremos aqui expressar uma pequena parcela do monumento histórico que todos representam. Esperamos que esse objetivo tenha sido alcançado.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. O que documenta a fonte oral? Possibilidade para além da construção do passado. *II Seminário de História Oral*. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/a9151c96-5b29-4303-912e-de966f7d3c36>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRANDÃO, F. M. *Narração e abertura da história na obra de Walter Benjamin*, 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10232>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRITTO, M. S. G. *‘Com luz de ferreiro’: práticas do ofício nas Minas do ferro escravista, século XIX*. Belo Horizonte. Páginas Editora, 2021.

CAVALCANTI, E. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *História hoje*, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/393>. Acesso em: 31 ago. 2024.

FERREIRA, J. S. *O movimento negro educador do município de Itabira: conquistas e lutas para as formulações de Políticas Públicas de Promoção das Relações Étnico-raciais*. Monografia (Especialização em Cultura afro-brasileira e indígena) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/6270/5/MONOGRAFIA_MovimentoNegroEducador.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

ITABIRA. ITABIRA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Inventário de proteção do patrimônio cultural*. 2018.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

OLIVEIRA, E. D. de. A epistemologia da ancestralidade. *Revista Entrelugares* – Revista de Sociopoética e abordagens afins, 2009. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira_-_epistemologia_da_ancestralidade.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

PARTE 4

MEMÓRIA, IDENTIDADE E COMUNIDADE



ANTIRRACISMO NAS ESCOLAS:

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA ANCESTRAL PARA O ENTENDIMENTO DO PASSADO, A PERCEPÇÃO DO PRESENTE E A CONSTRUÇÃO DO FUTURO

Adriano Henrique Antônio Silveira¹, Ana Júlia Almeida Silva¹, Beatriz Vitória de Sousa¹, Camyle Cristina Ferreira Santos¹, Felipe Leonardo dos Anjos Reis¹, Grazielle Beatriz Monteiro Cândido¹, Isabella Avelar Souza¹, Lavínia Lara Ferreira de Moraes¹, Lavínia Nakamura Morais¹, Miguel Bernardo Fonseca Silva¹, Raíssa Oliveira Sousa¹, Ryan Victor Vargas Moreira¹, Viviane dos Reis Soares², Luan Ariel Sigaud Vasconcellos do Santos³

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório é fruto do desenvolvimento da pesquisa, desenvolvida por estudantes da Escola Estadual Professor Pinheiro Campos. O trabalho reflete importantes e urgentes demandas sociais, como: falar sobre o racismo; reconhecer sua existência; entendê-lo enquanto empecilho para o exercício da cidadania e promover, por meio de ações contínuas, coletivas e emancipatórias, a alteração de nossa realidade.

1 Escola Estadual Professor Pinheiro Campos (Oliveira/MG).

2 Orientadora, Escola Estadual Professor Pinheiro Campos (Oliveira/MG), viviane.his@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Gabriela Ribeiro Andrada (Barbacena/MG), luan.santo@educacao.mg.gov.br.

O racismo é um elemento constituinte da sociedade brasileira cuja marca, deixada pelos trezentos anos de exploração do trabalho de pessoas e de segregação racial nos imposta desde os tempos da colonização, está longe de ser uma cicatriz e bem mais próxima de uma ferida aberta. Formalmente, o país foi o último a abolir a escravidão, em 13 de maio de 1888, mesmo depois de quase um século e meio de abolição. A crença na superioridade de raça foi um motor para o estabelecimento de padrões e para a estruturação de ações preconceituosas embasadas em um pensamento, que se enraizou na sociedade brasileira, de que poderiam existir raças inferiores, e que elas deveriam ser marginalizadas.

A lei 10.639, sancionada em 2003, estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo oficial da educação básica e configura-se em um importante instrumento para que as práticas escolares caminhem para um processo emancipatório e de fortalecimento de identidades negras. A lei propõe uma mudança de atitude em relação à cultura afro-brasileira, propondo a desconstrução de discursos que inferiorizam e marginalizam a cultura africana, buscando afirmar a sua importância para a constituição de nossa sociedade e corrigir diferenças, garantindo a todos o mesmo direito à cultura e à sua própria história.

Ao refletir sobre os avanços que a legislação propõe, é com grande preocupação que observamos as reduzidas ações por parte das instituições escolares, no sentido de aplicação das leis e de promoção de políticas educacionais que caminhem nessa direção. Observa-se também que a temática antirracista é apresentada na escola de forma coletiva e interdisciplinar, quase essencialmente em épocas comemorativas, como o 13 de maio, em que se discute a abolição da escravidão; e o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Em muitos casos, a temática é atribuída aos docentes da área de Ciências Humanas, em especial aos professores de História, como se houvesse uma isenção das demais áreas do conhecimento para se tratar desse tema.

Acontece que, a questão racial no Brasil configura-se como uma questão urgente e coletiva. O desenvolvimento de ações voltadas para a educação dentro da perspectiva das relações étnico-raciais é uma das importantes

frentes para a transformação da nossa sociedade. O papel da escola nesse caminhar é fundamental. Muitas ações podem e devem ser desenvolvidas dentro da escola para que a educação antirracista seja verdadeiramente uma realidade e não mais mera formalidade dentro do calendário escolar. É um imperativo assegurar que a escola não seja local de reproduções de atitudes preconceituosas e de reforço das ações excludentes.

Tendo em vista essas constatações, o objetivo do projeto foi desenvolver uma pesquisa, tendo como fonte a coleta de dados nas escolas e a história oral, cuja análise possa servir de instrumento para a abordagem das temáticas étnico-raciais de forma mais aprofundada e reflexiva, bem como promover o diálogo e a interação entre comunidade e estudantes, visando tornar a escola local de reflexão, conscientização e diálogo constante tendo os jovens como protagonistas.

2 DESENVOLVIMENTO

A Escola Estadual Professor Pinheiro Campos é a única escola de ensino médio da cidade de Oliveira, portanto, a última oportunidade de abordagem da temática de forma mais aprofundada no ensino regular da cidade. O que pode ter sido uma lacuna em outras escolas, aqui torna-se o momento limite, uma vez que é a última etapa da educação básica dos alunos, sendo que, na formação superior, principalmente quando não se trata da área de Ciências Humanas, a abordagem sobre o assunto é bastante superficial. Como é pequena a abertura para o assunto, a falta do diálogo gera o silenciamento por grande parte das pessoas, que acabam de forma consciente ou não naturalizando as práticas racistas.

Primeiramente, e antes de tudo, é necessário compreender a escola como local de produção, circulação e divulgação do conhecimento. Mas isso não pode se restringir à escola. É importante pensar que os saberes são muitos, e sua produção acontece também, e de diferentes formas, fora de seus muros, na comunidade, na família, nos mais variados grupos dos quais fazem parte os seres humanos. Por essa razão, nossa pesquisa

não se limitou à nossa escola de origem. As atividades realizadas ao longo do projeto abrangem seis das sete escolas que possuem o Ensino Fundamental (anos finais) na cidade de Oliveira/MG. Conseguimos mobilizar também pessoas de diferentes setores da sociedade que, por meio de relatos e entrevistas, contribuíram e fortaleceram nossas atividades.

Para o desenvolvimento das ações do projeto, realizamos pesquisas de abordagem qualitativa e quantitativa. Foram realizadas atividades de campo por meio de pesquisa de opinião, pesquisa com fontes orais, além da realização de eventos para debates entre estudantes e professores com os temas motivadores do projeto. O objetivo do formulário com pesquisa de opinião foi descobrir quais as lacunas sobre o tratamento da temática antirracista nas escolas, como as pessoas lidam com o racismo e as dificuldades das pessoas em tratar do assunto e reconhecer a sociedade como racista. Professores e estudantes responderam as questões e tiveram oportunidade de fazerem sugestões que foram aproveitadas como orientação para as ações do projeto.

Para que, de fato, a coleta de dados pelos formulários pudesse orientar as nossas ações, oferecemos um espaço para que as pessoas fizessem sugestões, depoimentos e avaliassem a relevância do projeto. Os depoimentos foram importantes para reconhecermos que ainda há muitos silenciamentos e grande urgência em se tratar do assunto nas escolas. As sugestões guiaram ações mais precisas dentro do nosso projeto, e as avaliações, positivas em sua maioria, foram importantes estímulos para a continuidade do nosso trabalho.

Pensando o combate ao racismo como um dos desafios mais complexos da sociedade atual, a presente pesquisa teve como um de seus objetivos possibilitar o diálogo entre pessoas mais experientes da sociedade com os mais jovens, buscando assim, por meio da troca de informações, criar alternativas para lidar com o racismo e favorecer o fortalecimento da identidade afrodescendente. Esse diálogo foi promovido com pessoas que precisaram lidar com o racismo num momento em que o acesso à informação era restrito, por essa razão, tiveram que desenvolver meios de enfrentar as adversidades colocadas pela sociedade racista e hoje têm muito a transmitir aos mais jovens. Como bem afirma Burke (2012), ainda que hoje tenhamos diversificados meios de comunicação,

a forma mais eficaz de disseminar o conhecimento é o encontro entre os indivíduos, pois “as ideias circulam por aí dentro das pessoas” (Burke, 2012).

Visando conhecer essas ideias e disseminá-las entre os estudantes, entrevistamos cinco pessoas: P., um aposentado que trabalhou no comércio oliveirense por mais de 30 anos, ele foi “apadrinhado” por uma família branca, para quem ele prestou serviços, o que lhe permitiu acesso aos estudos. Juntamente com P., sua esposa também participou da entrevista. Além de experientes e ativistas, eles são pais de quatro mulheres que fundaram há 12 anos o coletivo “Encontro de cultura-afro Oliveira”, que realiza um importante trabalho em nossa sociedade; um padre, psicanalista e ativista da causa antirracista na cidade, que, a despeito da condição socioeconômica, estruturou sua vida acadêmica e hoje usa seu trabalho a favor do fortalecimento de outros jovens em busca desenvolvimento pessoal e profissional; uma mãe de santo, responsável por um centro de Umbanda na cidade de Oliveira/MG e atuante pela causa antirracista na cidade; uma jovem ativista e exemplo de luta pelos direitos das mulheres negras em nossa sociedade.

De início, pretendíamos entrevistar mais pessoas, contudo, tendo em vista o cronograma do projeto e os desafios das transcrições das entrevistas, optamos por diminuir a quantidade de entrevistados, sem prejudicar a proposta do trabalho com a história oral. Entendemos que as narrativas são importantes formas de preservar e transmitir heranças identitárias. Elas tornam possível um maior conhecimento sobre outros períodos históricos de forma a transportar o ouvinte para outras realidades e vivências por meio da voz de quem narra. São carregadas de experiências, relações sociais, simbolismo, imaginação e silenciamentos, que também se fazem importantes. O não dito é uma forma de expressão que vai além das palavras, uma vez que nos revelam sentimentos, pontos de instabilidade e de dor.

Para Maurice Halbwachs (1990), a memória se constrói a partir das vivências de grupos sociais concretos. As narrativas coletadas no presente trabalho permitiram importantes reflexões a respeito das situações vivenciadas por afro-brasileiros em nossa comunidade, que viveram e sofreram as consequências diretas do racismo. Permitiram também a compreensão

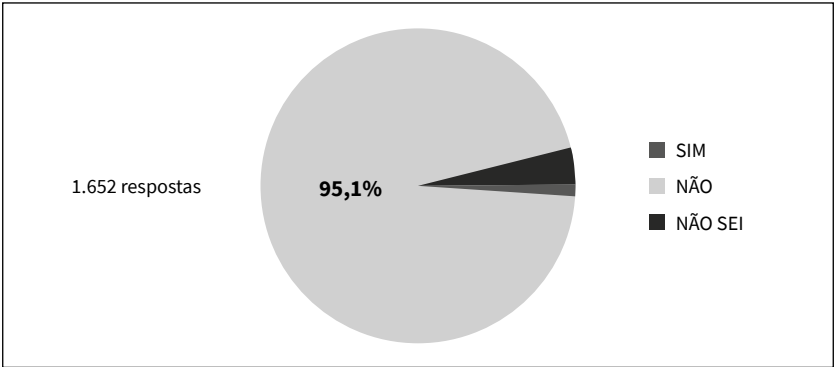
das mais variadas formas de resistência e ações afirmativas entre essas pessoas que buscaram no fortalecimento de suas raízes, no posicionamento, o desejo de alterar essa realidade de seu povo e de seus descendentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em visitas às escolas, recolhemos 1.653 formulários preenchidos por estudantes e corpo docente. Por se tratar de uma pesquisa de opinião, optamos por manter o anonimato daqueles que concordaram em responder ao questionário. Iniciamos o questionário perguntando se os respondentes se consideravam racistas. Apesar de sabermos que essa é uma pergunta muito direta, em nossos estudos prévios identificamos que um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento de ações afirmativas em nossa sociedade está no reconhecimento de que o racismo estrutura essa sociedade, como bem nos aponta Almeida (2021). Sem essa constatação, a alteração dessa realidade torna-se um grande desafio.

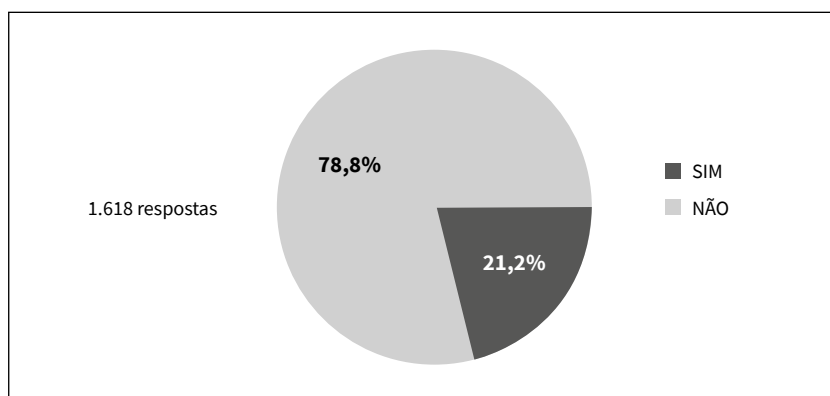
Perguntamos também se as pessoas já sofreram racismo. Os resultados dessa segunda pergunta contribuíram para a confirmação de algumas de nossas hipóteses. Das respostas coletadas, 95,1% das pessoas afirmaram não serem racistas (Gráfico 1). Em contrapartida, 21% dos entrevistados apontaram já terem sofrido racismo (Gráfico 2).

Gráfico 1: Você se considera racista?



Fonte: Elaboração própria.

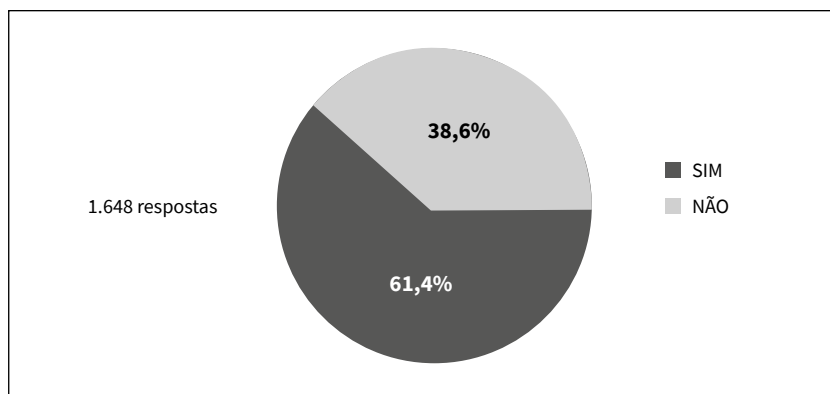
Gráfico 2: Você já sofreu racismo?



Fonte: Elaboração própria.

Em outra pergunta, questionamos se os entrevistados já haviam presenciado situações de racismo, e 61,4% responderam que sim (Gráfico 3).

Gráfico 3: Você já presenciou alguma situação de racismo?



Fonte: Elaboração própria.

A discrepância entre os dados coletados, a contradição entre o ser/sofrer/presenciar o racismo entre os respondentes mostra a necessidade de tratar sobre o assunto nas escolas. É relevante considerar que a pergunta 2 (Você já sofreu racismo?) foi a que mais apresentou abstenção de respostas.

Observamos a partir dessa pesquisa que falta o reconhecimento de que vivemos em uma sociedade racista para que possamos enfrentar e modificar essa realidade. Falta também coragem para falar sobre assunto, e o mais importante: faltam pessoas dispostas a ouvir. Saber um pouco sobre como as pessoas gostariam que o assunto fosse abordado nas escolas, “ouvir” os relatos de experiência descritos nas sugestões e nos formulários direcionou nossas ações e permitiu que aproveitássemos ao máximo todo o conhecimento a nós disponibilizado pelas narrativas de nossos entrevistados para que pudéssemos mais tarde retornar às escolas disseminando um pouco desse conhecimento.

Na passagem a seguir, podemos observar nas falas de uma das entrevistadas como a experiência lhe tornou possível perceber o racismo sofrido e como o conhecimento lhe permitiu questionar:

Ninguém chega perto e diz: “isso é porque você é negro”, mas a gente sente isso, a gente, como se diz, “é leiga”, né? Era leiga no assunto e então as coisas aconteciam, e a gente achava que aquilo era normal, hoje não. A gente sabe que não é. Há tanto tempo atrás eu passei por isso, mas hoje eu sei. Mas é difícil entender. Por que que eu tô vivendo isso. Porque isso aqui [aponta para o braço] é uma pele. Tirou isso aqui, eu sou igual a todos. Só que infelizmente isso não funciona.

Pelas palavras de nossa entrevistada, foi possível constatar como a consciência do que é o racismo é importante para que ações possam ser desenvolvidas, ao passo que o contrário dessa consciência direciona as pessoas para um processo de naturalização. É sobre essa naturalização que estamos tratando. Ela é um empecilho para a mudança, para a transformação. E como promover essa mudança?

De acordo com o padre e ativista entrevistado pelo núcleo, é importante que haja movimentos sociais que promovam a conscientização a respeito do racismo e que possibilitem também a valorização da cultura dos povos afro-diaspóricos como meio de reforçar a importância do povo negro em nossa sociedade e a busca por seus direitos.

Os movimentos sociais e culturais são necessários porque como nós nos colocamos dentro de uma cultura que tem seus mecanismos para levar uma mensagem, que seja uma mensagem mais autoritária, uma

mensagem de valorização, uma mensagem que não deixa uma certa dúvida a respeito do valor e da importância do homem negro e da mulher negra. Então os movimentos vão apontar para um outro lado, eles vão reivindicar leis que possam inibir todas essas ações violentas, como nós hoje temos as leis da injúria racial, a lei contra o racismo, né?

Em sua fala, o entrevistado endossa as ações do nosso projeto e reforça a necessidade de que mais movimentos sociais ocupem espaços em nossa sociedade e levem informações, fortaleçam o movimento em busca de direitos e garantias a todos os cidadãos.

Reconhecemos, nas entrevistas, que tanto conhecimento precisava ser disponibilizado aos estudantes como proposto nos objetivos do projeto e, por essa razão, a realização das rodas de conversa foi a melhor forma de levar um pouco desse conhecimento para dentro da escola. As rodas de conversa consistiram num “bate papo” na escola orientado pelos integrantes do projeto de Iniciação Científica, convidados da comunidade, inclusive entrevistados e corpo docente da escola.

Para todos os integrantes do projeto, esses encontros foram uma experiência reveladora, que apresentou o quanto é urgente tratar do antirracismo na escola. As falas apresentaram limitações entre docentes e discentes. Na oportunidade, a falha na formação ficou evidente quando foram ditas falas racistas, vindas de professores, ainda que com a intenção de contribuir com o projeto. Por algumas falas, foi possível confirmar o quão grave é a situação, e o quanto o racismo está naturalizado na sociedade, a ponto de as pessoas não perceberem que além de não contribuírem para a alteração da realidade, acabam permitindo a naturalização e a perpetuação de práticas preconceituosas e discursos racistas na escola.

Essas constatações se contrastam com outras percepções sobre esses diálogos. Além de revelar pontos a melhorar, as rodas de conversa também foram momentos de troca de experiências entre falantes e ouvintes. A exemplo, a convidada rainha conga, mestra em História e coordenadora do coletivo “Encontro de Cultura Afro em Oliveira/MG”, Ana Luzia Silva, foi uma colaboradora fundamental para a realização da roda, introduzindo de forma leve os assuntos que normalmente são tabus,

como o racismo reverso. Também convidada, Daiane Oliveira, pedagoga, mestranda em Educação e ativista do movimento feminista negro, dialogou numa linguagem bastante jovem, e de forma bem dinâmica, sobre o racismo estrutural. Assim, Daiane solicitou aos participantes da roda de conversa que imaginassem algumas figuras, como anjos, princesas, bailarinas e Deus. Desse modo, a maioria das pessoas respondeu alegando ter imaginado essas figuras como pessoas ou personagens brancos, e esse foi um importante ponto de partida sobre o racismo estrutural em nossa sociedade.

Marcilene, terapeuta holística e formada em Filosofia, enriqueceu o bate papo com seu depoimento acerca de uma infância esquecida, onde se sentia uma criança invisível. Já adulta, como professora, presenciou em sala de aula um episódio racista. Em forma de brincadeira, alunos praticam racismo sem estarem cientes de que suas falas e ações resultam em um caso de preconceito. Juliana, conhecida como Afrodite, mãe de santo em um terreiro de Umbanda na cidade, ressaltou a importância da tolerância religiosa, sanando dúvidas comuns sobre as religiões de matrizes africanas e esclarecendo as relações entre os santos católicos e os orixás. Anna Luisa e Giulia, duas alunas do terceiro ano, cantaram a música “Cota não é esmola”, que relata as dificuldades enfrentadas ao longo da vida por uma mulher negra brasileira, que desde sua infância sente os efeitos do racismo em sua pele. Posteriormente, Anna Luísa, recitou um poema de sua autoria, que trata sobre a aceitação de seus traços, que cotidianamente faz parte de sua luta enquanto mulher negra nessa sociedade racista, encerrado seu momento de fala. Ademais, Vyctor, dançarino e convidado, juntamente com uma integrante do projeto, Lavínia Ferreira, trouxeram uma apresentação de dança contemporânea interpretando a música “Eu sou”, de WD, que expressa o orgulho de sua identidade e a valorização ancestral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas na roda de conversa possibilitaram uma importante interação entre comunidade, estudantes e professores.

O espaço da fala se transformou em momentos de desabafos, incentivos e orientações para o desenvolvimento de ações afirmativas na escola. Os silêncios demonstraram a necessidade de se propor mais ações como essa para que os jovens possam ser estimulados a dialogar, produzir conhecimento e agir de forma consciente e ativa em suas realidades.

A primeira roda de conversa foi um alerta para a necessidade de ter mais abertura para esses diálogos na escola e apresentou-se como um gatilho para que mais ações sejam desenvolvidas em toda a cidade. Em menor escala, sem os convidados da comunidade, mas com a experiência dos estudantes do grupo de pesquisa, essas rodas de conversas foram reproduzidas nas escolas que foram visitadas durante as pesquisas iniciais. Esses contatos foram meios encontrados pela equipe de pesquisa para disseminar os aprendizados oferecidos pelo diálogo com a comunidade em outras escolas e incentivar a continuidade dessas ações.

Foi produzido ainda um panfleto com orientações para a mobilização antirracista nas escolas. Esse panfleto, com informações sobre o que é racismo; diferença entre racismo, discriminação e preconceito; legislação sobre racismo e dicas importantes para os jovens, foi entregue à coordenação pedagógica para que, de forma orientada, professores pudessem trabalhar a temática antirracista com os estudantes.

Os resultados do projeto não se encerraram com as ações aqui mencionadas. Para todos os envolvidos na pesquisa, o projeto foi um divisor de águas. Permitiu a percepção com mais sensibilidade do racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Falas e atitudes cotidianas, que antes passavam despercebidas, puderam ser identificadas como racistas e tornaram-se pontos importantes de estudo e reflexão. As entrevistas permitiram um contato maior com a realidade daqueles que sofrem e que lutam contra o racismo, mostrando a importância dessas ações que não se limitam apenas ao fato de não ser racista e apontam a necessidade de ações antirracistas por parte de toda a sociedade.

Durante as mobilizações em nossa escola de origem, recebemos muito apoio e adesão de estudantes que se voluntariaram a participar

mais ativamente de nossas atividades. Por essa razão, pelo alcance que as nossas ações obtiveram, pela quantidade de documentos produzidos, pretendemos dar continuidade ao projeto na escola. Os dados coletados continuarão sendo utilizados como ferramenta de pesquisa e produções futuras pelos membros da atual equipe, que cursarão a terceira série do ensino médio, e os novos membros, que pretendemos agregar de outras turmas, permitindo que haja sempre continuidade das ações, mesmo com o eventual desligamento de estudantes em razão da conclusão o ensino médio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.; RIBEIRO, J. B. *História Contemporânea de Oliveira*. Oliveira, MG: Editora Gazeta de Minas, 2011.

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

BRASIL. Lei n.10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 01 jan. 2003.

BURKE, P. *Uma história social do conhecimento II: da enciclopédia à Wikipédia*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CULTURA E IDENTIDADE BOAVISTENSE: PRESERVAR MEMÓRIAS E TRADIÇÕES COMUNITÁRIAS PARA MANTER UM ELO ENTRE AS GERAÇÕES

Aline Barbosa Rocha¹, Bárbara Ferreira Macedo¹, Enzo Botelho Mota de Figueiredo¹, Graciele Rodrigues da Silva¹, Joemine Emanueli Gomes Pacheco¹, Karina Soares Barroso¹, Maria Cecília de Sousa Santos¹, Nataliene Pereira Viana¹, Paloma Oliveira Santos¹, Raquel Gomes Soares¹, Raquielles Alves da Rocha¹, Daiana Lúcia Cordeiro Rodrigues², Daniel Renaud Camargo³, Hilbert da Silva Julio⁴

1 INTRODUÇÃO

A cultura e a identidade do Vale do Jequitinhonha é tema recorrente em pesquisas e na mídia. Tal região do estado de Minas Gerais é constantemente retratada como um território de grandes contrastes, onde apesar de apresentar complexidades sociais, por outro lado, caracteriza-se como uma região de grande riqueza cultural.

Chapada do Norte, em especial, é um município constantemente abordado em pesquisas que se debruçam sobre sua identidade e cultura,

1 Escola Estadual José Rodrigues Figueiredo (Chapada do Norte/MG).

2 Orientador, Escola Estadual José Rodrigues Figueiredo (Chapada do Norte/MG), daiana.rodrigues@educacao.mg.gov.br.

3 Coorientador, Escola Estadual José Rodrigues Figueiredo (Chapada do Norte/MG).

4 Tutor, Escola Estadual Olympio Araújo (Rio Novo/MG), hilbert.julio@educacao.mg.gov.br.

majoritariamente caracterizada pelas influências de matriz africana – incluindo as pesquisas realizadas por Porto (1997; 2003); Vieira, Magalhães e Dias (2014); Silva (2000) etc; apesar disso, as comunidades localizadas “do lado de lá do Rio Araçuaí”, que se situam na porção Noroeste desse município, têm uma cultura muito diferente da encontrada na sede municipal, e, cabe ressaltar, que ao longo do tempo despertou menos interesse da comunidade científica – sendo retratada sobretudo nos trabalhos de Camargo (2014, 2017) e Camargo e Sánchez (2021).

No caso do Distrito de São Sebastião da Boa Vista, em especial, observamos como principais festas populares a Folia de Reis e a festa do padroeiro da comunidade, São Sebastião da Boa Vista. Assim, enquanto a comunidade acadêmica não realizou tantos estudos nessa localidade, podemos, por outro lado, mencionar iniciativas locais (inclusive entre os próprios entrevistados pelo presente projeto), de realizarem registros e produzirem documentos a respeito das tradições culturais da comunidade boavistense. Nesse sentido, as inúmeras obras literárias publicadas pelo mestre de Folia de Reis Josephino Souza (2015, 2018) se destacam como exemplos do esforço comunitário pela preservação de suas raízes e tradições.

Refletindo sobre a obra do mestre de Folia de Reis Josephino Souza, incluindo seus livros publicados, Camargo e Sánchez (2021) destacam que as poesias do autor e representante da comunidade de São Sebastião da Boa Vista “[...] refletem sobre as transformações vivenciadas pelas populações do sertão mineiro, destacando, em especial, as mudanças perceptíveis nas paisagens, no cotidiano e na cultura das comunidades locais” (Camargo; Sánchez, 2021, p. 9).

Especificamente quanto a Folia de Reis, Souza e Araújo (2020) explicam que:

Folia de Reis remete a uma história mítica com eventos bíblicos relacionais. A festa da Folia é um evento que comemora o dia de Santo Reis através de um ritual que rememora uma passagem bíblica narrada em Matheus 2:1. Esta, retrata a “visita de três

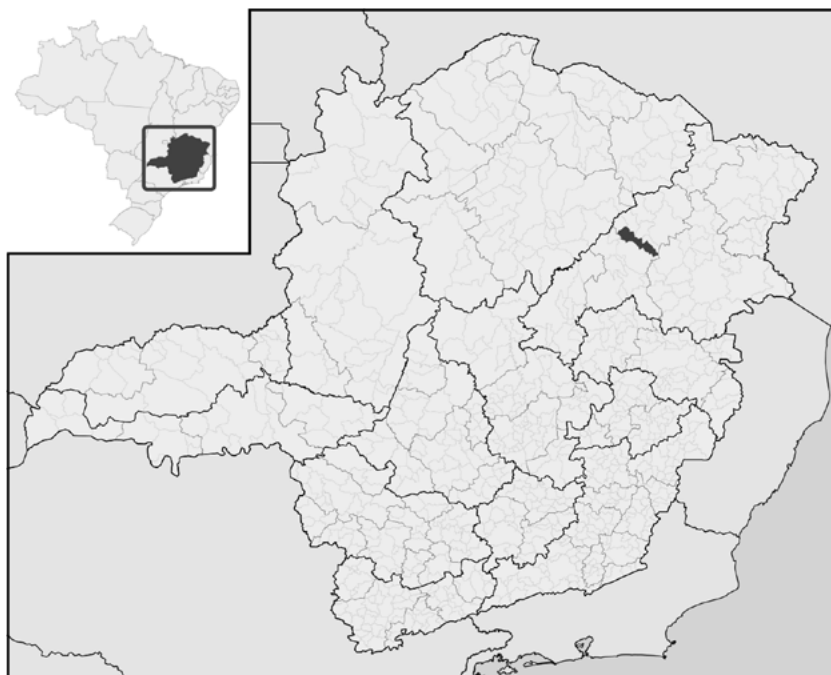
magos vindos do oriente” e guiados por uma estrela cadente até a manjedoura onde nasceria o menino Jesus. [...] Na cosmologia cristã, o nascimento de Cristo (o “salvador”) representa um núcleo simbólico que constitui parte importante do sistema religioso católico. Ainda, ao longo do tempo, com a incorporação do cristianismo no Brasil, algumas das crenças e costumes católicos se popularizaram e se misturaram às crenças advindas de culturas ibéricas, africanas e indígenas. É neste contexto intercultural que buscaremos analisar a Folia de Reis enquanto um “ritual” capaz de emergir de uma mitopraxis vinculada à uma narrativa performatizada sazonalmente por grupos de “Foliões” entre os dias 24 de dezembro a 6 de janeiro (com algumas raras exceções) (Souza; Araújo, 2020, p. 213).

Dutra e Soares (2019), por sua vez, ressaltam o papel da Folia de Reis como prática educativa e lugar de memória que auxilia na preservação de tradições, e identidades culturais do Vale do Jequitinhonha. Tais autores pontuam a “importância da Folia de Reis como Patrimônio Cultural da Humanidade e a sua influência cultural na vida comunitária das pequenas cidades do interior de Minas Gerais, mais precisamente do Vale do Jequitinhonha” (Dutra; Soares, 2019, p. 5360).

No presente relato de experiência, decorrente do projeto com estudantes da Iniciação Científica da Escola Estadual José Rodrigues Figueiredo, foram envolvidos 11 alunos de 1º a 3º anos do ensino médio em pesquisas com moradores da região central do distrito de Boa Vista.

O projeto foi desenvolvido pela Escola Estadual José Rodrigues Figueiredo na comunidade sede do Distrito de São Sebastião da Boa Vista, que se encontra na parte Noroeste do município de Chapada do Norte, sendo, junto de Santa Rita do Araçuai e Cachoeira do Norte, os três distritos chapadenses que se encontram a partir da margem esquerda do Rio Araçuai. A cidade de Chapada do Norte (Figura 1) se localiza na região de transição entre o alto e o médio Vale do Jequitinhonha e é caracterizada por abrigar um grande número de quilombos e parcela considerável da população se autoidentifica como negros ou pardos.

Figura 1: Localização do município de Chapada do Norte em relação ao estado de Minas Gerais



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chapada_do_Norte.

O projeto teve início em outubro de 2021, porém as investigações de campo que aqui serão relatadas foram realizadas no período de agosto de 2022. Originalmente o projeto tentou englobar não somente um maior número de comunidades dentro do distrito, mas também um maior número de alunos, incluindo turmas para além do projeto. Porém, na medida que o projeto avançou, ocorreu uma alteração de orientação, uma vez que a orientadora inicial precisou entrar de licença; assim o projeto precisou ser reestruturado e revisto de acordo com as possibilidades de concretização.

Com isso destacamos que originalmente o projeto tinha a pretensão de abarcar diferentes comunidades pertencentes ao Distrito de São Sebastião da Boa Vista, porém, na medida em que o projeto foi avançando, observou-se uma necessidade de afunilar as buscas, uma vez que o grupo se deparou com grande

dificuldade em dar conta de tantas comunidades e suas diversidades, inclusive pela extensão territorial da localidade e pelos desafios de deslocamento; mas também por mudanças na proposta do trabalho e no grupo de estudantes-pesquisadores envolvidos no projeto. Diante de tais desafios, o projeto acabou alterando também seu foco para a cultura e a identidade da região central do distrito, uma vez que tal alteração inclusive facilitaria o acesso aos entrevistados.

2 DESENVOLVIMENTO

Em termos metodológicos, a investigação apresentou caráter qualitativo e se estruturou em torno de entrevistas semiestruturadas individuais. Segundo Minayo (2009), esse tipo de metodologia de entrevistas se caracteriza por articular “perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo, 2009, p. 64).

Assim, os investigadores seguiram em duplas para as casas dos entrevistados, levando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Iniciaram com uma apresentação dos objetivos e pretensões do projeto e, em seguida, passada a assinatura do TCLE, aplicaram um questionário anotando as respostas na íntegra, simultaneamente. Sobre esse tipo de estratégia de registro das respostas, Gil (2008) assume que “o modo mais confiável de reproduzir com precisão as respostas é registrá-las durante a entrevista” (Gil, 2008, p. 119). A partir dessa experiência, com ajuda da orientadora e do orientador, tais resultados foram organizados e discutidos.

Quanto à seleção dos entrevistados, foram escolhidos participantes identificados pela própria comunidade como pessoas relevantes para conceder informações a respeito da cultura e da identidade local. Entre tais participantes, foram selecionados dois membros do Grupo de Folia de Reis; duas pessoas mais idosas com conhecimentos a respeito da trajetória da comunidade; e a presidente da Associação Comunitária Clube de Saúde de Boa Vista.

As entrevistas com os membros do Grupo de Folia de Reis focaram especialmente a manifestação da cultura local; os membros mais

velhos trouxeram informações gerais sobre a cultura e a identidade da comunidade, incluindo histórias sobre a origem da comunidade e sobre as Festas de Folia de Reis e de São Sebastião; e a presidente da Associação de Moradores abordou inúmeras questões sobre a realidade local.

A identidade individual pode ser compreendida como o conjunto de características particulares que identificam uma pessoa, como nome, data de nascimento, sexo, filiação, impressão digital etc. Levando-se em conta que a cultura é parte do que somos e que nela está o que regula nossa convivência e nossa comunicação em sociedade, podemos inferir que, apesar de termos a nossa própria identidade individual, temos também uma identidade cultural, ou seja, possuímos um conjunto de características proveniente da nossa interação com os demais membros da nossa sociedade e da forma de interagir com o mundo. Em outras palavras, a identidade cultural faz com que um povo se reconheça enquanto grupo cultural, ou comunidade, que se distingue dos outros.

Assim como a cultura exerce forte influência na educação, essa também exerce influência na cultura do aluno, de forma positiva, no sentido de fornecer-lhe meios de manifestar sua cultura com liberdade de expressão e de construir/moldar sua própria identidade. E justamente por isso o presente projeto de investigação pretendeu envolver os estudantes-pesquisadores em encontros com a cultura e a identidade de sua própria comunidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os resultados observados pela pesquisa, podemos mencionar os relatos dos moradores entrevistados a respeito das origens, das transformações e diferenciações da cultura, e das tradições locais ao longo do tempo. Os questionários aplicados continham um total de 12 perguntas, incluindo: 1) Quando e como a Folia de Reis surgiu em São Sebastião da Boa Vista?; 2) Quem foram os primeiros foliões?; 3) As músicas e as coreografias são as mesmas ou modificaram/aumentaram?; 4) Como é a participação dos jovens atualmente?; 5) Quais as principais dificuldades, o que poderia acontecer para

melhorar?; 6) O que motiva para a continuidade da Folia, apesar de tantos desafios?; 7) O(a) senhor(a) pode contar sobre a história de Boa Vista e poderia comentar um pouco sobre a história da comunidade e como ela se formou?; 8) Quem foram os primeiros moradores, e quais foram os primeiros comércios?; 9) O senhor (a) tem ideia de que data se iniciou o povoamento daqui?; 10) Quais acontecimentos o(a) senhor(a) considera que foram importantes para o crescimento da nossa comunidade?; 11) Como era a vida antigamente, o que mais mudou e o que o (a) senhor(a) mais sente falta?; 12) Diante de sua experiência de vida, qual conselho daria para nós jovens?

Foram selecionados cinco entrevistados com idades variando entre 48 e 75 anos, sendo três mulheres e dois homens, todos envolvidos de algum modo com as manifestações culturais características do Distrito de São Sebastião da Boa Vista. Com relação a caracterização dos entrevistados, apresentaremos a seguir alguns dados descritivos tomando o cuidado de empregar nomes fictícios para proteger a identidade dos participantes: Josephino, 48 anos de idade, atualmente residente de Turmalina, mas nascido em São Sebastião da Boa Vista, atualmente é coordenador da Folia de Reis de São Sebastião da Boa Vista; Joana, 64 anos de idade, é residente de São Sebastião da Boa Vista e vice-coordenadora do Grupo de Folia de Reis; Antônio, 75 anos de idade, residente de São Sebastião da Boa Vista, é tio de Dona Joana e pai de Josephino; Florentina, 71 anos de idade, residente de São Sebastião da Boa Vista; e Dasdores, 64 anos de idade, residente de São Sebastião da Boa Vista e presidente da Associação de Moradores e prima de Joana.

Sobre a origem da comunidade, Dona Dasdores pontuou que “o povoado de Boa Vista surgiu oficialmente a partir do ano de 1971, quando foi construída a primeira casa dentro da rua, a igreja de São Sebastião e a escola”, essa data apontada por Dasdores corresponde ao processo que atraiu moradores das roças para onde hoje se encontra o centro do distrito (Figura 2). Esse fator é apontado por Camargo (2017) como propulsor da formação de um núcleo comunitário, visto que anteriormente as pessoas viviam muito afastadas entre si, não conformando de fato uma comunidade propriamente dita.

Figura 2: Fotografia do centro do Distrito de São Sebastião da Boa Vista



Fonte: Camargo, 2017.

Já Dona Joana, por outro lado, considera que a data teria sido anterior a mencionada por Dasdores, destacando que antes mesmo da igreja, o marco que deu início a comunidade teria sido a fundação do culto à São Sebastião por Teotônio Soares e seu José Rodrigues, que no dia 20 de janeiro de 1923 teriam assentado um cruzeiro no local onde hoje se encontra a praça principal da comunidade. Mas Joana concorda com Dasdores quanto a data de construção da igreja, destacando ainda que *“a igreja antiga era de adobo e barro, bem simplesinha... No dia 13 de dezembro de 1974, trouxeram uma imagem de São Sebastião, vindo lá de Aparecida [do Norte], e aí colocaram dentro dessa igreja antiga, essa é a imagem que tá até hoje aí na igreja”*.

Ainda sobre a origem de Boa Vista, Joana ressalta que

Antes da construção da primeira igreja, o culto a São Sebastião já ocorria, porém o mesmo era realizado em baixo de um juazeiro grandão que tinha onde hoje fica a praça, na verdade não era um, eram 3 árvores que se juntavam e formava uma copa só, daí como aqui sempre foi um calorão, o povo reunia em baixo da sombra desses juazeiros para rezar o terço, fazia leilão, festejava... Então no meu modo de ver o começo de Boa Vista tem a ver com o começo desse culto de baixo dos juazeiros, que foi muito, mas muito antes mesmo de construírem a igreja antiga.

Desse modo percebemos como a fundação do Distrito está diretamente conectada com a festa do padroeiro São Sebastião, que até os dias atuais permanece como uma das principais festas populares da cultura local; também que a fundação da antiga igreja representou um marco no que diz respeito ao desenvolvimento da comunidade. Nesse sentido, Dasdores destaca que *“um acontecimento importante para o crescimento da comunidade foi a união que se construiu em torno da fé dos moradores, porque as pessoas de primeiro vinham para rezar e rezavam sempre juntos, foi daí que surgiu a ideia de criar um povoado”*.

Sobre os primeiros moradores da comunidade, Dona Dasdores conta que *“antigamente os moradores eram Teotônio Soares, Zé Robertin, Gentil Guedes, Benedito Pequeno, Antônio Gomes, Zé Rodrigues, que foi o patrono da escola tendo se casado com Ana Gomes e com isso foram surgindo mais famílias. O primeiro comércio daqui foi uma venda de Joaquim Donana e posteriormente foram surgindo outros”*.

Dasdores ainda comentou que a realidade da comunidade mudou muito com o tempo, pois, segundo ela *“a vida antigamente era mais difícil, pois os homens migravam para São Paulo para trabalhar, e suas esposas ficavam aqui... As pessoas antigamente precisavam plantar para sobreviver, antes, como o povo fala, ‘a comida era tirada do cabo da enxada’”*.

Quanto a outra festa popular da comunidade, a Folia dos Santos Reis, o atual coordenador do grupo de Folia, Mestre Josephino Souza, considera que a origem dessa festa remonta a década de 1970, destacando que *“surgiu primeiro na comunidade vizinha, de Cachoeira do Norte, e como os mais velhos tinham vontade de aprender a cantar e dançar foram lá para pegar a prática e com o tempo foram repassando para as outras pessoas”*. Dona Florentina, por sua vez, complementa essa versão afirmando que: *“Segundo relatos do Joaquim de Donana, no início da década de 1970, a Folia surgiu primeiro em Cachoeira, aí Adão Machado e Joaquim tinham vontade de aprender, então eles foram para lá pegar uma prática e foi assim que surgiu um grupo forte e tradicional que tá aí até os dias de hoje”*.

Para além de Adão e Joaquim de Donana os entrevistados também mencionaram os senhores João Ramalho, Joãozinho Brandão, Gabriel dos Reis, Benedito de Marcos, Zé Maria e Antônio Pio como membros da primeira geração de foliões.

Sobre a Folia de Reis de São Sebastião da Boa Vista, Dona Joana afirmou que essa tradição vem se mantendo com poucas alterações, sendo praticamente igual ao que havia em sua juventude, e ressaltou que: *“as coreografias e as músicas são as mesmas de antigamente, a única coisa que mudou é que com o tempo o grupo foi aumentando o repertório”*.

Josephino, por sua vez, concorda com Joana, assumindo que *“as músicas e as coreografias são as mesmas sem modificações, sendo elas: o nove, a catira, o caboclo, o vilão, entre outras”*.

Dona Florentina considera que *“a Folia de Reis é a tradição mais forte e preservada da comunidade, porém somente acontece no período de 24 de dezembro a 6 de janeiro”*.

Com relação a participação dos jovens nessa tradição, Josephino destacou que: *“A participação dos jovens atualmente é maior no mês de janeiro por ser um mês de férias onde os boavistenses ausentes muitas vezes têm a oportunidade de virem para casa e participarem das festas”*. Ainda sobre este tema Joana pondera que: *“eles participam mais dos pousos, na hora das danças, mas não são muito de acompanhar os foliões nas andanças”*.

Dona Florentina por sua vez ao longo da entrevista exemplificou uma série de cantos tradicionais da Folia, incluindo músicas que são cantadas para a dança do nove, do vilão e do caboclo.

Assim, os resultados das entrevistas nos direcionam a constatar a relação entre a história de origem da comunidade e elementos tradicionais de sua cultura e identidade, incluindo, por exemplo, as festas típicas, como a Folia de Reis e a Festa de São Sebastião. Porém, se por um lado tais elementos da identidade desse grupo estão vivos na memória dos mais velhos e dos membros dos grupos folclóricos, por outro lado, é preciso ressaltar que os entrevistados de certa forma lamentam a falta de envolvimento das novas gerações nos processos de manutenção das tradições culturais locais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os principais aprendizados da pesquisa, percebemos a desconexão entre os jovens e as antigas gerações, sobretudo no que diz respeito ao desconhecimento das origens da comunidade e de algumas das tradições. Apesar disso, também podemos assumir que os jovens apresentam alguma familiaridade com as festividades locais, frequentemente participando dessas comemorações populares – que, tanto no caso das Folias de Reis como na Festa de

São Sebastião encontram um espaço de lazer e de celebração da cultura. A questão da desconexão se refere à participação pontual das novas gerações apenas nos períodos das festividades, não se envolvendo diretamente com os grupos folclóricos fora desses momentos, portanto ressalta-se que a manutenção das tradições ainda está muito dependente da atuação dos mais velhos.

O trabalho de pesquisa nos leva a concluir que existe uma forte conexão entre a cultura, a identidade boavistense e as festividades locais, com destaque para as festas de São Sebastião e a Folia de Reis como elementos fundantes da comunidade. Nesse caso, em especial, a Festa de São Sebastião é retratada nas falas dos entrevistados como um marco fundamental para o desenvolvimento e a origem da comunidade.

Entre os principais desafios enfrentados pela pesquisa, destacou-se a necessidade de repensar o projeto na medida em que ele foi avançando, adotando um recorte mais próximo do que era possível ser realizado, com isso o escopo do projeto foi adaptado de modo a facilitar a concretização.

Além disso, a pesquisa revela a necessidade de outros estudos a fim de aprofundar as investigações a respeito da história e da cultura boavistense, inclusive no sentido de explorar manifestações e tradições existentes em outras comunidades pertencentes ao distrito de São Sebastião de Boa Vista que acabaram não sendo abarcadas pelo projeto, incluindo, por exemplo, a cultura quilombola da comunidade de Moça Santa.

Assim, o estudo conclui que os elementos que compõem a identidade e cultura boavistense estão gravados nas memórias de moradores mais velhos, e daqueles que estão diretamente envolvidos nos grupos folclóricos locais. Com isso, destacamos a importância de estudos desse tipo, voltados a realizar um mergulho nas memórias comunitárias, em busca da construção de elos entre as gerações, com base no reconhecimento e na valorização das tradições que caracterizam essa realidade sociocultural.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, D. R. *Contos, bênçãos e mezinhas: Educação Ambiental Popular como estratégia de proteção dos saberes locais*. 2014. 75p. Trabalho de

Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CAMARGO, D. R. *Lendas, rezas e garrafadas: Educação Ambiental de Base Comunitária e os saberes locais no Vale do Jequitinhonha*. 2017, 222 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CAMARGO, D. R.; SÁNCHEZ, C. Contribuições da literatura popular do vale do Jequitinhonha para a educação ambiental e a educação em ciências de base comunitária. *PERSPECTIVA – Revista do Centro de Ciências da Educação*, v. 39, n. 2, p. 01-19, Florianópolis, 2021.

DUTRA, A.; SOARES, C. O Lugar da Memória na Folia de Reis enquanto Prática Educativa. *Anais do VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional de Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional*. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista, Bahia, v. 7, n. 7, pp. 5357-5368, maio, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6 ed., São Paulo, SP, Editora Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e Descoberta. In: MINAYO, M. C. de S. (org). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 28. ed, 2009.

PORTO, L. *A Reapropriação da Tradição a partir do Presente*. Um Estudo sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte/MG. (Dissertação de Mestrado). – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, 1997.

PORTO, L. *Feitiçaria, Negritude e a Relação com o “Outro”* – Crenças Mágicas em uma Cidade do Vale do Jequitinhonha/MG. (Tese de Doutorado). – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, 2003.

SILVA, V. A. *Eles não têm nada na cabeça: jovens do sertão mineiro entre a tradição e a mudança*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2000.

SOUZA, A. L.; ARAÚJO, A. L. Folia de Reis em Minas Gerais como Ritual Religioso, Festa Popular e Patrimônio Imaterial. *REVES - Revista Relações Sociais*, v. 03 n. 03, p. 212-223, 2020.

VIEIRA, E. A.; MAGALHÃES, H. A.; DIAS, L. (org.). *Imagens e Memórias de Chapada do Norte*. Belo Horizonte: Editora FALE/UFGM, 2014.

ESCRAVIDÃO E DIÁSPORA NO ARRAIAL DE SÃO JOSÉ DO TIJUCO/ MG DURANTE O SÉCULO XIX

Gabriel Henrique Féo de Castro Malvino¹, Gabrielli Aparecida Costa Pertille¹, Guilherme Rafael de Oliveira¹, Lindomar Coura Neto¹, Natanael Alves Rocha¹, Nicholas Augusto Gomes da Silva Machado¹, Pedro Augusto Guimarães¹, Yasmin de Araujo Borges Franco¹, Iago de Paula Barbosa², Márcia Helena Silva de Oliveira³, Mariana Gomide Vieira⁴

1 INTRODUÇÃO

Recentemente no Brasil, assistimos um grande direcionamento da historiografia para estudos que jogam luz sobre a compreensão das diversas relações que perpassam a escravidão negra.

No entanto, essas pesquisas encontram eco sobretudo nos grandes centros urbanos, locais como Salvador/BA onde a documentação sobre a escravidão é ampla, Rio de Janeiro/RJ e demais capitais. A escravidão nas diversas localidades rurais ou nos pequenos arraiais que compunham maioria numérica dos núcleos urbanos no Brasil ainda não

1 Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre (Ituiutaba/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre (Ituiutaba/MG), iago.barbosa@educacao.mg.gov.br.

3 Coorientadora, Escola Estadual Dr. Fernando Alexandre (Ituiutaba/MG).

4 Tutora, Escola Estadual Neuza Rezende, mariana.gomide@educacao.mg.gov.br.

teve análises em grande escala ou um olhar crítico das relações escravas dentro de seus ambientes.

Assim sendo, regiões como a antiga Villa do Prata acabam sendo deixadas de lado no que diz respeito a análises mais apuradas do processo de escravidão dos povos africanos em seus territórios. Para tal, se faz necessário que existam pesquisas que contemplem esse segmento, que mostrem a partir de novos olhares e novos documentos a participação negra na formação territorial, cultural e econômica da região.

Foi usada a metodologia da micro-história, onde através de biografias e trajetórias individuais conseguimos compreender o todo de uma determinada realidade social e econômica.

Usamos majoritariamente fontes cartoriais, demográficas e criminais buscando compreender primeiramente os dados quantitativos da presença de escravizados na região do Triângulo Mineiro, destacando suas origens regionais na África e caracterizando os efeitos da diáspora no recorte territorial determinado.

1.1 A ocupação luso-brasileira no Triângulo Mineiro e a formação de São José do Tijuco

A ocupação luso-brasileira no território hoje compreendido como Triângulo Mineiro, que engloba o território por nós estudado, se iniciou em 1722 com a descoberta das minas goianas por bandeirantes paulistas (Ferreira Filho, 2015, p.75). Em 1730 surgem os primeiros arraiais no que em 1736 se tornaria a província de *Goyás*. Com isso, os sertanistas abrem um caminho régio ligando a nova região mineradora ao centro da colônia, a Villa de São Paulo.

Como as localidades que margeavam a estrada régia, ou estrada do Anhanguera (Lourenço, 2007, p. 75), eram habitados por indígenas Caiapós – também denominados de *Panarás*, se fez necessário aos interesses dos mineradores e sertanistas paulistas, que utilizavam a estrada como única rota de escoamento de ouro, que se travasse

um conflito com esses grupos indígenas a fim de garantir a segurança da região (Palacin; Garcia; Amado, 1995).

Com isso, a região do Triângulo Mineiro passou a ser dividida em sesmarias e tomada por posseiros vindos de várias regiões da província e de fora dela. Nesse momento surgem os primeiros arraiais, entre eles o do Prata, no qual São José do Tijuco estará inserido.

Relatos de memorialistas do atual município de Ituiutaba também corroboram para que percebamos o caráter extremamente migratório dos primeiros colonos a ocuparem a região. No arraial de São José do Tijuco, ainda pertencente ao município do Prata, a situação não foi diferente. Os colonos que são descritos como fundadores do arraial também não permaneceram aqui por um grande espaço de tempo. Assim o arraial de São José do Tijuco aos poucos vai se formando e ganhando um aspecto proto-urbano, onde o caráter racial é preponderante. Esse aspecto se reforça na região quando analisamos um recenseamento feito no arraial de São José do Tijuco em 1840, então pertencente ao município do Prata, que mostra que a grande maioria dos habitantes que possuíam profissões majoritariamente urbanas não eram brancos (Arquivo Público Mineiro, 2022a). Esse recenseamento, feito mais de 30 anos após a construção da primeira igreja no Prata, nos é elucidativo, pois relata de um arraial que, por mais que se inserisse no perímetro urbano do Prata, ainda estava sendo gestado. Havia se passado apenas dez anos da construção da ermida do arraial de São José do Tijuco, e dessa forma esse documento demográfico registra o período inicial de formação protourbana desse espaço.

Observemos algumas das profissões registradas no mapa de população feito no Arraial de São José do Tijuco em 1840 que nos dão uma noção do caráter possivelmente urbano que a região já possuía. Não podemos confirmar que essas pessoas viviam no arraial, apenas sabemos que a profissão que exerciam não estava inserida na lógica rural, o que possibilita a sua residência no perímetro do arraial.

Assim encontramos, 2 ferreiros, sendo 1 deles pardo; 7 carpinteiros, sendo 6 deles pardos e 1 cabra (Denominava-se como cabra, pessoas com traços étnicos negros e indígenas); 3 alfaiates, sendo 2 pardos e 1 cabra; 2 taberneiros, sendo 1 pardo e 1 registrado como cabra; 1 oficial de justiça pardo e 1 pedreiro também classificado de pardo.

O número de fogos (a terminologia “fogos” se refere a domicílios residenciais) no qual o chefe de família trabalha em uma atividade potencialmente urbana também é significativo. Dos 179 fogos registrados em 1840, 33 possuem profissões urbanas, totalizando 18,43% dos fogos observados. Podemos assim analisar que o arraial de São José do Tijuco, inserido no município do Prata, não se caracterizava como uma “vila de domingo” (vilas que, segundo a bibliografia consultada, eram frequentadas apenas aos domingos ou dias santos, por uma população que era majoritariamente rural e não residia ao longo da semana nas vilas), pois tinha, mesmo que em menor número, uma quantidade de moradores fixos dentro do arraial.

Por mais que não tenhamos uma documentação que nos permita expandir essa análise a todo o território do município do Prata, alguns indícios nos ajudam a constatar uma presença de indivíduos não brancos privilegiando atividades urbanas, como a de taberneiro e negociante. Nos atentemos para o seguinte trecho do código de postura do município do Prata: “*é proibido conceder licença para casa de comércio a escravo, mesmo quando esse se passa por liberto, ou mesmo com autorização de seu senhor*” (Arquivo Público Mineiro, 2022b). Tal trecho nos permite ver como alguns escravizados e até mesmo libertos eram atraídos pela profissão liberal urbana. Hélio Benício também nos apresenta alguns fatores indiciários da presença de libertos no perímetro urbano, quando afirma que uma determinada região periférica do Arraial de São José do Tijuco era habitado por “pretas velhas do tempo do cativoiro” (Paiva; Silva, 2018).

Podemos assim observar que havia uma presença significativa de escravizados e ex-escravizados no arraial no período embrionário, e perceber suas relações de poder e sua territorialidade, mesmo que cíclica.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES – UM TRIÂNGULO AFRICANO: PERCEPÇÕES DAS ETNIAS AFRICANAS NO ARRAIAL DE SÃO JOSÉ DO TIJUCO

Em 1835, quando é realizado o primeiro recenseamento do arraial de São José do Tijuco, nesse período ainda um conglomerado de casas ao entorno de uma pequena capela, às margens do córrego São José, encontramos uma população livre composta por 1.050 pessoas, entre os 678 brancos e os 372 pardos na condição de livres ou libertos (Arquivo Público Mineiro, 2022c).

A população escrava nesse mesmo período era composta por 784 pessoas, sendo que dessas 765 são denominadas no recenseamento como “pretos”. O mesmo recenseamento não nos permite saber a origem dessas pessoas, levando-se em consideração que elas poderiam ser de áreas e regiões muito distintas, com religiões, formas de organização estatal, cultura e língua bastante diferente uma da outra.

A diáspora forçada nas quais esses povos foram obrigados a realizar, os forçaram a se ressignificarem no continente americano e, através da relação que estabeleciam com os demais africanos e brasileiros, reconstruir sua identidade como ser humano, com o objetivo de resistir e sobreviver dentro das cruéis condições em que estavam submetidos como escravizados.

Mas qual era a origem dessas pessoas que compunham uma porcentagem tão significativa da mão de obra escravizada no arraial de São José do Tijuco? Para respondermos a essa questão, recorreremos aos registros de batismo do mesmo período, onde além de compreendermos as diversas relações existentes entre os escravizados no momento de levarem seus filhos para a pia batismal, também encontramos maiores detalhes a respeito de sua origem geográfica.

Cabe destacar que tais escravizados presentes nos registros de batismos da igreja de São José do Tijuco compõem um número pequeno da totalidade de africanos que viviam no arraial. A maioria dos escravizados não está presente nos registros eclesiásticos, no entanto conseguimos encontrar

através das esparsas informações presentes uma tendência da origem dos escravizados serem enviados de maneira forçada para o Triângulo Mineiro.

Nos registros de batismos, encontramos as seguintes ocorrências de africanos no arraial de São José do Tijuco: em 1843, encontramos 3 africanos sem uma “nação” determinada no documento e 3 de nação Angola; em 1850 novamente encontramos um africano, dessa vez registrado como “Congo”.

Apenas nesses dois anos encontramos a ocorrência de escravizados que, ao batizarem seus filhos ou se tornarem padrinhos, optam por declarar sua origem geográfica no continente africano. Também cabe destacar que etnias tão presentes na região de Minas Gerais, como Moçambique e Rebolo, não constam quando os registros são lavrados.

Os documentos, porém, elucidam a tendência da presença de escravizados vindo das regiões Congo-angolana (no continente africano), região onde grande parte dos escravizados que chegaram ao Brasil através dos portos cariocas tinham sua origem. Porém, devemos relativizar esses registros ao percebermos que essa nomenclatura não era dada pela origem étnica do escravizado, mas levava em consideração muito mais a origem do porto onde o escravizado era embarcado. De tal forma que os africanos que encontramos na documentação podem não ser originários de Angola ou Congo, mas meramente terem sido embarcados nesses locais.

No recenseamento do Arraial do Prata, no qual São José do Tijuco também se inseria enquanto unidade administrativa, realizado no ano de 1827, encontramos também informações quanto à origem étnica dos escravizados. As informações que disponibilizamos a respeito desse documento são poucas, já que não tivemos acesso a integralidade do recenseamento.

Em 1827, nos fogos de três famílias “pioneiras” do arraial, se encontra a prevalência de escravos crioulos, sobretudo a primeira geração de filhos de africanos (Junqueira, 2014), mas no que tange às etapas descritas, novamente prevalecem os angolanos e os rebolos.

Porém cabe relativizarmos também as informações étnicas presentes no documento, um exemplo é o escravizado Alexandre, residente no fogo 60 do recenseamento, que no momento pertencia a José da Silva

Ramos, o doador do patrimônio fundiário que hoje integra o município de Ituiutaba. Alexandre é descrito no recenseamento como sendo de “nação Angola”, porém, em 1829, quando seu “senhor” morre e tem um inventário de seus bens realizado no cartório do arraial do Prata, encontramos na descrição de suas “posses” que Alexandre se enquadraria como sendo de nação Moçambique (Cepdomp, 1829).

Se julgarmos também pelo momento em que Alexandre embarcou para o Brasil, podemos conjecturar que Alexandre era um angolano que foi embarcado no lado oriental da África, no porto de Moçambique. Essa suposição certamente não é absurda se observarmos que a partir da primeira metade do século XIX, devido a fiscalização marítima do atlântico por parte da Inglaterra, gradativamente os traficantes de escravizados migraram da costa da Mina, de Congo e Angola para Moçambique, onde poderiam utilizar rotas alternativas e fugir de um aprisionamento da carga humana. Entre esses dois polos escravistas que se alteravam, provavelmente, estava Alexandre, que pode ter sido feito cativo em Angola e levado através do tráfico interafricano para Moçambique, onde as engrenagens lucrativas do sistema escravista se estruturava para suprir as necessidades econômicas surgidas do contexto diplomático (Medeiros, 2018).

Nos recenseamentos feitos ao longo dos anos de 1840 e 1875, o número de africanos vai gradativamente diminuindo no Arraial de São José do Tijuco, principalmente em virtude do fim do tráfico de escravizados com a Lei Eusébio de Queiroz e pelas diversas proibições internacionais que dificultaram o tráfico de pessoas africanas. Através da Tabela 01, podemos conferir os números e a partir deles elaborar teorias sobre a realidade desses escravizados.

Tabela 1: Número de habitantes por etnia no Arraial de São José do Tijuco

	1835	1840	1875
Pardos/Crioulos	391	838	622
Africanos	765	262	192
Branços	678	288	1.602

Fonte: A tabela foi desenvolvida recorrendo aos mapas de população disponíveis que compreendem os anos de 1835, 1840, e ao recenseamento Imperial de 1875.

É relevante a forma como o número de africanos diminui entre os recenseamentos, no que diz respeito ao período de 1840 até 1875 essa diminuição se deve principalmente em virtude do fim do tráfico de escravizados. Nos cinco anos que separam os dois primeiros recenseamentos, esse fator não cabe de forma integral para explicar o tamanho da diminuição.

2.1 Resistência escrava no Arraial de São José do Tijuco

Muitas foram as formas de resistência a escravidão ao longo dos mais de trezentos anos em que ela perdurou no Brasil, formas de se resistir pacificamente, através de negociação ou aliança com os senhores, buscando de forma pacífica estabelecer laços que poderiam resultar na obtenção da liberdade, ou em formas mais amenas de escravidão. Resistências no âmbito religioso e cultural, manifestada sobretudo através dos cultos de matriz africana e de catolicismo popular. Mas também resistência violenta, através do assassinato de senhores ou de feitores.

Iniciaremos nossa abordagem no que tange às resistências pautando a resistência violenta. Houve resistência através de revoltas e violência contra o sistema escravista no Arraial de São José do Tijuco?

No que diz respeito a violência contra senhores e feitores sim. A documentação criminal nos traz dois casos em que escravizados, de forma individual, praticam atos de violências contra seus proprietários ou representantes. Por serem apenas dois processos, não conseguimos obter de forma aprofundada as motivações presentes nesses atos. É extremamente enriquecedor para a compreensão da escravidão observamos os aspectos individuais que os processos nos apresentam, dando-nos informações a respeito da percepção que esses escravizados tinham de sua própria condição, e até mesmo da “instituição da escravidão”.

A primeira narrativa na qual vamos nos debruçar para compreender as formas de resistência violenta de escravizados diz respeito ao caso de Antônio de Nação, africano, residente no arraial de Campo Bello, que

no ano de 1871 assassinou Serafim da Cunha, o feitor responsável por administrar seu trabalho (Cepdomp, 1852).

Antônio, no interrogatório, afirmou ser da nação Benguela, ou seja, era natural da África centro ocidental. Antônio também disse que seu “senhor” era o órfão chamado Francisco Thiago Maya. Por essa informação também percebemos outra característica da trajetória desse escravizado. Segundo o depoimento de um outro homem, chamado Joaquim, ele seria o tutor de Antônio (tendo se assenhoreado a ele). Como tal, o retirou do ambiente onde vivia, em Dorés do Campo Formoso, e levado Antônio até Campo Bello, onde possuía terras. Lá empregou e escravizou Antônio como se ele fosse seu.

Dessa maneira, podemos imaginar que Antônio, depois de ter sido sequestrado na África, trazido como cativo para o Brasil, passado por inúmeras situações de transitoriedade e se fixado com uma família em Campo Formoso, agora sofria novamente uma mudança, indo servir em Campo Bello a outro senhor, que apesar de ser da família de seu antigo “proprietário” ainda assim não lhe era o seu “senhor”.

Em 1839 encontramos, no mapa de população, a família Thiago Maya (Arquivo Público Mineiro, 2022d), nela percebemos o tutor Joaquim e um Francisco, irmão de Joaquim. O que nos é relevante é que a família possuía em sua propriedade 18 escravizados, dentre eles um africano de nome Antônio, que poderia ser o mesmo Antônio de Nação, julgado na Villa do Prata.

Esse número relativamente alto de escravizados indica que Antônio, ao viver com seu ex-senhor, teve contato com uma significativa rede de outros “companheiros” escravos, que certamente podem ter composto com ele uma família ou mesmo amizades. De tal forma que quando ele foi privado desse convívio, tendo que se transferir para o Triângulo Mineiro, esses laços de amizade, compadrio ou familiaridade foram rompidos.

Assim Antônio em uma condição de desvantagem e rompimento com seu grupo, mata o homem que era responsável por administrar seu trabalho na derrubada de uma mata, na fazenda do tutor de seu “proprietário”.

A justificativa dada pelo escravizado para esse ato de resistência é que: “Respondeu que estando ele despertando com o dito mesmo Serafim, este

lançou-se contra ele querendo dar com o olho do machado, e que ele [...] não podendo mais retirar-se viu-se obrigado a feri-lo com huma faca” (Cepdomp, 1871).

Dessa forma, é perceptível que o ato de Antônio contra Serafim foi essencialmente um ato sem planejamento, mas sobretudo uma resistência momentânea contra a violência que o feitor lhe causava.

O feitor aqui também deve ser analisado, Serafim, um homem livre e pobre, exercia o papel da mão armada do sistema escravista e, além de supervisionar o trabalho, lhe era terceirizado o papel de castigar o escravizado.

Antônio, por sua vez, não direciona sua revolta contra seu senhor ou contra o tutor, mas contra aquele que lhe está mais perto e certamente contra aquele no qual se possuía maior conflito no âmbito da escravização na qual ele estava inserido.

O outro documento que nos possibilita também perceber uma forma de resistência violenta é o crime de Francisca Crioula, realizado também nas limitações geográficas da Villa do Prata, no Arraial de São Francisco de Salles. Francisca, uma escravizada nascida no Brasil, em 1862, assassinou a golpes com um pedaço de madeira a sua senhora Serafina Antônia da Cunha. Serafina era uma posseira em uma fazenda e lá vivia com dois filhos deficientes mentais e uma escravizada doméstica (Cepdomp, 1871).

Diferentemente de Antônio, Francisca não havia nascido na África e já era familiarizada à sociedade brasileira, ela também não era uma escravizada que trabalhava no campo, mas exercia uma função doméstica. Essa função é vista na historiografia como uma função menos brutal da escravidão e mais leve se levarmos em comparação ao trabalho nas roças. Porém Francisca era possivelmente mais vigiada e segundo seu relato sofria violências constantes de sua senhora, que já a havia ameaçado de morte.

Também de maneira distinta de Antônio, Francisca não convivia com outros escravizados no local onde vivia, sendo a única escrava de uma viúva. Pelos relatos que a escravizada oferece, a motivação do assassinato também foi a violência e as ameaças que sua senhora lhe fazia constantemente, sobretudo porque Francisca ameaçava sua proprietária, relatando que a denunciaria por ter “assassinado o marido”.

Ambas as atitudes são extremamente relevantes para que compreendamos as formas desses escravos de resistir, em princípio as reações violentas que ocorreram na região do Triângulo Mineiro não atendiam a uma organização coletiva, mas se manifestavam como formas de defesa contra violências praticadas por seus senhores ou seus representantes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a tomada da região do Triângulo Mineiro pelos luso-brasileiros, se observou um amplo aparato socioeconômico que visava aproveitar as terras triangulinas para suprir as demandas nacionais. Nesse momento a figura do negro escravizado se fez presente. Com a ocupação da região abrangendo a primeira metade do século XIX, essa ocupação pegou o final do tráfico de escravizados, mas ainda assim permitiu que inúmeros africanos trouxessem para a região seu modo de viver, sua cultura e sua religiosidade.

Assim mesmo em uma condição de total brutalidade e violência, como ocorreu no contexto da escravidão, essas pessoas souberam resistir e resignificar suas vidas. Criando laços familiares perceptíveis através do batismo de escravizados, mantiveram aspectos culturais que atualmente se fazem presentes nas festas populares, como na Congada. Também resistiram de forma violenta aos desmandos e a desumanização propiciada pela escravidão.

A sociedade Tijucana se formou, em muitos aspectos, pela mão de negros e africanos que aqui deixaram, à revelia da memória oficial, sua marca e sua descendência. Compreender essa sociedade é também compreender o agente que a ajudou a construir, não meramente como mão de obra passiva, mas como sujeito histórico fundamental na compreensão do que é atualmente Ituiutaba e a região do Triângulo Mineiro.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Mapas de população*. São José do Tijuco, 1840. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/mapas_populacao_docs/photo.php?lid=64511. Acesso em 07 out. 2022a.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Correspondências recebidas das câmaras. *Código de Posturas da Villa do Prata*. Prata, 1835. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/assembleia/brtacervo.php?cid=495&op=1>. Acesso em: 01 set. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Mapas de população*. São José do Tijuco, 1835. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/mapas_populacao_docs/photo.php?lid=64511. Acesso em: 07 out. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Mapas de população*. Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso, 1839. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/mapas_populacao_docs/photo.php?lid=64511. Acesso em 07 out. 2022d.

CEPDOMP. *Arquivo de registros do fórum municipal do Prata*, 1829. Ituiutaba. Núcleo de Estudos da Escravidão no Triângulo Mineiro.

CEPDOMP. *Arquivo de registros crimes*. Prata, 1852. Núcleo de Estudos da Escravidão no Triângulo Mineiro.

CEPDOMP. *Arquivo de registros crimes*. Prata, 1871. Núcleo de Estudos da Escravidão no Triângulo Mineiro.

FERREIRA FILHO, A. J. et al. *Índios do Triângulo Mineiro: história, arqueologia, fontes e patrimônio: pesquisas e perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, 2015.

JUNQUEIRA, L. A. F. *Família Franco e Aliados: formação da sociedade urbana no Brasil Central*. Belo Horizonte: Do autor, 2014.

LOURENÇO, L. A. B. *Das fronteiras do Império ao Coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MEDEIROS, E. C. Moçambicanização dos escravos saídos pelos portos de Moçambique. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 12, n. 23, p. 166-203, 2018.

PAIVA, H. B.; SILVA, D. M. O. *Memórias, histórias e crônicas tijucanas: publicações póstumas de Hélio Benício de Paiva*. Uberlândia: EDUFU. 2018.

PALACIN, L.; GARCIA, L. F.; AMADO, J. *História de Goiás em documentos: Colônia*. Goiás: Editora UFG, 1995.

SANKOFA – UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS: MEMÓRIAS, NARRATIVAS, EDUCAÇÃO E IMAGINÁRIO RACIAL

Allan Miranda Lourenço Junior¹, Ana Júlia Dilana Souza¹, Guilherme Cardoso de Freitas¹, Ingrid Karolayne Rodrigues da Silva¹, João Gabriel da Silva Santos¹, João Victor da Silva Campos¹, Mariana Bail Barroso Santos¹, Mayra Bastos dos Santos¹, Michele de Fátima da Silva¹, Victor Emanuel Jovêncio da Silva¹, William Corrêa Sabino¹, Mariane Gonçalves Bento², Juliana de Fátima Quinelato Marinho³, Reginaldo Ramos de Britto³, Hilbert da Silva Julio⁴

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como tema uma proposta educacional voltada para um descortinar do imaginário sobre África, cultura e história afro-brasileira, bem como memórias e narrativas oriundas de moradores ligados aos dois campos de pesquisa escolhidos.

A investigação foi realizada pelo Grupo de Pesquisas Sociais Sankofa no âmbito do Projeto de Iniciação Científica da Educação Básica,

1 Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho (Juiz de Fora/MG).

2 Orientadora, Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho (Juiz de Fora/MG), mariane.bento@educacao.mg.gov.br.

3 Coorientadores, Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho (Juiz de Fora/MG).

4 Tutor, Escola Estadual Olympio Araújo (Rio Novo/MG), hilbert.julio@educacao.mg.gov.br.

apoiada pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Para tal intento, lançou-se mão de pesquisa de campo na Comunidade do São Benedito, em Juiz de Fora/MG, onde se localiza a escola Estadual Professor Cândido Motta Filho, e na Comunidade Quilombola Colônia do Paiol, situado em Bias Fortes/MG. Além da pesquisa de campo, utilizamos palestras, vídeos, textos e seminários para que a imersão no tema pudesse ser feita com qualidade e utilizando-se de várias vias de análise.

Como fio condutor da pesquisa, tem-se a importância da história e da cultura africana e afro-brasileira, atreladas a ideia da necessidade de pensar tais temáticas despidas de modelos eurocêntricos e que valorizem sua essência. É sabido que a história da África foi escanteada e tratada com inferioridade e, com isso, se projetou uma visão ocidental sobre o continente africano, de modo que “o europeu esteve à frente da historiografia mundial, ocupou o lugar de cultura hegemônica e ideal para a humanidade” (Lima, 2019, p. 198) o que há alguns anos tem mudado diante de uma perspectiva africana.

Mariana Gino (2018) trabalha com a ideia de *afrocentricidade*, termo esse que “deriva de todas as perspectivas intelectuais negras em oposição à hegemonia intelectual branca, foi construído e delineado por Molefi Asante, e desenvolvido como possibilidade de trabalho e investigação acadêmica no século XX” (Gino, 2018, p. 250). Nessa perspectiva de reescrita da história da África Negra, a autora corrobora o que buscamos refletir que é a construção de uma visão de África calcada em uma abordagem mais fidedigna à realidade e a importância histórica africana na medida que “a afrocentricidade desponta como uma ação de descolonização intelectual e prática de diálogo intra e extra-acadêmico” (Gino, 2018, p. 262) e, por isso, a discussão faz-se tão relevante. Gino também salienta que a importância da reescrita de África calcada em paradigmas afrocentrados auxiliam na mudança de perspectiva de modo a ser uma resposta à supremacia branca:

subverter essa supremacia é proporcionar e fomentar a descolonização desse espaço mental, com a finalidade de reconstruir um

espaço mental africano. A ideia da supremacia branca, bem como a sua manutenção, fez em países como Brasil, frutífera e prolífera a ideia da miscigenação, do paraíso racial e a negação do racismo, sob o argumentos tais: a) como a negação da raça como uma categoria socialmente relevante, e como realidade física louvando a miscigenação para produzir indivíduos cada vez mais “claros”; b) o branqueamento da sociedade como solução para o progresso; c) a negação da existência das culturas africanas, por meio de perseguições; d) a negação dos cortes temporais e espaciais nas narrativas sobre a África no país (Gino, 2018, p. 266).

Diante desse olhar, buscamos pensar a importância de se fomentar uma educação baseada nessa reescrita histórica que valorize e conte de modo mais fidedigno a história da África, sendo essa uma fronteira a ser transposta tanto na academia quanto na sociedade em geral. Tratar de África e da afrodescendência tem de estar para além do Dia da Consciência Negra e do tema escravidão. Apesar da Lei 10.639/03 que obriga o ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas, ainda existem muitos entraves quanto a aplicação da lei nos sistemas de ensino, o que impede que haja um movimento mais intenso com relação a visão que se tem sobre temáticas raciais, o continente africano e o conhecimento e valorização da história e da cultura afro-brasileira. Apesar disso, temos em mente quão fundamental é uma educação voltada para essas temáticas e que esse é um ponto de partida necessário para começarmos a pensar em novas narrativas sobre África e afins.

Chimamanda Ngozi Adichie (2019) traz em seu discurso um ponto que sintetiza bem nossa perspectiva:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (Adichie, 2019, p. 16).

Diante dessa premissa e ancorando nossa análise em torno dos campos de pesquisa já elencados, buscaremos enveredar a investigação rumo a um descortinar do que foi possível apreender dessa experiência de ensino diversificada que nos propusemos a participar.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi realizada em etapas que previam múltiplas facetas de atuação. O objetivo primeiro deste trabalho foi a formação dos estudantes pesquisadores no que diz respeito à pesquisa científica na educação básica, feito que se concretizou a partir de encontros para leitura, análise e reflexão de documentos teóricos relevantes para a formação. Em seguida, foram ministrados seminários e palestras relacionadas com o tema proposto e, para finalizar, foi realizado um trabalho de campo que consistiu na coleta de informações relacionadas ao imaginário de África e cultura afro-brasileira na comunidade escolar e na comunidade da Colônia do Paiol.

Como objetivo central, temos uma construção de um modelo pedagógico que considera a desconstrução do imaginário sobre África, história e cultura afro-brasileira, fomentador de estratégias pedagógicas que promovam uma educação para as relações raciais nas disciplinas diretamente envolvidas: Português, Matemática e História.

O trabalho metodológico aplicado às pesquisas se baseou no método conhecido como pesquisa-ação. Segundo Thiollent (1986), esse tipo de pesquisa engendra-se de modo que a participação das pessoas é parte fundamental da investigação, não se limitando a modelos acadêmicos e burocráticos e, dessa forma, não se trata “de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados” (Thiollent, 1986, p. 66).

Sendo assim, as etapas e a execução do trabalho de investigação seguiram a seguinte ordem: processo de constituição de grupo de pesquisa e divulgação da proposta de trabalho realizada de forma virtual, tudo isso considerando o perfil dos estudantes, potenciais pesquisadores; convite aos palestrantes e organização dos seminários e palestras que posteriormente enriqueceram as discussões sob o tema aqui discutido; e, para finalizar, trabalho de campo de coleta de informações relacionadas ao imaginário de África e cultura afro-brasileira na comunidade escolar e na comunidade da Colônia do Paiol.

O trabalho contou com modelo de pesquisa semiaberto, no qual o levantamento de dados e/ou instrumento de coleta de informações foram compostos de entrevistas escritas e/ou gravadas com moradores das comunidades pelos estudantes/pesquisadores; num modelo semiestruturado aberto.

Dentre as ações realizadas para responder ao problema de pesquisa, foi realizado um seminário com a participação dos estudantes pesquisadores, professores orientadores e os convidados Cláudia Nascimento Aparecida, mulher preta e doutoranda em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora e seu companheiro Elder, que, sendo um indivíduo emigrado do continente africano, contribuiu de forma expressiva com esse momento. As pautas da conversa foram: pesquisa, trajetória de vida e trajetória acadêmica, sonhos, impressões de um imigrante africano sobre o Brasil, racismo.

Como saldo de tal momento, tem-se o pontapé inicial no que diz respeito ao entendimento de que a pesquisa envolve dedicação e resiliência, mas que, apesar de tudo, é possível fazê-la independente da origem, da história de vida, das dificuldades e da idade. Além disso, as falas foram importantes tanto como motivação para as investigações, iniciando o caminho de modo mais palpável, quanto para uma inserção no tema de pesquisa, com uma perspectiva de atores afrodescendentes e africanos no encontro.

Dando prosseguimento ao projeto, nos organizamos para retomar a leitura e entendimento dos temas, objetivando a preparação da pesquisa. Assim sendo, procedemos com um encontro técnico, com o intuito de realizar anotações no caderno de campo, visualizar a ferramenta de entrevista proposta, entender os objetivos e metodologia da pesquisa. Após o encontro, os alunos/pesquisadores tiveram como tarefa textos para estudarem e apresentarem no próximo encontro. Esse último destaca-se como mecanismo importante para a pesquisa pelo caráter mobilizador que possuiu diante do tema e, com isso, o esforço de pesquisa e entendimento, além da estupefação com relação à diversidade de África.

Reunimo-nos também nas dependências da Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho para tratar de Imaginário de África e Africanidades com a pesquisadora Mariana Gino, doutoranda em História Comparada, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mariana conduziu sua fala no sentido de despertar o olhar de toda a equipe em relação aos silenciamentos existentes quanto a intelectualidade, história e cultura africana, de modo a evidenciar um olhar deturpado sobre o continente africano.

Nesse momento, a pesquisadora tratou do que há no senso comum sobre África, e o Grupo de Pesquisas Sociais Sankofa respondeu às demandas da pesquisadora de modo atento e com boa participação, falou-se da identidade negra e da necessidade de encontrarmos-nos nesse mundo que insiste em silenciar a verdadeira África, não evidenciando sua grandiosidade histórica, intelectual e cultural. Nesse mesmo mundo que invisibiliza a África, é extensiva a também invisibilização do povo afro-brasileiro quanto a sua história e saberes. O corpo negro seria o tempo todo um empecilho, carregando sempre um problema e um questionamento por parte da sociedade, e isso não ocorre atoa. Tratou-se de racismo estrutural e cotidiano contra a mulher preta e o homem preto, fazendo as gradações existentes entre o homem branco, mulher branca, homem preto, mulher preta. Enfatizou-se a busca de uma história da África fidedigna por parte de pensadores africanos, a fim de desconstruir o imaginário de subalternidade, miséria e falta de conhecimento que existe acerca do continente africano, bem como construir um olhar que entenda a multiplicidade de culturas e saberes existentes num território tão vasto e rico.

Soma-se às ações do projeto, o evento na escola intitulado “Mulher, empoderamento feminino e racismo”, que contou com a participação da vereadora e ativista Laiz Perrut e a poeta Laura Conceição. Nessa ocasião, a receptividade da escola foi muito boa, visto que as protagonistas do projeto, utilizando-se de uma linguagem acessível aos jovens presentes, fez com que o momento fosse oportuno para discussões, compartilhamento de ideias e, inclusive, divulgação do projeto na escola; o que fez com que outros alunos que não haviam sido cotados para o projeto tivessem o interesse de ingressar no grupo.

Antes de ir para a pesquisa de campo, nos reunimos com a equipe para capacitação. Nesse momento, os pesquisadores envolvidos receberam instruções de como proceder nas entrevistas e na realização das tarefas, foram alertados dos possíveis desafios e como se portar no trabalho de campo. Tivemos ainda a fala do tutor Hilbert da Silva Júlio, que tratou por vídeo do tema de pesquisa, o que nos motivou em grande medida no que concerne à grandiosidade do projeto em que estávamos inseridos.

Em junho saímos de nossa escola pela manhã rumo à Comunidade Quilombola Colônia do Paiol. Lá a equipe de pesquisadores foi recepcionada com um café da manhã, seguido pela fala da presidente da associação de moradores do local, que tratou da história e das características do lugar onde estávamos pesquisando. Após o almoço, realizamos as entrevistas com moradores e, em seguida, fizemos um turismo guiado por toda a tarde para conhecer o local fisicamente. Todo esse trabalho foi alvo de seminários que promoveram discussão e análise nas rodas de encontro do Grupo Sankofa, no ambiente escolar.

Seguimos com textos e vídeos acerca do imaginário sobre África, já nos preparando para as entrevistas na comunidade São Benedito. Estas se realizaram nas dependências da escola com moradores tradicionais da comunidade, que contaram um pouco de sua trajetória e responderam às perguntas do projeto. Para evitar constrangimento dos participantes ou eventuais cancelamento nas participações dos entrevistados, foram usados registros diversos (fotos, gravações de áudio e vídeo, bem como registro escrito, respeitando a escolha do entrevistado). Posteriormente, os grupos, utilizando dos *notebooks* e recursos tecnológicos disponíveis para a execução do projeto, realizaram relatórios do projeto, transcrição e reflexão das entrevistas e experiências obtidas ao longo da trajetória do Grupo de Pesquisa Sociais.

Diante dessas ações, é possível inferir que, no decorrer da pesquisa, tivemos a oportunidade de semanalmente termos contato com aspectos ligados ao tema que aqui propomos pensar em diferentes espaços e em diálogo com diferentes produções de conhecimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados referem-se às entrevistas com moradores da comunidade Quilombola Colônia do Paiol, em Bias Fortes/MG e do bairro São Benedito, em Juiz de Fora/MG que, para melhor entendimento, serão tratados em forma de texto e quadros comparativos, de acordo com amostra alcançada na pesquisa e em diálogo com literatura existente sobre os temas África e história e cultura afro-brasileira.

A apresentação se dará em formato textual e em quadros comparativos entre os campos, conforme os resultados obtidos nas entrevistas. Essa escolha deu-se pelo caráter narrativo dos relatos e a proposta reflexiva da pesquisa acerca do imaginário sobre África e as diferentes visões dos participantes.

Assim sendo, como resultado da pesquisa, tem-se como recorrência a relação das respostas das entrevistadas no que diz respeito a uma imagem sobre África ligada a estereótipos, como miséria, falta de civilização e atraso em um campo; e um cenário de maior valorização e reconhecimento de outras potencialidades do continente em outro. Também foi relevante para a pesquisa, a consciência demonstrada nas respostas da influência da cultura africana no Brasil e a importância da valorização do que é afro-brasileiro individualmente, apesar de ser recorrente a percepção de que coletivamente isso ainda não ocorre em grande medida.

3.1 Entrevistas

Foram realizadas entrevistas com moradores da Colônia do Paiol, em Bias Fortes/MG e do bairro São Benedito, em Juiz de Fora/MG e arredores. Sendo essa uma amostra pequena diante da população dos campos (600 habitantes⁵ aproximadamente na Colônia do Paiol e São Benedito 14.407 habitantes⁶), a análise levará em consideração o caráter limitado

5 Levantamento foi feito por Silva (2005) até o ano de 2005.

6 Conferir: https://www.pjf.mg.gov.br/institucional/cidade/mapas/mapa_leste.php. Acesso em: 27 ago. 2024.

da investigação. A aplicação do instrumento de pesquisa deu-se de modo semiestruturado onde deparamo-nos com entrevistados com idade até 86 anos, do sexo feminino, que se autodeclararam da cor negra e parda e que tem a religião católica como a principal profissão de fé.

Diante do exposto, nossa pesquisa envereda-se no sentido de enfatizar alguns pontos encontrados no que concerne a visão sobre o continente africano e a cultura e história afro-brasileira. Importante salientar que os campos de pesquisa foram escolhidos mediante experiência anterior com o projeto de pesquisa ocorrido na Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho. Desse modo, ainda em 2015, no âmbito da disciplina de Matemática (Britto, 2017), engendrou-se pesquisa na Colônia do Paiol e na Comunidade São Benedito (que abarca o bairro São Benedito e outros dos arredores, como Vila alpina, São Sebastião, Santa Cândida) onde localiza-se a escola. Assim sendo, nessa reedição do projeto, novas perguntas foram feitas com novos objetivos e com isso novas discussões foram levantadas.

As discussões aqui propostas dizem respeito ao imaginário de África e da cultura e história afro-brasileira. Em primeira instância, analisamos de modo qualitativo a primeira questão aqui enfatizada, em que consideramos argumentos positivos aqueles que se referiam a África com caracteres de valorização de seus aspectos culturais, históricos entre outros, e argumentos negativos as respostas que sugeriram uma desqualificação do continente indicando características atreladas à atraso.

Quadro 1: O que vem em sua mente ao falarmos de África com você?

	Paiol	São Benedito
Argumentos positivos	100%	-
Argumentos negativos	-	66,66%
Não soube responder	-	33,34%

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Sobre o primeiro item pesquisado, conforme observado no Quadro 1, as respostas da comunidade do São Benedito apontam para uma visão de África atrelada a argumentos negativos, como um “lugar de tristeza” e “precário”. Importante frisar que essa noção sobre o continente ainda se relaciona a uma visão deturpada sobre o território africano, que não considera a diversidade que o continente possui em nível social, econômico, político e cultural, e que reflete quão carente ainda está uma reflexão sobre África de modo mais profundo. Já na Colônia do Paiol, observamos que as entrevistadas têm uma visão muito mais positiva sobre o imaginário de África. Sendo essa uma comunidade quilombola, os laços com a ancestralidade se mostraram mais arraigados. Junto a isso, tem-se também a incursão de atores oriundos de universidades que, em relação de troca, auxiliam o acentuamento de uma fala mais ligada à valorização de África.

Os segundo e terceiro pontos tratam respectivamente da afirmação ou não da existência de traços da cultura africana no Brasil e se seriam valorizados. Nessa perspectiva, de acordo com o Quadro 2 e 3, as respostas apontam para um movimento de afirmação da cultura brasileira em sua constituição e da importância de valorizar-se tais traços culturais, tanto na comunidade do São Benedito quanto na Colônia do Paiol.

Quadro 2: Em sua opinião, existem traços em nosso país, cidade ou comunidade de origem africana? Quais?

	Paiol	São Benedito
Resposta afirmativa com exemplos	100%	-
Resposta afirmativa sem exemplos	-	66,66%
Resposta negativa	-	-
Não soube responder	-	33,34%

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quadro 3: Você valoriza esses traços?

	Paíol	São Benedito
Resposta afirmativa	100%	100%
Resposta negativa	-	-

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Sobre a importância da cultura afrodescendente para o entrevistado, as respostas mostraram-se afirmativas nos dois campos, no sentido de corroborar a ideia de consolidação de um discurso positivo sobre o que é afrodescendente. Esse item conduz a uma indagação em relação à valorização do brasileiro, na opinião dos entrevistados, da cultura africana e afro-brasileira. De acordo com o Quadro 4, o retorno das entrevistas demonstra uma consciência nos dois campos de análise de que, coletivamente, ainda há muito a ser feito para que verdadeiramente a cultura africana e afro-brasileira seja valorizada em nosso país.

Quadro 4: Em sua opinião, todos os aspectos de nossa história e cultura africana e afro-brasileira são valorizados?

	Paíol	São Benedito
Resposta afirmativa	-	33,34%
Resposta negativa	100%	-
Não soube responder	-	66,66%

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Por fim, a indagação sobre o conhecimento sobre a Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, teve retorno baixo quanto ao conhecimento sobre a lei e, com isso, sua importância. Esse ponto é fundamental para a discussão do projeto como um todo, pois reflete quanto a legislação referida, importante dentro do âmbito de ações de fomento ao conhecimento sobre

África e Brasil, ainda está longe de atingir a sociedade que sequer sabe de sua existência, como pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5: Importância da Lei e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (caso conheça)

	Paíol	São Benedito
Souberam responder	50%	-
Não souberam responder	50%	100%

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Desse modo, a pesquisa caminha para o ponto de discussão sobre a história e cultura africana e afro-brasileira na perspectiva de que no campo onde desenvolveu-se uma relação de afetividade com o que é africano e afro-descendente, junto a uma educação voltada para a africanidade, forma-se uma visão menos estereotipada e mais voltada à valorização de África. No que concerne à valorização do que é derivado de África no Brasil, o discurso nos dois campos é positivo individualmente. Cabe discussão e pesquisa o quanto a valorização coletiva ainda é um entrave, já que ainda hoje observa-se na sociedade brasileira investidas raivosas ao que se relaciona à história e cultura negras, principalmente sobre as religiões de matriz africana existentes no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa engendrou-se no sentido de oportunizar trabalho com projetos na escola e demonstrar quão proveitoso pode ser tal intento. Diante das ações e das reflexões realizadas, podemos perceber grande engajamento da equipe corroborando a ideia de que é possível trabalhar com pesquisa e projetos científicos na educação básica, bem como ter um retorno positivo com isso. Experienciamos que a pesquisa nesse contexto pode enveredar-se por vários caminhos, desembocando em reflexões ligadas a importantes temáticas escolares e com isso surtir efeito para além delas.

Os pontos mais relevantes a serem salientados são os que se relacionam ao que se encontrou nas reflexões da pesquisa, principalmente no que diz respeito a importância da afro-brasilidade para as entrevistadas, o que não se reflete para parte delas no que diz respeito ao imaginário sobre África, ainda ladeado por construções estereotipadas. Acreditamos ser positiva a consciência que se tem referente a importância da cultura e história afro-brasileira fruto de discussões diversas no Brasil e que, de algum modo, projetou-se na fala das entrevistadas. Ainda assim, acreditamos também que há um longo caminho a ser trilhado no que concerne às discussões raciais e à ideia que se tem do continente africano mediante a construção histórica e intelectual que foi desenvolvida de modo eurocêntrico, colocando África desprestigiada do ponto de vista intelectual, cultural, entre outros.

Os resultados encontrados na comunidade quilombola Colônia do Paiol corroboram a ideia de que, para que se forme uma construção de valorização de nossa ancestralidade africana e afro-brasileira, é necessária uma educação que prime desde a tenra idade por um olhar mais atento à África e o afro-brasileiro. Para isso, acreditamos ser fundamental uma escola que conduza uma formação que contemple com robustez discussões e conhecimentos em relação a África, com escritos que colaborem a essa perspectiva afrocentrada e, com isso, retorne para a escola uma valorização de nossa ancestralidade.

O projeto de pesquisa foi importante por trazer à tona uma forma de aprendizagem diferente da tradicional, envolvendo discussões e várias formas de apreensão de conhecimento. Sabemos que muitas outras perguntas e discussões podem ser feitas na investigação, o que se pretende desenvolver em projetos posteriores com o material que conseguimos acumular até aqui. Destacamos o desenvolvimento e a maturidade alcançado pelos estudantes no decorrer da pesquisa, o que foi possível diante do avanço dos trabalhos e do aplainamento dos temas abordados. Em última instância, a pesquisa foi fundamental por abarcar a temática racial, o que é de suma importância para a construção de uma escola mais consciente.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. *D.O.U.* de 10 de janeiro de 2003.

BRITTO, R. R. *et al.* Cenários para investigações nas salas de aulas de matemáticas de escolas brasileiras. *Revista Paranaense de Educação Matemática*, v. 6, n. 12. 2017.

GINO, M. Paradigmas Afrocentricos: Intelectuais e a Escrita da História da África Negra. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [s. l.], v. 10, n. 25, p. 248-270, jun. 2018.

LIMA, G. Q. B. de. A importância da África para a História do Brasil. *Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)*, [s. l.], v. 7, n. 14, 2019.

SILVA, D. A. *O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano*. 2005. 432 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

THIOLLENT, M. *Metodologia de pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

OS VESTÍGIOS CULTURAIS DA ESCRavidÃO EM FELÍCIO DOS SANTOS/MG: REDESCOBRINDO O “CEMITÉRIO DOS CATIVOS”

Elaine Moura Fernandes¹, João Marcus Rodrigues¹, Júlia Rafaela Bispo¹, Kemille Thayclan Alves¹, Lucas Rafael Barroso¹, Maria Livia Serpa Machado¹, Nathália Maria Vieira¹, Valquíria de Jesus Xavier¹, Marilene Rodrigues², Kaio César Goulart Alves³

1 INTRODUÇÃO

O relato de experiência que se apresenta está inserido no âmbito do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), promovido pela Secretaria de Educação de Minas Gerais, e que tem o objetivo de familiarizar os estudantes da educação básica com a prática de pesquisa científica. Os estudos e as pesquisas sobre o patrimônio cultural afrodescendente de Felício dos Santos, Minas Gerais, concentraram-se no “Cemitério dos Cativos”, uma construção que remete ao passado escravista da cidade.

1 Escola Estadual Felício dos Santos (Felício dos Santos/MG).

2 Orientadora, Escola Estadual Felício dos Santos (Felício dos Santos/MG), marilene.r@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Professor Vicente Lopes Perez (Monte Carmelo-MG), kaio.alves@educacao.mg.gov.br.

O “Cemitério dos Cativos”, como é conhecido na cidade, representa o contexto da escravidão vivido pelo município num período remoto, conforme descrito por (Canuto; Carvalho, 2002). A construção fica nas proximidades da antiga Fazenda do Sobrado, situada a 6km da cidade, um território que foi pioneiro no trabalho realizado por escravizados, segundo relatos orais coletados pela presente pesquisa. Provavelmente, por ter um maior número de escravizados, construiu-se o cemitério nas proximidades para que os trabalhadores negros não fossem enterrados junto aos brancos.

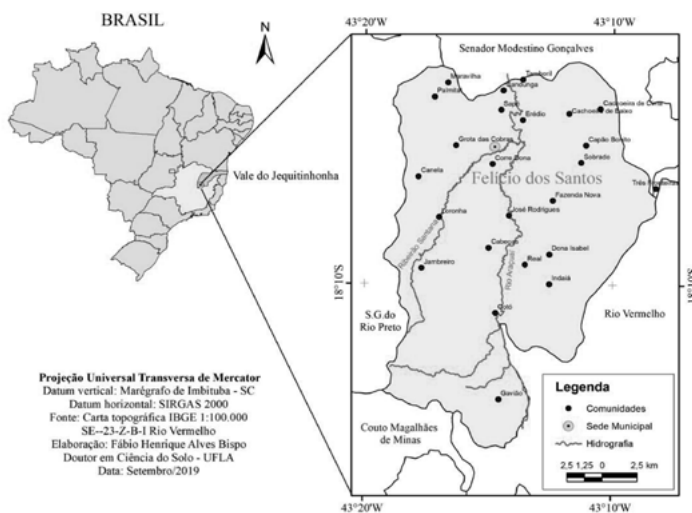
2 DESENVOLVIMENTO

A seguir, relataremos o processo de realização de uma pesquisa qualitativa, feita com cinco moradores da região de Felício dos Santos, entre os meses de outubro de 2021 a maio de 2022. Nas entrevistas, foram abordados o conhecimento que se tinha sobre o “Cemitério dos Cativos” e o período da escravidão na região. Com isso, procurou-se contribuir para a preservação local do patrimônio material e da cultura.

As entrevistas foram norteadas por um modelo de questionário único para todos os entrevistados. O público-alvo foi pessoas que moram nas proximidades do “Cemitério dos Cativos”, e que preservam estreita relação com esse local. Foram feitas também duas visitas técnicas para a verificação e a confirmação do espaço pesquisado.

O “Cemitério dos Cativos” está localizado em uma propriedade particular, numa comunidade rural conhecida como Fazenda do Sobrado (lugar que mantinha trabalho escravo, segundo os relatos de moradores da cidade). Durante os trabalhos de campo com grupo de pesquisa, foi relatado que o local se encontra em estado de abandono, em condições precárias, sem manutenção e identificação.

**Figura 1: Localização do Cemitério dos “Cativos”
em Felício dos Santos/MG**



Fonte: Bispo Júnior, 2020.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como se observa a seguir, as ações realizadas na pesquisa visam propor um diálogo com pessoas da comunidade para uma reflexão sobre o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio material de Felício dos Santos. Como objeto de análise e longe de ser uma expressão da única interpretação possível, vamos identificar os modos em que os entrevistados compreendem o tema mais amplo da escravidão no município de Felício dos Santos, isso considerando a importância da preservação da memória sobre o passado escravista da cidade.

Entrevista 1:

Na entrevista 1, uma senhora que reside nas proximidades do “Cemitério dos Cativos” relata histórias sobre os “cativos”, tais como: a) o cemitério teria sido construído pelos trabalhadores escravizados daquele período,

que trabalhavam sem remuneração, recebiam apenas alimentos e lugar para dormirem; b) os senhores, como eram conhecidos os donos das terras e dos escravizados, teriam a prática de obrigar os trabalhadores escravizados a enterrem outros escravizados que estivessem doentes, ainda com vida.

A entrevistada informa, ainda, que quando criança teria conhecido trabalhadoras em condições análogas à escravidão, que trabalhavam nas fazendas dos senhores ao redor do município. Mais precisamente, a entrevistada observou que o “Cemitério dos Cativos”, atualmente, é um local sagrado, em que pessoas vão para pagar suas penitências. Sobre isso, ela disse o seguinte: *“as almas dos ‘cativos’ são muito milagrosas, muita gente vai lá pagar promessa, em 2017 fomos lá fazer uma caminhada penitencial”*, comenta a entrevistada aos pesquisadores do Projeto.

Figura 2: Ruínas do local onde se encontrava o “Cemitério dos Cativos”



Fonte: Arquivos de imagem da presente pesquisa. Abril de 2022.

Entrevista 2:

Nessa entrevista, um casal de idosos informou sobre rituais religiosos que as pessoas costumavam realizar no cemitério. Contaram sobre a morte dos escravizados que viviam nos arredores da Fazenda do Sobrado e como eram feitas as famosas “promessas” no lugar.

Por serem trabalhadores escravizados, muitos fugiam, mas eram pegos pelos capangas de seus senhores. Segundo o casal, o local em específico foi construído pelos próprios negros, que eram obrigados a enterrar seus companheiros doentes ainda com vida (essa informação também apareceu na entrevista 1). Forçados a trabalhar, os escravizados não recebiam nada por seus esforços e ainda sofriam muitas dores e maus tratos.

O casal relatou histórias de pessoas que passaram pelo “Cemitério dos Cativos” para “pagar promessas”. A esposa contou que quando era mais nova, todo ano, no “Dia de Finados” (02 de novembro), ia ao cemitério agradecer por alguma graça recebida. Muitos moradores da cidade iam ao local com esse mesmo intuito. Ao final da entrevista, foram mencionados rituais, como a oferta de dinheiro e caminhada até o cemitério.

Pela entrevista, percebemos que a fé das pessoas prevalece, embora não com o mesmo entusiasmo de antes, pois, é baixa a frequência de visitas ao “Cemitério dos Cativos”. Como o movimento diminuiu, as autoridades e a sociedade parecem conhecer muito pouco sobre o passado escravista naquela região. Infelizmente, não é dado o valor devido para um espaço de grande importância para a cultura local.

Entrevista 3:

A entrevistada relatou histórias sobre o “Cemitério dos Cativos”, quando disse que o local era “bem cuidado”, muito frequentado por pessoas que iam até lá para pagar “promessas e penitências”. E observou que nos arredores do cemitério foram enterrados corpos de crianças, onde até hoje são encontradas pedras que demarcam sepulturas. Ainda foi dito pela entrevistada que os corpos de dois filhos do seu cunhado foram enterrados ao redor do cemitério. Essas práticas seriam um costume.

Ao ser perguntada sobre um ritual de Candomblé (“despacho” como é conhecido popularmente) encontrado no “Cemitério dos Cativos” pela equipe de pesquisa em atividades de campo, ela discordou da atitude e disse que não tem seu apoio. A cultura africana, ao que tudo indica, continua enraizada naquele povoado. Mesmo com o receio de serem

identificadas, há pessoas na comunidade que preservam sua matriz ancestral africana, como as religiões de matriz africana, comenta a entrevistada.

Figura 3: Ritual religioso nas ruínas do “Cemitério dos Cativos”



Fonte: Arquivos de imagem da presente pesquisa. Abril de 2022.

Entrevista 4:

O entrevistado iniciou o seu relato dizendo sobre a herança histórico-cultural de sua família, que estaria diretamente ligada ao ritual de pagamento de promessas religiosas. De maneira subsequente, ele revela que em suas aflições sempre recorre às almas milagrosas dos “cativos”.

No decorrer da entrevista, o entrevistado informa também sobre promessas feitas com fé às almas cativas, sempre pagando seus sacramentos por meio da “caminhada penitencial”. Ele diz que “*em segunda habilitação, agarrado com as almas dos ‘cativos’*”, fez a promessa de ir lá no cemitério rezar um terço; com isso, teria conseguido a habilitação, afirma ele.

O entrevistado informou ainda que a sua família fazia questão de transmitir conhecimentos sobre os escravizados e, consequentemente, sobre o cemitério, citando:

A minha mãe sempre me falava sobre o sofrimento dos cativos; contava-me sobre uma senhora escrava que adoeceu e os senhores levaram-na ao cemitério e enterram-na do peito para baixo ainda com vida, porém, andarilhos encontram-na, desenterraram e cuidaram dela.

E disse: *“crescemos com essa fé nas almas dos ‘cativos’, que as almas sofredoras conseguem graça diante de Deus”*, concluiu.

Entrevista 5:

Essa foi a última entrevista do trabalho. O entrevistado primeiramente fez elogios à pesquisa. Para ele, o cemitério *“foi criado para enterrar pessoas no geral, e os negros eram enterrados em volta, afinal, ninguém iria se preocupar em enterrar negros em um cemitério”* e, contando como era a sociedade da época, em que somente os de “sangue azul” poderiam ter mais qualidades de vida, eles não teriam os mesmos fins que os outros.

Segundo o entrevistado, no local do cemitério, havia vários pastos, fazendeiros que viviam em contradição uns com os outros e marcações não só em torno do cemitério, também da capela e outras construções. O entrevistado observou, numa interpretação distinta das demais entrevistas, que o “Cemitério dos Cativos” foi criado para enterrar fazendeiros, e que os escravizados somente eram enterrados no entorno. Além disso, ele afirmou que as pessoas ligadas ao poder local não destruíram o cemitério por temerem que as almas dos cativos vingassem quem o destruísse.

No decorrer das entrevistas, foram coletadas informações sobre o passado escravista de Felício dos Santos, como o tempo em que as pessoas da cidade faziam homenagens às almas dos cativos. Havia o hábito de fazer caminhadas para pagar “promessas” e rezar, pois acreditava-se no milagre das almas dos cativos.

A pesquisa demonstrou que além das crenças católicas, há também a presença de crenças africanas, conforme dados obtidos no trabalho de campo e nas entrevistas. Todavia, pessoas com crenças diferentes da católica ainda são discriminadas na comunidade. A análise dos dados permitiu mostrar que o “Cemitério dos Cativos” ainda guarda os vestígios materiais da escravidão, como as ruínas de sua construção e vestígios imateriais, como as histórias contadas sobre o passado escravista de Felício dos Santos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou a comunidade escolar e a população de Felício dos Santos redescobrir a memória e o espaço territorial do “Cemitério dos Cativos”, tendo em vista assegurar uma educação patrimonial, o respeito e amor ao próximo. A comunidade escolar, ao visitar o cemitério e ter contato com vestígios do passado, pôde assimilar a compreensão sobre a importância da preservação do patrimônio local. Além disso, ao serem realizadas as tarefas da pesquisa, discutiu-se sobre o racismo estrutural e a necessidade de se formar cidadãos antirracistas. A pesquisa recuperou, mesmo que pontualmente, parte da memória dos antepassados negros, que passaram por Felício dos Santos e fizeram história na cidade. Por fim, ao realizar a pesquisa, este trabalho procurou estimular a criação de políticas públicas, ao dialogar com os poderes municipais sobre a necessidade de recuperação e preservação do “Cemitério dos Cativos”.

REFERÊNCIAS

BISPO JÚNIOR, H. A. *Lugares e Gentes: as relações entre pessoas, paisagens e Arqueologia em Felício dos Santos, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais (2010-2019)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

CANUTO, G. C.; CARVALHO, N. J. *Felício dos Santos: história, lendas e costumes*. Rio de Janeiro: Do Autor, 2002.

FAGUNDES, M. *Paisagens e Arqueologias em Serra Negra: Espinhaço Meridional*, Minas Gerais. Curitiba: Ed. CRV, 2022.

TERRA DE ANDRÉ, TERRA DE TODOS: UM RESGATE ANTROPOLÓGICO DE HISTÓRIA CULTURAL E IDENTITÁRIA

Amanda Almeida¹, Ana Carolina Silva¹, Hugo Souza, Kelziane Silva¹, Laís Oliveira¹, Maianne Souza¹, Maria Sampaio¹, Talita Castor¹, Wendel Gonçalves¹, Laís Oliveira² Luciana Verônica Silva Moreira³

1 INTRODUÇÃO

O principal tema ou problema de investigação de nossa pesquisa é a compreensão do processo de formação sociocultural do município de Andrelândia e, sobretudo, a importância dos negros e dos indígenas nessa formação. Dessa forma, temos por objeto de estudo as relações étnico/raciais do município e um recorte temporal de longa abrangência histórica, indo desde as primeiras habitações humanas da região⁴ até os dias atuais.

1 Escola Estadual Visconde de Arantes (Andrelândia/MG).

2 Orientadora, Escola Estadual Visconde de Arantes (Andrelândia/MG), lais.oliveira@educacao.mg.gov.br.

3 Tutora, Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho Guimarães (Juiz de Fora/MG), luciana.veronica@educacao.mg.gov.br.

4 Por todo o território que hoje pertence ao município de Andrelândia “é enorme a quantidade de vestígios materiais deixados pelos indígenas”, e por esta razão é possível levar o nosso recorte temporal até cerca de 3500 anos antes do presente. A povoação mais remota da região, é fruto, com quase toda certeza, de inúmeras aldeias indígenas que se localizavam, sobretudo, mais próximas a Serra de Santo Antônio,

Em outras palavras, com esta pesquisa, queremos repensar a História tradicional e local de uma forma não etnocêntrica, não eurocêntrica.

Andrelândia é uma pequena cidade

situada na Mesorregião do Sudeste Mineiro e Microrregião do Alto Rio Grande, com uma área aproximada de 1.000 quilômetros quadrados. [...] Está a 310 quilômetros de Belo Horizonte, num eixo quase equidistante de São João Del-Rei, Barbacena, Juiz de Fora e Caxambu, que nos permite localizá-la, para referências turísticas, num delta entre a Região das Vertentes, Zona da Mata-sul e Circuito das Águas. (Almeida, 1994, p. 13,14)

Resumidamente, o seu surgimento “coincide com a Terceira Fase da Colonização Brasileira, no período compreendido entre 1700 e 1800, portanto, decorrente da busca de ouro e pedras preciosas pelos bandeirantes paulistas”. (Almeida, 1994, p. 4). Ou seja, em razão da sua posição geográfica, o Sul de Minas “foi a região da Capitania (de Minas Gerais) mais palmilhada pelos sertanistas oriundos de São Paulo” (Miranda, 2014, p. 35). Contudo, a bem da verdade, o município de Andrelândia ficou à “margem direita dessa linha de mineração” e “sem nenhuma riqueza mineral de grande porte”, diferentemente das vilas mais ricas e próximas, como Tiradentes ou São João Del-Rey, o seu desenvolvimento demográfico-econômico-político ficou sempre abaixo do esperado, ocorrendo de forma extremamente lenta (Almeida, 1994).

O objetivo central desta pesquisa, elaborado em conjunto com nossa professora orientadora, foi promover entre nós, alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Visconde de Arantes, naturais da cidade e/ou de suas comunidades rurais, uma (re)construção e um re(conhecimento) de nossas identidades culturais/sociais através do resgate de nossas

“expressão popular consagrada há mais de cento e cinquenta anos que denomina uma das unidades orográficas integrantes da Serra do Turvo, complexo geográfico montanhoso que constitui um apêndice da gigantesca Serra da Mantiqueira”, e que está localizada no próprio município. Na Serra do Santo Antônio, “encontra-se em um paredão rochoso e sob abrigo natural, o sítio arqueológico ‘Toca do Índio’, onde estão registradas mais de seiscentas figuras rupestres pintadas nas cores amarela, vermelha e branca. O sítio representa, sem dúvida, o maior monumento arqueológico em uma vasta área do Sul de Minas Gerais” (Miranda, 2014, p. 27-29).

memórias, fossem elas familiares, coletivas ou individuais. Assim, seria possível despertar entre nós a percepção de nossa presença na história local, ainda que de forma indireta ou longínqua, através de nossos antepassados e familiares indígenas, negros ou brancos.

Os objetivos secundários de nossa pesquisa foram compreender: a) a cultura como algo diferente da natureza, e como elas são historicamente construídas; b) a articulação da linguagem (oral ou escrita) com a memória, o que permite ao homem a produção constante de novas formas de expressão cultural e/ou construção de identidades socioculturais; c) a desconstrução de preconceitos e estereótipos acerca da cultura das cidades pequenas. Além desses objetivos também previmos realizar breves incursões a campo com visitas às fazendas e às comunidades rurais do município; realizar entrevistas em profundidade; e organizar um livro com os principais resultados obtidos.

Quatro principais estudos socioantropológicos nos guiaram para a formatação/construção/elaboração do nosso objeto de estudo. A primeira obra que gostaríamos de destacar é o clássico *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (2004). Clássico mais do que incontestemente das Ciências Sociais, esse livro é leitura obrigatória para entendermos o processo de formação da família patriarcal brasileira assentada na miscigenação indígena e negra com o elemento branco europeu. Publicado pela primeira vez em 1933, em seu tempo, foi uma “força revolucionária” de “impacto libertador” (Mello; Souza *apud* Gahyva, 2010, p. 246) sobre a intelectualidade da época, trazendo à tona uma desconstrução das teorias racistas e científicas vigentes à época e fornecendo, pela primeira vez, um olhar positivo para a miscigenação. Mais tarde, a partir da década de 1950, o livro sofreria muitas críticas e revisões, mas focaremos agora em seus grandes feitos e sua utilização em nossa pesquisa.

A formação sociocultural de Andrelândia também faz parte da mesma substância que compõe a formação sociocultural do Brasil: “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (Freyre, 2004, p. 367). Segundo Freyre, a presença cultural indígena ou negra está por toda parte, por todo o Brasil, não apenas nas características

fenotípicas dos brasileiros, mas também em nossa alimentação, em nosso modo de vida, limpeza do corpo e da casa, nomes de frutas, chás, hortaliças, montes e rios, animais e florestas etc. Nas palavras do próprio autor

Nenhuma cultura, nenhuma gente, nenhum povo depois do português exerceu maior influência na cultura brasileira do que o negro. Quase todo brasileiro traz a marca dessa influência. Da negra que o embalou e lhe deu de mamar. Da sinhamã que lhe deu de comer, ela própria fazendo com os dedos o bolão de comida. Da preta velha que lhe contou as primeiras histórias de bichos e mal-assombrados (Freyre, 2004, p. 367).

A segunda obra basilar de nossa pesquisa foi *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro (1995). Este livro, segundo o próprio autor, foi escrito para responder à seguinte questão: “Quem são os brasileiros?”. Obra publicada pela primeira vez em 1995 propõe uma “crítica descolonizadora nas ciências sociais latino-americanas” (Ribeiro, A., 2011), também divergindo radicalmente de Gilberto Freyre. Embora ambos os estudos tenham por principal referência histórica o culturalismo do antropólogo americano Franz Boas, para Darcy Ribeiro, nós brasileiros, ao contrário de Freyre, somos o resultado de antagonismos atroz e não de um equilíbrio racial entre colonizador e colonizados, senhor e escravos. Em resumo, somos o resultado de uma violência brutal, cultural sobretudo, mas também sexual e biológica, que primeiro dizimou a maior parte dos indígenas, e depois sacrificou e escravizou da forma mais cruel possível os negros africanos.

Desse livro foram retirados três conceitos centrais para responder ao nosso principal problema de investigação. Foram eles, o conceito de “cunhadismo”, através do qual Darcy Ribeiro explica em boa parte a enorme quantidade de mestiços que se formou no Brasil. Segundo o autor:

foi o modo de os tupinambás introduzirem estranhos à sua sociedade e consistia em lhes dar uma moça indígena como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo (Ribeiro, D., 1995 *apud* Moreira, 2015, p. 81).

“Ninguedade” é outro conceito importante para esta pesquisa, segundo Costa e Mendes (2020)

o termo “ninguedade” no pensamento de Darcy Ribeiro aparece em *O Povo Brasileiro* (1995) para explicar como a identidade do “brasileiro” se forma em meio a uma carência essencial dada por sua natureza mestiça. Por ser fruto da miscigenação de portugueses, indígenas e africanos, não se vê como eles ou é visto por eles como semelhante; ou seja, um ninguém por se fazer alguém (Costa; Mendes, 2020).

Por fim, a expressão “Brasil Caipira” nos ajuda a explicar a formação sociocultural do município de Andrelândia, a partir daquilo que o antropólogo Darcy Ribeiro chamou de “área cultural caipira – um novo modo de vida que se difunde paulatinamente a partir das antigas áreas de mineração” (Ribeiro, D., 1995, p. 382-383). No passado, o caipira era o brasilíndio-mameluco (mestiço de índios com brancos), um dos primeiros seres brasileiros, os paulistas, que falavam Tupi-Guarani, viviam praticamente como índios e participaram das bandeiras, ou seja, foram eles que descobriram o ouro em Minas Gerais, e, sem sombra de dúvida, a região onde se formou o município de Andrelândia. Com o fim do ouro, eles se assentaram à terra, dedicando-se à agricultura e à pecuária, e se espalharam para outros estados como Mato Grosso e Goiás. Hoje podemos pensar que o caipira vive e trabalha na Andrelândia da decadência, uma cidade que é “conservadora, reservada, desconfiada, taciturna e amarga” (Ribeiro, D., 1995, p. 382-383).

A terceira, e última, obra estudada foi *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes (2021). Pode-se considerar este um livro escrito, sobretudo, para se contrapor a ideia de um certo “convívio harmonioso entre as raças” no Brasil, fruto sobretudo de uma leitura marxista e uspiana de *Casa Grande & Senzala*. Nessa obra, publicada pela primeira vez em 1965, como resultado da tese de livre docência na USP de Florestan, “o autor analisa as particularidades do caso brasileiro e afirma ser a democracia racial um mito, uma imagem idealizada, que serve para garantir a manutenção da posição inferior do negro na sociedade brasileira” (Silva *et al.*, 2016, p. 121). Em resumo, nessa obra monumental, fundadora da Sociologia Crítica no Brasil, o autor afirma que o processo de modernização/

democratização entre nós não levou em consideração os negros, transformando-os em sujeitos desprovidos principalmente de cidadania, numa articulação crônica entre racismo e capitalismo. Dessa forma, para esta pesquisa, Florestan nos ajuda a pensar numa saída para esse dilema racial a partir da sua demonstração dos limites estruturais da realização democrática brasileira (Silva; Brasil Jr, 2021). Ou seja, ao promovermos um resgate dos vestígios históricos e da presença marcante da cultura negra na cultura andrelandense, contribuímos para a desestigmatização de nossos alunos descendentes de negros marginalizados, assim como para uma ressignificação mais positiva de suas identidades socioculturais.

2 DESENVOLVIMENTO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A princípio, por ser o nosso objeto de estudo oriundo, sobretudo, da Antropologia, escolhemos como nossa principal metodologia de pesquisa a etnografia, aqui entendida como “um mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos apreender e compreender” (Geertz, 1989, p. 20 *apud* Uriarte, 2012). Entretanto, encontramos algumas dificuldades em, de fato, observar cotidianamente o nosso objeto de estudo, pois não dispúnhamos de tempo livre o suficiente para tal.

Além disso, percebemos, a partir da realização do nosso trabalho de campo – que nos trouxe inúmeras outras questões e questionamentos – que a etnografia não era a metodologia de pesquisa mais adequada. Afinal, se nosso objeto de estudo é a importância de negros e indígenas na formação sociocultural do município de Andrelândia, como analisar cotidianamente essa multiplicidade de atores e cotidianos? Como mergulhar profundamente em toda essa complexidade histórica e atual? Por essa razão, para “compreender o referencial simbólico, os códigos e as práticas de um universo cultural” abrangente “que não apresenta contornos muito bem definidos” (Duarte, 2002, p. 141), escolhemos como nossa principal metodologia a pesquisa qualitativa, com breves incursões à campo, e a realização de entrevistas em profundidade.

Tudo começou em outubro de 2021, logo após a aprovação do projeto pelo Edital SEE nº 9/2021. Naquele momento contávamos com 13 alunos participantes. De início, nos encontrávamos uma vez por semana para leitura e análise da bibliografia básica. Durante esses primeiros encontros, também nos reunimos para conversar, trocar informações, pesquisar e ler os autores, para em seguida, os apresentarmos divididos em grupos. Esses encontros iniciais foram muito importantes para a nossa formação e aprendizagem em assuntos específicos do projeto, dentre eles, a vida e a obra dos autores, a história de Andrelândia, as metodologias de pesquisa e a escrita científica.

Em fevereiro de 2022, retomamos nossos trabalhos após as férias escolares. Mais uma vez reunimos uma vez por semana e elaboramos nosso plano de ações⁵ para a realização do trabalho de campo. Outro trabalho realizado nesse momento inicial foi o mapeamento das pessoas que seriam interessantes de serem entrevistadas. A escolha dos entrevistados se deu a partir do seguinte critério, baseado no nosso principal problema de investigação e tentando garantir o máximo possível de diversidade sociocultural nos registros: possuir uma relevante produção/engajamento/participação histórica, artística, cultural e/ou intelectual no município de Andrelândia. Ao todo, realizamos 13 entrevistas, visitamos uma Fazenda e três comunidades rurais.

Em campo, percebemos nitidamente que a entrevista é “uma prática de interação entre dois lados: quem conta e quem pergunta e ouve”. Ao contrário de um interrogatório ou questionário, o que a entrevista busca criar um momento de troca e diálogo entre as duas partes, sendo “um produto em coautoria do entrevistado e do entrevistador”. Frente a frente com nosso entrevistado, buscamos transformar “a entrevista num momento solene, até mesmo sublime, em que a pessoa pudesse se religar a sua memória e contar sua história, com ajuda de um entrevistador atento e respeitoso” (Museu da Pessoa, 2009, p. 43).

5 Para criar nosso plano de ações, a referência teórica que mais utilizamos foi aquela elaborada pelo Museu da Pessoa (Museu da Pessoa, 2009).

Todas as entrevistas seguiram um roteiro geral: 1 - Introdução (árvore genealógica); 2 - Desenvolvimento (história de vida); 3 - Conclusão (sonhos), porém esse roteiro era improvisado dependendo da facilidade ou não do entrevistado para falar. Também todas as entrevistas foram armazenadas numa pasta compartilhada no Google Drive e ali, transcritas. Um número foi dado a cada uma delas na ordem em que aconteceram, pois, essa pesquisa não foi analisada por um Comitê de Ética, o que nos impede de mencionar o nome real das pessoas que participaram. Além disso, uma tabela foi feita para cada entrevista, com: a síntese geral do assunto abordado, a principal contribuição ao responder o nosso problema de pesquisa; e com qual autor da bibliografia básica ela melhor dialogava.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Num diálogo intermitente com a literatura básica do projeto, podemos apresentar os seguintes resultados:

3.1 A presença indígena

A presença do elemento indígena na formação cultural andrelandense é vasta, como em qualquer parte do Brasil. Segundo nos relatou o entrevistado 02, a comida mais antiga do município, por exemplo, é o Pinhão – fruto domesticado pelos indígenas que aqui viviam há mais de 3.500 anos atrás. Também existe uma constelação de palavras indígenas que fazem parte do cotidiano da cidade, como Capivari (nome de um Rio), Tapanhú (ventania), Caconde (nome de uma comunidade rural).

Segundo o historiador Marcos Paulo de Souza Miranda (2014), é bem provável que existissem próximos à Serra do Santo Antônio, grandes aldeias com algumas centenas de habitantes. Pois então, com este projeto, gostaríamos de mapear e compreender os vestígios não materiais, até mesmo subjetivos, deixados por essas pessoas que aqui estavam quando da chegada dos primeiros homens brancos. É bem

fácil vislumbrar como se deu o encontro, branco *versus* indígena, pois aprendemos sobre o assunto desde sempre na escola. Mas, é difícil pensar na importância dos indígenas nos eventos que aconteceram após os primeiros encontros, pois nos acostumamos a pensar numa relação não dialógica entre seus protagonistas, de forma que coube apenas ao branco impor, e ao indígena de forma passiva apenas aceitar ou até mesmo desaparecer em termos culturais e ontológicos (Pompa, 2003). Definitivamente, não foi isto que aconteceu.

O indígena não desapareceu, ele se incorporou à cultura dominante, deu a ela um novo brilho, reinventando e ressignificando segundo suas crenças, principalmente as religiosas (Pompa, 2003), e por fim, não mais se enxergou como indígena, mas como brasileiro. E a base social sobre a qual isso ocorreu, segundo Darcy Ribeiro (1995), foi através do “cunhadismo”. Em Andrelândia, provavelmente, os primeiros contatos sequer se deram entre brancos e indígenas, mas entre brasilíndios mamelucos (os primeiros bandeirantes, dentro da formação da chamada “área cultural caipira” de Darcy) e indígenas, o que faz de nós, andrelandenses, ainda mais indígenas do que europeus.

3.2 A presença negra

Segundo os entrevistados 02, 06 e 09, a presença do elemento negro na formação cultural andrelandense é muito mais fácil de ser identificada do que a do indígena, o que também é afirmado por Gilberto Freyre (2004) com relação ao Brasil, mas pode ser um equívoco como mostrado acima. Vindos para cá sobretudo de Angola e Congo, os negros foram determinantes para a formação da Folia de Reis e do Carnaval no município, e por todo tipo de trabalho braçal realizado nas Fazendas e na cidade durante muitos anos, ainda segundo o entrevistado 02.

A partir da análise das entrevistas 01, 03, 05, 07, 08, é possível afirmar que com o fim da escravidão, no município de Andrelândia, a maioria esmagadora dos negros continuou morando em suas antigas fazendas, com seus antigos proprietários, tornando-se, então, colonos. Por essa época, ainda eram

mantidos pelos proprietários das fazendas num regime de semiescravidão. Já os filhos desses antigos colonos foram em sua grande maioria trabalhar na cidade de São Paulo, retornando anos depois para o município (últimas décadas do século XX), mas ainda empobrecidos e marginalizados.

A desigualdade racial em Andrelândia ainda é, infelizmente, uma realidade. Segundo o entrevistado 01, é difícil, ou quase impossível, para um jovem negro conseguir emprego na cidade em postos de trabalho decentes, sendo reservado a eles ainda hoje o trabalho braçal mais desgastante na zona rural.

Somente uma família negra conseguiu alcançar ascensão social com o fim da escravidão, formada por um ex-colono, o famoso “Seu Geraldo”, que se emancipou do trabalho realizado na Fazenda das Pedras e foi buscar a sorte na cidade de São Paulo, ainda nas primeiras décadas do século XX. Dali, Seu Geraldo buscava tecidos para revender em Andrelândia e, aos poucos, abriu sua loja, que chegou a ser frequentada por toda a elite da região. Para se ter uma noção do *status quo* adquirido pela família de “Seu Geraldo”, no ano de 1969, segundo o entrevistado 03, sua casa foi a primeira do município a possuir uma televisão.

Por fim, o sentimento de “ninguedade”, como trazido por Darcy Ribeiro (1995), é latente entre a maioria esmagadora dos nossos entrevistados negros e moradores da zona rural. Essas pessoas simplesmente não conseguem vislumbrar a importância de suas histórias de vida, veem-nas como “natural”: o mundo era daquele jeito, portanto só restava-lhes trabalhar ou no “roçado”, ou na limpeza doméstica das casas das fazendas ou da cidade, ou lavando roupa “para fora”. Não havia sonhos a sonhar nem tristeza naquela situação, a vida era simplesmente vivida por todos com fé, determinação, coragem e esperança de dias melhores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbramos com este projeto, de forma bastante incompleta, pois que ainda é necessário realizar algumas entrevistas, principalmente na zona rural do município, que foi pouquíssimo mapeada por nós. Nem

só de “Viscondes, Barões e Coronéis” é feita a história de Andrelândia, mas também de homens e mulheres, indígenas e negros. Os indígenas foram os responsáveis pelas primeiras habitações humanas da região e, portanto, fornecedores do conhecimento necessário à permanência do homem branco na terra, quando da chegada dos primeiros brancos portugueses ou paulistas mamelucos, provavelmente por volta do século XVII e XVIII. E os negros foram os responsáveis por toda forma de trabalho braçal realizado a partir do auge da mineração, principalmente após a dizimação de indígenas pelas doenças e pelo trabalho forçado (Ribeiro, D., 1995).

Tentamos, portanto, com esta pesquisa, resgatar a importância da presença indígena e negra na “vida social brilhante” da antiga Vila Bela do Turvo,⁶ com seus “majestosos edifícios públicos, igrejas amplas de primorosa arquitetura barroca, casas senhoriais assobradadas e ruas pedradas engalanadas com pontes e chafarizes de pedra esculpida” (Ribeiro, D., 1995, p. 377), como bem caracterizou Darcy Ribeiro a respeito da melhor fase (séculos XVIII e XIX) vivida pelas típicas cidades mineiras do interior.

Em outras palavras, há um outro lado da história que diz respeito à presença na região, assim como em todo o país, primeiro de indígenas, só depois de portugueses, mais tarde de negros africanos e posteriormente de imigrantes europeus. Quando falamos da história do município de Andrelândia, deveríamos também falar desses personagens (e de seus conflitos/dilemas) um tanto quanto marginalizados e esquecidos pela História Oficial que é em resumo, eurocêntrica e, portanto, etnocêntrica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. C. *Andrelândia: vultos e fatos*. Juiz de Fora: AMV, 1994.

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T.. A eterna fuga da ninguendade: ofensiva do capital, identidade brasileira e produção de neoninguêns. *Rev. psicol. polít.* v. 20, n. 49, São Paulo, set./dez., 2020.

6 Um dos primeiros nomes do município.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 139-154, março 2002.

GAHYVA, H. Tempos da Casa Grande: as primeiras críticas à obra inaugural de Gilberto Freyre. *Revista de C. Humanas*, Viçosa, v. 10, n. 2, p. 245-255, jul./dez. 2010.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2004.

MIRANDA, M. P. S. *Andrelândia* 3500 anos de história. Juiz de Fora: Juizforana Gráfica e Editora, 2014.

MOREIRA, V. M. L. Territorialidade, casamentos mistos e política entre índios e portugueses. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015.

MUSEU DA PESSOA. *Tecnologia social da memória*: Para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias. São Paulo: Fundação Banco do Brasil; Abravídeo, 2009.

POMPA, C. *Religião como tradução*. Bauru: EDUSC, 2003.

RIBEIRO, A. M. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, maio/ago., 2011.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, A. et al. *Sociologia em movimento*. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, M. A. M.; BRASIL JR, A. Prefácio. In: FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, São Paulo, n. 11, 2012.

*Este volume integra a Coleção ICEB lançada em 2025 pela Editora da
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).*

*O texto foi composto em Source Sans Pro, de Paul D. Hunt, e as aberturas de capítulo
em Leitura Sans, de Dino dos Santos. O projeto gráfico se inspira no universo escolar,
utilizando linhas pautadas, verticais, horizontais e quadriculadas, que foram
combinadas e transformadas em diversas padronagens, aplicadas a cada volume.*

*Para mais informações sobre outros títulos da Editora Unimontes,
visite www.editora.unimontes.br.*